



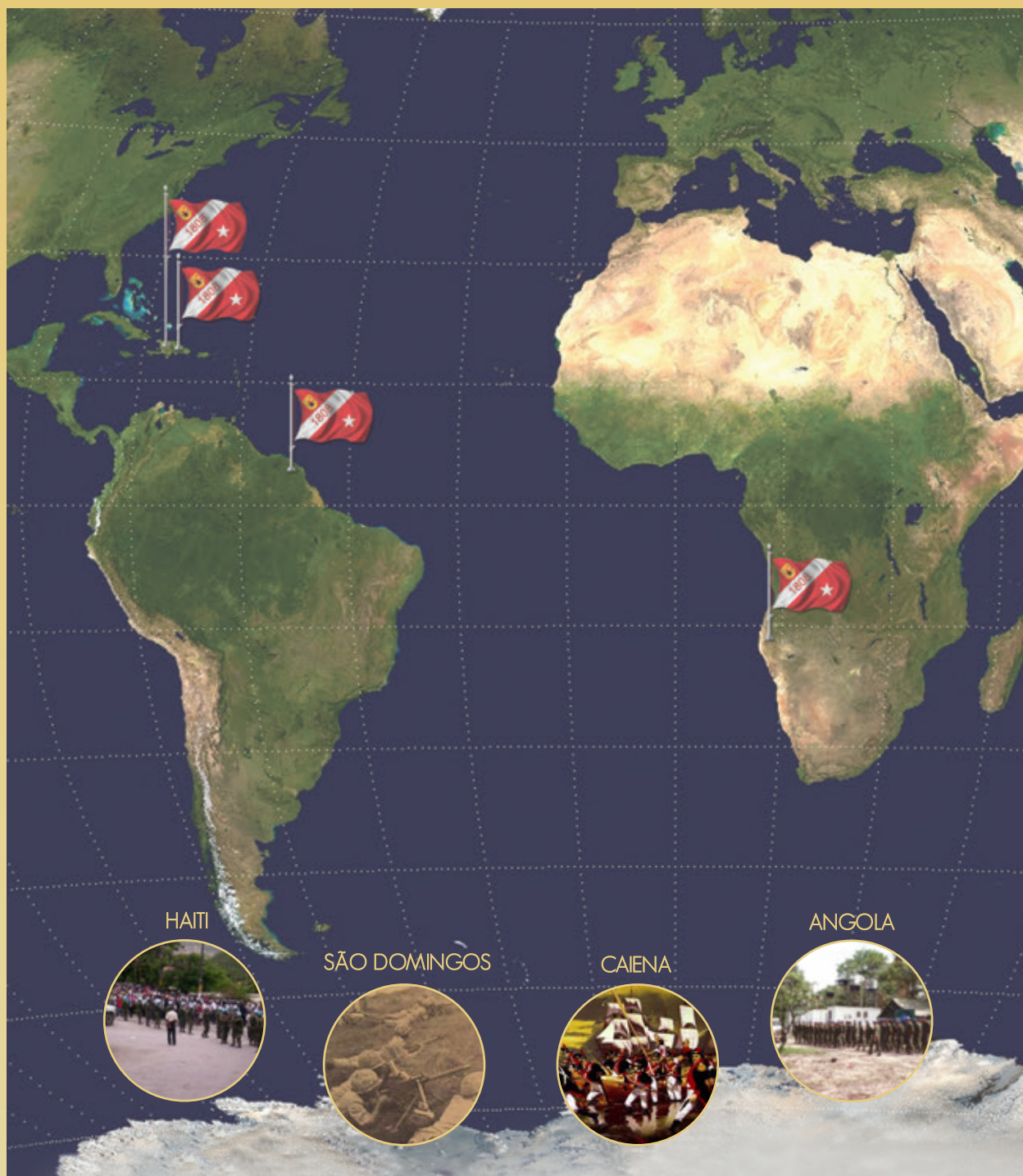
Âncoras e Fuzis

Corpo de Fuzileiros Navais



Ano XIX • Nº 48 • 2017 • Nº 5 publicada pelo CDDCFN • ISSN 2177-7608

A FORÇA EXPEDICIONÁRIA POR EXCELÊNCIA



Onde estiverem os interesses da Nação

FAM FAMÍLIA

PROTEÇÃO PARA QUEM VOCÊ MAIS AMA

QUEM PODE

Militares das Forças Armadas, seus cônjuges, filhos e pensionistas, servidores civis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e seus pensionistas, e funcionários do Banco do Brasil.

DIFERENCIAIS

- ✓ coberturas diferenciadas, à escolha do cliente.
- ✓ capital segurado de até R\$ 1 milhão, conforme o tipo de associado e a idade.
- ✓ 4 sorteios mensais de R\$ 25 mil, cada (bruto de IR).
- ✓ o limite de idade para adesão é de 70 anos.
- ✓ o cliente pode alterar o capital segurado quando desejar, obedecendo-se às regras do produto.
- ✓ o prêmio de seguro é debitado na conta-corrente, com diversas opções de data e de instituição bancária.
- ✓ o pai ou a mãe podem ser os responsáveis financeiros do filho.
- ✓ os valores se mantêm atualizados, pois são reajustados pelo mesmo índice da inflação.

Mais informações:

0800 61 3040
(21) 3386 0335

Estrada do Quilombo, S/N - Fuzileiros Navais (CNIG/CIASC)
Freguesia - Rio de Janeiro/RJ



Conheça as condições no [site](http://site.fhe.org.br/famfamilia)
fhe.org.br/famfamilia



Sujeito à alteração sem aviso prévio.



MAPFRE



PALAVRAS DO COMANDANTE

Caro leitor,

No ano em que atinge a maioridade, depois de 18 anos de bem sucedidas edições, a já tradicional revista *Âncoras e Fuzis* faz-se ao mar trazendo um tema para marcar esta nova condição de adulto responsável. Responsável por apresentar ao nosso assíduo leitor um assunto que pretende colocar o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) em local de destaque no cenário mundial, a “Força Expedicionária por Excelência”. Esta condição, quase um apanágio, foi brilhantemente percebida já na primeira edição da nossa Estratégia Nacional de Defesa, chamando a atenção para a necessidade de se desenvolver tal capacidade.

Esta edição compõe-se de oito artigos diretamente ligados ao tema central e igual número de artigos enviados por colaboradores voluntários tratando de outros assuntos. O primeiro deles apresenta o que é uma Operação Expedicionária, considerando a crescente globalização e o entorno estratégico brasileiro. O segundo artigo aborda a Força Expedicionária em si, mostrando as aptidões que ela deve buscar. O terceiro artigo desafia o leitor a pensar na organização de uma “ponta de lança” como precursora de força maior, numa manobra de crise. Chegamos ao quarto artigo que explora outras forças pelo mundo, reforçando o entendimento da necessidade do caráter naval e anfíbio como condição para o sucesso desses empreendimentos. Avançamos para o quinto artigo que aborda a complexidade da operação para a qual podem concorrer as Forças Conjuntas. Já o sexto artigo apresenta o conceito de Força Expedicionária sob a ótica espanhola numa empolgante contribuição do Adido de Defesa da Espanha. No sétimo artigo vemos a histórica contribuição da gloriosa Força Expedicionária Brasileira com sua mobilização, relações de comando e instrução. O último artigo relacionado com o tema de capa apresenta uma visão desafiadora quando sugere a mudança no arquétipo do apoio aéreo, transmutado em um novo conceito de cooperação aérea.



Nos artigos enviados por voluntários, *Âncoras e Fuzis* percorre uma feliz diversidade de assuntos, começando com as necessidades de formação de pessoal para o controle aerotático do Componente de Combate Aéreo; aborda o trabalho do Grupo de Negociação no contexto das Operações Interagências; traz um resumo de um trabalho sobre o problema do estresse em combate; apresenta as experiências colhidas do uso de VANT na MINUSTAH; faz uma comparação entre a Incursão Anfíbia e a Operação de Evacuação de Não-Combatentes; propõe um modelo para o Reconhecimento Blindado no CFN; analisa a Operação Resposta Unificada da Marinha e dos Fuzileiros Navais Americanos, em resposta ao terremoto no Haiti; e, finalmente, vamos aprender sobre a evolução das tecnologias em sensores aplicados à Defesa.

Além dos artigos, *Âncoras e Fuzis* traz nesta edição outras seções como o nosso conhecido “Decida” que estimula a criatividade na solução de um problema militar; as “Cartas do Leitor”; traz também os “Artigos em Destaque” que falam de alguns artigos de interesse publicados em outras revistas, bem como em edições mais antigas de *Âncoras e Fuzis*. Além disso, apresenta uma novidade que é a seção “A Doutrina em Evolução” onde buscamos informar sobre manuais de grande interesse para a doutrina de emprego de Fuzileiros Navais que tenham tido atualizações recentes.

Prezado leitor, a equipe editorial da revista *Âncoras e Fuzis* deseja que este exemplar seja do seu interesse e que desperte sua curiosidade para ampliar seus conhecimentos nos temas apresentados. Aguardamos as sugestões e críticas, que podem ser enviadas para romildo.silva@marinha.mil.br, de forma a podermos aperfeiçoar cada vez mais nosso produto trazendo uma revista mais focada nos interesses do nosso estimado público.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

ADSUMUS!

NÉLIO DE ALMEIDA
Contra-Almirante (FN)

Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do CFN

EXPEDIENTE

A Revista *Âncoras e Fuzis*, desde a edição nº 42, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras - Decretos números 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

Referência Capa

Figura: Planisfério

Fonte: Disponível em: <<https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d8/Winkel-tripel-projection.jpg>>

Acesso em: 02 jun. 2017

Distribuição Gratuita

Ano XIX • Número 48 • 2017

ISSN 2177-7608

Nº 5 publicada pelo CDDCFN

Publicação do Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, situado na Avenida Rafael Levi Miranda, s/nº, Itacuruçá, Ilha da Marambaia - Mangaratiba - RJ
CEP: 23.860-000

Alexandre José Barreto de Mattos
Almirante de Esquadra (FN)
Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais

Nélio de Almeida
Contra-Almirante (FN)
Comandante do CDDCFN

Carlos da Silva Peixoto
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Imediato do CDDCFN

Editor-Chefe
Edson de Oliveira
Capitão de Mar e Guerra (RM1-FN)
edson@marinha.mil.br

Editor-Adjunto
Raíssa Maria de Sousa Alencar
Primeiro-Tenente (RM2-T)
raissa.alencar@marinha.mil.br

Editor-Assistente
1º T (RM2-T) Raíssa Maria de Sousa Alencar
raissa.alencar@marinha.mil.br

Revisão
1º T (RM2-T) Raíssa Maria de Sousa Alencar

Revisão Bibliográfica
1º T (RM2-T) Linda Mara Gomes de F. Castro Menezes

Projeto Gráfico
Agência 2A Comunicação



As opiniões emitidas nos artigos deste periódico são de inteira responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento ou atitude do Corpo de Fuzileiros Navais ou da Marinha do Brasil, a não ser que assim esteja expressamente declarado. Todos os trabalhos aqui publicados são de caráter gratuito. É permitida a reprodução total ou parcial das matérias. Solicita-se a citação da fonte e a remessa de um exemplar da publicação.

SUMÁRIO

- 05 CARTAS DOS LEITORES
- 07 A DOCTRINA EM EVOLUÇÃO
- 11 Operações Expedicionárias: a garantia dos interesses nacionais além-mar
- 16 A Força Expedicionária
- 20 Possibilidades e Necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil
- 25 Corpo de Fuzileiros Navais a Força Anfíbia de Caráter Expedicionário
- 30 A Atividade Expedicionária no Contexto das Operações Conjuntas
- 39 O conceito espanhol de Força Expedicionária
- 45 Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália
- 58 O paradigma da cooperação aérea: a aviação e a Força Expedicionária no enredo da guerra moderna
- 66 O controle aerotático nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais: a formação de pessoal para as Agências de Controle Aerotático do Componente de Combate Aéreo
- 70 O Grupo de Negociação no Contexto das Operações Interagências
- 73 Procedimentos de liderança focados na redução dos efeitos negativos do estresse em combate: um estudo para discussão de uma futura doutrina brasileira
- 79 Veículos Aéreos Não-Tripulados
- 84 Incursão Anfíbia x Operação de Evacuação de Não-Combatentes: diferenças e similaridades
- 87 Reconhecimento Blindado: um ensaio para o CFN do futuro
- 93 Operação Resposta Unificada
- 95 A evolução das tecnologias em sensores para uso em defesa: status e reflexão
- 100 ARTIGOS EM DESTAQUE
- 104 FOI DESTAQUE NA ÂNCORAS E FUZIS
- 105 CONHECENDO QUEM CONHECE
- 110 Decida nº 48 - Defesa de Ponte
Possível solução (proposta pelo autor)
- 111 Decida nº 48 - Defesa de Ponte
Possível solução (proposta pelo leitor)
- 112 Decida nº 49 - Ataque de Cia
Controle da Ação em Curso

CARTAS DOS LEITORES

Cartão do Almirante de Esquadra Fuzileiro Naval Fernando Antônio de Siqueira Ribeiro

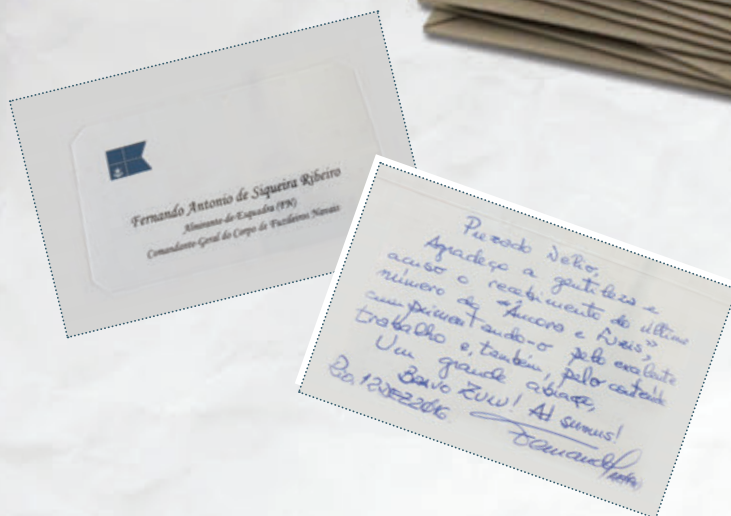
Prezado Nêlio,

Agradeço a gentileza e acuso o recebimento do último número do "Âncoras e Fuzis", cumprimentando-o pelo excelente trabalho e, também, pelo conteúdo.

Um grande abraço,

Bravo Zulu! Adsumus!

Rio, 12 de dezembro de 2016



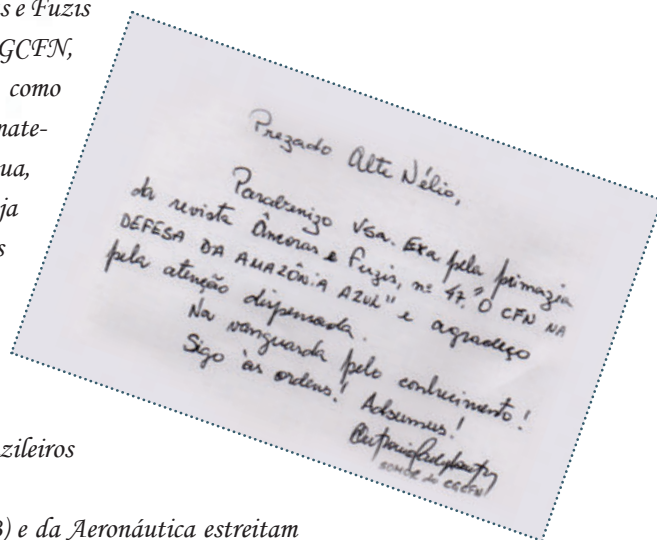
Extrato da carta do CA Paulo Cesar Demby Corrêa, Comandante do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk,

É com grande satisfação que recebo este estimulante exemplar da Revista Âncoras e Fuzis, que exprime com clareza a importância e os desafios do Corpo de Fuzileiros Navais na Defesa da Amazônia Azul.



E-mail e Cartão do SO Antonio Carlos, Suboficial-Mor do Comando Geral do CFN

Quando consultamos as quatro páginas do primeiro periódico, Âncoras e Fuzis n 1/99, na época publicado pela Assessoria de Relações Públicas do CGCFN, percebemos o avanço, o aprimoramento desta publicação, que hoje como revista Âncoras e Fuzis, em sua quarta publicação pelo CDDCFN, materializa a busca pela excelência e o compromisso com a melhoria contínua, Trata-se de um canal esplêndido de comunicação com a tropa, cuja disponibilização em formato digital [...] amplia sobremaneira suas fronteiras. Os artigos, muito bem escritos, em torno do tema central: "O CFN na defesa da Amazônia Azul" demonstram, além do amplo conhecimento dos seus autores, o desenvolvimento doutrinário possibilitando a união de pensamentos e fortalecendo a unidade de propósitos através do Sistema de Gestão do Conhecimento de Fuzileiros Navais que estimula, organiza e difunde o conhecimento.



A presença de contribuições de militares do Exército Brasileiro (EB) e da Aeronáutica estreitam laços através do conhecimento. Nesse contexto, o sétimo artigo, escrito pelo Major Luiz Carlos, instrutor da

Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea do EB: "A doutrina de emprego da Artilharia de Campanha da Força Terrestre na defesa do litoral brasileiro", aponta para importância da capacidade de defesa contra ameaças vindas do mar, a defesa do litoral, missão que depende da ação conjunta de todas as Forças, com destaque, em nível aproximado, para os meios navais e unidades especializadas da Força Terrestre, esta que, segundo o autor, em virtude dos grandes avanços obtidos pelos meios navais como maior manobrabilidade e poder de fogo, necessita de materiais mais adequados para o cumprimento dessa missão, bem como o aperfeiçoamento constante da doutrina em face da constante evolução do combate moderno.

Prezado Alte. Nélio

Tomo a liberdade de me dirigir a V. Exa. para agradecer o envio do exemplar do periódico “Âncoras e Fuzis” (Nº 47/2016). Foi com grande satisfação que pude constatar a qualidade da revista e dos textos.

Um, em particular, chamou minha atenção pela relevância para os estudos estratégicos e de defesa. Refiro-me ao artigo “As ilhas oceânicas do Atlântico Sul” (pp. 52-56), assinado pelo CMG (RM1-FN) Jeferson Barbosa Ramos.

Queira, pois, aceitar nossos sinceros cumprimentos.

Respeitosamente, um grande abraço,

William de Sousa Moreira
Capitão de Mar e Guerra (RM1)
Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos – Coordenador
Centro de Estudos Político-Estratégicos
Escola de Guerra Naval

E-mail recebido do CMG José Cláudio Oliveira Macedo

Agradeço a gentileza do envio do exemplar nº 46 da revista *Âncoras e Fuzis*, cuja elevada qualidade de artigos sempre me chamou a atenção. É uma nobre iniciativa pela gestão do conhecimento no nível não somente doutrinário, mas estratégico, como se pode ver pelos artigos iniciais. Tal nos impulsiona a um necessário exercício de alinhamento estratégico, chegando também ao nível doutrinário. Essa reflexão, s.m.j., contribui para a consolidação do pensamento estratégico da Força, antenado ao Estado brasileiro e seus interesses. Assim, temos a chance de não perder de vista os reflexos doutrinários da estratégia e o alcance estratégico da doutrina.

Obrigado pela atenção de sempre, Chefe.

Respeitosamente,

CMG **José Cláudio** Oliveira Macedo
Doutorando no King's College London,
Área de Política e Estratégia, vinculado ao EMA

E-mail do Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro

Eu, como Comandante do GptFNRJ, parablenizo o CDDCFN e todos seus colaboradores pelos artigos profissionais de real interesse para Força. Nesse contexto, determinei às subunidades a apresentação resumida do entendimento de alguns artigos discriminados na edição Nº 47 dessa revista, que se relacionam com tarefas desta OM.

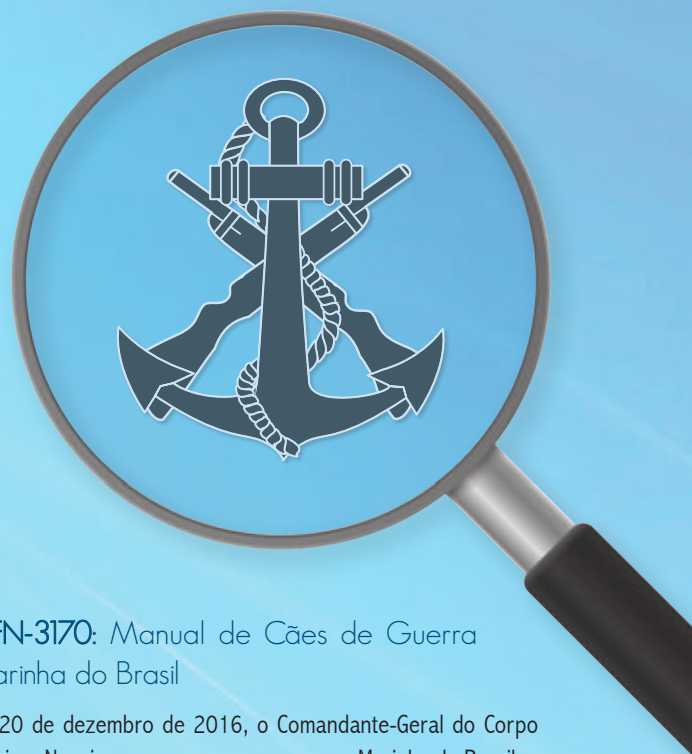
Bravo Zulu. ADSUMUS!

Márcio **Rossini** Batista Barreira
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Comandante



A DOCTRINA EM EVOLUÇÃO

Esta seção destina-se a atualizar o leitor de Âncoras e Fuzis apresentando manuais e outros documentos que trazem as mais recentes atualizações da Doutrina de interesse.



CGCFN-17: Normas Administrativas sobre Cães de Guerra na Marinha do Brasil

Em 20 de dezembro de 2016, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a primeira edição do CGCFN-17.

A publicação tem o propósito de apresentar os procedimentos administrativos a serem observados para o emprego de Cães de Guerra na Marinha do Brasil (MB). Ela está dividida em oito capítulos e quatorze anexos. Apresenta o entendimento do que seja um Cão de Guerra e seus aspectos jurídicos; identifica, dentre as atividades executadas, aquelas que permitam o emprego do Cão de Guerra como uma ferramenta otimizadora de recursos; identifica as raças de cães que apresentam os parâmetros para serem empregadas; apresenta a estrutura organizacional, a qualificação de pessoal e as atribuições dos cães integrantes de uma Seção de Cães de Guerra; apresenta as estruturas mínimas necessárias de instalações para que as Organizações Militares (OM) da MB possam realizar o adequado emprego de Cães de Guerra, assim como para executar o transporte adequado; apresenta orientações para as medidas administrativas adequadas ao funcionamento dos Canis Militares; e, finalmente, aborda a constituição, as atribuições e o funcionamento da Comissão Permanente de Estudo e Assessoramento sobre Cães de Guerra (CoPEACG), na MB.

CGCFN-3170: Manual de Cães de Guerra na Marinha do Brasil

Em 20 de dezembro de 2016, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a primeira edição do CGCFN-3170.

A publicação tem o propósito de apresentar o emprego operacional dos Cães de Guerra na Marinha do Brasil (MB). Ela está dividida em sete capítulos. Apresenta um breve histórico, as características do cão de emprego militar e generalidades; aborda a psicologia animal, apresentando os diversos padrões de comportamento bem como características de seu aprendizado; apresenta as técnicas executadas para os adestramentos básico, secundário e técnico-militar dos cães; aborda o emprego operacional do cão; aborda as atividades de detecção, de guarda e de proteção empregando Cães de Guerra; e aborda as atividades combinadas de detecção com guarda e proteção.

CGCFN-311.4: Manual de Emprego de Artilharia de Foguetes em Apoio aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

Em 6 de abril de 2017 o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a primeira edição do CGCFN-311.4.

A publicação tem o propósito de apresentar a organização da Bateria de Lançadores Múltiplos de Foguetes (BiaLMF) ASTROS II (Artillery Saturation Rocket System), em sua versão MK6. Ela está dividida em dez capítulos e seis anexos. Apresenta as características, as possibilidades e as limitações desta versão do Sistema LMF ASTROS II; apresenta a organização, as funções e as responsabilidades dos Oficiais lotados na BiaLMF, bem como as especificações das viaturas que compõem o Sistema; apresenta a Organização para o Tiro da BiaLMF; apresenta os tipos de alvos e suas análises, a determinação da munição e os métodos de ataque empregados; apresenta o Sistema Orgânico de Comunicações e seus aspectos logísticos; apresenta o emprego da BiaLMF nas Operações Ofensivas, De-



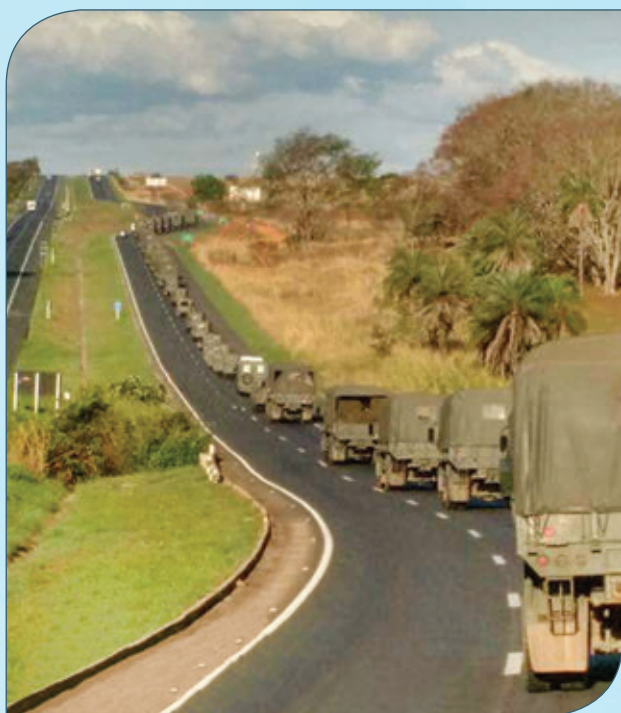
fensivas e nas Operações Anfíbias; e, finalmente, apresenta considerações sobre a direção, os alcances, os efeitos desejados, o desempenho e os fatores que influenciam no tiro da BiaLMF.



CGCFN-1006: Manual de Deslocamentos Motorizados de Fuzileiros Navais

Em 12 de abril de 2017, o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, o CGCFN-1006.

A publicação tem o propósito de consolidar os procedimentos básicos sobre o planejamento e execução dos Deslocamentos Motorizados de meios de Fuzileiros Navais, visando a possibilitar maior segurança e eficiência, seja em situação tática ou administrativa. Ela está dividida em cinco capítulos e seis anexos. Discorre sobre os conceitos básicos; aborda os princípios básicos, à luz da legislação, para os Deslocamentos Motorizados; trata dos Deslocamentos Motorizados propriamente ditos, abordando as Marchas Motorizadas, principalmente quanto ao seu planejamento, execução e desmobilização dos meios empregados, tecendo considerações quanto às particularidades das Marchas Motorizadas em Combate; aborda aspectos relevantes quanto à escolta dos Deslocamentos Motorizados, em situação administrativa ou tática; e trata do emprego dos Destacamentos de Apoio de Serviços ao Combate (DASC).



EMA-322: O Posicionamento da Marinha do Brasil nos Principais Assuntos de Interesse Naval

Em 17 de março de 2017, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a 2ª Revisão do EMA-322.

A publicação tem o propósito de dar conhecimento ao público interno do entendimento da Alta Administração Naval sobre as questões mais relevantes de interesse da Marinha do Brasil (MB) e orientar os titulares de Organizações Militares quanto ao posicionamento a ser adotado perante o público externo. Ela aborda quatorze temas independentes entre si, incluindo assuntos específicos do Poder Naval; da remuneração e do Sistema de Proteção Social dos militares; e outros relacionados às atribuições de competência da Autoridade Marítima (AM).

As principais modificações na atual revisão são: a adoção de conteúdo que permita a classificação ostensiva e a abordagem de questões não doutrinárias; a renomeação do título da publicação com a retirada dos termos qualitativos “Políticas” e “Doutrinárias” que tendem a restringir a ideia maior por trás do propósito. A capilaridade que uma instituição como a Marinha apresenta em um país de dimensões como o Brasil, associada à grande utilização de redes sociais e mídias diversas, fazem com que as respostas aos questionamentos sobre a Força ocorram não somente via Comandantes e Diretores de OM, mas também, por meio dos círculos sociais aos quais pertencem os integrantes da Marinha. Dessa forma busca-se potencializar a ideia do propósito original da publicação.

EMA-334: Manual de Gerenciamento de Crise em Tempo de Paz

Em 10 de março de 2017, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, o EMA-334.

A publicação tem o propósito de estabelecer um manual para Gerenciamento de Crise em tempo de paz. Este manual está dividido em dois capítulos e sete anexos, da seguinte maneira: o capítulo 1 trata das disposições gerais, das definições básicas e do cenário aplicável ao Gerenciamento de Crise; e o capítulo 2 trata de estabelecer normas para a ativação, desativação, composição e atribuições dos membros do Gabinete de Crise (GC). Os anexos complementam as normas previstas nos capítulos.

EMA-352: Princípios e Conceitos da Atividade de Inteligência

Em 12 de julho de 2016, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a 1ª Revisão do EMA-352.

O propósito desta publicação é disseminar os aspectos gerais e princípios básicos sobre a Atividade de Inteligência (AI). Os principais conceitos e princípios dessa atividade, no Brasil, estão estabelecidos no Manual de Inteligência – Doutrina Nacional de Inteligência (DNI) – Bases Comuns, que foi homologado pelos membros do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) que tem a Marinha do Brasil (MB) como um de seus integrantes.

Esta é uma publicação decorrente do Grupo de Trabalho de Reestruturação do Sistema de Inteligência da Marinha (SIMAR), de 2008. Sua concepção nasceu da necessidade de a MB dispor de uma publicação de conteúdo mais acessível ao público interno, de modo a contribuir para a evolução da mentalidade de inteligência no âmbito da Força.

A publicação trata de elementos conceituais e doutrinários básicos aplicáveis à AI, destacando as legislações e normas referentes ao assunto, principalmente a DNI. Descreve também as estruturas dos Sistemas de Inteligência nos âmbitos: Nacional, de Defesa e da MB. Alguns conceitos e definições utilizados no meio acadêmico são apresentados de modo a mostrar as diferenças que existem quando as mesmas palavras – como Inteligência, Informação, Conhecimento e Dados, dentre outras – podem expressar diferentes significados, dependendo da organização de onde se originam ou se aplicam (Estado, Empresa Comercial, Meio Acadêmico, etc).

Esta publicação destina-se, prioritariamente, a dar ampla divulgação, no âmbito da MB, a respeito da importância que a AI possui no processo de Tomada de Decisão. Para tal deverá ser utilizada no Sistema de Ensino Naval (SEN), nos adestramentos e cursos relacionados à Inteligência e à Segurança Orgânica.

Em relação à publicação anterior, foram implementadas as seguintes modificações: entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (LAI) e recente decreto que a regulamentou, em que houve modificação do nível de credenciamento dos órgãos do Executivo, a exclusão do grau de sigilo confidencial, a adequação do grau de temporalidade e a formalização do acesso de dados e conhecimentos sigilosos ao público; a reestruturação do Ministério da Defesa para o estabelecimento do Sistema de Inteligência de Defesa e o advento de novos conceitos doutrinários ligados à AI; a adequação da infraestrutura do Poder Executivo com a extinção do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), a criação e readaptação da Secretaria de Governo da Presidência da República, para a coordenação das AI na esfera federal, assim como a organização e o funcionamento do SISBIN, incluindo a organização da Casa Militar da Presidência da República e dos Ministérios; e a entrada em vigor do decreto que Fixa a Política Nacional de Inteligência.

EMA-332: Processo Decisório e Estudo de Estado-Maior

Em 30 de julho de 2015, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a 1ª Revisão do EMA-332.

Esta publicação tem o propósito de apresentar o método “Estudo de Estado-Maior” (EEM) para a resolução de problemas decisórios, no âmbito da busca de solução de compromisso, como ferramenta de apoio à decisão. Apresenta os conceitos básicos do processo decisório e técnicas para o trabalho de grupo, além de prestar as orientações para a elaboração do estudo resultante sob a forma de um documento, conhecido como “Relatório de Estudo de Estado-Maior” – REEM.

Está dividida em quatro capítulos e seis anexos. O capítulo 1 apresenta os conceitos básicos do processo decisório. O capítulo 2

descreve a forma de abordar temas ou problemas e a escolha de uma metodologia para as suas resoluções. O capítulo 3 apresenta a concepção do EEM e suas bases, sob enfoques científico, sistêmico e de trabalho de grupo. O capítulo 4 expõe o método em si, abordando todas as suas fases e seu desenvolvimento, com exemplos ilustrativos comentados. Os anexos abordam de forma detalhada o trabalho, incluindo um modelo comentado do Relatório de Estudo de Estado-Maior (REEM).

As principais modificações, em relação a edição anterior, objetivaram inserir as bases do moderno processo decisório, quais sejam: a participação efetiva do decisor em todo o processo; o atendimento dos valores e preferências do decisor; a ênfase na construção do conhecimento; o entendimento de que cada decisão é única, individualizada e contextual; a ênfase no processo e não nos resultados; e o emprego da intuição e da racionalidade.

EMA-411: Manual de Publicações da Marinha

Em 29 de junho de 2016, o Chefe do Estado-Maior da Armada aprovou, para emprego na Marinha do Brasil, a 6ª revisão do EMA-411.

Esta publicação tem o propósito de apresentar os princípios fundamentais e estabelecer as normas que serão aplicadas nas atividades relacionadas às publicações em uso na Marinha. Ela está dividida em seis capítulos e quinze anexos. Define o Sistema de Publicações da Marinha (SPM) e as publicações que o integram, apresenta as atividades básicas do sistema e sua estrutura organizacional, bem como estabelece as normas para classificação; descreve as atribuições das Organizações Militares (OM) integrantes da estrutura organizacional do sistema; estabelece um guia para a elaboração das Publicações da Marinha do Brasil (PMB); estabelece normas para a adoção de Publicações Nacionais (PNA) e Publicações Estrangeiras (PES), normas para a distribuição, redistribuição, fiscalização e medidas de segurança das publicações do SPM e normas para a modificação, revisão e baixa das publicações do SPM. Os anexos complementam as normas previstas nos capítulos.

As principais modificações na atual revisão são: a inserção de trechos com o propósito de ampliar a clareza no que se refere às atribuições, procedimentos e segurança, em decorrência das inovações trazidas pela Lei de Acesso à Informação (LAI) e respectivo decreto que a regulamentou; a indicação dos princípios, razões e competências para o estabelecimento do grau de sigilo; alteração das regras para o trâmite de publicações ostensivas; inclusão da Lista de distribuição/números de cópias autorizadas; alteração na forma de apresentação das páginas de uma PMB classe A ou B; alteração nas recomendações para a redação de uma PMB classe A ou B; alteração no modelo do Termo de Classificação de Informação (TCI); e alteração em diversos anexos.

Nota de Coordenação Doutrinária (NCD-P) P-001/2016: Atividade de Assuntos Cíveis nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais

Em 29 de junho de 2016, o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, provisoriamente,

te, a utilização da NCD-P P-001/2016, para emprego nas atividades de ensino e nos exercícios operativos, com vistas a coleta de subsídios para seu aprimoramento e para ser posteriormente proposta ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) para aprovação e emprego na MB.

Esta Nota de Coordenação Doutrinária provisória, visa consolidar os principais aspectos sobre a atividade de Assuntos Cívicos a serem desenvolvidos nas Operações dos GptOpFuzNav. Abordando seus conceitos básicos, a respeito do entendimento sobre os termos assuntos cívicos, Cooperação Civil-Militar, Ação Cívica Social e Operação Civil-Militar, detalhando diversos aspectos sobre o planejamento que envolve tais tipos de operações e por fim, descrevendo como deve ser estruturada a Seção de Assuntos Cívicos como também o Centro de Coordenação Civil-Militar.

Nota de Coordenação Doutrinária (NCD-P) P-002/2016: Sequência das Ações de Comando e Estado-Maior | Abreviada | SACEM-A

Em 19 de dezembro de 2016, o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais aprovou, provisoriamente, a utilização da NCD-P P-002/2016, para emprego nas atividades de ensino e nos exercícios operativos, com vistas a coleta de subsídios para seu aprimoramento e para ser posteriormente proposta ao Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN) para aprovação e emprego na MB.

Esta Nota de Coordenação Doutrinária provisória visa introduzir no Planejamento dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais uma metodologia que atenda a necessidade de se planejar em um curto intervalo de tempo, proporcionando uma rápida resposta à solução de um problema militar que requeira urgência. Nesta Nota é abordada como se processa esta SACEM-Abreviada, detalhando quais etapas poderão ser encurtadas ou excluídas do processo tradicional visando prover a celeridade requerida, como também se aborda as peculiaridades relativas a sua utilização no planejamento das OpAnf.

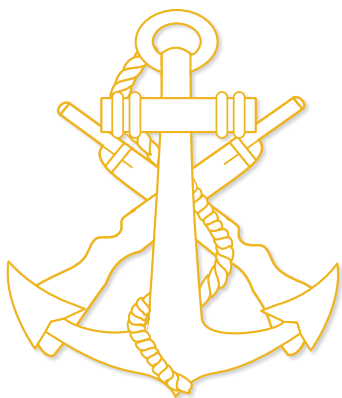


Associação de Veteranos do
Corpo de Fuzileiros Navais
(AVCFN)

Venha fazer parte do time dos
Fuzileiros Navais de ontem, de
hoje e de sempre.
ASSOCIE-SE!

www.avcfn.com.br
(21) 2233-3162





CF (FN) Jose Domingos Araujo Vallim
vallim@marinha.mil.br

Operações Expedicionárias: a garantia dos interesses nacionais além-mar



O CF (FN) Jose Domingos Araujo Vallim serve atualmente no CGCFN como Chefe do Departamento de Doutrina. É oriundo da Escola Naval. Coursou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, na Escola de Guerra Naval e o *USMC Command and Staff College* nos Estados Unidos. Serviu no 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais e no 1º Batalhão de Operações Ribeirinhas como Comandante de Companhia e Oficial de Estado-Maior e no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Instrutor e Encarregado do CAOCFN.

1. Introdução

Uma Expedição, de acordo com o Dicionário Michaelis, tem o significado no campo militar, da remessa de tropas com um fim determinado. A preparação e o envio de um contingente militar, para outra região a fim de cumprir missão preestabelecida, é uma atividade complexa que requer o estudo do local de destino; o conhecimento dos meios disponíveis para conduzir esta força; a preparação prévia dos militares envolvidos no que se refere ao adestramento, material e principalmente suprimentos. Tal complexidade já foi vivenciada pelo nosso Corpo de Fuzileiros Navais nos primeiros momentos após a sua criação. Em maio de 1808, dois meses após a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente declarou guerra à França e determinou a formação de uma expedição militar com o objetivo de conquistar a Guiana Francesa, conduzindo, assim, uma represália à recente invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte (*O HISTÓRICO...*, 2008). Naquela ocasião, o Governador da Capitania do Grão-Pará, Tenente – General José Narciso de Magalhães de Menezes recebeu ordem para fazer marchar forças de mar e terra com a missão de estabelecer a presença lusitana à margem direita do Rio Oiapoque. (*O HISTÓRICO...*, 2008). Organizou-se uma Expedição militar sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques, formada por forças terrestres da região e reforçada por uma Força Naval oriunda do Rio de Janeiro, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra britânico, James Lucas Yeo. Esta Força Naval, formada pela Fragata Britânica *Confiance* e mais dois Brigues, o Voador e o Infante Dom Pedro, traziam em seu interior tropas da Brigada Real de Marinha (MELO, 2010). As operações tiveram início em 15 de dezembro de 1808, sendo a rendição francesa assinada em 12 de janeiro de 1809. (*O HISTÓRICO...*, 2008). Com cerca de um mês de campanha, Caiena estava sob o controle Português.

Esse evento episódico mostrou a importância da capacidade de organizar e mobilizar uma força, dotada de navios e tropas de desembarque, com capacidade para operar independente de suas

bases, na costa de um território hostil e capaz de operar pelo tempo necessário à consecução de seus objetivos. A demonstração desta capacidade, permitiu que o Governo Português retaliasse o Governo Francês e redesenhasse a fronteira norte do Brasil, evidenciando o DNA expedicionário que marcaria a gênese do Corpo de Fuzileiros Navais.

2. A nova ordem mundial

Ao fim da Segunda Guerra Mundial sucedeu a polarização do globo entre o comunismo e o capitalismo, o mundo viveu quase cinco décadas de previsibilidade em suas relações políticas, militares e comerciais. Com a queda da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no início da década de 90, o mundo passou por uma profunda reordenação geopolítica. Conforme abordado no Manual de Operações Expedicionárias do USMC (*Marine Corps Doctrinal Publication 3 (MCDP-3), Expeditionary Operations*), o fim da Guerra Fria trouxe um período de incertezas e rápidas mudanças no cenário internacional (ESTADOS UNIDOS, 1998). A bipolaridade existente no período da Guerra Fria trazia certa estabilidade e previsibilidade nas relações entre estados. Com o fim deste arranjo, o mundo emergiu numa era de incertezas. Apesar da existência de uma única superpotência, os Estados Unidos da América, vários núcleos regionais de poder surgiram e conseqüentemente as disputas regionais se multiplicaram.

Associada a essa nova ordenação geopolítica, a globalização também tem um papel protagonista na nova relação entre os estados. De acordo com a Organização Mundial do Comércio, a partir do início da década de 90, a quantidade de acordos comerciais bilaterais e regionais aumentou significativamente, totalizando cerca de 423 acordos em vigor no ano de 2016¹. De todos os países existentes, apenas Mauritânia, Somália, Sudão do Sul e República

¹Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/region_e.htm. Acesso em: 30 abr. 2016

Democrática do Congo não participam de acordos comerciais com outros países ou blocos². Associado aos acordos comerciais, que são de vital importância para o desenvolvimento econômico de seus membros, existem diversas outras alianças regionais que englobam questões políticas e de segurança, tais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Africana, a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e muitas outras organizações e acordos, distribuídos pelos 5 continentes.

A atual arquitetura das relações internacionais conforme mostrado acima através do incontável número de organizações, demonstra que uma instabilidade política ou de segurança, ou uma catástrofe humanitária em uma determinada região, traz consequências imediatas para outros países, mesmo que estes estejam a milhares de quilômetros do foco da crise.

Na defesa de seus interesses, uma nação deverá ter condições de intervir política e, em última instância, militarmente em qualquer crise ou questão que venha trazer consequências negativas para seus anseios como nação, além de ter a capacidade de participar de ligações internacionais para prestar socorro humanitário de acordo com seus interesses. No intuito de defender seus interesses em locais afastados de seu território, uma nação deverá ter a capacidade de realizar, nesses locais, operações de guerra, operações com o emprego limitado da força e operações benignas, em curto espaço de tempo e sem apoio de bases próximas.

3. As Operações Expedicionárias

A resposta para esta demanda do Estado é a manutenção de uma força, capaz de realizar operações em locais distantes, de maneira independente e autossustentável, as chamadas Operações Expedicionárias. De acordo com o manual MCDP-3, Operações Expedicionárias são operações militares que envolvem a projeção em terra de uma força em área de crise com relativa sustentabilidade, sendo esta ação realizada em outro país e longe de sua base. Por ser desencadeada longe de apoio próximo e ter que se sustentar enquanto durarem as ações, as Operações Expedicionárias apresentam as seguintes características particulares que as diferenciam das demais operações militares:

- **A Operação ocorre somente no nível operacional:** sua condução normalmente ocorre no nível Operacional como parte de uma campanha mais ampla no Teatro de Operações, ou como operação isolada com o propósito de cumprir missão específica em proveito do poder naval. Apesar da atuação concentrar-se no nível Operacional, suas ações permeiam o nível estratégico e até mesmo o político. Como são consequências da necessidade de projeção de poder em um território estrangeiro, muitas vezes necessitam de extrema coordenação com o país hospedeiro, no caso de uma Operação de Ajuda Humanitária ou Evacuação de Não-Combatentes. Os resultados das ações em terra poderão impactar na relação entre o país executor e as outras nações, gerando benefícios ou desavenças no campo político internacional.

² Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/region_e/rta_participation_map_e.htm. Acesso em: 30 abr. 2016

- **Ocorre em local distante da sua base:** por definição este tipo de operação se caracteriza pelo envio de uma força militar a outro país com o propósito de projetar poder sobre terra para cumprimento de missão específica. As distâncias envolvidas e a situação política que caracteriza o emprego de tais forças, torna muito difícil a obtenção de apoio logístico local para sustentar as ações em terra.
- **Envolve projeção de poder em outro país:** as Operações Expedicionárias por definição envolvem projeção de poder em outro país, que podem consistir em Operações de Guerra Naval, compreendendo o Assalto Anfíbio, Incursão Anfíbia, Demonstração Anfíbia e Retirada Anfíbia, ou as Operações de Emprego Limitado da Força e as Operações Benignas traduzidas pela Projeção Anfíbia para realização de Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC), resposta aos desastres ambientais e às Operações Humanitárias (BRASIL, 2014).

Figura 1: Projeção de Poder - Desembarque da Força



Fonte: <https://www.defesaareanaval.com.br>

- **É conduzida por uma força que tenha capacidade de ser autossustentável:** uma das características marcantes da Operação Expedicionária, é que a força que a realiza deve ter condições de se sustentar pelo tempo necessário ao cumprimento da missão (ESTADOS UNIDOS, 1998). Esta característica se faz imprescindível pois será difícil para a força conseguir suprimentos localmente, especialmente considerando que a operação envolve a projeção de poder em outra nação, seja ela consensual ou não. Nestas condições cresce de importância o conceito de “Sea Basing” que prevê a execução do Apoio de Serviços ao Combate (ApSvCmb) a partir dos navios que transportam a força, aliviando a necessidade de desembarque dos meios logísticos, minimizando o impacto no país onde as operações se realizam e reduzindo a necessidade de proteção da própria estrutura de ApSvCmb.
- **Possui objetivo limitado:** tendo em vista que a força designada para conduzir a Operação Expedicionária terá a sua capacidade de transporte de pessoal, suprimentos e equipamentos limitada aos espaços disponíveis nos meios alocados para seu transporte, os objetivos atribuídos a este tipo de operação também terão que ser adequados às capacidades da força executora (TILL, 2009). Durante o planejamento da operação, deverá ser considerado o vulto da força e sua capacidade de sustentação para que

se defina um objetivo adequado e conseqüentemente uma missão exequível, considerando que ela terá que atuar independentemente de apoio.

- **Possui uma duração limitada no tempo:** uma vez que a operação se caracteriza pelo emprego de uma força autosustentável pelo período de tempo necessário a alcançar seus efeitos desejados, sua ação será limitada à capacidade de manter-se em terra com os suprimentos que foram desembarcados para proporcionar um apoio logístico mais cerrado em terra e pelos suprimentos que permaneceram embarcados nos navios (TILL, 2009).
- **É uma operação vocacionada para o Poder Naval:** embora as ações limitadas a serem executadas em outro país possam ser conduzidas com o emprego dos poderes aéreo e terrestre, as características dos meios empregados pelos demais poderes militares impõe seríssimas limitações para realização de uma Operação Expedicionária (LAGE; GUADAGNINO, 2013). Os meios disponíveis para o poder aéreo não possuem capacidade de transporte em espaço e peso que permita deslocar uma quantidade de suprimentos adequada à duração das ações. O poder terrestre não possui a rapidez de mobilização necessária nem a capacidade de se instalar em outro país sem que este tenha fronteira contígua com nosso país. Por outro lado, os meios navais permitem embarcar uma quantidade muito superior em pessoal, material e suprimentos fornecendo a capacidade necessária que uma força militar tem que ter para realizar uma operação dita expedicionária em outro país. Esta grande capacidade de transporte associada às características da mobilidade, da permanência e da versatilidade, intrínsecas ao poder naval, permitem que a Força Expedicionária possa ser deslocada por longas distâncias, com quantidade considerável de equipamentos e suprimentos, podendo permanecer por um período considerável no local da crise permanecendo em águas internacionais (LAGE; GUADAGNINO, 2013).

Figura 2: Força Tarefa Anfíbia



Fonte: Royal Navy

- **Cooperação com outras agências governamentais e Organizações Não Governamentais (ONGs):** considerando os possíveis cenários de emprego, particularmente sendo a Operação Expedicionária uma projeção anfíbia, os desafios a serem enfrentados no país onde ocorrerá o desembar-

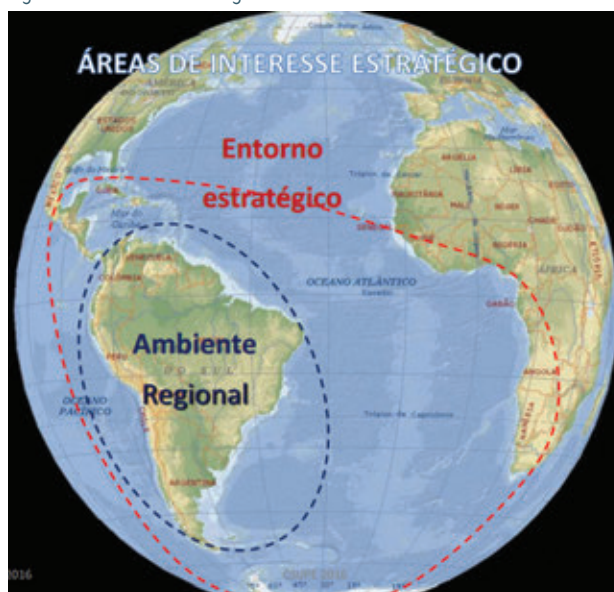
que, transcenderá a capacidade de atuação da força militar, tornando imperativo que esta atue em conjunto com outros órgãos governamentais e não governamentais que possuem expertise específica nos desafios que serão enfrentados (TILL, 2009). Desta maneira poderá ser incorporado ao Estado-Maior da força que realizará a operação, representantes de tais organizações para auxiliar no planejamento e na condução das ações em terra.

4. O Entorno estratégico brasileiro e o desenvolvimento de uma capacidade expedicionária

Seguindo a tendência mundial das relações entre Estados, o Brasil é signatário de vários acordos e participa de diversas organizações internacionais, mas em virtude de sua atual posição de destaque no cenário regional, cresce de importância aqueles acordos e organizações que abrangem sua microrregião de influência, o Atlântico Sul.

A Política Nacional de Defesa (PDN) em seu item 6, ressalta a complexa relação entre os Estados, pautada basicamente em normas e acordos internacionais, mas também fortemente influenciada por interesses particulares destes Estados. Neste contexto, os países buscam forjar alianças ou gerar conflitos de acordo com os benefícios extraídos. Baseado neste pensamento, o Governo brasileiro estruturou a defesa nacional em 11 Objetivos Nacionais de Defesa. Analisando criteriosamente seus significados, poderemos identificar que pelo menos 07 Objetivos estão diretamente relacionados a questões de integridade territorial, fomento de um parque industrial de defesa autóctone e conscientização da sociedade brasileira da importância da defesa. Os demais objetivos nacionais de defesa, apesar de trazerem uma perspectiva de proteção, como o próprio nome sugere, balizam ações no campo internacional na defesa da estabilidade regional sul-americana, na manutenção da paz e segurança internacional e principalmente na defesa dos interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior.

Figura 3: O Entorno Estratégico Brasileiro



Fonte: <https://www.defesaeseguranca.com.br>

A PDN descreve o entorno estratégico brasileiro como sendo toda a região sul-americana, o Atlântico Sul, os países limítrofes da África e a Antártica (BRASIL, 2012). Considerando ser essa a principal área de interesse do Brasil, faz-se mister desenvolver capacidades e preparar-se para realizar intervenções nesta grande região balizada pelas águas do Atlântico Sul. Para tanto, o Brasil deve prezar pela manutenção de uma força de pronto emprego e autossuficiente, capaz de conduzir Operação Expedicionária em áreas de interesse, principalmente na área de interesse estratégico do Brasil.

5. O Poder Naval e a sua vocação expedicionária

Em consonância com os objetivos políticos relacionados à defesa brasileira, a Estratégia Nacional de Defesa na apresentação dos objetivos estratégicos das Forças, determina que a Marinha do Brasil (MB) desenvolva a sua capacidade de projeção de poder, mantendo uma tropa em condições de pronto emprego para atuar tanto nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), defendendo instalações, portos e ilhas, quanto em outras partes do mundo seja na realização de operações de paz, operações de ajuda humanitárias ou outras operações militares, em proveito dos interesses nacionais conforme ressalta a PDN (BRASIL, 2012).

Partindo desse princípio, a MB expediu em 2014 a nova Doutrina Básica da Marinha (DBM), a qual enfatiza que a defesa da Amazônia Azul não se restringe às operações no interior das AJB, devendo ser estendida além dos espaços marítimos brasileiros (BRASIL, 2014). A preocupação de distanciar as ações de proteção de nosso território implica em manter capacidade de atuar no nosso entorno estratégico, que conforme citado na PDN, caracteriza-se pelo Atlântico Sul, tendo o continente sul-americano como limite ocidental, o mar do Caribe como limites setentrional, os países limítrofes da África com limite oriental e o continente antártico com limite meridional. Operar nestas áreas distantes, impõe à MB a capacidade de executar Operações Expedicionárias.

Na consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa a DBM ressalta as tarefas básicas do Poder Naval, e dentre elas destaca a capacidade e projetar poder sobre terra, que se traduz na capacidade de transferir a influência do poder naval sobre áreas terrestres. Dentre as possibilidades de concretizar tal influência, a DBM destaca a

realização da Operação Anfíbia por meio de uma força capaz de operar distante de sua base, mantendo condições de sustentabilidade pelo período necessário a alcançar os efeitos desejados de tal intervenção. Para tanto, o Poder Naval deverá dispor de uma força de caráter expedicionário, em permanente condição de pronto emprego, autossustentável e adequadamente apresentada para cumprir tarefas por tempo limitado e em área operacional distante de suas bases terrestres (BRASIL, 2014).

Além das Operações Anfíbias, que se caracterizam pela projeção do poder naval sobre um litoral hostil ou potencialmente hostil, também podem ser caracterizadas como Operações Expedicionárias a seguintes Operações realizadas pelo Poder Naval:

- a. **No campo das Operações de Guerra Naval:** além das Operações Anfíbias, as Operações Ribeirinhas, quando se destinarem ao controle ou negação de uma Área Ribeirinha em outro país; e as Operações Terrestres de Caráter Naval, quando compreenderem ações desenvolvidas em terra, pelo poder Naval, em outros países.
- b. **No campo das operações com o Emprego Limitado da Força:** as Operações de Paz, que se caracterizam pelo emprego do Poder Naval em outros países, sob a égide de organismos internacionais; as Operações de Evacuação de Não-Combatentes (ENC), que preveem a evacuação de cidadãos brasileiros e de outras nacionalidades indicadas pelo governo, de locais fora do território nacional; e as Operações de Segurança das Representações Diplomáticas, que se destinam a prover a segurança do pessoal e das instalações das representações diplomáticas e de instalações de interesse em outros países.
- c. **No campo das atividades benignas:** as Operações em Apoio à Política Externa; as Operações Humanitárias, que compreendem operações realizadas em outros países com o propósito de mitigar os efeitos de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem; e as operações relacionadas com a diplomacia preventiva, que contemplam ações orientadas pelo Capítulo VI da Carta das Nações Unidas.

Em todos os exemplos supracitados, a MB deverá dispor de uma força capaz de projetar-se em outro esta-



Figura 4: Embarque da ForDbq
Fonte: Comando da Divisão Anfíbia

do, com ou sem o consentimento daquele, em condições de operar pelo tempo necessário para atingir os efeitos desejados, tanto no campo militar quanto no campo político.

Figura 5: Descarga de suprimentos da ForDbq



Fonte: <https://www.defesaereaenaval.com.br>

6. Conclusão

A reordenação geopolítica mundial após a queda do comunismo soviético, a globalização da economia, demonstrada pela proliferação de acordos comerciais e o desenvolvimento de blocos políticos, extravasou o impacto de crises e catástrofes regionais, fazendo com que afetem não só a sua microrregião, mas também as de-

mais nações que mantêm relações políticas e econômicas naquele local, mesmo que localizadas a grandes distâncias. A expansão na dimensão e amplitude dos impactos das crises regionais gera a necessidade de desenvolvimento, por parte dos países que têm seus interesses diretamente afetados, de instrumentos de intervenção, que permitam, com ou sem consentimento de outros Estados, buscar defender suas demandas e interesses legítimos como nação.

Atendendo a esta demanda, surge como resposta o desenvolvimento de uma doutrina que permita ao país enviar uma força militar, com adestramento específico, alto estado de prontidão e capacidade de autossustentabilidade, para os locais onde a presença de sua bandeira se torne necessária para defesa de seus interesses. As Operações Expedicionárias são a tradução desta capacidade. Conduzidas por força especialmente adestrada e pronta, capazes de operar fora do país e sem apoio local, com objetivos limitados e por um curto período de tempo, sendo também capazes de interagir com outras forças militares, Organizações Internacionais e ONGs, garantem a nação possuidora desta capacidade, defender seus interesses em qualquer lugar que se faça necessário.

A necessidade de deslocar-se a grandes distâncias com a quantidade necessária de pessoal e material para sua condução, traduzida pela mobilidade, a necessidade de manter-se operando nos locais de crise independente de apoio, traduzida pela permanência, bem como a capacidade de atuar tanto com uma postura militar ofensiva e intervencionista, quanto realizar atividades de caráter humanitário e assistencial, materializado pela versatilidade, conferem ao Poder Naval a vocação para condução das Operações Expedicionárias.

Referências

1808 O HISTÓRICO Desembarque. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 26, p. 8-9. 2008. Edição extra.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa-a/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

BRASIL. Política Nacional de Defesa. 2. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/estado-e-defesa-a/estrategia-nacional-de-defesa>>. Acesso em: 3 mai. 2016.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Expeditionary Operations**. Quantico, VA, 1998.

LAGE, Rodrigo Ramos; GUADAGNINO, Luiz Guilherme Dias. O Conjugado Anfíbio como Ferramenta da Capacidade Expedicionária do Poder Naval. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 6-15, 2013.

MELO, Ronaldo Lopes. Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais. **Revista Navigator**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 61-69, 2010.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century** – 2nd ed. London: Taylor & Francis Group, 2009. 409 p.



CMG (FN) **Cláudio** Lopes de Araújo **Leite**
claudio.leite@marinha.mil.br

A Força Expedicionária



O CMG (FN) Cláudio Leite é o atual Comandante do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia. É oriundo da Turma 1990 da Escola Naval. Possui o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores e realizou o Curso Especial de Oficial de Comunicações (C-Esp-OCOM) no CIASC, bem como o *Communications and Information Systems Officers Course*, em Quantico-EUA. Comandou o Batalhão de Comando e Controle em 2013 e foi Chefe do Estado-Maior do GptOpFuzNav-Haiti em seu IX Contingente, em 2008.

As Guerras dos Bôeres¹ foram dois conflitos ocorridos no sul da África, de dezembro de 1880 a março de 1881 e de outubro de 1899 a maio de 1902. Nasceram de uma rivalidade que colocou, em lados opostos, o desejo britânico de dominar a região e a aspiração de autonomia dos bôeres, colonos descendentes de holandeses, que haviam se organizado em duas pequenas repúblicas, *Transvaal* e *Orange*.

Nessas guerras, o Exército Britânico, acostumado a possuir sensíveis vantagens administrativas e tecnológicas em suas disputas coloniais, foi surpreendido e superado, em diversas batalhas, pelas tropas bôeres, uma milícia organizada por fazendeiros que contava, no entanto, com eficiente organização tática e modernos armamentos importados da Europa (PRETORIUS, 2011).

Após o término da Guerra dos Bôeres, o Governo Britânico criou diversas comissões para estudar as lições aprendidas no conflito sul-africano e propor reformas para o *British Army*. Uma delas, intitulada *Norfolk Commission*, destacou-se ao rever um importante conceito estratégico: ao propor que a defesa da pátria competisse prioritariamente à *Royal Navy*, possibilitou que seu Exército priorizasse a criação de uma Força permanentemente adestrada para operar longe das Ilhas Britânicas. Essa ideia concretizou-se com as reformas realizadas por Richard Haldane², ao criar a *British Expeditionary Force (BEF)*, que viria a ter importante papel na I Guerra Mundial (1914-18), quando contribuiu decisivamente para a vitória da Tríplice Entente na Batalha do Marne, detendo a ofensiva alemã do Plano *Schlieffen*³ (HALDANE, 1920).

¹Em inglês, prefere-se hoje a denominação Anglo-Boer War.

²Secretário de Estado da Guerra de 1905 a 1912.

³Plano militar aplicado pelo exército alemão no início da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Inicialmente concebido por Alfred von Schlieffen, chefe do Estado-Maior alemão entre 1892 e 1906.

Deve-se ressaltar que, embora tenha sido a pioneira a receber o nome de “Expedicionária”, a BEF certamente não foi a primeira Força a levar os interesses de seu Estado a operações militares distantes de seu território.

Figura 1: A *British Expeditionary Force* desembarca na França – Le Havre, agosto de 1914



Fonte: *National Army Museum*⁴

Ainda na antiguidade, no século V a.C., ocorreram as expedições persas que tentaram derrotar as Cidades-Estado gregas de Atenas e Esparta, após atravessar a Ásia Menor, o Mar Egeu, a Trácia e a Macedônia, no que hoje chamamos de Guerras Greco-Pérsicas.

Trezentos anos depois, na Segunda Guerra Púnica, coube ao general cartaginês Aníbal Barca comandar uma extraordinária expedição militar, partindo de Cartagena, marchando milhares de quilômetros e cruzando os Alpes com seu exército até penetrar na Península Itálica, coração do Império Romano.

⁴Disponível em: <https://www.army.mod.uk/firstworldwarresources/archives/1101/the-british-expeditionary-force-landing-in-france-august-1914>. Autor: W B Wollen, 1914.

Figura 2: As guerras Greco-Pérsicas



Fonte: Wikimedia Commons⁵

Foi a I Guerra Mundial, contudo, que consagrou o emprego do termo expedicionário, pois diversos países organizaram forças com essa denominação, para combater na Europa e em outros teatros de operações.

Os EUA enviaram sua *American Expeditionary Force (AEF)*, sob o comando do General Pershing. A Austrália criou uma *Australian Naval and Military Expeditionary Force*, que teve como sua primeira missão destruir estações de rádio germânicas na Nova Guiné (MACKENZIE, 1941). Canadenses, egípcios, neozelandeses e indianos formaram forças expedicionárias para lutar em solo europeu. Russos e franceses (estes, para combater em Galípoli), ainda que envolvidos em combates em seus próprios territórios, apresentaram suas forças expedicionárias.

Neste ponto, é interessante abrir parênteses para abordar as diferentes acepções encontradas sobre a adoção do termo “expedicionário” e seus significados, em especial no contexto das operações militares.

A palavra latina *expeditus* representa a qualidade de ser leve, desembaraçado, na concepção de pouca bagagem (FARIA, 1962, p. 373-374). Como uma tropa leve, com logística reduzida, não se presta a operações prolongadas em território estrangeiro, compreende-se o entendimento apresentado no manual *Expeditionary Operations* do USMC, segundo o qual “o termo Expedicionário subentende uma duração temporária com intenção de retirar-se do território estrangeiro, após o cumprimento de sua missão específica”⁶ (ESTADOS UNIDOS, 1998, p. 35, tradução nossa). Devemos observar ainda que a denominação é bastante conveniente, sob a ótica política, por externar a ideia de ocupação temporária, sem objetivos no território estrangeiro além da missão específica recebida.

Em nosso idioma, a palavra *expeditus* é a origem etimológica de diferentes termos, dentre eles: *expedito*, que significa “aquele

que desempenha tarefas (...) com presteza, rapidez”; e expedição, que possui como uma de suas acepções registradas em dicionário (HOUAISS; VILLAR, 2001, p. 1287), a de “envio de tropas para determinado ponto”, ou seja, um significado relacionado ao deslocamento de uma tropa. É nesse sentido que aponta também uma das definições, no idioma inglês, do termo *Expeditionary*: “sent on military service abroad”⁷ (MERRIAM WEBSTER, 2017).

Posto que a leveza proporciona tanto rapidez quanto facilidade de deslocamento, enquanto limita, por certo, a duração de uma operação, podemos concluir que as definições acima são claramente interligadas e conduzem a um entendimento de que a qualidade de expedicionário significa ser leve, ligeiro e apto a deslocar-se para cumprir missões de caráter temporário, distantes de seu território.

Sendo assim, vemos que, embora a denominação “Expedicionária” tenha seu primeiro emprego em forças militares na I GM, a natureza da operação expedicionária, e por consequência das forças expedicionárias, remonta há muitos séculos e esteve presente nas operações militares, sempre que um Estado necessitou armar uma força para defender seus interesses em regiões afastadas de seu território, segundo as finalidades, meios e características peculiares das operações que, hoje, denominamos expedicionárias.

O que, então, diferencia uma Força Expedicionária?

O Ministério da Defesa Britânico apresenta as operações expedicionárias como “operações militares que podem ser iniciadas a curto prazo, executadas por forças autossustentáveis, preposicionadas ou capazes de serem rapidamente posicionadas, organizadas para alcançar um objetivo claramente definido em um país estrangeiro” (MoD (UK), 1999, tradução e grifo nossos).

Uma segunda abordagem pode ser encontrada no Manual *Expeditionary Operations*, do *United States Marine Corps*:

Resposta a crise requer todo o espectro das capacidades militares, inclusive a capacidade de entrada forçada: a introdução de forças militares frente a uma resistência armada e organizada. O interesse nacional requer uma Força Expedicionária, para resposta a crises, especificamente organizada, treinada, equipada e posicionada para projetar o poder militar no estrangeiro. Em decorrência da imprevisibilidade das crises possíveis, tal força de resposta deve ser organizada com uma vasto espectro de capacidades, ao invés de focar uma ameaça específica. Tal força deverá ser mantida em prontidão, pronta para posicionar rapidamente, por ar ou mar, e ser capaz de adaptar-se a um ampla variedade de ambientes operacionais, em curto prazo (ESTADOS UNIDOS, 1998, p. 31, tradução nossa).

As definições citadas acima deixam claro que uma Força Expedicionária necessita reunir determinadas características específicas que a tornem habilitada a alcançar, com sucesso, o propósito de sua missão.

A primeira a ser destacada é a prontidão.

Se o fim da Guerra Fria trouxe alívio ao trazer um mundo em que a possibilidade de uma hecatombe nuclear parece mais remota,

⁷Enviado ao exterior em função militar (tradução nossa).

⁵Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=25280827>. Autor: Juan José Moral – arquivo derivado de: Map Greco-Persian Wars.svg.

⁶“The term expeditionary implies a temporary duration with the intention to withdraw from foreign soil after the accomplishment of the specified mission”.

por outro lado vivemos um cenário de desordem crescente, causada por estados falidos, interferência externa de potências regionais, revoluções, crime transnacional, terrorismo, conflitos religiosos e desastres naturais, que desencadeiam crises de súbito e em lugares inesperados. Em resumo, se as ameaças do mundo contemporâneo reduziram-se em magnitude, sem dúvida ampliaram-se em quantidade, frequência e variedade (ESTADOS UNIDOS, 1998, p. 34).

Mesmo que ocorram em regiões distantes, tais crises podem receber grande importância, por ocorrer em países que possuam relevantes ligações comerciais conosco ou em locais com a presença de cidadãos brasileiros. Pode, ainda, haver a conveniência do Brasil intervir, com a finalidade de reafirmar o prestígio internacional de nosso país, nossos valores e política externa, bem como a capacidade de projeção de poder de nossas forças armadas. Por fim, quando ocorrerem crises no entorno estratégico brasileiro⁸, o envolvimento de nossas forças armadas pode vir a tornar-se obrigatório.

Para que uma força seja considerada apta a intervir adequadamente em uma dessas situações, é fundamental que ela esteja permanentemente preparada para embarcar, deslocar-se e atuar com eficiência.

A prontidão operativa envolve diversos aspectos: a prontidão pessoal, de uma tropa formada por indivíduos apropriadamente preparados; a prontidão coletiva, quando esses indivíduos estão aptos a trabalhar em conjunto e todas as capacidades necessárias a essa força estão apropriadamente atendidas, por meio de pessoal treinado e equipamento adequado, incluindo a de desembarcar à viva força, em litoral hostil. E ainda, a disponibilidade de meios de transporte, para que possa deslocar-se rapidamente, por meios navais ou, em alguns raros casos, por meios aéreos.

Outra relevante característica necessária a uma Força Expedicionária é a flexibilidade, ou seja, a capacidade de organizar grupos operativos de diferentes valores, segundo a missão (BRASIL, 2014). As diferentes situações a serem enfrentadas podem exigir forças de valor e composição muito distintas entre si. Operações de curta duração em um ambiente com reduzido grau de ameaça exigirão efetivos bem menores do que o emprego em um conflito duradouro, contra um inimigo estatal. Dependendo da situação, os fatores da decisão podem indicar o emprego desde um Elemento Anfíbio⁹ até algo do tamanho da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial ou ainda a AEF, já citada neste artigo, que levou mais de um milhão de norte-americanos à Europa.

Essa flexibilidade também será importante ao ajustar a composição do grupamento operativo. Como uma Força Expedicionária exigirá espaços de embarcação para o transporte de si e de sua carga, será impositivo ajustar sua composição, visando empregar (por consequência, transportar e sustentar) somente os elementos absolutamente necessários ao cumprimento da missão, podendo e devendo, inclusive, ser planejada a execução de determinadas tarefas a partir de seu próprio território (planejamento, assessores e

analistas de inteligência, por exemplo). A austeridade não significa, contudo, que uma Força ser Expedicionária deva ser necessariamente reduzida ou levemente equipada. O essencial é que não seja maior ou mais pesada do que o necessário para cumprir a missão (ESTADOS UNIDOS, 1998, p. 44).

Deve-se observar ainda que as operações expedicionárias são, em sua maioria, realizadas em países com infraestrutura deficitária, em especial nos momentos de crises decorrentes de instabilidade política ou desastres naturais. Sendo assim, embora leve, uma Força Expedicionária deve carregar consigo recursos logísticos que a possibilitem sustentar-se por determinado período de tempo, duração essa que deverá ser de conhecimento prévio, a fim de ser considerada no planejamento da operação.

Destaca-se, assim, outra característica importante nas operações expedicionárias, que é a importância do suporte de uma força naval. As operações de uma Força Expedicionária devem ser apoiadas, sempre que possível, por meios navais, os quais, dispostos de conectores adequados para fazer a ligação mar-terra, permitirão o atendimento de suas necessidades logísticas. O apoio de uma força naval traz duas consequências para a organização de uma força que se pretenda ser expedicionária: não depender de meios que, em virtude de suas características físicas (tamanho, peso, pressão exercida sobre o solo), sejam inadequados ao embarque em navios; e dispor de conectores que, em adição aos proporcionados pela força naval, permitam seu desembarque no litoral de interesse, sem depender do controle de instalações portuárias.

Figura 3: Carros-Lagarta Anfíbios (CLAnf), conectores por excelência



Fonte: Francisco Veterano Alves

É claro que as possibilidades de apoio de uma força naval decrescem quando a operação necessita ser desenvolvida em regiões afastadas do litoral. No entanto, é indiscutível a proeminência das regiões litorâneas como locais de interesse e, por consequência, como as mais prováveis áreas de operação de nossas forças expedicionárias. Afinal, é nas regiões litorâneas que o comércio internacional marítimo é exportado e recebido para atendimento dos mercados, o que resulta, desde o início da civilização, na crescente relevância das cidades litorâneas como centro de comércio e, também, foco de conflitos.

A importância do apoio de forças navais ultrapassa as óbvias vantagens que se oferece em termos de transporte e apoio logístico. Uma característica das mais importantes, para uma Força Expedicionária, é sua capacidade de autoproteção. Afastada de seu território e em território incerto ou hostil, ela normalmente contará apenas consigo para eventuais ações de defesa. Forças executan-

⁸Segundo a Política Nacional de Defesa, compreende a América do Sul, o Atlântico Sul, os países limítrofes da África e a Antártica (BRASIL, 2012).

⁹Um CLAnf possui componentes com valor, no máximo, de Companhia de Fuzileiros, capacidade média de durar na ação por até cinco dias, sem reabastecimento, e efetivo aproximado de trezentos militares (BRASIL, 2013).

do tais missões poderão encontrar-se em um ambiente sem lei, dominado pela ameaça de violência (ESTADOS UNIDOS, 1998, p. 21). Nesse contexto, mais uma vez o apoio de forças navais pode proporcionar grandes vantagens para a Força Expedicionária, por possibilitar o posicionamento de parte de sua estrutura afastada das principais ameaças hostis e assegurar o apoio aos elementos desembarcados.

O apoio de uma força naval torna-se ainda fundamental por proporcionar a inserção da Força Expedicionária e sua retirada com facilidade, dadas sua mobilidade intrínseca e o conceito da liberdade de navegação em águas internacionais. Um Grupamento Operativo pode permanecer embarcado em navios de sua Marinha, pronto para entrar em ação, a uma distância que será mais distante ou mais próxima, conforme o interesse de seu país seja ampliar ou reduzir a pressão exercida. Da mesma forma, como uma operação expedicionária é por definição temporária, a retirada da força será em muito facilitada pelo apoio de uma força naval.

As operações expedicionárias possuem também uma forte relação de influência com a política, tanto em seus aspectos internos, como nas relações internacionais. Em uma operação expedicionária, questões políticas que possivelmente ultrapassarão o poder decisório de seu comandante existirão até mesmo em assuntos intrínsecos às suas próprias *forças armadas*, pois, como alerta Till (2004, p. 210), essas operações normalmente envolvem ações conjuntas prolongadas que exigem extensa coordenação entre forças navais, terrestres e aéreas.

É no campo da política internacional, no entanto, que as armadilhas mais complexas tendem a surgir. Isto ocorre porque as operações realizadas em outros países, ainda que sob razões humanitárias, estão longe de ter sua validade unanimemente reconhecida. Toda Força Expedicionária opera sob o olhar atento da comunidade internacional, fazendo com que mesmo uma ação isolada possa gerar severas consequências nos níveis político e estratégico. Ademais, as operações expedicionárias, por suas características intrínsecas, podem ser encerradas a qualquer momento pelo país que as empreende. Sendo assim, um episódio

isolado, consequência de uma ação incorreta de uma pequena fração, pode causar tão grande mal estar na opinião pública nacional e internacional, que venha a levar o poder político a decidir pelo encerramento da operação em si. (TILL, 2004, p. 212)

Logo, uma Força Expedicionária deve estar apta a lidar com as variáveis de sua operação que se imiscuem no campo político, por meio de uma capacitada seção de Assuntos Cívicos; um eficiente assessoramento de Comunicação Social e Operações Psicológicas; uma liderança efetiva; e, acima de tudo, preparando uma tropa na qual cada militar compreenda a intenção do comando, seu papel na operação e embarque para a missão imbuído dos valores corretos. O “Cabo Estratégico”, como definido pelo Gen. (USMC) Krulak (1999), é uma realidade presente nessas operações e possui importância vital para o cumprimento da missão.

Concluindo este artigo, voltamos às palavras do idealizador da *British Expeditionary Force*, Richard Haldane, que em seu livro *Before the War* visualizava a BEF como uma Força relativamente pequena, porém de alta qualidade, bem adestrada e bem equipada, apta a enfrentar tropas que, ainda que superiores em número, fossem menos coesas e pouco efetivas. Frisava ele que:

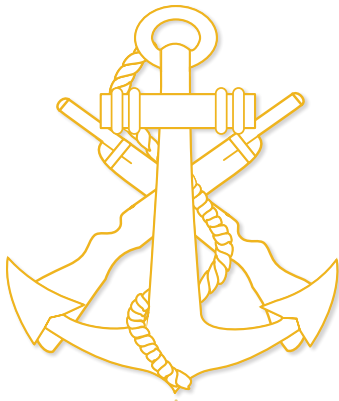
Isso, é claro, não significa que a pequena Força Expedicionária Britânica possa enfrentar o enorme e admiravelmente bem organizado Exército Alemão, mas deve-se ressaltar a importância crescente, em nossos tempos, do moral e da obtenção de um nível de preparo elevado, e do valor que mesmo uma pequena força, se preparada adequadamente, pode alcançar (HALDANE, 1920, p. 180-1).

A importância crescente, citada por *Haldane*, permanece hoje, bem como a crença no que uma força pronta, bem preparada e bem adestrada, pode realizar. Cabe ao soldado do século XXI, em especial àqueles ligados, por vocação e responsabilidade, às operações no mar, para que, no momento preciso, esteja em condições de afirmar: aqui estamos! Adsumus!

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2013.
- BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305: Doutrina Básica da Marinha**. Brasília, 2014.
- ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Expeditionary Operations**. Washington, D.C., 1998.
- FARIA, Ernesto (Org.). **Dicionário Escolar Latim-Português**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1962. Disponível em: < <https://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001612.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2016.
- HALDANE, Viscount Richard. **Before the War**. New York: Funk & Wagnalls Company, 1920. Disponível em: <<https://archive.org/details/beforewar00hald>>. Acesso em: 07 jun. 2016.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- KRULAK, General Charles C. **The Strategic Corporal:**

- Leadership in the Three Block War. **Marines Corps Gazette**. Disponível em https://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/usmc/strategic_corporal. Acesso em 06 out. 2016.
- MACKENZIE, S. S. **The Australians at Rabaul: the capture and administration of the German possessions in the South Pacific**. Sidney: Angus and Robertson Ltd., 1941. Disponível em: <https://www.awm.gov.au/collection/RCDIG1069937/>. Acesso em 03 out. 2016.
- MERRIAM WEBSTER. **Merriam-Webster.com**. Disponível em: <<https://www.merriam-webster.com/dictionary/expeditionary>>. Acesso em 17 Abr. 2017.
- PRETORIUS, Fransjohan. The Boer Wars, 29 mar. 2011. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/boer_wars_01.shtml#one>. Acesso em 09 nov. 2016.
- REINO UNIDO. Ministry of Defence. **Joint Doctrine Publication 01**. Shrivenham, 1999.
- TILL, Geoffrey. **Seapower: a guide for the twenty-first century**. London: Frank Cass Publishers, 2004.



CMG (FN) Paulo Sergio C.B. Tinoco Guimarães
tinoco@marinha.mil.br

Possibilidades e Necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil



O CMG (FN) Tinoco é atualmente o Adido Naval do Brasil no Paraguai. É oriundo da Escola Naval. Possui vários cursos na área de Operações Especiais, sendo Comandos Anfíbios, Precursor Paraquedista e Mergulhador, entre outras especialidades. Realizou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM) na Escola de Guerra Naval, em 2015. Comandou o Batalhão de Operações Ribeirinhas, em Manaus/AM. Foi o chefe da Seção de Planejamento (D5) do Estado-Maior Conjunto, do Coordenador Geral de Defesa de Área, antes e durante os Jogos Olímpicos RIO 2016. Possui, também, MBA em gestão empresarial e pós-MBA *Latu sensu* em gestão internacional, ambos pelo instituto COPPEAD/UFRJ.

Acredito que este periódico, diferente de outras revistas militares e com distinção também dos trabalhos acadêmicos que realizamos (ou realizaremos), em nossos centros de ensino militares, ao longo de nossas carreiras, deva constituir-se em uma leitura mais leve, dinâmica e objetiva e que, portanto, permite liberar-se de formalidades científicas e outras normas técnicas que caracterizam àquelas. Ao folheá-la, levo meus pensamentos ao que foi o informativo de mesmo nome, décadas passadas, onde o “Decida” e principalmente as respostas enviadas pela “tenentada” e pelos sargentos auxiliares gerava uma sadia competição entre nossas Unidades e bem caracterizava nosso espírito de corpo, e que hoje, talvez por preservar essas características, continua tendo a repercussão que tem, e me faz avançar logo para as páginas finais da revista, para ler as criativas soluções propostas aos problemas militares apresentados na edição anterior.

Figura 1: NDM “BAHIA” transportando parte da Força Expedicionária



Fonte: o autor

Seguindo por este caminho, recebi a missão de escrever acerca das possibilidades e necessidades de uma Força Expedicionária para o Brasil, o que inicio agora, com a certeza de que estou rascunhando algo o qual realmente acredito que deva ser uma capacidade necessária das Forças Armadas brasileiras, particularmente capitaneadas pela nossa Marinha do Brasil (MB), pelo menos nos momentos iniciais de sua ativação, caso venha a ocorrer. Optei por desenvolver o tema em um texto corrido que buscarei abordar objetivamente em quais cenários poderíamos empregar tal capacidade, especificando as demandas em termos de urgência de emprego e vulto da força necessária, levando em conta a realidade que estamos envolvidos.

Qual a probabilidade de ocorrência de conflitos militares, globais ou regionais, a ponto de exigir a participação do Poder Naval (PN)¹, para a salvaguarda de pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros ou sob jurisdição brasileira, fora do território nacional? Minha opinião: tal probabilidade de ocorrência é relativamente alta, e daí urge a necessidade de se estar sempre pronto para ativar uma Força Expedicionária! Em uma época de descaracterização das formas de conflito, penso que as situações de não-guerra e/ou emprego limitado da força² é que poderiam ocorrer os principais empregos, no contexto de projeção de poder sobre terra - a utilização de forças treinadas para a salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior, bem como para o atendimento a compromissos internacionais assumidos pelo país - externadas em uma Força-Tarefa (FT) que contenha meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, em uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC) ou em uma Operação de Ajuda Humanitária ou ainda de Paz.

¹ Componente militar do Poder Marítimo.

²Embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito ou este é utilizado de forma limitada.

Permito-me iniciar este artigo, reproduzindo parcela do texto de autoria do CT (FN) Stephen, então Comandante da Companhia de Carros Lagarta Anfíbios do Batalhão de Viaturas Anfíbias de Fuzileiros Navais, que pode ser encontrado em diversas redes sociais e que acompanha seu vibrante vídeo de 1 minuto e 45 segundos relatando suas experiências e impressões sobre a “Operação Sinal Vermelho” (realizada em 2017)³:

[...] Quando me dei conta, éramos quase 800 militares arriscando nossas vidas em diversos meios: navios, CLAnfs, embarcações de desembarque, helicópteros e tudo mais que a Marinha pudesse utilizar. Mas disso tudo sabe o que mais me chamou a atenção? O fato de que todos esses militares foram simular a retirada de 80 brasileiros e 13 cidadãos de países amigos que no exercício precisavam fugir de um país que tinha entrado em conflito. É isso mesmo! 800 pessoas arriscando suas vidas para salvar 93. E sabe o que é mais interessante? Fariamos isso tudo mesmo que fosse para salvar apenas uma!

É assim que trabalhamos. Um preocupado com a vida do outro. É como se cada um fosse a nossa família.

Esse é o propósito do meu trabalho! Esse é o propósito da minha vida! (FERRO, 2017)

Muito feliz e oportuna considero a forma como ele sintetizou as principais características de uma Força Expedicionária nas entrelinhas de sua fala, características estas já apresentadas pelo meu companheiro de turma, CMG (FN) Cláudio Leite, no seu artigo anterior a este, nesta mesma revista. Ele externa também em seu vídeo o nosso comprometimento com a principal razão de existência do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e também o que se constitui um de nossos eixos estruturantes: existimos para realizar Operações Anfíbias!

Figura 2: CLAnf desembarcando a Força Expedicionária



Fonte: o autor

É notória a ligação do CFN, como registrado na Estratégia Nacional de Defesa (END), com esse tipo de operação, atribuindo-lhe o título de Força Expedicionária por excelência. Dentro dos

³Exercício constante do Plano Geral de Adestramento do Comando de Operações Navais (CON), que simulou uma Operação de Evacuação de Não-Combatentes no litoral do Espírito Santo (ES), buscando testar a prontidão operativa dos meios navais, de fuzileiros navais e aeronavais, da Esquadra e da Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE).

5 Objetivos Nacionais de Defesa⁴ do país, que surgiram da análise da conjuntura internacional e do entorno estratégico do Brasil, todos explicitados na Política Nacional de Defesa (PND), constatamos que, compatível com a estrutura político-estratégica que pretendemos ter, a manutenção de uma tropa de pronta resposta auxiliará no cumprimento de tais objetivos e contribuirá para defender os nossos interesses no exterior.

A nossa sociedade e principalmente os líderes políticos devem ter o conhecimento real da capacidade da sua Marinha de guerra. Em 2006, não enviamos ao Líbano uma FT Anfíbia para evacuar aproximadamente 2900 cidadãos brasileiros envolvidos no conflito iniciado pelo Hezbollah contra Israel, por desconhecimento de nossas capacidades por parte dos decisores políticos e por falta de oportunidade de apresentar a esses decisores a opção adotada por países como Austrália, Índia, Estados Unidos da América, Itália e França, entre outros, que evacuaram da região do conflito milhares de compatriotas utilizando suas Marinhas. Naquela oportunidade o Brasil, quando optou por uma retirada inicial por via terrestre, encontrou grandes dificuldades, o que agora parece seguro afirmar que a hipótese apresentada de realizar uma OpENC utilizando o PN teria proporcionado maior mobilidade e permanência à força, além das vantagens de poder retirar simultaneamente e em menos tempo uma maior quantidade de nacionais, e de promover maior segurança aos mesmos. Tanto era factível tal opção, que até hoje temos uma Fragata naquela região, compondo e chefiando uma FT marítima de uma missão da ONU, em águas deveras distantes.

Figura 3: Poder de combate balanceado



Fonte: o autor

Merece destaque, de outra parte, o fato de que é possível conduzir a bordo de nossos navios uma grande quantidade de suprimentos e medicamentos, que poderiam ser doados no contexto de uma ajuda humanitária. Evacuar cidadãos e prestar apoio humanitário, no contexto vivido naqueles 33 dias de conflito no Oriente Médio, teria sido uma nobre missão realizada com sucesso pelo binômio

⁴I. garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial;
II. defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;
III. contribuir para a preservação da coesão e da unidade nacionais;
IV. contribuir para a estabilidade regional; e
V. contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais. (BRASIL, 2012a)

MB/MRE, como assim o foi pela FAB/MRE⁵, mas que provavelmente teria tido vantagens relevantes em relação à opção adotada (terrestre-aérea), principalmente no que tange aos requisitos mobilidade, permanência, capacidade de transporte e segurança. Destaca-se a visibilidade positiva que operações bem sucedidas desta magnitude trariam para a MB (GUIMARÃES, 2007).

Sobre isso nosso Planejamento Estratégico (EMA-300) destaca em seu capítulo sobre identidade estratégica:

A salvaguarda das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior, que pode implicar o cumprimento das tarefas de proteção, evacuação ou resgate de brasileiros no exterior deve receber atenção, mormente, quanto ao adestramento, para desenvolvê-las com eficácia, em razão de ser a MB a Força preponderante, com meios materiais e humanos, para cumpri-las de modo independente (BRASIL, 2017).

O que devemos ter em mente, levando em consideração a Missão e a Visão da Marinha, é que uma Força Naval que busca mostrar-se relevante a um País como o Brasil, grande economicamente e que tem a capacidade de forte influência regional, deve ser desenvolvida prioritariamente para o emprego em combate e que, dessa forma, terá sim capacidade para atender a outras exigências eventuais da Política Nacional. Destacou ainda o EMA-300: “Se estivermos prontos e bem aparelhados para a nossa tarefa principal, certamente poderemos atender, com maior eficiência e eficácia, as demais atribuições da Marinha” (BRASIL, 2017).

⁵De acordo com Nota do MRE tratando do tema, foram retiradas 2.950 pessoas brasileiras, no período de 18 de julho até 21 de agosto, sendo 2.678 transportadas em 14 voos da FAB e em quatro voos efetuados pelas companhias aéreas brasileiras TAM, GOL, BRA e Varig (GUIMARÃES, 2007).

Figura 4: NDM “BAHIA” flexibilidade nos meios de desembarque



Fonte: o autor

Em meu trabalho de conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas (CPEM 2015) escrevi sobre a “Guerra Irregular no início do século XXI e seus reflexos para a MB”. Ao final, com base no conhecimento obtido, constatei que a MB já executa tarefas múltiplas e simultâneas dentro do espectro das operações militares, o que lhe permite direcionar seu esforço para o caso de emprego em um conflito irregular, bem como marcar seu envolvimento direto na manutenção da ordem social, quando solicitado (GUIMARÃES, 2015). Estendo o raciocínio para a pergunta que surge: estamos prontos para enviar o que seria a vanguarda de uma Força Expedicionária a qualquer momento? Se mantivermos nosso adestramento básico, associado a posse dos meios adequados, com destaque para os

Figura 5: NDM “BAHIA” formação da vaga de assalto
Fonte: o autor



Navios Anfíbios, com certeza sim! A partir do mar, podemos chegar mais cedo, ainda oportunamente para conseguir influenciar a evolução da situação, permanecemos mais tempo, levamos tudo que precisamos e contamos com a condição de liberdade de navegação.

A instabilidade gerada por organizações extremistas violentas e outras organizações terroristas desestabiliza os Estados soberanos e ameaça a normalidade econômica global. Coalizões se apresentam como Forças capazes de se contrapor a essas ameaças e de dar respostas a crises internacionais, e as Forças Expedicionárias são uma excelente solução para externá-las e colocá-las em ação. Nosso País tem que estar em condições de compô-las e deve demonstrar que possui essa capacidade, por meio de exercícios e adestramentos constantes, mantendo a prontidão para responder a crises e proteger os cidadãos e interesses do Brasil e de seus parceiros.

Associar uma Força Expedicionária a uma Marinha é algo natural para profissionais da guerra ou leigos que se interessam pelo assunto. Uma das tarefas da MB, sabemos, é apoiar a política externa do País. Entendo que é a oportunidade, quando o PN é convenientemente empregado, de ajudar o Brasil a garantir acordos e alianças celebrados no nível político, reforçando laços de amizade e também influenciando favoravelmente na opinião pública. Mas para isso temos que estar preparados e em constante adestramento. Forças expedicionárias navais podem projetar poder a grandes distâncias, realizando uma Operação Anfíbia (OpAnf) dentro do contexto de uma Campanha Conjunta, e podem também prover assistência humanitária imediata aos afetados por uma catástrofe natural, sem depender de portos ou aeroportos inacessíveis ou danificados.

Figura 6: NDCC "ALMIRANTE SABOIA" desembarque do autossustento



Fonte: o autor

O tema foi tratado em um Seminário conduzido pelo Exército Brasileiro (EB), isso mesmo, pela nossa Força terrestre! Temos que quebrar os paradigmas e buscar individualidade e singularidade em nosso emprego. A atuação conjunta é condição quase que inerente ao emprego moderno da solução militar e veremos nos próximos artigos desta edição como a atividade expedicionária se enquadraria no contexto das Operações Conjuntas. Naquele Seminário, que foi realizado em 2015, enquadrado nos estudos para a modernização do EB, externou-se várias vezes o sentimento de que a MB pode funcionar como uma espécie de "ponta de lança" para uma Força Expedicionária, atendendo com maior rapidez às necessidades dos conflitos, ganhando tempo para o posterior deslocamento de uma Força Expedicionária com maior capacidade de durar na ação, e que exige um trem logístico muito superior ao de uma Unidade Anfíbia (UANf) ou de um Elemento Anfíbio (ElmAnf). Ficou claro o entendimento dos participantes do seminário de que tropas anfíbias, integrando conjugado anfíbio, são natural e intrinsecamente Forças Expedicionárias, exclusivamente aptas às ações de "entrada forçada" a partir do mar e que, no âmbito da Defesa, deve naturalmente caber ao CFN a resposta imediata ao emprego expedicionário quando a situação assim o exigir, ocorrendo obrigatoriamente dessa forma quando uma OpAnf for a solução escolhida (BRASIL, 2015).

No contexto da estrutura de defesa norte-americana, existem diversos institutos de pesquisa que prestam assessoramento aos Ministérios em inúmeras áreas, os conhecidos "*Think tanks*"⁶. Em relatório divulgado, um deles, o RAND Corporation⁷, em apoio ao estudo e ao desenvolvimento do Departamento de Defesa (DoD), especificamente dos problemas gerados para as MAGTAF e para as MEU⁸ pela falta de espaços de embarcação nos navios da *U.S. Navy* que as conformam e transportam, e que dificultam o atendimento de todas as capacidades levantadas para as mesmas, avaliou-se o quão danoso podem ser os cortes orçamentários e como influenciariam na capacidade das Forças daquele país para atuarem em crises no exterior. O fato de não poder levar todo o pessoal/ material a bordo dos navios disponíveis, exige flexibilidade e adaptação às soluções apresentadas, ocorrendo naturalmente uma priorização do planejamento para o embarque/desembarque. Interessante observar o envolvimento de todas as expressões do poder nacional naqueles problemas que, em tese, são majoritariamente relacionados ao setor da Defesa - um bom exemplo a ser seguido. O estudo em questão apresenta uma sugestão de ferramenta em *software* para ser aplicado nessa distribuição, facilitando o processo decisório e o inventário que será embarcado. Sugiro a leitura da referência aos que desejarem se aprofundar no tema (RAND, 2012).

⁶*Think tanks* são organizações ou instituições que atuam no campo dos grupos de interesse, produzindo e difundindo conhecimento sobre assuntos estratégicos, com vistas a influenciar transformações sociais, políticas, econômicas ou científicas sobretudo em assuntos sobre os quais pessoas comuns (leigos) não encontram facilmente base para análises de forma objetiva. Os *think tanks* podem ser independentes ou filiados a partidos políticos, governos ou corporações privadas. (Fonte: Wikipedia)

⁷Acrônimo de Research AND Development.

⁸Marine Air Ground Task Force, corresponde ao Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, e Marine Expeditionary Unit, corresponde à Unidade Anfíbia, respectivamente.

Isto apresentado, podemos concluir este artigo lançando um desafio àqueles que desejarem fazer um exercício mental em seus momentos de ócio criativo: DECIDA! Como poderia estar configurado um GptOpFuzNav - valor ElmAnf - que estivesse pré-embarcado nos meios navais de uma FT⁹, que pudesse ser empregada para ajudar nas soluções dos atuais conflitos descaracterizados e considerando o amplo espectro dos mesmos, atuando portanto em diversos contextos? Como vocês conformariam seus Componentes, dessa vanguarda de uma Força Expedicionária? O que não poderia

⁹Meios Navais e aeronavais da FT fictícia: 1 NMD (o Bahia, por exemplo), com 1 EDCG, 1 EDVM e 2 helicópteros Super-Puma (UH-14); 1 Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC); 1 Navio Tanque e 2 Fragatas (ou outra classe de escolta), com 1 helicóptero Esquilo (UH-12/13) embarcado em cada um desses navios.

faltar em pessoal/material visando atender as características desejáveis de uma Força moderna, equilibrada e balanceada, que disponha de meios compatíveis com a inserção político-estratégica de nosso País no cenário internacional e, em sintonia com os anseios da sociedade brasileira¹⁰?

Divirtam-se! E aguardo suas ideias, que podem ser enviadas para meu e-mail mencionado no início deste artigo. Quem sabe não consigamos escrever outro *paper* contendo um resumo das brilhantes sugestões de nossos leitores? ADSUMUS!

¹⁰Texto extraído da VISÃO da MB, apresentado no PLANO ESTRATÉGICO da MARINHA (EMA-300), 3ª revisão, de 22 de junho de 2017.

Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **Ofício n.87/2015**: relatório do Seminário sobre Força Expedicionária. Rio de Janeiro, 2015.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior. **EMA-300**: Plano Estratégico da Marinha. Brasília, DF, 2017.

_____. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, DF, 2014.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF, 2012.

FERRO, Stephen. Vídeo publicado em sua linha do tempo no *facebook*. 15 de jun 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/stephen.ferro.75?ref=br_rs>. Acesso em: 10 jul. 2017.

GUIMARAES, Paulo S C B Tinoco. **Evacuação de Não-Combatentes no Líbano em 2006**: uma hipótese de emprego do Poder Naval e seus reflexos junto à sociedade. Monografia (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – CEMOS)-Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

GUIMARAES, Paulo S C B Tinoco. **A Guerra Irregular no início do século XXI**: seus reflexos para a Marinha do Brasil. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM) - Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2015.

RAND Corporation. National Defense Research Institute. **TR 1253**. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0B_B2-ezUXhObRmt10WhxUTBYam8>. Acesso em: 10 jul 2017. Santa Monica, CA, 2012.



CA (FN) **Renato** Rangel Ferreira
renato.ferreira@marinha.mil.br

Corpo de Fuzileiros Navais: a Força Anfíbia de Caráter Expedicionário



O CA (FN) **Renato** Rangel Ferreira é atualmente o Comandante do Material de Fuzileiros Navais. Oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) na Escola de Guerra Naval, já tendo comandado o Batalhão Naval, o Batalhão Paissandu e o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-HAITI, além de ter servido como Oficial de Intercâmbio na *2nd Marine Division* e cursado o *Amphibious Warfare School*, ambos no *United States Marine Corps*.

“Em 27 de maio, veio a notícia de que outra revolução estava em pleno andamento em *Bluefields*, na costa leste da Nicarágua. Às oito e meia da manhã, recebemos ordens de partir e às onze e meia já estávamos a caminho - duzentos e cinquenta oficiais e praças. A Sra. Butler saiu para fazer compras e quando ela voltou, ao meio-dia, eu já tinha partido...”
Major General Smedley D. Butler¹

Introdução

As Forças Anfíbias são naturalmente aptas a executar Operações Expedicionárias.

Por quê?

Este artigo pretende apresentar algumas justificativas para esse simples questionamento.

Para tanto, buscará referência teórica em duas fontes doutrinárias, importantes e distintas, ainda que convergentes, uma britânica e outra norte-americana. A fonte britânica, do trabalho do professor Geoffrey Till, em sua obra seminal *Seapower - a Guide for the Twenty-First Century*. E a norte-americana, do manual do *United States Marine Corps* (USMC) o *Marine Corps Doctrinal Publication (MCDP) 3, Expeditionary Operations*, referência doutrinária imprescindível para as Forças Anfíbias.

A seguir, apresentará um exemplo prático e histórico que respalda a teoria: o emprego tempestivo de uma Força de Infantes de Marinha espanhola para dar uma pronta resposta à guerra do Líbano, em 2006.

Ao final, buscará inter-relacionar teoria e prática com a Visão de Futuro do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

¹Smedley Darlington Butler (1881-1940) foi um *Major-General* do *United States Marine Corps*, e até o momento da sua morte, o *marine* mais condecorado da história dos Estados Unidos.

Teoria Britânica

Segundo Geoffrey Till, as Forças Anfíbias são naturalmente aptas a executarem Operações Expedicionárias devido ao fato de serem, antes de tudo, uma Força Naval e, em decorrência disso, possuírem as características intrínsecas do Poder Naval: permanência, mobilidade, flexibilidade e versatilidade.

Esse conjunto de capacidades possibilita que a Força Naval se desloque rapidamente para a região demandada, podendo lá permanecer apresentando soluções militares para uma variada gama de problemas, sem precisar do apoio de bases terrestres estrangeiras. Till, no entanto, adverte que Forças Anfíbias não se improvisam:

A vantagem que as forças navais têm em poder operar sem a necessidade de apoio da nação anfitriã também é altamente valorizada. No entanto, a experiência mostra que as marinhas têm de se preparar para este tipo de ação. Pacotes de força marítima adaptados para situações particulares não podem, ou pelo menos não devem, ser lançados juntos improvisadamente. Isso seria uma receita para incoerência, lacunas e vulnerabilidades. (TILL, 2009).

Além dessas características navais, o professor acrescenta outras, inerentes à anfíbiosidade dessas forças:

- **Portabilidade marítima:** os Fuzileiros Navais são, genuinamente, transportados e apoiados do mar, e isso confere velocidade de desdobramento, uma capacidade fundamen-

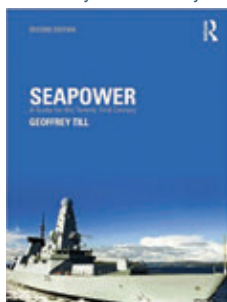
tal para solucionar problemas que evoluem rapidamente, como a escalada de crises políticas ou humanitárias.

- **Alcance:** as Forças Anfíbias modernas possuem a capacidade de, partindo de navios, atingir diretamente objetivos, sem a necessidade, muitas vezes, de executar uma pausa operacional na praia para se organizar. Isso também aumenta a velocidade desdobramento.
- **Autossustentabilidade e leveza:** o caráter naval das Forças de Fuzileiros Navais, com seu indelével vínculo com o mar, demanda um talho organizacional, material e doutrinário único. Elas têm que ser, ao mesmo tempo, autossustentáveis e leves o bastante para um desdobramento rápido, mas, também, fortes o suficiente para solucionar crises ou sustentar suas ações até que reforços mais pesados, de forças terrestres, cheguem. Neste caso, segundo o professor, as Forças Anfíbias desempenham o seu clássico papel de ser a “ponta de lança” de uma força conjunta maior, e consequentemente mais lenta.
- **Capacidade de retirada e prontidão:** estas capacidades das Forças Anfíbias mostram-se, particularmente, úteis em Operações Expedicionárias, em que não se pretende engajar definitivamente com inimigos e a situação evolui velozmente, e quando a retirada da tropa para emprego em outro local e momento mais apropriados pode ser uma solução oportuna.

de ser uma solução oportuna.

- **Experiência:** segundo Till, os Fuzileiros Navais adquiriram, ao longo do tempo, vasta experiência em Operações Expedicionárias. Essas operações, de menor envergadura, como as de contrainsurgência, humanitárias ou Evacuação de Não-combatentes, moldaram sua mentalidade.

Figura 1: Livro A guide for the Twenty-First Century



Fonte: TILL, 2009

Teoria Norte-Americana

O manual *MCDP-3 Expeditionary Operations* apresenta a visão norte-americana do tema. Curioso destacar que a citação inicial deste artigo, de autoria do General Smedley D. Butler, aponta para a importância da velocidade de desdobramento e abre, também, o capítulo central do manual, que aborda a natureza das Operações Expedicionárias, conferindo-lhe o pano de fundo. O tempo é, portanto, fator preponderante na definição deste tipo de operação/força e na sua diferenciação das demais.

O capítulo inicial do manual trata do cenário das Operações Expedicionárias e desenha um ambiente de crises, cada vez mais diversificadas e frequentes, que demandam operações de respostas rápidas e de pequena envergadura.

O termo expedicionário, segundo o manual, “implica em duração temporária com a intenção de se retirar do solo estrangeiro após a Operação Expedicionária cumprir uma missão específica” (ESTADOS UNIDOS, 1998).

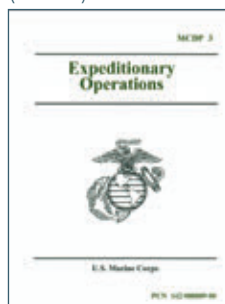
A seguir são destacadas as principais características de uma Força Expedicionária:

- **Mentalidade Expedicionária:** a mais importante característica. Cada *marine* e o USMC como um todo possuem essa mentalidade, traduzida na expressão “mochila pronta”. Isso implica em versatilidade para responder eficazmente a uma variada gama de circunstâncias sem a necessidade de grandes preparativos. Os Fuzileiros Navais são definidos pela sua prontidão operativa.
- **Caráter Naval:** Os Fuzileiros Navais são, também, definidos pelo seu caráter naval. O mar é, e continuará sendo, o meio mais adequado para se alcançar e projetar força sobre litorais cada vez mais povoados e suscetíveis a crises de natureza diversas. Nesse contexto, a capacidade de realizar Operações Anfíbias, segundo o manual, é um dos mais valiosos componentes do Poder Naval.
- **Mobilidade Estratégica - Tempo de Cerrar e Alcance Global:** a mobilidade estratégica das Forças Anfíbias deriva diretamente de seu caráter naval. Acrescente-se a isso a variável tempo, pois a essas forças não basta chegar, elas têm que chegar rapidamente, durar na ação e estarem aptas a cumprir qualquer missão. O fato das forças do USMC serem especificamente adaptadas para operar nos navios de sua marinha é um grande facilitador.
- **Sustentabilidade:** não basta projetar uma força sobre terra, ela terá sempre que ser sustentada a partir do mar. Esse apoio apresenta demandas específicas às duas faces do Conjugado Anfíbio. Marinheiros e fuzileiros navais têm se adaptado a esse imperativo ao longo da evolução das operações anfíbias. Favorece, e mesmo condiciona, essa logística a natureza austera com que as Forças Anfíbias costumam operar e o fato de que as “operações expedicionárias são, por definição, temporárias, menores e mais leves” (ESTADOS UNIDOS, 1998).

- **Adaptabilidade:** esta capacidade mostra-se importante para forças que operam em ambientes voláteis, como os de crise. Os conceitos de Guerra de Manobra, que conferem liberdade de manobra em todos os níveis da cadeia de comando, favorecem o desenvolvimento organizacional dessa característica.

- **Reconstituição:** é a capacidade da força ser retirada de uma operação e rapidamente ser reconstituída e reorientada para atuar em nova missão.

Figura 2: Manual Expeditionary Operations (MCDP-3)



Fonte: ESTADOS UNIDOS, 2008

Prática Espanhola

Em 01 de setembro de 2006, após o cessar fogo da Guerra do Líbano, a Força de Infantaria de Marinha (FIM) da Espanha recebeu a ordem para se deslocar para o Líbano a fim de cumprir uma resolução da ONU (UNIFIL). Em 15 de setembro, a FIM realizava um Desembarque Anfíbio nas praias libanesas. (Figura 3)

Figura 3: Landing Zone Lebanon - UNIFIL 2006, By Moustafa El-Assad



Fonte: <http://www.missing-lynx.com/reviews/modern/landingzonelebanonbookreviewaob_1.html>

Em meros quinze dias, esta tradicional Força Anfíbia demonstrava toda a sua capacidade expedicionária.

Depois de trinta dias de operação, o Batalhão da FIM começou a ser substituído por uma Brigada do exército espanhol. Em mais quinze dias, o Batalhão da FIM finalizou sua retirada do Líbano e a Brigada do exército prosseguiu, em sistema de revezamento, integrando a UNIFIL até os dias atuais (LEMOS, 2015).

Alguns aspectos da abordagem espanhola às Operações Expedicionárias, merecem destaque, particularmente,

pelo fato deles serem respaldados em uma experiência prática, hodierna, e revestida de grande sucesso (LEMOS, 2015):

- **Capacidades:** Forças Expedicionárias devem ser flexíveis, capazes de serem desdobradas de forma imediata, fora do território nacional, com capacidade de se adaptar a um amplo espectro de missões e com capacidade de autosustentação por período de tempo limitado.
- **Natureza Naval e Anfíbia:** a natureza naval e anfíbia da FIM é o que lhe confere o caráter expedicionário, tornando-a apta para reações em breve período de tempo. “As operações anfíbias e expedicionárias andam de mãos dadas ao longo da história” (LEMOS, 2015).
- **Importância do Mar:** “o mar continuará a ser um espaço global de importância estratégica, conformando uma área para posicionamento e desdobramento, imediato ou progressivo, de forças. Esta capacidade é exclusiva das Forças Anfíbias, uma equipe inseparável, composta por meios navais e a Força de Desembarque, que se forma em torno de unidades de natureza naval e anfíbia e com caráter expedicionário” (LEMOS, 2015).
- **Força de Entrada Inicial da Força Conjunta:** “A FIM, graças a sua mobilidade e capacidade de projeção, que lhe são outorgadas por sua natureza naval e sua especialização em operações anfíbias, pela sua integração com os meios navais da Armada, e por seu caráter intrinsecamente expedicionário, é a força especialmente adequada para ser empregada como força de primeira resposta, tanto em operações convencionais como em operações de resposta a crises, podendo ser identificada como a Força de Entrada Inicial da Força Conjunta. Portanto, o binômio, meios navais e Força de Desembarque, proporciona ao Estado uma ferramenta única para execução, em breve espaço de tempo, de operações expedicionárias” (LEMOS, 2015).

Seis características da FIM viabilizam seu caráter expedicionário (LEMOS, 2015):

- **Alta disponibilidade e capacidade operativa:** fruto da simbiose e adestramento comum da Força de Desembarque e dos meios navais;

- **Balanceamento entre poder de combate e capacidade de projeção:** destaca-se que o poder de combate de uma tropa que será projetada a partir do mar deve ser balanceado, pois uma tropa muito pesada é de difícil projeção e, por outro lado, uma tropa muito leve é fácil de ser projetada mas pode enfrentar dificuldades para cumprir sua missão. “Esta característica vital condiciona todos os programas de aquisição de meios” da FIM.
- **Tecnologicamente avançada;**
- **Capacidade de resposta imediata;**
- **Integração com os meios navais; e**
- **Visão conjunta de emprego com as demais FFAA.**

Este episódio real, que distinguiu claramente o emprego de uma Força Anfíbia (FIM), do de uma Força Terrestre (Exército Espanhol), pode ser destacado como um exemplo dos distintos perfis que a capacidade expedicionária se manifesta em cada tipo de força.

Em suma, nos Infantes de Marinha, ressalta-se o aspecto do caráter expedicionário de pronto emprego, ao executar, em breve espaço de tempo, um desembarque anfíbio, provendo pronta resposta a uma demanda emergencial da ONU. Esta ação possibilitou o necessário ganho de tempo para que o exército, com forças mais pesadas e, portanto, de desdobramento mais lento, se preparasse para substituir os Infantes de Marinha e prosseguir em uma operação continuada de longa duração, o que constitui o seu próprio perfil de caráter expedicionário de longa duração, demandando pesada logística de sustentação e, portanto, não podendo ser de pronta resposta.

Corpo de Fuzileiros Navais

Tendo apontado as principais características das Forças Expedicionárias, tanto no campo teórico, quanto no prático, passamos a analisar o caso do CFN.

A principal tarefa do CFN, de acordo com sua Visão de Futuro, é proteger a Amazônia Azul. E de que forma sua capacidade expedicionária contribui para isto?

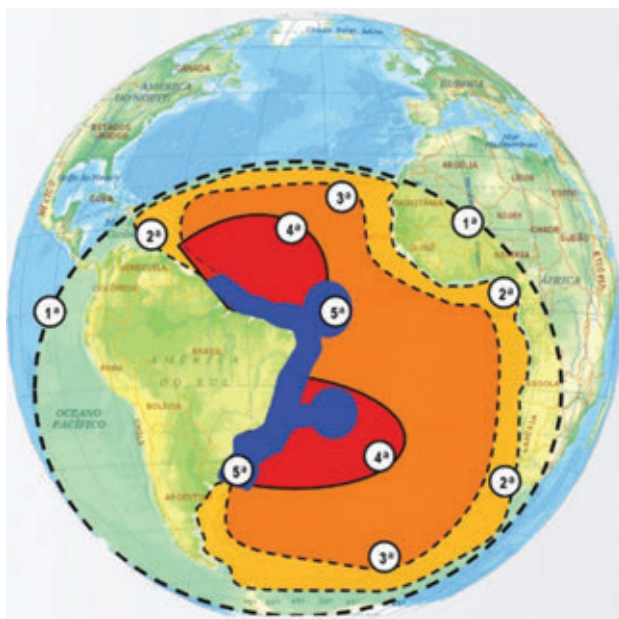
A defesa da Amazônia Azul pode ser conduzida por um arranjo de sistemas de armas dispostos em camadas sucessivas e complementares entre si, conforme o apresentado na figura anterior. Essa solução é baseada no modelo conceitual denominado de “Antiaceeso e Negação de Área”, ou A2/AD, da sigla em inglês para “*Antiaccess - Area Denial*” (FERREIRA, 2014).

A camada mais externa e, portanto, a de maior alcance é a da Diplomacia Naval, compreendida como a capacidade de “influenciar a opinião pública e as elites dirigentes do país-alvo, reforçar laços de amizade, garantir acordos e alianças e demonstrar intenções em áreas de interesse, contribuindo para a adoção de ações favoráveis e dissuadindo as desfavoráveis” (BRASIL, 2014).

Nessa camada, que coincide com o entorno estratégico nacional, as seguintes operações podem ser conduzidas: operações executadas em razão de compromissos internacionais; Operações Humanitárias; Ações Cívico-Sociais e Operações de Evacuação de Não-Combatentes (BRASIL, 2014).

Figura 4: Esboço de um sistema de defesa em camadas do litoral brasileiro

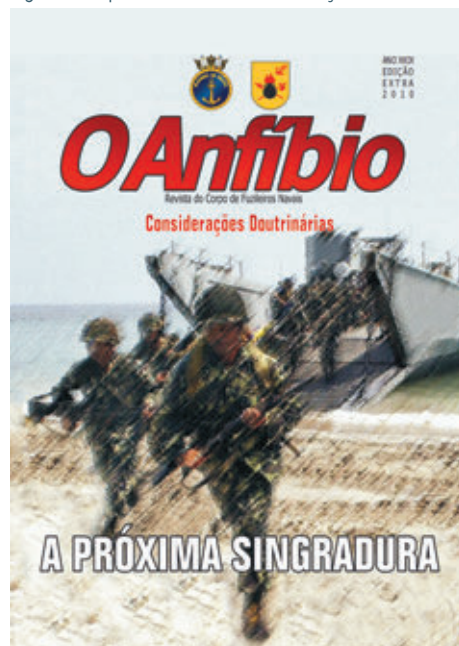
- **1ª Camada:** Diplomacia Naval (construção de parcerias, mostrar bandeira), Projeção de Poder sobre Terra (Ajuda Humanitária, Operações de Paz) e Segurança Marítima (Combate às Novas Ameaças como a pirataria e narcotráfico). Principais instrumentos Operações Expedicionárias do tipo Projeção Anfíbia;
- **2ª Camada:** Consciência Situacional Marítima;
- **3ª Camada:** Negação do Uso do Mar (emprego de submarinos) e Projeção de Poder sobre Terra (negação do uso de ilhas oceânicas);
- **4ª Camada:** Controle de Área Marítima e Projeção de Poder Sobre Terra (“controle de ilhas oceânicas e de áreas terrestres que controlam áreas de trânsito ou onde estão localizadas as bases inimigas”). Esta camada protege as duas áreas do litoral que continuarão a merecer atenção especial, do ponto de vista da necessidade de controlar o acesso marítimo ao Brasil: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas;



Fonte: FERREIRA (2014)

Cabe considerar que a costa atlântica da África apresenta características singulares, muitas delas coincidentes com aspectos teóricos anteriormente apontados como sendo de países que podem vir a demandar a execução de operações expedicionárias: existência de estados com estruturas político-econômicas frágeis; contingente demográfico elevado; coexistência de conflitos étnico-culturais latentes; propensão ao rápido alastramento de pandemias devido às condições sanitárias; densidade populacional; forças armadas com pouca capacidade de proteção externa; ameaças terroristas e pirataria; entre outras (FERREIRA, 2014).

Figura 5: Capa da revista *O Anfíbio*, edição extra



Fonte: *O Anfíbio* (2010)

Conforme descrito em *A Próxima Singradura*, edição extra de *O Anfíbio*, a:

[...] segurança da Amazônia Azul decorrerá da propagação da influência do Poder Naval brasileiro pelo Atlântico Sul, suas adjacências e ilhas oceânicas. A presença crível do Poder Naval deverá ser percebida não apenas no mar, mas também nos litorais de nosso entorno estratégico. Nessa presença, uma força que avance sobre terra, a partir de bordo, seja para combater, seja para oferecer apoio humanitário, será uma ferramenta imprescindível no balanço de poder da futura esfera de influência da Marinha do Brasil. (MONTEIRO, 2010).

É neste contexto que se insere a Projeção Anfíbia.

Esse conceito de emprego de força vai ao encontro das principais demandas operacionais apontadas como sendo características das Operações Expedicionárias. Assim, ele agrega ao Poder Naval brasileiro uma multiplicidade de capacidades necessárias ao fortalecimento da presença da Marinha do Brasil no Atlântico Sul. Entre essas capacidades destacam-se a prevenção de conflitos e a distensão de crises de diversas naturezas.

Nesse ponto da análise, já se pode convergir os aspectos teóricos e práticos anteriormente destacados e verificar sua aplicabilidade ao caso CFN.

De pronto, avulta a principal característica das Operações Expedicionárias, a velocidade de desdobramento da força necessária para atuar nesse ambiente volátil. Cabe citar, novamente, *A Próxima Singradura*:

A capacidade expedicionária do CFN derivou diretamente de nossa vocação anfíbia... A necessidade de haver doutrina, organização e meios prontos para o embarque e o tempestivo deslocamento em navios da Marinha do Brasil para os cená-

VISÃO DE FUTURO DO CFN

Até 2030, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), parcela intrínseca, portanto, indissociável do Poder Naval, consolidar-se-á como a força estratégica por excelência, de caráter expedicionário, de pronto emprego e projeção de poder. Como integrante do componente anfíbio da Marinha do Brasil, conferirá prontidão operativa e capacidade expedicionária ao Poder Naval ampliando suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN será imprescindível para a proteção da Amazônia Azul, pois contribuirá para conferir credibilidade à presença do Poder Naval no Atlântico Sul, seus contornos e ilhas oceânicas.

Fonte: MONTEIRO, 2010

rios de interesse impôs um perfil operacional ágil e eficaz. É justamente esse perfil que habilita os Fuzileiros Navais a serem empregados rapidamente, em diferentes ambientes, longe de suas bases e com distintas capacidades operativas. Cabe destacar, no entanto, que expedicionário há que ser o conjugado anfíbio e não, unicamente, o Fuzileiro Naval, pois nosso principal vetor de mobilidade estratégica sempre foram e sempre serão os meios navais da Marinha do Brasil. (MONTEIRO, 2010).

O Conjugado Anfíbio acima descrito possui as principais características mencionadas e tidas como essenciais para a execução das Operações Expedicionárias: caráter naval, permanência, alcance, autossustentabilidade, leveza da Força de Desembarque, prontidão e versatilidade.

Dessa forma, ao dar corpo à camada mais externa do sistema defensivo do litoral brasileiro, o Conjugado Anfíbio, com capacidade de realizar Operações Expedicionárias, do tipo Projeção Anfíbia, no entorno estratégico nacional, deverá se consolidar como um importante instrumento para a defesa da Amazônia Azul.

Conclusão

A breve análise apresentada possibilitou denotar que algumas características das Forças Expedicionárias são comuns às perspectivas britânicas, norte-americanas e espanholas. Dentre elas, destacou-se a velocidade de desdobramento, uma marca das Forças Anfíbias, como bem deve ter aprendido a Sra. Butler, da citação inicial deste artigo.

Outro ponto em comum e igualmente importante: o caráter naval dessas forças. Traduzido na mobilidade estratégica, alcance, permanência, possibilidade de prover apoio de fogo ou logístico a partir do mar e possibilidade de se retirar para emprego em outra missão.

Todas essas características estão presentes nas Forças Anfíbias, especificamente habilitadas a realizar projeções anfíbias no entorno estratégico nacional. Esse ambiente demanda tempestivas operações expedicionárias, que, caso obtenham sucesso, contribuiriam para estreitar laços com países de interesse e consolidar a credibilidade do Poder Naval brasileiro no Atlântico Sul.

Pode-se, portanto, afirmar que a anfíbiosidade e a capacidade expedicionária do Corpo de Fuzileiros Navais podem contribuir para a Diplomacia Naval, que, por sua vez, é o que anima e forja o primeiro escudo na defesa da imensa Amazônia Azul.

Referências

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**. Doutrina básica da Marinha. Brasília, D.F., 2014

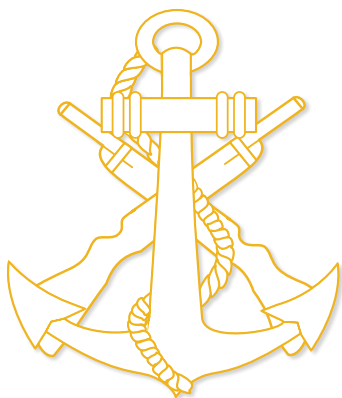
ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP-3**: Expeditionary Operations. Washington, D.C., 1998.

FERREIRA. Renato Rangel. Operações Anfíbias no Século XXI: tarefas básicas do Poder Naval para a proteção da Amazônia Azul. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, jan./jun. 2014.

LEMOS, Ramon Piñeiro. Força Expedicionária Espanhola. Palestra ministrada no Seminário sobre Força Expedicionária. COTER, Brasília - DF, 15 set. 2015.

MONTEIRO. Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ed. extra, ano XXIX, p. 9-65, out. 2010a

TILL, Geoffrey. **Seapower: A guide for the Twenty-First Century**. 2. ed. Londres: Frank Cass Publishers, 2009.



CA (FN) **Nélio** de Almeida
nelio@cddcfm.mar.mil.br

CMG (RM1-FN) **Edson** de Oliveira
edson@cddcfm.mar.mil.br

A Atividade Expedicionária no Contexto das Operações Conjuntas



O CA (FN) **Nélio** de Almeida é atualmente o Comandante do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais. É oriundo da Escola Naval. Cursou os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) da Escola de Guerra Naval e o *Command and Staff College and On-The-Job Training* nos Estados Unidos. Já Comandou o Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, o Batalhão Logístico de Fuzileiros Navais e o Centro de Reparos e Suprimentos Especiais do Corpo de Fuzileiros Navais. É, também, cursado nos cursos de Formação de Avaliadores de Prêmio da Qualidade do Governo Federal e de Autoavaliação de Gestão.



CMG (RM1-FN) **Edson** de Oliveira serve atualmente no Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais, como Chefe do Departamento de Difusão. É oriundo da Escola Naval, realizou todos os cursos de carreira, sendo digno de destaque, o Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da EGN, em 2001, e o Curso de Política, Estratégia e Administração do Exército (CPEAEx) da ECEME, em 2010, como correspondente ao CPEM. Serviu no 3ºBtlInfFuzNav – Batalhão Paissandu –, como Oficial de Estado-Maior e Comandante de Companhia, Comandou o 2ºBtlInfFuzNav – Batalhão Humaitá – e o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro, comandou, também, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais no Haiti, 3º Contingente. Possui também, o MBA em Administração Pública Pela Função Getúlio Vargas.

Se o Conselho de Guerra tivesse pensado o plano em grandes detalhes, talvez não teria ficado com a única abordagem naval, mas teria atacado os Dardanelos com uma força combinada desde o início.

Douglas J. Scott Lieutenant Colonel, lições aprendidas sobre a Campanha de Gallipoli – 1915 (SCOTT, 1986).

Introdução

Muito tem sido dito sobre operações expedicionárias nos últimos anos. Particularmente após a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END), na qual se afirmava ser o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) uma Força Expedicionária por excelência, o tema ganhou corpo e disseminou-se. Hoje vários estudos abordam o assunto e diversos fóruns e debates discutem-no.

Contudo, verifica-se que ainda persiste a necessidade de se buscar um melhor entendimento do que se espera de cada uma das Forças Singulares como contribuição para a realização de operações expedicionárias, pois, como buscaremos apresentar, em grande medida todas as Forças serão necessárias para a realização desse tipo de operação. Por isso trazemos aqui as considerações de Geoffrey

Till (2013) como base para as ideias iniciais, assim como outros estudos recentes discutidos em Seminários no Brasil.

Operações e Forças Expedicionárias (FExpd): algumas definições

Estudando o Glossário da Forças Armadas, verificamos de início a definição de Comando da Força Expedicionária. Partimos destas definições por serem consagradas há algum tempo como podemos constatar nos documentos de que foram retirados:

1. (Estrutura Militar de Guerra – 1980) - Comando ou grande comando, **combinado ou singular**, diretamente **subordinado ao Comandante Supremo**, ao qual serão subordinadas as forças

militares brasileiras, que o Brasil decidir empregar, com o propósito de defender os **interesses da nação**, ou de atender a **compromissos internacionais** que tenha assumido. A Força Expedicionária será empregada **fora do território nacional**, num **teatro de operações** ou mesmo em **área não inserida em teatro formalmente organizado**.

2. (Estrutura Militar de Defesa – 2005) - **Comando operacional, combinado ou singular**, destinado a realizar, na sua área de responsabilidade, as operações necessárias à consecução das missões a ele atribuídas, **fora do território nacional**. Ficará subordinado diretamente ao Comandante Supremo ou ao comando estabelecido, caso integre estrutura político-militar aliada ou organismo internacional, de acordo com **compromissos assumidos** pelo Brasil (BRASIL, 20015b, p. 64, grifo nosso).

Ressaltamos nas duas definições o fato deste comando ter caráter operacional (subordinado ao Comandante Supremo), poder ser combinado¹, ou singular; atender a interesses da nação ou compromissos assumidos internacionalmente; operar em área de responsabilidade própria ou teatro de operações formalmente organizado e, com um aspecto basilar, operar fora do território nacional.

Ainda no mesmo manual, encontramos a definição de Força Expedicionária:

Força de **pronto-emprego, autossustentável** e adequadamente aprestada, com **estrutura conjunta² ou singular**, organizada para cumprir **missão por tempo limitado**, sob condições austeras e em **área operacional distante de sua base** (BRASIL, 2015b, p. 123, grifo nosso).

Nessa definição mais atualizada, observamos que a ideia já agrega evoluções importantes, como a necessidade de ter razoável grau de prontidão, para emprego dentro da moldura temporal que a situação impõe, ser autossustentável, para durar na ação pelo tempo limitado a que se propõe, e flexibiliza o conceito de emprego fora do território nacional mencionando a distância de sua base, prevendo a possibilidade de emprego em um país de dimensões continentais.

Till, no início do capítulo que dedica a essas operações diz que “São operações militares que podem ser iniciadas a **curto prazo**, por forças **autossustentáveis** cujo objetivo será claramente em um **país estrangeiro**.”, para logo em seguida defini-las como “aquelas realizadas por força militar, normalmente combinada com pressão diplomática sobre áreas em que o governo está instável, visam a preservação da vida e os **interesses políticos de uma nação**, ou da **comunidade internacional**.” (TILL, 2013, p. 252 e 253, tradução nossa).

Nas definições de Till, a primeira mais focada na natureza da força que a realiza, ao passo que a segunda foca em seus objetivos políticos, observamos uma complementaridade entre elas e que se encaixa quase perfeitamente com as definições do nosso Glossário,

¹Até 2010 o termo “combinado” representava a atuação, sob comando único, de elementos ponderáveis de mais de uma Força Armada. Hoje esta ideia é expressa pelo termo “conjunto”. Tal alteração foi adotada por ocasião da edição da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010.

²A definição mais atualizada do termo mencionado na Nota de Rodapé 1.

na medida em que aborda a questão da autossustentabilidade da força, a questão do pronto emprego no curto prazo, os interesses políticos da nação, ou compromissos assumidos em razão do interesse da comunidade internacional (TILL, 2013).

Entretanto, na sequência desta segunda definição, Till aponta uma prosaica diferença para a operação anfíbia “que são principalmente militares na finalidade, sendo geralmente relacionadas com outras operações no decurso de uma campanha ou guerra convencional” (TILL, 2013, p. 253, tradução nossa). Dessa particularidade podemos concluir que as operações expedicionárias, como idealizadas pelo proeminente pensador serão sempre uma operação no nível de condução operacional, concordando com as mais antigas definições existentes no nosso manual.

A Doutrina Básica da Marinha (DBM) apresenta que:

O Poder Naval ao dispor de uma força de caráter expedicionário, em permanente condição de **pronto emprego**, assegura sua capacidade de **projeção de poder**.

Esse caráter expedicionário permite o **emprego tempestivo** de força **autossustentável** e adequadamente aprestada para cumprir a missão por **tempo limitado** e em área operacional **distante de suas bases** terrestres. (BRASIL, 2014, p. 1-10, grifo nosso).

Já do manual do *United States Marine Corps* (USMC) – MCDP-3 - *Expeditionary Operations*, extraímos que uma expedição é uma operação militar realizada por uma força armada para alcançar um objetivo específico em um **país estrangeiro**. FExpd variam significativamente em tamanho, composição e escopo, que vão desde o combate em larga escala até as missões de “não-combatente”. O termo “**expedicionário**” implica em **duração temporária**, com a intenção de se retirar do solo estrangeiro após a realização da missão especificada, assim como em condições e apoio **austeros**.

Finalmente, para definir o referencial teórico do que podemos entender por capacidade expedicionária, buscamos na Próxima Singradura (MONTEIRO, 2010, p. 13), que a “capacidade expedicionária do CFN **derivou diretamente de nossa vocação anfíbia**. Ela possibilita o emprego **tempestivo** de força **autossustentável**, para cumprir missão por **tempo limitado**, sob condições **austeras** e em área operacional **distante de sua base**.”

Uma vez que o artigo pretende tratar de operações conjuntas, faz-se necessário adicionar os conhecimentos sobre as características intrínsecas do Poder Naval descritas na DBM, são elas Flexibilidade; Versatilidade; Permanência; e Mobilidade. “A exploração destas características, favorecida pela liberdade de navegação, [...] proporciona ao Poder Nacional empregar o Poder Naval em um largo espectro de atividades, desde a Diplomacia Naval até as operações de guerra.” (BRASIL, 2014, p. 1-6).

Dessas características também decorrem as do Conjugado Anfíbio³, como a da Prontidão, por estar embarcado; da Mobilidade Estratégica conferida pela capacidade de rápido deslocamento a taxas de 400 milhas náuticas ao dia; da Permanência, Flexibilidade

³Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais embarcado em uma Força Naval, juntamente com os meios aeronavais adjudicados. (BRASIL, 2014, p. A-7).

e Versatilidade; ser Leve e Forte (Até um Btl Blindado); e da capacidade de realizar uma Projeção Anfíbia⁴ com capacidade para ser empregado em Amplo Espectro.

A organização sob Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) potencializa essas características, uma vez que confere **Modularidade** e **Expansibilidade** ao seu poder de combate, dando a possibilidade de adequar a força a ser empregada à missão recebida, graduando seu emprego e agilizando sua ativação.

Sintetizando o que foi apresentado até aqui, temos uma série de características que podem ser enumeradas a respeito de uma FExpd, tais características estiveram presentes, de uma forma ou de outra, em todas as definições estudadas, são elas:

- Pronto emprego;
- Autossustento;
- Tempo de duração;
- Condições austeras; e
- Distância da base.

Figura 1: Características da Força Expedicionária



Fonte: o autor

Os Estudos do Exército Brasileiro (EB) para constituir uma FExpd

Agora que vimos o que significam as operações e as forças expedicionárias, dentro do que a Marinha do Brasil (MB) tem estudado e visto, passamos a verificar o que o EB vem buscando, nos últimos tempos, quando estuda constituir uma FExpd própria. Essas ideias foram apresentadas no “Seminário Força Expedicionária”, realizado pelo Comando de Operações Terrestres (COTER) – EB (Brasília - DF), no período de 15 a 18 de setembro de 2015, onde foram convidados, como palestrantes, oficiais do Comando de Desenvolvimento Doutrinário do CFN. (BRASIL, 2015a)

⁴Nova modalidade de Operação Anfíbia que se utiliza das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, dentre outras contingências, com a prevenção de conflitos e a distensão de crises. É, também, apropriada para a condução de atividades de emprego limitado da força e benignas[...] (BRASIL, 2014, p. 3-6).

O Programa, ou “Processo de Transformação do Exército” tem sua origem no diagnóstico de que a Força **não** dispõe de capacidades compatíveis com a rápida evolução da estatura político estratégica do Brasil. Percebeu-se que a simples modernização da Força Terrestre era incipiente e que a atual conjuntura demandava um processo bem mais amplo de mudança: a “Transformação”. Esse novo conceito da transformação prevê o desenvolvimento de novas capacidades para cumprir novas missões.

O Programa identificou, além das tarefas históricas de “ocupar e integrar a Amazônia” e de “cooperar com os países da América do Sul”, a tarefa de “desenvolver a capacidade de projetar poder”, particularmente dentro de “nossas áreas de interesse estratégico”. De imediato verificou-se ser necessário projetar tal força, sustentando-a pelo período que for necessário, mantendo sua eficiência de combate.

A END, por exemplo, estatui que o EB “deverá ter **capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força**, quer **expedicionária**, quer para operações de paz, ou de ajuda humanitária, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior” (BRASIL, 2013, p.79).

Assim é que nasceu, respaldado em documentos de alto nível do MD e alinhado com o Plano Estratégico do Exército, o “Subprojeto Força Expedicionária” cujo Objetivo Geral é “capacitar uma força para defender os interesses nacionais e as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior.”

O estudo de viabilidade do subprojeto indica que a Força Expedicionária (FExpd) deve ser apta a “conduzir Operações no Amplo Espectro, combinando atitudes [...] em operações ofensivas, defensivas, de pacificação e de apoio a órgãos governamentais, tudo isso em um ambiente conjunto, combinado, interagência e multinacional.”

Em setembro de 2015 o EB promoveu um seminário sobre FExpd, objetivo específico integrante do citado Subprojeto. Nesse seminário foram apresentados diversos posicionamentos das forças, além de outros países convidados que apresentaram suas visões do tema.

Se, por um lado a END estabelece que o CFN “consolidar-se-á como a força de caráter expedicionário por excelência”, fato que não foi contestado, em nenhum momento do seminário, particularmente, pela compreensão do aspecto do pronto emprego do caráter expedicionário do CFN. A mesma END diz, como vimos a cima, que o Exército deverá ter capacidade semelhante.

Da mesma forma a Política Nacional de Defesa (PND) estabelece que o “**Brasil deverá dispor de capacidade de projeção de poder**, visando a eventual participação em operações estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU”. Cabendo o destaque de que a análise de tendências, apresentada no seminário, indica que todas as operações, principalmente as de combate, tenderão a ter que ser autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU (BRASIL, 2013, p.33).

Nos estudos do EB foram mapeadas as seguintes Capacidades Militares Terrestres (CMT) e suas respectivas Capacidades Operativas (CO), necessárias para a constituição de uma FExpd:

- **CMT 01. Pronta Resposta Estratégica;**

As capacidades operativas visualizadas vão depender do tipo

de ameaça, contudo, imagina-se que para atingir esta CMT, a força deve desenvolver **CO 03 - Prontidão**: ser capaz de, no **prazo adequado**, estar em condições de empregar uma força no cumprimento de missões, valendo-se de seus **próprios recursos orgânicos e meios adjudicados**.

- **CMT 02. Superioridade no Enfrentamento;**

Para atingir esta CMT, a força deve desenvolver **CO 04 - Combate Individual**: ser capaz de permitir ao combatente terrestre sobrepular o oponente, sobreviver, deslocar-se e combater em todos os ambientes operacionais e sob quaisquer condições climáticas.

- **CMT 03. Apoio a Órgãos Governamentais; e**

Para atingir esta CMT, a força deve desenvolver **CO 14 - Ações sob a Égide de Organismos Internacionais**: ser capaz de empregar força em defesa dos interesses nacionais, operando e cumprindo missão de acordo com os mandatos dos organismos internacionais.

- **CMT 05. Sustentação Logística.**

Para atingir esta CMT, a força deve desenvolver:

CO 21 - Apoio Logístico para as Forças Desdobradas: ser capaz de sustentar as forças desdobradas, com os recursos necessários para manter seu poder de combate, contribuindo para o seu sucesso;

CO 22 - Infraestrutura da Área de Operações: ser capaz de construir, adaptar ou reabilitar infraestruturas essenciais para a força desdobrada; e

CO 23 - Gestão e Coordenação Logística: ser capaz de planejar, monitorar e controlar o apoio logístico direta ou indiretamente relacionado com a sustentação da força desdobrada, permitindo a identificação antecipada e solução das suas necessidades logísticas.

Visões diferentes do Caráter Expedicionário

Evidentemente as Forças possuem visões diferentes sobre o Caráter Expedicionário. Para que seja possível que as Forças Singulares trabalhem sinergicamente em uma operação expedicionária conjunta, é crucial que se entenda aonde estão essas diferenças e como é possível fazer com que essas visões, ou convirjam para uma única visão, ou então se complementem mediante distintas tarefas numa mesma operação. Para entendermos que diferenças de visão são essas sobre o nosso objeto de estudo, buscaremos iluminar essas distinções sobre as características, já enumeradas anteriormente, das operações e forças expedicionárias.

Quanto ao **pronto emprego**, observamos que a Força Terrestre não dispõe de vetores estratégicos orgânicos, sendo necessária a utilização de meios da MB, ou a contratação de meios marítimos. Acrescentando-se o fato de envolver, normalmente, o emprego de tropa de maior envergadura, bem como a edificação de uma logística operacional. É lícito esperar que a sua reação seja menos tempestiva, para longas distâncias, do que a da Força Naval, detentora de um Conjugado Anfíbio.

Quanto ao **autossustento**, em vista das mesmas razões já apresentadas, a Força Terrestre demanda a ativação de todo um sistema

logístico, no nível operacional, para sua sustentação, como ocorre no Haiti, ao passo que a Força Naval, embora também dependa do mesmo sistema, em vista de sua permanência no mar, é capaz de ser sustentada, em condições austeras, das bases marítimas orgânicas da força, por maiores períodos, assim reduzindo a “pressão” sobre o referido sistema.

Quanto ao **tempo de duração**, como a Força Terrestre demanda grande esforço para se deslocar estrategicamente e ativar sua cadeia logística operacional, o seu emprego tende a ser por tempo mais dilatado, quase indeterminado, como ocorre no Haiti.

Quanto às **condições austeras** da logística, a necessidade de ativação de cadeia logística operacional faz com que a Força Terrestre possa prover melhorias constantes às condições de aquartelamento de suas tropas, inclusive por conta do emprego mais dilatado no tempo, novamente, como ocorre no Haiti

Quanto à **distância da base**, esta é a única característica que afeta de maneira semelhante às duas visões do caráter expedicionário.

Todavia, longe de serem visões conflitantes do que vem a ser o caráter expedicionário, elas são na realidade complementares, pois é possível verificar que cada Força terá seu nicho de trabalho e que, ainda assim, serão tarefas hercúleas. A Força Naval poderá brindar essas operações com sua Mobilidade Estratégica, respondendo tempestivamente à situação de crise, com sua capacidade de prover apoio logístico autossustentado baseado no mar e com a capacidade única e intransferível de realizar uma possível entrada forçada, ademais pode facilitar o transporte de outras forças, mediante a organização da **Mobilização Marítima Nacional**. A Força Terrestre, apesar de requerer um período inicial para desdobramento de um aparato logístico operacional próprio, terá a possibilidade de empregar a massa com tropas de maior envergadura e peso, poderá substituir as tropas mais leves da Força Naval, caso seja necessário, e, uma vez alcançada suas capacidade plena, poderá ganhar longevidade no tempo e acumular **força decisiva** para a solução do problema militar.

Finalmente a Força Aérea Brasileira (FAB), que não fora citada anteriormente, pode trazer sua Mobilidade estratégica, com tempo extremamente abreviado e sua capacidade de prestar apoio logístico leve, porém tempestivo. Ressalta-se, quanto ao emprego da FAB, a necessidade de um aeródromo localizado em área estabilizada livre da possibilidade de conflito. Além da sua importância no desdobramento e sustentação da Força Expedicionária, particularmente para os itens que demandem rapidez na “entrega”, destaca-se a possibilidade de desdobramento de meios aéreos na região onde ocorre a operação expedicionária para o cumprimento de muitas tarefas do “Poder Aeroespacial”, de forma semelhante ao apoio prestado pelo 1º Grupo de Aviação de Caça – Esquadrão “Senta a Pua” – à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, na II Guerra Mundial.

Ressalta-se que essas operações expedicionárias demandam adestramento conjunto, particularmente no nível operacional, pois sua execução é conjunta. Como vimos, atendendo às suas características, os elementos operacionais de cada Força, apesar de, em certas condições estarem cumprindo as tarefas afins, não há necessidade que estejam definitivamente integrados em um mesmo corpo

de tropa, nem tampouco, necessitem executar os mesmos adestramentos desde o tempo de paz. Vale lembrar que os *timing* das ações de cada Força, poderão variar no tempo e no espaço.

Particularmente para a MB, ela pode ser empenhada em outras tarefas e operações navais, que possam vir a contribuir para uma operação expedicionária, realizando Escolta; Defesa de Porto e de Áreas Marítimas Restritas; ou Controle de Área Marítima. Todavia, deve-se compreender que, quanto mais meios forem empregados em operações de apoio, menor será a disponibilidade de meios para emprego conjunto na operação expedicionária. Evidentemente a disponibilidade dos meios navais, para atender a necessidade de outras Forças, de que falamos será afetada pelos seguintes fatores:

- **Ambiente:** dependência do grau de hostilidade da região de destino e em regiões específicas, como estreitos e canais, por onde a Força-Tarefa deverá transitar;
- **Necessidade de Controle de Área Marítima:** caso a situação, ou o arranjo de forças multinacionais, demande a execução ou participação de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para controlar áreas marítimas;
- **Emprego do Navios de Propósitos Múltiplos:** possibilidade de emprego deste tipo de navio em outras operações navais simultâneas ao apoio à FExpd, pode inviabilizar sua participação no transporte marítimo; e
- **Emprego do Conjugado Anfíbio:** como esse conjugado é a expressão máxima da capacidade expedicionária de pronto emprego da MB, por integrar vetor de alcance e mobilidade estratégicos com força para atuar em terra, é de se esperar que o mesmo seja o primeiro a ser empregado por ocasião da deflagração de um conflito/cri-se, inviabilizando, em um primeiro momento, o emprego de seus meios navais e de fuzileiros navais compondo outros arranjos de Força Conjunta nacional. Esse fator se agrava caso o conflito/cri-se demande o emprego de Conjugado Anfíbio para realizar uma **Entrada Forçada**, situação em que a necessidade de meios alcança o máximo de esforço da Força Naval.

O Conjugado Anfíbio, devido à sua velocidade de reação, pode ser empregado para ganhar tempo antes da chegada da Força Terrestre. No entendimento do *Expeditionary Force 21* – USMC “Ser Expedicionário” significa otimizar a Força de forma a conferir capacidade para ser estrategicamente móvel e ser leve o suficiente para chegar rapidamente à crise, com capacidade de realizar a missão ou fornecer tempo e opções antes da chegada de forças adicionais.”

Cenários de emprego e tarefas necessárias

Analisando o que vimos até aqui, não é muito difícil imaginar um cenário futuro em que seria necessário o emprego de uma FExpd. Todavia, as capacidades para tal força seriam dependentes de três fatores distintos, em primeiro lugar a necessidade de rapidez na sua ativação e desdobramento, em segundo lugar o vulto da tropa a ser desdobrada e em terceiro lugar a existência de bases pré-estabelecidas, ou espaços disponíveis, para desdobramento da logística operacional.

Tratando inicialmente o último fator, a existência, ou não, de base pré-estabelecida, ele poderá abreviar o desdobramento de

tropas pesadas, como já vimos pertencentes ao EB, mediante a redução do tempo necessário para o desdobramento da base logística operacional. Este fator pode estar presente quando houver a concorrência de forças multinacionais. Tropas de FN poderão se beneficiar dessas bases, entretanto, por sua própria visão de caráter expedicionário, podem prescindir delas, desde que os meios navais que as apoiam se mantenham em posição.

Considerando, agora, os outros fatores, os cenários futuros possíveis, em que seria necessário o emprego de uma Força Expedicionária seriam:

- Cenário 1 – necessidade de ação imediata com um poder de combate moderado.
- Cenário 2 – necessidade de ação imediata com um poder de combate de vulto.
- Cenário 3 – necessidade de ação não imediata com um poder de combate moderado.
- Cenário 4 – necessidade de ação não imediata com um poder de combate de vulto.

No primeiro cenário a UAnf, ou até tropa de menor valor, está perfeitamente configurada para solucionar o problema.

No segundo cenário a UAnf não reúne poder de combate suficiente para intervenção sozinha, entretanto sempre haverá a possibilidade do emprego da “ponta de lança” de uma força mais pesada, desde que esta esteja pronta no tempo em que seja requerida. Esta forma de emprego favorece à manobra de crise. Neste cenário, provavelmente as Forças Armadas Brasileiras não teriam capacidade de realizar uma operação expedicionária, pois, embora dispondo de poder de combate no Exército, este não teria a prontidão para a resposta antes de seis meses de preparação.

No terceiro cenário a UAnf pode intervir, inclusive escolhendo o *Timing* mais apropriado para a ação. Esta forma de emprego também favorece à manobra de crise, inclusive para a determinação deste *Timing*.

No quarto cenário, também como anteriormente, é factível o emprego da UAnf com a escolha do melhor *Timing* para a ação, atuando como “ponta de lança” de uma força mais pesada. A manobra de crise também pode ser determinante nesta forma de emprego.

Nas situações onde o poder de combate requerido é de vulto, é determinante para o desencadeamento da operação, que a força mais pesada, a ser lançada na esteira da Uanf, esteja pronta no tempo necessário, sob pena de comprometer a operação como um todo.

O emprego da Força Aérea estaria condicionada a existência de aeródromo localizado em área estabilizada e próxima a região de atuação. Vale considerar, também, a possibilidade de desdobramento de unidades aéreas e a disponibilidade para apoio logístico contínuo para a logística de sustentação – suprimento, manutenção e rotação de pessoal como ocorre hoje no Haiti.

Uma vez que conseguimos imaginar como seria o emprego de uma Força Expedicionária Conjunta Brasileira, faz-se necessário investigar que tarefas deveriam ser desempenhadas, principalmente as afetas à Marinha do Brasil e ao Corpo de Fuzileiros Navais.

Desenhando a operação expedicionária como operação conjunta, Till ensina que as forças navais podem oferecer boas capacidades

posto que, sendo sua localização física em um litoral longínquo, tais operações exigirão o transporte por, e apoio desde o mar. As forças navais proporcionam o meio mais rápido de implantação de um sistema de vulto para uma logística autossustentável, cobrindo grandes distâncias, fornecendo uma capacidade, de valor inestimável, para a presença oportuna (TILL, 2013).

Em casos extremos, elas podem lançar mão de FN, recurso para o combate no mais alto nível da violência e, desta forma, exercer a coerção, moldando o ambiente operacional conjunto, em prol de uma forças mais pesadas, que se lhe segue, e desempenhar um papel de apoio a esta força, tão logo esteja estabelecidas em terra (TILL, 2013).

As características do poder naval de mobilidade, flexibilidade e versatilidade também podem ser manifestadas em plataformas individuais. No Timor Leste em 2000, um único navio neozelandês foi capaz de conduzir uma operação expedicionária com características mais benignas (TILL, 2013).

Entretanto, as forças navais raramente são decisivas por conta própria. Esforços terão de ser integrado com outras forças e instituições. O foco principal da maioria das operações expedicionárias deverá ser sobre os acontecimentos em terra, ou pelo menos a consequência em terra de eventos no mar. Isto exige uma grande capacidade de operar conjuntamente. A complementaridade dos esforços deve ser construída passo a passo. As marinhas podem ter de comprometer a sua tão valorizada e tradicional independência de operação no mar (TILL, 2013).

É paradoxal que o envolvimento em operações expedicionárias tenda a diminuir a independência das marinhas, ao mesmo tempo em que aumenta a sua utilidade e importância.

Da mesma forma, as operações expedicionárias tenderão a serem atos de coalizões multinacionais. Isto se deve em parte para se dividir riscos e custos e em parte para aumentar a legitimidade. A multinacionalidade é uma força multiplicadora, mas adiciona um ingrediente de complexidade. O verdadeiro problema reside nas diferentes percepções políticas da situação, com claros reflexos nas capacidades individuais operacionais e, mais importante, nas regras de engajamento (ROE) práticas por diferentes elementos da força. Recentes operações provaram que tais distinções podem ser acomodadas a um custo aceitável. A adoção de procedimentos padronizados é obviamente útil para esta acomodação. Desenvolver familiaridade entre forças distintas é, particularmente saudável para poder-se operar combinadamente no futuro (TILL, 2013).

Ademais, existe a necessidade óbvia de lidar com algumas das causas mais comuns do problema (falhas na governança, pobreza, doenças, falta de recursos), bem como com os seus sintomas (conflito, desordem, colapso dos serviços). As operações expedicionárias também exigem, cada vez mais dos militares, a capacidade de trabalhar no marco de multiagência, cooperando com órgãos governamentais, bem como as temidas organizações não governamentais (ONG) (TILL, 2013).

Requisitos para uma expedição baseada no mar

Passamos a identificar as principais necessidades de uma campanha expedicionária e a contribuição que as forças marítimas podem brindar quando em uma operação conjunta.

Por definição as operações expedicionárias ocorrem distantes das bases da força a ser empregada, assim, as forças marítimas têm um papel importante. Uma expedição pelos mares difere de outras operações militares. Não é um exército passando por uma fronteira, ou simplesmente partindo de uma base de operações, ao contrário, as forças conjuntas são lançadas em uma região hostil, ou potencialmente hostil. Todo o aparato precisa ser transportado até essa região, cobrindo grandes distâncias em navios. É o que Till chama de **Transporte estratégico**, uma operação que exige grande preparação. Dois aspectos são importantes para esse transporte, a oportunidade na sua realização e a proteção oferecida à FExpd (TILL, 2013).

Figura 2: Integração de plataformas navais



Fonte: Expeditionary Force 21 (ESTADOS UNIDOS, 2014b)

A oportunidade pode ser traduzida como a prontidão da FExpd. Ela varia de acordo com o vulto requerido da força. Till usa, como exemplo, um *Amphibious Ready Group* (ARG) que pode se mover rapidamente (a 400 milhas náuticas por dia) com uma força efetiva, móvel e sustentável. Tal força pode resolver o problema, ou pode criar as condições para que uma força maior, mais pesada, que necessite maior tempo para preparação, o faça. Ou então, como aconteceu na *Operation Granby*⁵, onde 260.000 toneladas de carga geral, de 102.000 toneladas de munição e 16.900 veículos de todos os tipos, além de 19.000 toneladas de carga geral, semanalmente, depois do início da batalha terrestre foram transportadas pelo mar. Tal movimento certamente exigiu maior tempo para sua preparação e execução do que para um ARG. O movimento aéreo, evidentemente, mais rápido, contribuir com mais 53.000 toneladas durante toda a campanha (TILL, 2013).

Pelo aspecto da proteção à FExpd, Till observa que de todas as condições necessárias para efetuar um desembarque em uma costa hostil, a essencial é possuir uma superioridade decisiva no mar. O ambiente litorâneo é altamente complexo, um lugar congestionado,

⁵Operação Granby foi o nome dado às operações militares britânicas em 1991 durante a Guerra do Golfo (*Desert Shield/Storm*).

cheio de navios de transporte, plataformas, ilhas, recifes e baixios e perfis subaquáticos complicados. As FExpd só estarão confortáveis, quando das ameaças baseadas em terra, como aeronaves, mísseis, artilharia, embarcações de ataque, submarinos e campos minados. Limitações do espaço aéreo também podem colocar desafios à aviação expedicionária.

Figura 3: Amphibious ready group



Fonte: Disaggregated Amphibious Ready Group (ESTADOS UNIDOS, 2014a)

Essas considerações mostram quão desafiador pode ser o litoral. O verdadeiro desafio é superar tais ameaças. Trata-se de uma “batalha pelo acesso”, em que o inimigo do século XXI pode usar sofisticadas armas de baixo custo aproveitando uma vantagem assimétrica. É certo que tal adversário não vai procurar ganhar uma batalha com uma grande potência naval, mas tentará torná-la bastante custosa, quase proibitiva.

Vale ressaltar que, caso a nação decida envolver-se em uma operação expedicionária conjunta, portanto com participação de tropas do EB, não deve haver dúvidas de que a responsabilidade de transportar essas tropas e dar-lhes a devida proteção até que estejam firmemente estabelecidas em terra, recairá sobre a MB, ainda que não se empregue somente meios da Esquadra.

As tarefas da marinha não terminam, logicamente, ao trazer, em segurança, FExpd até a área da operação expedicionária. Desembarcá-las exigirá, também, apoios de diversas naturezas. Por isso várias marinhas estão reconstruindo as suas capacidades de guerra anfíbia. Um novo tipo de navio multifuncional está aparecendo e sendo integrado aos ARG. Esses mesmos navios serão também um meio de extrair a força, quando surgirem dificuldades ou ao final da missão.

As forças transportadas pelo mar podem necessitar de apoio de fogo que será fornecido pela frota. Esse apoio vem em três formas principais: mísseis de cruzeiro, aviação embarcada e apoio de fogo naval (sigla em inglês NGS).

O sucesso das operações militares depende muito do sucesso da sua logística, ou seja, como pessoal, suprimentos e equipamentos são entregues no local e na quantidade necessária. A dependência da logística é cada vez maior. Na *Desert Storm*, a 1ª Divisão Blindada do Reino Unido, prestes a atacar, precisou de 1.200 toneladas de munição, de 450 toneladas de combustível, de 350 toneladas de água e de 30.000 rações individuais por dia, o equivalente às necessidades de um grupo de exército inteiro em 1944 no Desembarque da Normandia (TILL, 2013).

As demandas de logística para uma FExpd são complexas. A distância física envolvida impõe desafios particulares. A necessidade de evitar grandes estoques vulneráveis na praia ou no cais, coloca ainda mais desafios nessa mistura. Na discussão atual a respeito de formas e meios para atingir estes fins aparece o conceito da **Logística baseadas no mar (Sea-based)**. Ora, estando o litoral sob controle da força naval tal vulnerabilidade desaparece. Na esteira desse conceito vemos várias marinhas adquirindo modernos navios auxiliares de abastecimento.

O conceito extrapola a própria logística, segundo Till, a ideia é fazer uso do oceano como o maior espaço de manobra do mundo, inclusive no que tange à logística. E o conceito vai além de somente logística, mas toda a operação vinda do mar. Essa ideia só será viável se houver navios, aeronaves, forças

navais capazes. Muitas marinhas estão buscando responder a isso com programas de construção de navios anfíbios inovadores e navios de múltiplos propósitos (TILL, 2013).

Figura 4: NDM “BHAIA”



Fonte: Navio Doca Multipropósito (NDM) “BAHIA” (BRASIL, 2016)

Há, naturalmente, vantagens diplomáticas ao se dispor de forças capazes de estarem baseadas no mar, com capacidade para se aproximar e, rapidamente, reconfigurar sua postura para fazer frente a uma situação de crise.

Conclusão

O assunto operações expedicionárias é palpitante e tem ganho significativa atenção das Forças Armadas Brasileiras, inicialmente a MB recebeu na primeira edição da END papel de destaque neste assunto. Aprovada nova edição do documento o EB também passa a

ter responsabilidades sobre ele. É hora de buscar uma acomodação de responsabilidades para evitar-se as “bolas divididas” que custarão muito caro quando formos confrontados com as crises reais. Afinal, é para essas crises reais que nos preparamos por anos a fio.

Vimos que na parte introdutória do artigo que o Caráter Expedicionário possui cinco características marcantes, sobre as quais as Forças Armadas têm diferentes visões, entretanto, e repetindo o que já foi dito, “longe de serem visões conflitantes [...] elas são na realidade complementares, pois é possível verificar que cada Força terá seu nicho de trabalho e que, ainda assim, serão tarefas hercúleas.”

O **pronto emprego**, por ser a Força Naval detentora de um Conjugado Anfíbio, está mais habilitada para desencadear ações expedicionárias, porém com menor envergadura. O **autossustento** da Força Terrestre demanda a ativação de todo um sistema logístico, no nível operacional. O **tempo de duração**, para a Força Terrestre, por conta da ativação de sua cadeia logística operacional, o seu emprego tende a ser por tempo mais dilatado. As **condições austeras** da logística, para a Força Naval, por sua possibilidade de basear sua logística no mar (*sea-based*) está mais acostumada a lidar com essa característica. Finalmente a **distância da base** é encarada de igual maneira pelas forças.

Vimos que é possível imaginar cenários de emprego da FExpd, mas que serão afetados pela necessidade de rapidez na sua ativação e desdobramento, do vulto da tropa e da existência de bases para desdobramento da logística operacional. A MB e o CFN têm tarefas importantes a cumprir dentro desses cenários possíveis, como por exemplo, proporcionar o meio mais rápido para implantação de um sistema logístico autossustentável; os fuzileiros podem aplicar recursos no mais alto nível da violência para moldar o ambiente operacional conjunto; podem, também, desenvolver a capacidade de trabalhar conjuntamente, combinadamente e em operações interagências.

Vimos que as expedições demandam requisitos como Transporte Estratégico, que traz consigo os aspectos da oportunidade do transporte e da proteção da força durante este transporte. Ficando aqui o alerta de que essas tarefas recairão sobre a MB, caso a nação decida envolver-se em operações dessa natureza. As tarefas da marinha prosseguem com a necessidade de apoiar, não só logisticamente, mas também apoiar o combate diretamente.

Novos conceitos serão importantes para a execução de tarefas da MB e do CFN nas operações expedicionárias, como o da Logística baseada no mar (*Sea-based*).

Dada a complexidade de uma operação expedicionária, dado o esforço de atravessar oceanos com forças aprestadas para atender aos interesses nacionais, dada a necessidade de diferentes meios para levar a cabo uma operação dessa natureza, fica claro que será uma empreitada para toda a nação se envolver. Portanto, é de se esperar que seja uma operação conjunta.

Por oportuno, importa ressaltar que, embora uma operação expedicionária possa ser iniciada por meio de uma “entrada forçada” em ambiente hostil, ou potencialmente hostil, sendo desencadeada por uma OpAnf. Isso não é determinante, uma vez que se pode considerar a possibilidade de emprego de FExpd a partir de uma “entrada administrativa”, em situação em que o nível de violência é menor, como numa OpPaz ou de assistência humanitária.

No fechamento do capítulo que dedica às operações expedicionárias Till explica que quem se envolve em operações expedicionárias geralmente o faz na expectativa de que irá contribuir para a estabilidade internacional, e suas atividades são tipicamente dirigidas contra governos ou forças que parecem ameaçá-la. Todavia, também desastres físicos e humanos, tais como ciclones, terremotos e guerras civis são ameaças a estabilidades. Operações humanitárias para restaurar a boa ordem do mar e para prevenir ou aliviar o sofrimento podem se tornar muito comuns, incluem:

- ataques contra forças da desordem, contra centros de pirataria ou escravagistas;
- operações de ajuda humanitária na sequência de catástrofes naturais;
- operações de evacuação de não-combatentes, com o objetivo de mover as pessoas de áreas onde a deterioração da situação de segurança coloca vidas em risco; e



- missões humanitárias proativas em que as forças navais podem chegar a lugares carentes antes de ocorrer um desastre (TILL, 2013).

As forças navais possuem mobilidade, o que significa que elas são, muitas vezes, as primeiras a chegar com força em uma área de crise e, assim, empregar a capacidade militar necessária para proporcionar o ambiente seguro em que as operações de ajuda humanitária (incluindo as das agências de socorro) podem progredir. Grande parte das capacidades para executar essas funções decorrem, naturalmente, das competências desenvolvidas por navios de

guerra e equipamentos necessários para conduzir operações militares “normais”. Geralmente é verdade que quanto mais capacidade militar a força dispõe (portanto, mais caro é), mais ajuda pode oferecer (TILL, 2013).

Há, no entanto, custos e tensões. Espera-se das forças militares modernas capacidade para fazer de tudo, desde lançar bombas até prestar ajuda. Entretanto, quanto mais elas se concentram em uma extremidade do espectro, menos tempo, energia e esforço dedicam à outra. Cada Marinha deve estimar o seu próprio balanço de capacidade e desenhar seu próprio futuro (TILL, 2013).

Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando do Desenvolvimento Doutrinário. **Ofício Nº 87/2015**: relatório do Seminário sobre Força Expedicionária. Rio de Janeiro, 2015a.

BRASIL. Marinha. Estado-Maior da Armada. **EMA-305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, 2014.

BRASIL. Marinha. **Navio Doca Multipropósito (NDM) “BAHIA”**. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/hotsites/naviobahia/>>. Acesso em: 13 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01**: Glossário da Forças Armadas. Brasília, 2015b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2013.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Navy, Fleet Forces Command; Marine Corps, Combat Development and Integration. **Disaggregated Amphibious Ready Group/Marine Expeditionary Unit, Concept of Employment**. Norfolk/Quantico, 2014a.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **Expeditionary Force 21**. Washington, D.C., 2014b.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A Próxima Singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, ano XXIX, n. 28, p. 9-60, 2010. Edição extra.

SCOTT, Douglas J. **Air War College Research Report No. AU-AWC-86-188**. The Naval Campaign In Gallipoli – 1815, lessons learned. Maxwell Air Force Base. Alabama-USA, March 1986. Disponível em: <<https://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a177895.pdf>>. Acesso em: 11 set 2016.

TILL, Geoffrey. **Seapower: a Guide for the Twenty-First Century**. 2ed. Londres: Routledge, 2013.



Cel Infantería de Marina Ramón Piñeiro Lemos
agredbra@oc.mde.es

O conceito espanhol de Força Expedicionária

O século XXI foi definido como a “era expedicionária”. É esse o motivo pelo qual as Forças Armadas espanholas (FAS) devem estar preparadas para atuar onde seja necessário, não somente no contexto multinacional, mas também de forma individualizada dentro da legalidade internacional.

Organização Básica das FAS

Para a realização dessas necessidades, as Forças Armadas espanholas foram organizadas em duas estruturas (Figura 1):

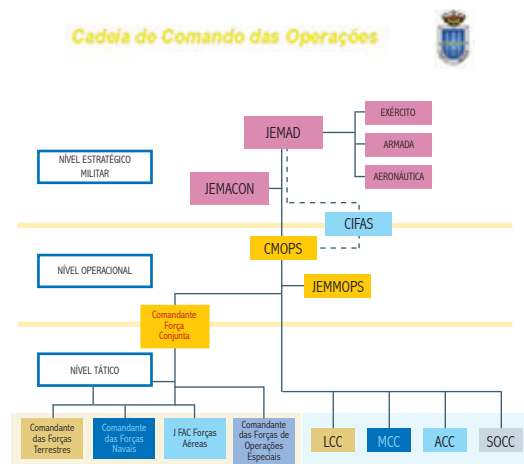
Figura 1: Organização Básica das FAS Espanholas



Fonte: o autor

- **Uma Estrutura Orgânica** – materializada pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, com uma organização básica similar, que tem como principal obrigação a preparação e o sustento da força, bem como a geração e o sustento das capacidades que se oferecem à estrutura operacional. Nessa estrutura, os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica são responsáveis pela organização, equipamentos, instrução, adestramento, administração e apoio logístico dos mesmos, bem como de zelar pela moral, motivação, disciplina e bem-estar de suas respectivas Forças.
- **E uma Estrutura Operacional** – esta depende do Chefe do Estado-Maior da Defesa (JEMAD), que se encarrega do planejamento e da condução das operações e dos exercícios conjuntos, orienta a preparação das Forças e prioriza as capacidades que necessitam às operações em todas as Forças Armadas (Figura 2).

Figura 2: Cadeia de Comando das Operações



Fonte: o autor

A principal função do JEMAD é a de assegurar a eficácia operacional das Forças Armadas. Com este objetivo, ele dá diretrizes aos Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica para se orientar na preparação da Força, supervisionar e avaliar sua disponibilidade operacional.

O JEMAD também é responsável por priorizar as capacidades militares no processo de planejamento da Força.

Cadeia de Comando das Operações

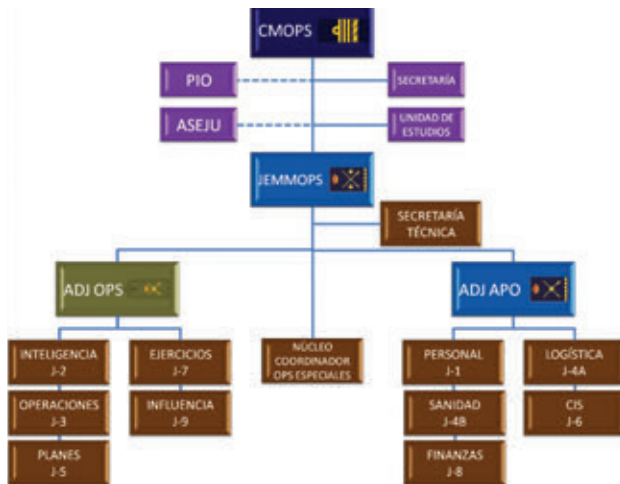
Para o desenvolvimento das operações, criou-se o MOPS (Comando de Operações). Este é o órgão da estrutura operacional, subordinado ao JEMAD. É o órgão através do qual o JEMAD, como **Comandante Operacional das Forças Armadas, exerce o planejamento, a condução operacional e dá seguimento às operações militares.**

O Comandante do MOPS (CMOPS) exerce o Comando no nível operacional de qualquer operação que realize na Estrutura Operacional. O JEMAD considera este Comando de Operações como **único Quartel General em nível operacional espanhol**, que se relacionará com os correspondentes Quartéis Gerais do referido nível da Aliança Atlântica (Figura 3).

O CMOPS é quem planeja o trabalho do Núcleo da Força Conjunta destinada às Operações de reação nacionais expedicionárias.

Este quartel General do Comando de Operações planeja, conduz e dá seguimento às Operações.

Figura 3: Estrutura MOPS (Atual)



Fonte: o autor

Para estas operações, quando os meios próprios das FAS não são utilizados, o CMOPS tem dois contratos mestre para transportar as pessoas ou materiais às zonas de operações:

1. Um contrato mestre para o transporte de pessoas, o qual ganhou Air Europa e no qual estão regulados os custos de cada avião por tipo e destino. Não é necessário contratá-lo cada vez que se necessita de um voo, mas se solicita o serviço e posteriormente se envia a nota fiscal com o preço acordado.
2. Um contrato mestre para o transporte de carga onde está regulado o preço de cada tipo de avião de carga por trajeto, o preço de cada container por destino, custos do metro linear num “navio ro-ro”.

Preparação e capacidades da Marinha

Após observação da estrutura do comando e as obrigações do Estado-Maior da Defesa, a seguir mostra-se o caráter expedicionário na Marinha. Ao se falar em Força de Fuzileiros Navais (FFN) se fala em operações anfíbias e expedicionárias, já que uma e outra estão juntas ao longo da história. Devido à Força contar com um modelo de forças flexíveis, capazes de se deslocar de forma imediata fora do território nacional (TN), com capacidade de adaptação em diferentes missões, e capazes de sustentar-se, por período limitado, isto dá às forças o caráter expedicionário.

O mar segue sendo o espaço global de importância estratégica, que abrange um espaço que não poderia ser melhor para posicionar e deslocar, imediata ou progressivamente, forças de certa entidade. Esta capacidade, exclusiva das forças anfíbias, equipe inseparável que forma os meios navais e a força de desembarque, forma-se em torno de unidades de natureza naval e anfíbia e com caráter expedicionário.

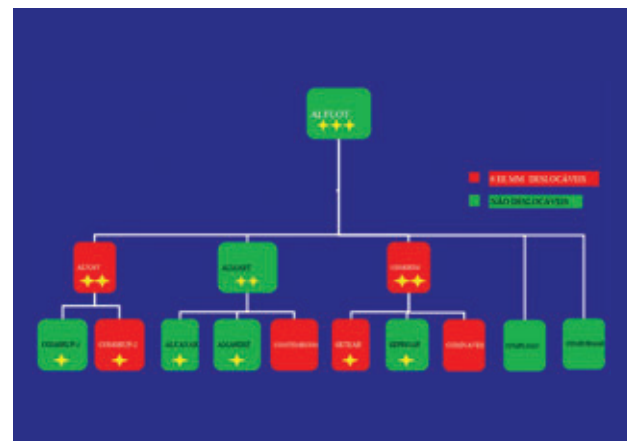
A FIM (*Fuerza de Infantería de Marina - FFN*), graças a mobilidade e a capacidade de projeção que outorga sua natureza naval e sua especialização em operações anfíbias, a sua integração com os demais meios da Marinha, e seu caráter intrinsecamente expedicionário, a faz com que a força seja especialmente adequada para ser

empregada como força de primeira resposta, tanto em operações convencionais como em Operações de Resposta de Crises, podendo ser identificada como a Força de Entrada Inicial da Força Conjunta. Sendo assim, o binômio: Meios Navais e Força de Desembarque, proporciona ao estado uma ferramenta única para a execução, com breve espaço de tempo, de operações expedicionárias.

A FIM tem os atributos das unidades expedicionárias:

- **Alta disponibilidade e capacidade operacional.** Isto é possível graças à simbiose existente entre as forças que se projetam e os meios da Armada, fruto de adestramento comum.
- **Balço entre projetabilidade e potência de combate.** Esta característica é vital e condiciona todos os programas de aquisição de material na FIM. Os meios devem ser suficientemente rápidos, para serem projetados de forma imediata, e também suficientemente potentes para prevalecerem ante as ameaças previstas nas crises que surgem no entorno do litoral. Se a FIM não dispuser de meios que distribuam as unidades terrestres mais pesadas, pode compensar isto com sua capacidade de coordenação de apoios de fogo: terrestre, naval e aéreo, e com sua capacidade de manobra que proporciona os meios da Armada.
- **Tecnologia Avançada.** Isto é imprescindível para se lutar com todas as vantagens possíveis perante um inimigo combatente, em território hostil.
- **Capacidade de Resposta Imediata.** Todos os atos da FIM estão enfocados na resposta imediata, orientados para que se consiga organizações operacionais capazes de combater o amplo leque de ameaças de forma imediata.
- **Integração.** Faz-se necessário uma integração de procedimentos e sistemas entre todas as forças participantes das operações.
- **Visão de Conjunto.** Hoje em dia, as operações expedicionárias são eminentemente em conjunto. A integração de capacidades e sistemas, com base em organizações operacionais, é algo inerente na força dos fuzileiros navais. Esta visão conjunta favorece a capacidade de interoperabilidade.

Figura 4: Estrutura da Força



Fonte: o autor

Para a realização de operações expedicionárias, a Armada espanhola conta em sua Força Naval, com 6 Estados-Maiores deslocáveis para enfrentar todo tipo de missão. A composição destes varia conforme o tipo de missão (figura 4).

A organização da Brigada da Força de Fuzileiros Navais se adapta à consecução da Capacidade, que a Armada deve contribuir à realização das operações. Para isso, nossas unidades são agrupadas em sete unidades subordinadas que proporcionam as subcapacidades necessárias para se construir a capacidade principal.

A terceira unidade de manobra é o Batalhão Mecanizado de Desembarque. Este é dotado de veículos *Hummer* blindados: piranha e anfíbios; bem como com carros de combate. Os mesmos propiciam grande potencial de fogo, de choque, de mobilidade e de proteção. São unidades de Combate ideais para ações rápidas e profundas, ações de reconhecimento e para constituição de reserva. Podem atuar com ou sem reforços, enquadrados em uma unidade superior, de forma independente como unidade reforçada para o combate em terra, ou organizado operativamente como Batalhão Reforçado de Desembarque Mecanizado (BRDMZ) para as operações anfíbias.

A Composição, possibilidades e limitações de um Batalhão e de uma Brigada de Força expedicionária, conforme já mencionado, dependem do tipo da missão. Na figura 6, aparece de forma gráfica essa forma de trabalho diretamente relacionada com a organização. A organização se embasa em quatro blocos de subcapacidades associadas ao Combate, Apoio de Combate, Serviços de Combate, Comando e Controle, como se pode ver à esquerda do slide. Estes quatro pacotes constituem o núcleo gerador das organizações operacionais.

A partir daqui, e em função da missão, são escolhidos elementos dentro de cada pacote de subcapacidades até construir a organização operacional *ad-hoc* para cada missão.

Ao se mover nas operações de combate tradicionais, o leque de organizações operacionais envolve desde a máxima entidade, que engloba a Brigada em seu conjunto até a menor entidade, que seria normalmente um Subgrupo Tático (SGT). Esta escala de organizações operacionais, em operações de combate, mantém relativa proporcionalidade entre a participação nos quatro pacotes de capacidades e nas quatro figuras, na parte superior direita do slide, representando a Brigada, uma Agrupação Tática, um Batalhão Reforçado de Desembarque (BRD) ou Grupo Tático (GT) e um SGT.

E ao se mover no âmbito do outro tipo de operações, as habituais na atualidade, podemos construir as organizações operacionais mais adequadas. Nelas, conforme as duas figuras, na parte central à direita do slide, podem variar drasticamente as porcentagens de contribuição de cada pacote de capacidades. As operações de manutenção da paz, onde as capacidades de apoio de combate podem ser mínimas, fazendo com que a contribuição aos apoios de serviços de combate seja menor que o habitual, e as operações de ajuda humanitária, as quais com capacidades, associadas à logística, ou aos apoios de combate, primam sobre as próprias capacidades de combate.

Por último, fica uma terceira contribuição a compromissos e operações, que se tenta representar com a figura da parte inferior direita do slide, é a possibilidade de contribuir com as partes essen-

ciais de uma força multinacional, entidade Brigada ou Agrupamento Tático. Este tipo de compromisso exige incrementar a capacidade de comando e controle, parte das unidades de combate, e é a parte principal dos apoios às unidades de combate.

Figura 5: Situação Atual
Organização Geração, Organizações Operacionais



Fonte: o autor

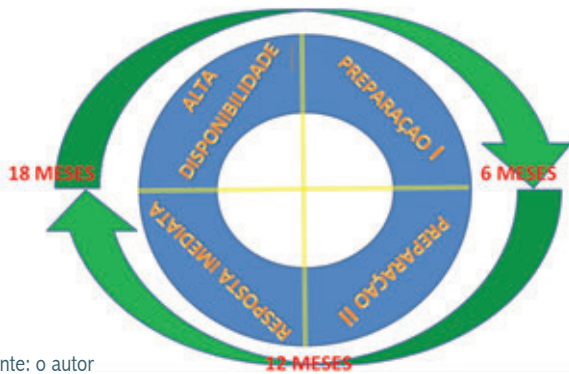
Preparação e Capacidades do Exército

Para estar em condições de colaborar com um contingente terrestre em situações adequadas, o Exército atende a três atividades principais, para as quais se tem definido uma série de Autoridades com obrigações específicas relacionadas com o Alistamento (Figura 5).

- A Geração: para isto se designa um Comando Coordenador da Geração do Contingente que irá se deslocar, que será o responsável de coordenar o esboço em detalhes das unidades do contingente com aqueles Comandos que insiram forças e com o General Chefe da Força Logística Operacional (GEFLO) para as Unidades logísticas.
- A Preparação Operacional: para isto se designa um Comando Coordenador da Preparação Operativa, que normalmente será o General Chefe das Forças Terrestres (GEFUTER), com a responsabilidade de definir o processo de adestramento a desenvolver-se pelos contingentes que são gerados para cada operação, avaliar e certificar-se do contingente, comprovando que se tenha preparado adequadamente para cumprir a sua missão.
- O Apoio à Operação: Tem-se definido uma série de atividades, diferentes Comandos participam, enquadradas no Sustento do Esforço e no sustento da Força;
 - Sustento do Esforço:
 - Conhecimento da situação.
 - Lições Aprendidas.
 - Sustento da Força:
 - Apoio Logístico desde TN.
 - Apoio Logístico a Unidades deslocadas.
 - Gestão de recursos em apoio à Força.

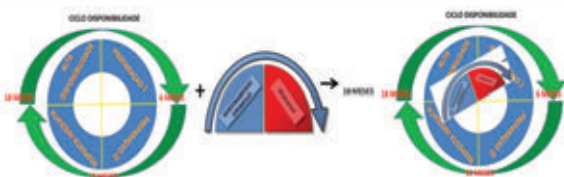
Conforme já mencionado, o COMANDO DE OPERAÇÕES CONJUNTAS é quem define a participação de cada operação. Isto sido feito, o Exército designa e detalha a Unidade que participará.

Figura 6: Ciclo Disponibilidade



Fonte: o autor

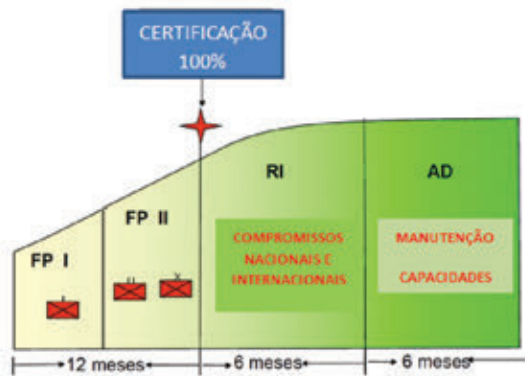
Figura 7: Preparação Específica para Operações



Fonte: o autor

No Exército, são as Brigadas (8 no total: 4 rápidas e 4 pesadas) que entram nos ciclos de giro dos deslocamentos nas missões. **As Brigadas realizam um ciclo de Preparação, Instrução e Adestramento** (Figuras 6 e 7), **que duram dois anos** (divididos em quatro períodos de seis meses). Um desses períodos se denomina “Fase de Projeção”. É nesse momento que a unidade está em condições de ser utilizada no exterior (Figura 8).

Figura 8: Sequência de Preparação



Fonte: o autor

Sendo assim, em cada um destes dois grandes cenários, a cada seis meses, uma brigada insere um Grupo Tático (aprox. 500 homens) que, conforme exposto, coincide com a fase de projeção.

Quanto ao sustento, expõe-se que é realizado basicamente com uma estrutura orgânica, que é a Força Logística Operacional (logística específica do Exército).

Mas, logicamente, referente aos transportes, quem coordena e estabelece é o MOPS. **Os traslados à ZO são de obrigação do MOPS:**

- Seja com o apoio da Força Aérea ou da Marinha.
- Ou se envolver substituições de contingentes, isto é feito através de contrato formalizado. Na atualidade, isto ocorre com a AIR EUROPA.

Não obstante, com a experiência adquirida neste tipo de operações, Líbano e Afeganistão, tendo em vista a necessidade de se enfrentar amplo aspecto de operações, **o Exército está estudando transformar suas atuais Brigadas em Brigadas Polivalentes**. Poderíamos defini-las como órgãos integradores e geradores das distintas capacidades operativas, flexíveis, rapidamente adaptadas e **capazes de atuar em todo o aspecto do conflito com seus próprios meios**.

Sua polivalência está determinada pela capacidade de adaptação rápida em qualquer entorno operacional.

O varado catálogo de capacidades e meios permitirá gerar a força operacional precisa, bem como os agrupamentos táticos de diversas naturezas.

As unidades subordinadas de cada Brigada devem contribuir com a especialização operacional e suas características particulares de atuação no conjunto da Brigada, sendo simultaneamente aptas para assumir outras obrigações.

Requisitos das unidades:

- Necessidade de materiais principais que permitam se **operar em grau médio em todo o entorno operacional**. Uma unidade dotada para o combate de alta intensidade poderia não ser a mais adequada para uma operação de estabilização.
- **Capacidade de atuar a pé**. Os conflitos atuais são conflitos nos quais se deve patrulhar e combater a pé. Muitas vezes em entornos urbanos.

Preparação e capacidades da Força Aérea

A Força Aérea deve ser capaz de construir, deslocar, operar, sustentar e retirar até duas Agrupações Aéreas Expedicionárias de entidade fora do Território Nacional (TN), tanto de maneira autossuficiente como com apoio de outros países em missões internacionais, em qualquer âmbito.

O nível de esforço exigido, que pode chegar a ser simultâneo, é:

- Desenvolver uma operação principal, sustentada no tempo, que requeira a dispersão, sustento e retirada num cenário distante de uma Agrupação Aérea Expedicionária (AA-EXP). Esta é formada por um esquadrão de aviões caça e ataque, unidades de apoio ao combate e com meios de apoio à dispersão e à operação, e operando numa base aérea sem apoios.
- Apoiar a execução de operações sustentadas no tempo pelas agrupações táticas terrestres, navais ou de operações especiais, bem como de deslocamento/recolhida.
- Liberar, por tempo limitado (não superior a seis meses) um Comando de Componente Aéreo Multinacional (JFACC).
- Participar da sustentação e do apoio logístico das forças que foram deslocadas a curta ou longa distância (Figura 9).

A entidade da força estabelece-se inicialmente, com cerca de 460 efetivos, número este de apoio que deve ser deslocado para ativar uma DOB (Base Aérea de Deslocamento) de maneira completamente autônoma. Para se planejar, estabeleceu-se também cerca

de 550 efetivos destinados à entidade da força apoiada (unidades de combate, apoio ao combate e comando e controle). Isto com capacidade para atender também aos transeuntes (uma média de 200 pessoas por dia). Todo o incremento da entidade apoiada (nacional ou multinacional) implicará necessariamente em algum aumento da entidade que apoia (nacional ou multinacional), nos módulos que se determinem, por meio dos acordos que se formaliza.

Figura 9: Aeroporto de Desembarque (APOD)



Fonte: o autor

Uma DOB é uma base fora do TN ou aliado que permite a realização de operações aéreas numa Zona de Operações (ZO) determinada. Uma DOB pode ainda facilitar a recepção e movimento (RSOM) posterior de unidades que entram ou saem da ZO. A DOB pode ser específica, conjunta ou combinada, e de caráter modular e rapidamente deslocável com um alto estado de alistamento. A DOB pode também utilizar-se do Aeroporto de Desembarque (APOD) (Figura 9) e abrigar elementos de comando e controle, uma Base de Apoio Avançada (*Forward Supporting Base – FSB*), força do Exército ou da Armada, forças de outros países, ou inclusive organizações civis.

É necessário que o sustento das capacidades operacionais e logísticas da DOB seja constante desde o TN. A responsabilidade do sustento das capacidades operacionais e logísticas, na parte que afeta ao TA, recai sobre o Comando Responsável da Operação da DOB, que será também o responsável: pelo planeamento resultante do Plano de Operações (OPLAN), pelos planos de apoio logístico à DOB, pelo deslocamento, pelo sustento e pela recolha do pessoal e do material deslocado na mesma.

A distância da DOB desde TN e a acessibilidade da mesma, será fundamental para a projeção e o sustento da mesma e das Unidades deslocadas nela.

Estes fatores não somente orientarão a entidade das unidades logísticas a ser empregada, mas também a de toda a força deslocada na DOB, influenciando de forma decisiva na natureza da Operação.

Na FA, a fim de se fazer o planeamento, o compromisso do deslocamento e a operação da DOB se estabelecem em no mínimo um ano, e estabelecem-se em seis meses os períodos de rodízio do pessoal, pelo que se identifica a necessidade de criar duas entidades DOB anuais.

Portanto, se falarmos de projetar “capacidades” temos que falar de “Forças Aéreas Expedicionárias” que envolvam o máximo de possibilidades, incluindo meios tão específicos como supressão de defesas, vigilância aérea, resgate da tripulação e guerra eletrônica. (SEAD, AEW, CSAR e EW).

Na maioria dos casos, para proporcionar cobertura às forças terrestres são necessárias as missões de Apoio Aéreo Próximo (CAS). Atrás destas ações, encontram-se os Equipamentos de Controle Aéreo-tático (TACP), integrados como uma seção a mais nas companhias motorizadas que se deslocam sobre o terreno. O contingente espanhol da ISAF manteve deslocado até sete equipamentos TACP na província de *Badghis*, ao noroeste do país, cinco da Aeronáutica e dois dos Fuzileiros Navais.

Conclusão

Como resumo do anteriormente exposto, podemos dizer que há necessidade de um caráter conjunto para este tipo de operações.

- **Capacidades:** O JEMAD é responsável por priorizar as capacidades militares no processo de planeamento da Força. Nesta priorização, tem-se em conta o emprego conjunto das unidades. Este é o fator chave para aperfeiçoar ao máximo a estrutura da força.

A integração de capacidades e sistemas com base em organizações operacionais é algo imprescindível na força. Esta visão conjunta favorece a capacidade de interoperabilidade. Esse aspecto contribuiu para baratear os custos e melhorar a dotação dos materiais.

- **Adestramento:** Nasce a necessidade de um adestramento conjunto em planos de apoio logístico no deslocamento, sustento e recolha do pessoal e do material, e também para cada operação para se ter preparado adequadamente o pessoal na mesma. Podemos ter unidades do Exército integradas em unidades dos Fuzileiros Navais e unidades das Forças Aéreas e Fuzileiros Navais integradas em unidades do Exército.

A utilização de um adestramento conjunto, bem como os ciclos de adestramento desenhados para se ter as unidades em alto grau de disponibilidade, têm incrementado a operação das unidades. O adestramento conjunto, os ciclos de adestramento e as missões expedicionárias melhoraram a formação individual das unidades e contribuíram para o aumento da motivação de nosso pessoal.

Figura 10: Pessoal em Operações (agosto 2015)



Fonte: o autor

- **Emprego das forças:** Pelas características das missões expedicionárias dos últimos anos, nas quais a Espanha interviu com a composição de sua força, o Exército tem sido o que teve maior participação neste tipo de missões (Figura 10). O Exército está estudando transformar suas atuais Brigadas em Brigadas Polivalentes, flexíveis e rapidamente adaptadas, capazes de atuar em todo o aspecto do conflito, com seus próprios meios e com distintas capacidades operativas.

Graças a mobilidade, a capacidade de projeção e a seu caráter intrinsecamente expedicionário, a Marinha, com a “Força Naval” e a “Fuerza de Infantería de Marina (FFN)”, faz que esta seja a força de primeira resposta, tanto em operações convencionais como em Operações de Resposta de Crises, podendo ser identificada como a Força de Entrada Inicial da Força Conjunta.

A Força Aérea e a DOB, com unidades de combate, apoio ao combate e comando e controle, permitem a realização de operações aéreas e pode ser utilizado como Aeroporto de Desembarque, e também como uma Base de Apoio Avançada. E contam com os TACP, que proporcionam a cobertura às forças terrestres.

O conceito espanhol de operações expedicionárias tem caráter conjunto, no qual as Forças Armadas podem contar com um modelo de forças flexíveis para serem deslocadas fora do território nacional, com capacidade de adaptação às diferentes missões e com capacidade de apoio e sustento. Nossas Forças Armadas, desde o ano 1989, participaram em 84 operações no exterior (Figura 11).

Figura 11: Missões das Fas no Exterior desde 1989



Fonte: o autor





Cel Inf Cláudio Skora Rosty
claudiorosty@gmail.com

Constituição da Força Expedicionária Brasileira para a Campanha da Itália¹



Cláudio Skora Rosty é Oficial do Exército Brasileiro - Historiador Militar (Coronel da Reserva Remunerada); Prestador de Tarefa por Tempo Certo da Seção de Pesquisa Histórica do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército; Confrade do Instituto de Geografia e História Militar do Exército; Acadêmico da Academia de História Militar Terrestre do Brasil; Membro do Conselho Técnico-Consultivo da Fundação Cultural Exército Brasileiro e Consultor Técnico-Científico em História Militar do Laboratório de Arqueologia do Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco.

Palavras Iniciais

É uma grande honra e uma imensa satisfação participar com este artigo na Revista Âncoras & Fuzis. Neste trabalho discorreremos sobre as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos, com ênfase na mobilização nacional, na concentração de meios e na organização da Força Expedicionária Brasileira para combater fora do território nacional em defesa da liberdade e da democracia. Mostraremos as experiências vividas pelos nossos “Pracinhas” e os ensinamentos colhidos no campo de batalha.

Figura 1: Libertação de Massarosa



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (AHEx)

Introdução

No ano de 2015, em que a Força Expedicionária Brasileira (FEB) completou seus setenta anos de atuação, nos campos de batalha da Região da Toscana e Emilia-Romagna durante a 2ª Guerra Mun-

dial na campanha da Itália, reuniram-se no auditório do Centro de Operações Terrestres (COTER), em Brasília, militares das Forças Armadas preocupados com a constituição de uma Força Expedicionária de valor Unidade, que poderá evoluir para uma Brigada, com a finalidade de ser empregada fora do território nacional. Este artigo foi parcialmente apresentado naquele momento.

Agora mostraremos as atividades desenvolvidas pela Nação Brasileira, diante do maior conflito bélico enfrentado pela humanidade nos últimos tempos (2ª Guerra Mundial).

Historicamente o Brasil elevou-se no conceito mundial pelos grandes feitos dos soldados brasileiros, nos memoráveis combates contra o experiente soldado alemão. Esses homens souberam combater com

Figura 2: Crianças italianas cantando a Canção do Expedicionário



Fonte: o autor

heroísmo pela defesa da soberania, pelos nobres ideais democráticos e de liberdade. Várias vilas e cidades foram libertadas (Figura 1) e a população italiana até hoje reconhece a atuação desses heróis². Nas escolas primárias as crianças italianas cantam com entusiasmo a Can-

¹Artigo compilado pelo autor de outros trabalhos apresentados pela Defesa Nacional, Revista do Exército Brasileiro, no livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960 e A FEB pelo seu Comandante de João Baptista Mascarenhas de Moraes, São Paulo/SP: Instituto Progresso Editorial. 1947.

²Do livro A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Depoimento germânico oportuno. 531 a 535p.

ção do Expedicionário. Constatação ocorrida, em 25 de abril de 2015, por ocasião do IV Seminário Nacional sobre a Participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial em Montese - Itália (Figura 2).

Na fase inicial da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se manteve neutro³ e em decorrência dessa decisão tomada em outubro de 1939, pelos países das três Américas, representados pelos seus chanceleres, em reunião no Panamá. O propósito era de se manterem isentos diante dos graves acontecimentos que agitavam a Europa, devido à invasão da Polônia pelos alemães e da efetiva declaração de guerra pela Grã-Bretanha e pela França à Alemanha.

O presidente norte-americano (NA) Roosevelt reeleito, em 5 de novembro de 1940, para um novo período de governo enviou ao Congresso uma mensagem pedindo a aprovação da “*Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-Lease)*”, que viabilizaria a criação do grande arsenal das tropas aliadas para garantir a democracia⁴.

O Estado Novo de Getúlio Vargas guardava forte viés nacionalista de direita e ao mesmo tempo, não escondia certo grau de cumplicidade com a causa do Eixo. Entretanto, Vargas escolheu a empresa americana “*American Steel Corporation*”, em detrimento da “*Krupp*” alemã, para construir a usina da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, passo primordial para a redenção do Brasil no terreno da indústria de base.

O País seguiu sua tendência histórica de alinhamento e compromisso com as Américas, fruto da decisão tomada pelos países americanos na assembleia realizada em Havana, em julho de 1940, após os alemães atacarem os Países Baixos, a França e a Inglaterra.

Em 3 de agosto de 1941, Churchill e Roosevelt firmaram oito princípios, que passaram a se chamar “*Carta do Atlântico*”, que deram origem a atual “*Carta das Nações Unidas*” assinada, em São Francisco, a 26 de junho de 1945.

Como medida preventiva, reafirmando os princípios da “Doutrina Monroe”, os países americanos declararam que todo atentado de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência de um Estado americano, seria considerado ato de agressão contra todos os

Figura 3: Pearl Harbor



DECLARAÇÃO

[...] que cada Governo se comprometa a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Triplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra [...] que cada Governo se comprometa a cooperar com os governos signatários da presente e a não firmar com os inimigos armistícios ou paz em separado”.

Fonte: *The Way It Was* - Scott C. S. Stone

³Decreto-Lei nº 1.561 de 2 de setembro de 1939 estabeleceu as Regras de Neutralidade cujo extrato está no livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 35 e 36p.

⁴Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 45p.

Estados signatários da declaração. Nesse contexto, o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha teve papel central para o rumo que o Brasil tomou na guerra. Sua ação diplomática foi fundamental, também, para a política de segurança e solidariedade continental (Figura 3).

Em 7 de dezembro de 1941, quando os japoneses atacaram a base aeronaval de Pearl Harbor⁵, no Havaí, forçaram os Estados Unidos da América e seus aliados a entrarem naquele conflito. Em um movimento de solidariedade, vinte e seis nações firmaram, em 1º de janeiro do ano seguinte, a declaração: “[...] que cada Governo se comprometa a empregar todos os seus recursos, militares ou econômicos, contra os membros do Triplice Pacto e seus aderentes com os quais esteja em guerra [...] que cada Governo se comprometa a cooperar com os governos signatários da presente e a não firmar com os inimigos armistícios ou paz em separado”^{6,7}. O Brasil aderiu a esse grupo, comprometendo-se de forma inexorável a atuar com os Aliados contra o Eixo. Durante a sessão de encerramento da conferência, na Cidade do Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, Oswaldo Aranha

Figura 4: Oswaldo Aranha



Fonte: o autor

declarou que o país rompia relações com a Alemanha, a Itália e o Japão, dessa forma solidarizando-se

com as repúblicas americanas, às quais estava ligado por laços indissolúveis de amizade⁸ (Figura 4).

O Brasil procurou manter-se afastado do conflito, porém devido ao bloqueio marítimo imposto pela Alemanha com repercussões na costa brasileira essa situação modificou-se.

O primeiro incidente envolveu o navio mercante brasileiro *Taubaté*⁹, que navegava isoladamente entre Chipre e Alexandria, em 23 de março de 1941, ou seja, antes do rompimento das relações diplomáticas. Ele foi bombardeado e metralhado por um avião da *Luftwaffe* (Força Aérea Alemã). Apesar da morte de um tripulante e do ferimento de outros treze, e dos protestos veementes do governo brasileiro, o governo alemão mostrou-se insensível ao fato. Outros incidentes menores continuaram acontecendo até que o Brasil foi vítima da infame campanha submarina alemã no Oceano Atlântico. O primeiro navio vítima dessa campanha infame foi o *Cabedelo*, desaparecido em 14 de fevereiro de 1942, quando se dirigia da Filadélfia, nos Estados Unidos da América (EUA), para o Porto de Cabedelo, no Brasil.

⁵Do livro *A FEB* pelo seu Comandante, J. B. Mascarenhas de Moraes., Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 24p.

⁶Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 47p.

⁷Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 47p.

⁸Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Sessão de encerramento da III Reunião dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas - 48p.

⁹Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 52p.

Desse momento até a declaração de “Situação de Beligerância” contra a Alemanha, em 21 de agosto de 1942, mais dezoito navios mercantes brasileiros foram afundados por submarinos do Eixo. Depois dessa data, outros doze foram ao fundo do mar, totalizando aproximadamente um terço da Marinha Mercante Brasileira e provocando a morte ou o desaparecimento de 469 pessoas, entre tripulantes e passageiros, sendo 121 oficiais e 8 comandantes de navios mercantes¹⁰ (Figura 5). Em 11 de março de 1942, como medida de represália, o Decreto-Lei Nº 4.166 regulava sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Figura 5: Afundamento de navios

O primeiro incidente envolveu o navio mercante brasileiro Taubaté



Navio Cabedelo, desaparecido em 14 de fevereiro de 1942

Fonte: o autor

A Declaração de Guerra à Alemanha e à Itália¹¹ foi feita no dia 31 de agosto do mesmo ano, com o Decreto Nº 10.358, contudo, já em 27 do mesmo mês, havia se reunido pela primeira vez a “Comissão Militar Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos”, deliberando sobre como seria a participação militar do Brasil na guerra. Ficou acertado: o envio de um Corpo de Exército (CEX), três Divisões de Infantaria (DI), mais os elementos de apoio, à África ou à Europa; as unidades teriam organização igual às adotadas pela Doutrina Militar Norte-americana (NA); o envio de uma Força Aérea Expedicionária; o fornecimento de material bélico e artigos de subsistência seriam

Figura 6: Uniforme e equipamento individual que seria usado pelos “Pracinhas” na Itália



Fonte: o autor

Figura 7: Oficiais estagiando nos EUA



Fonte: o autor

¹⁰Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Os oito comandantes são: Cmt do Cabedelo - Pedro Veloso da Silveira; Cmt do Cairú - José Moreira Pequeno; Cmt do Piave - Renato Ferreira da Silva; Cmt do Araraquara - Lauro Augusto Teixeira de Freitas; Cmt do Osório - Almiro Galdino de Carvalho; Cmt do Antonico - Américo de Moura Neves; Cmt do Tutóia - Acácio de Araújo Faria; e Cmt do Bajé - Arthur Monteiro Guimarães. 54/55p.

¹¹Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Declaração do Estado de Guerra em todo o território Nacional de acordo com os artigos 74, letra K e 171 da Constituição Federal do Brasil. 61 e 62p.

pelo “Lend Lease” com 50% do material de uma DI entregues no Brasil para treinamento; a participação de oficiais brasileiros em estágios de instrução nos EUA; o envio de militares norte-americanos como instrutores para o Brasil e a justiça militar funcionaria de acordo com as leis brasileiras (Figuras 6 e 7).

Seguiram-se os Decretos Nº 10.451, de 16 de setembro de 1942, de mobilização geral em todo o território nacional, e o Nº 4.812, de 8 do mês seguinte, dispoendo sobre a requisição de bens móveis e imóveis, necessários às Forças Armadas e à defesa passiva da população¹².

Defesa Territorial do Brasil

Figura 8: Setor Circular de Segurança e Vigilância da 7ª RM



Fonte: O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco

Pela resolução Nº 11 de 1943, da Comissão Mista de Defesa Brasil - EUA, a defesa do território brasileiro e das instalações militares nele existentes ficaria a cargo do Exército¹³. Decorrido um mês e três dias da entrada do Brasil na guerra, o Dec. Nº 10490-A, de 25 de setembro de 1942, criou a “Zona de Guerra Brasileira”.

Ela abrangeu todo o litoral do Brasil, o vale do rio São Francisco e as águas oceânicas contíguas ao Brasil, no limite de uma faixa de segurança estabelecida pela Declaração do Panamá e mais a nossa fronteira no Rio Grande do Sul. O restante foi considerado “Zona do Interior”¹⁴ (Figura 8).

A Zona de Guerra foi dividida pelos Teatros de Operações (TO): Amazônico, Nordeste, Centro Meridional, Meridional, Mato Grosso e Marítimo que foram na prática nominados, em função da remota possibilidade de um ataque do Eixo. Exceção do TO Nordeste que organizou um “Plano de Operações” sob a orientação de seu comandante, General-de-Divisão Estevão Leitão de Carvalho. Esse plano respondia às seguintes possibilidades do Eixo: prática de atos de guerra por forças aeronavais do Eixo contra comunicações marítimas de interesse do Brasil, o que veio a concretizar-se; ações de envergadura contra o Nordeste (Saliente Nordestino) por forças do Eixo, após dominarem a África Oriental e o Atlântico Sul. Em função delas, a defesa do Nordeste e por via de consequência a do Brasil e das Américas, devia concentrar-se no triângulo Natal - Recife - Fernando de Noronha.

¹²Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Mobilização Geral. 62p.

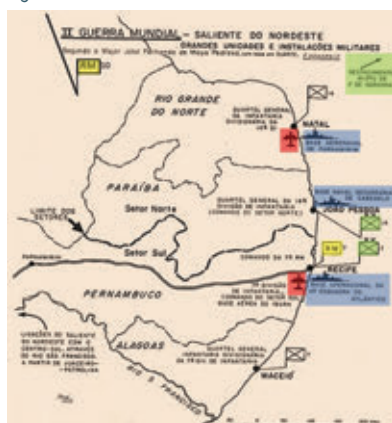
¹³Do livro Ricardo Bonalume Neto. A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945). Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995. 34 e 35p.

¹⁴Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. ZI - Zona do Interior e ZG - Zona de Guerra. 105p.

Para fazer face às possibilidades levantadas de ações do Eixo, o Plano de Defesa do TO¹⁵ Nordeste estabeleceu como missões: impedir o Eixo de estabelecer bases aeronavais no Nordeste; vigiar a costa para assinalar forças do eixo em tentativas de desembarque e ações corsárias; manter a todo o custo as bases aeronavais de Natal e Recife; impedir o Eixo de estabelecer-se em Fernando de Noronha; e manter forte massa de manobra em Campina Grande capaz de socorrer Natal e Recife.

Para o cumprimento dessas missões o TO Nordeste foi dividido entre a 10ª Região Militar (MA, PI, CE), a 7ª Região Militar sobre o

Figura 9: Saliente NE



Fonte: O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco

Saliente Nordestino (RN, PB, PE, AL e Fernando de Noronha) e a 6ª Região Militar (SE e BA) (Figura 9). Estas ao comando sucessivo dos generais João Baptista Mascarenhas de Moraes e Newton Andrade Cavalcanti e, dispondo da 7ª Divisão de Infantaria articulada nos estados de Pernambuco e Alagoas. A 14ª Divisão de Infantaria articulada nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e mais o Destacamento Misto de Fernando de Noronha, composto de tropas de Infantaria, Artilharia (de Costa e Antiaérea), Comunicações e Engenharia (do 4º BE Cmb de Itajubá-MG). Em caso de invasão e impossibilidade de repelir ou destruir o inimigo as duas divisões de Infantaria deveriam retardá-lo: a 7ª ao longo dos eixos Recife - Caruaru - Rio Branco e Maceió - União - Garanhuns e até a linha de Resistência Garanhuns - Glicério - Palmares - Vitória - Limoeiro. A 14ª devia retardá-la nos eixos Natal-Santa Cruz e João Pessoa-Sapé - Campina Grande até a linha Itambé - Cahê - Mamaguape - Vila Nova - Bom Jesus, devendo participar da Resistência na linha Itabaiana - Nova Cruz - Serra Caiada¹⁶. A 14ª DI, ao comando do General-de-Brigada Gustavo Cordeiro de Farias¹⁷, que tinha por missão, caso o inimigo desbordasse Natal vindo entre Touros e Areia, manter Lages a todo o custo. Em caso de desembarque e vantagem inicial do Eixo, cada núcleo vencido deveria retrair e juntar-se a outro núcleo e assim por diante, à semelhança do que já havia sido feito ao tempo das invasões holandesas.

A defesa do litoral contava ainda, com a Base Operacional da 4ª Esquadra do Atlântico e Base Aérea do Iburá, em Recife; com a

Base Naval Secundária de Cabedelo, em João Pessoa e com a Base Aeronaval de Parnamirim, em Natal.

Ao Destacamento Misto de Fernando de Noronha competia: impedir qualquer desembarque inimigo, principalmente em face a Baía de Santo Antônio; precaver-se contra bombardeios aéreos e navais e impedir a todo o custo que Fernando de Noronha fosse usada como base aeronaval do Eixo, para operações contra o Continente.

O restante das tropas do Exército do TO Nordeste receberam missões de vigiar o litoral e defender os portos e bases militares em Fortaleza, Luiz Correia, São Luiz, Aracajú, Salvador, Itaparica, Ilhéus, Canavieiras, Santa Cruz, Porto Seguro, Caravelas, Conceição da Barra, Vitória e Marataízes. As maiores concentrações de tropas tiveram lugar em ordem de valor: Recife, Natal, Fernando de Noronha, Fortaleza, Campina Grande (Reserva da 7ª Região Militar), Salvador, Caravelas, Vitória e Aracajú.

O resto da tropa foi distribuído por todo o litoral do Nordeste, numa linha tênue e descontínua. Várias unidades do Exército foram deslocadas em missões de guerra, do interior para a vigilância do litoral, onde passaram longos e intermináveis dias padecendo de saudades da família e de solidão. Nos restantes dos TO criados houve problemas menores no tocante a operações que se concentraram na proteção de portos, bases militares e vigilância do litoral. Daí no final da guerra haver sido editada lei que passou a ser conhecida como “Lei da Praia”, que trouxe vantagem de mais uma promoção na reserva aos que durante a guerra estavam na Zona de Guerra Brasileira.

O Rio São Francisco mais uma vez devido a sua configuração comprovou ser o rio da unidade nacional, por assegurar a ligação entre o Nordeste e o Rio de Janeiro, no trecho Juazeiro - BA a Pirapora - MG, a salvo da ação de submarinos, daí ser incluído na Zona da

Figura 10: Importância estratégica do NE



Fonte: O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco

Guerra como rota de suprimento. O dispositivo de defesa do TO Nordeste foi desenvolvido e aperfeiçoado até meados de 1943, quando ficou reduzida a ação do Eixo no norte da África e com inexpressiva ação de submarinos no nosso litoral, a partir de agosto de 1943. Milhares de militares do Exército cumpriram por quase um ano, na solidão e desconforto das praias do imenso litoral brasileiro, a missão de guerra que lhes foi imposta “defender e vigiar o litoral brasileiro” (Figura 10).

A Mobilização Nacional

O Brasil passava por séria crise econômica desde a década de 1930. O Chanceler Oswaldo Aranha, desde 1939, já havia emitido recomendações ao presidente sobre medidas para a mobilização do país. Medidas relativas à arregimentação da opinião pública; economia de combustíveis e de trigo; regularização das obrigações internacionais; constituição de estoques; e racionalização do consumo de produtos indispensáveis e proibição da exportação de ferro. As

¹⁵Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Plano de Defesa do Teatro de Operações. 107p.

¹⁶Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Defesa do Nordeste Brasileiro - Esboço nº4. 112 a 114p.

¹⁷O qual emprestou seu nome ao Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias (EGGCF), atual gráfica do Exército.

exportações cresceram em quantidades brutas e diversificaram-se. Para os Estados Unidos, por exemplo, o Brasil passou a exportar, com exclusividade, em obediência aos acordos firmados, além do café, matérias-primas estratégicas, como a borracha, o babaçu, a cera de carnaúba, o quartzo, a mica, a tantalita, o berilo etc.

O Presidente Vargas criou a Coordenação da Mobilização Econômica, em 30 de novembro de 1942, encarregada de transformar a economia de paz, debilitada e desgovernada, em uma economia de guerra efetiva. Apenas as indústrias de tecidos, conservas, artefatos de couro e produtos farmacêuticos produziam excedentes que puderam contribuir com o esforço de guerra aliado.

Na agricultura, a situação era menos grave, o café e o algodão continuavam como esteios da economia. Entretanto, a carência de alimentos castigou a população e coube às Comissões de Abastecimentos Estaduais regular o racionamento e os preços¹⁸.

O setor dos transportes, que já era precário, foi ainda mais sacrificado, tanto pelas baixas de quase 1/3 da frota mercante, pelos ataques de submarinos, quanto pela escassez de combustíveis. Para o transporte ferroviário, a solução foi substituir o carvão vegetal pela queima de lenha. Para os transportes rodoviários, foi necessário o racionamento, por meio da adaptação de muitos veículos ao uso do gasogênio.

A mobilização de mão de obra limitou-se a alguns esforços destinados a atender às Forças Armadas e às batalhas (extrações) da borracha e dos minerais estratégicos. A Batalha da Borracha exigiu a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia¹⁹, destinado a recrutar efetivo, principalmente oriundos do Nordeste, para a extração do látex, essencial para a fabricação de pneus para aviões²⁰ (Figura 11).

Figura 11: Soldado da Borracha



Fonte: REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial

As Forças Armadas estavam desaparecendo e despreparadas para uma guerra moderna daquela envergadura. O Exército contava com um efetivo aproximado de sessenta mil homens, sua organização, instrução e doutrina de emprego obedeciam, rigorosamente, aos regulamentos franceses, e os armamentos e os equipamentos, na sua grande maioria eram de procedência estrangeira, antiquado e em número insuficiente para atender às novas exigências.

¹⁸Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. 73p.

¹⁹Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. 74p.

²⁰REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial - português e italiano - 70 Anos da FEB. BIBLIEX. Soldados da Borracha 11 a 17p.

A Marinha do Brasil, com um efetivo de quatorze mil homens, dispunha somente de dois encouraçados, dois cruzadores, sete contratorpedeiros, um submarino, um navio-tanque, um monitor, dois Tenders, dois navios-hidrográficos, dois navios-auxiliares, quatro navios de Aviso, três navios-mineiros e um navio-escola, em sua maioria velhos e desaparelhados para batalhas contra unidades mais modernas.

A Aviação Militar do Exército e da Marinha, unificadas pela Força Aérea Brasileira, com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 18 de janeiro de 1941, também se ressentiam da falta de aeronaves e equipamentos mais modernos. Possuíam somente algumas aeronaves *Vultee V-11*, *Fock Wulf*, *Martin*, *Vought Corsair*, etc., todas obsoletas²¹.

Os arsenais e as fábricas produziam apenas alguns explosivos e munições e a montar, à custa de muitos esforços, alguns navios ligeiros para a Marinha de Guerra, determinados tipos de aviões de treinamento e de transporte para a Aviação e alguns materiais para o Exército.

A ideia de mobilizar as Forças Armadas somente se tomou realidade quando as ameaças do conflito começaram a se aproximar do Brasil (o Brasil não foi à guerra ela veio ao Brasil). Tornou-se imperativo apelar para o parque industrial dos Estados Unidos, único país, naquele momento, capaz de atender às necessidades vigentes. Assim, por meio da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, "Lend Lease"²², conseguiu-se adquirir grande parte dos armamentos, materiais de guerra, equipamentos e munições necessárias.

Figura 12: Carros de Combate M8



Fonte: AHEx

Para o Exército foram comprados parte do material de uma Divisão Blindada e de uma Divisão Motorizada, materiais para dois Regimentos de Artilharia Antiaérea e para quatro Batalhões Anticarro, cerca de 150 peças de Artilharia de Costa, equipamentos de construção de estradas e metade do material para uma Divisão de Infantaria (Figura 12).

²¹Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do Ministério da Aeronáutica. 78p.

²²REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português - 70 Anos da FEB. BIBLIEX. 8 a 10p.

Para a Marinha de Guerra foram adquiridos dezesseis caça-submarinos, oito contratorpedeiros de escolta e um navio de transporte.

Para a Força Aérea, três grupos aéreos, equipados com aeronaves de reconhecimento Ventura, Hudson e Catalina²³ e um grupo de bombardeiros médios B-25.

Com conhecimento tecnológico nacional, o Arsenal de Marinha e a Organização Henrique Lage construíram três contratorpedeiros, seis caça-submarinos, nove destróieres, dois monitores e sete corvetas para a Esquadra. Além disso, realizaram-se obras de vulto: a instalação da Base Naval de Natal, bem como a reforma e a construção de quartéis



Fonte: o autor

e de estabelecimentos militares diversos por todo o país, para abrigar os novos efetivos. Toda essa renovação não incluiu os esforços realizados para equipar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o 1º Grupo de Caça²⁴ que atuaram na Itália. A mobilização de pessoal para as Forças Armadas foi dificultada pela precariedade das reservas disponíveis (Figura 13).

A Marinha solucionou o problema destacando os quadros de terra e as guarnições dos velhos encouraçados São Paulo e Minas Gerais para completar os efetivos dos novos navios, além de criar um Centro de Formação de Reservistas em Natal.

À Força Aérea Brasileira coube fornecer à FEB o pessoal necessário para a organização da Esquadilha de Ligação e Observação, prevista na Artilharia Divisionária, com exceção dos observadores aéreos, que seriam oficiais do Exército da arma de Artilharia²⁵ (Figura 14).

Figura 14: Esquadilha de Ligação e Observação



...Viajavam com qualquer tempo, com a neve, com chuva, naqueles destituídos onde havia perigosas correntes de ventos... (Foto Horácio Coelho).

Fonte: Horácio Coelho

A Aeronáutica convocou pilotos civis em formação nos Estados Unidos. Criou Centros de Preparação de Oficiais da Reserva no Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre e ampliou as matrículas na Escola de Aeronáutica no Campo dos Afonsos. Estimulou o acesso de candidatos à Escola de Especialistas da Aeronáutica, então sediada no Rio de Janeiro, destinada à formação de mecânicos de voo, e contratou nos Estados Unidos uma escola técnica para a formação dos especialistas de terra que foi instalada em São Paulo.

No Exército, o preenchimento dos claros de oficiais, decorrentes da súbita elevação dos efetivos para aproximadamente 180 mil homens, foi realizado com a aceleração das promoções e da formação de novos profissionais na Escola Militar do Realengo, transferida para Resende em 1944, e nos Centros e Núcleos de Formação de Oficiais da Reserva, instalados em várias cidades do país. Foi fechada temporariamente a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais na Vila Militar.

A formação dos graduados passou a ser feita em massa pelas unidades, enquanto a formação de especialistas ficou ao encargo dos Centros de Instrução Especializada, destacando-se o da 1ª Região Militar, mais bem dotada de meios e recursos.

O esforço de guerra brasileiro permitiu também que os americanos construíssem no Norte e no Nordeste - em Belém, Fortaleza, Natal, Recife e Salvador, em obediência aos acordos firmados, Bases Aéreas ao lado das antigas instalações nacionais ali existentes. Destinavam-se a dar melhor cobertura aérea ao continente, porém, com a rápida evolução dos acontecimentos, transformaram-se em vitais pontos estratégicos para garantia das operações realizadas na África e na Europa. A Base Aérea de Parnamirim, no Rio Grande do Norte, teve tanta importância para o esforço de guerra aliado que acabou conhecida como "trampolim da vitória"²⁶.

Figura 15: Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt e o Presidente Getúlio Vargas



Fonte: REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial

Em fevereiro de 1943, o Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, retornando de visita a Casablanca (Marrocos), no Norte da África, esteve em Natal acompanhado do Presidente Getúlio Vargas²⁷, ocasião em que os presidentes ratificaram os acordos de guerra entre o Brasil e os Estados Unidos (Figura 15).

A Mobilização da FEB

Em 9 de agosto de 1943 foi ordenada a organização da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE). Enquadrada no V Exército Norte-Americano. O General João Batista Mascarenhas de Moraes foi designado Comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB)²⁸ constituída pela 1ª DIE e pelos Órgãos Não-divisionários (OND), tendo vinculação com o Conselho Superior de Justiça Militar, com o 1º Grupo de Caça e com os Correspondentes de Guerra (Figura 16).

²³ Aviões Catalina usados contra os submarinos alemães e italianos que atuavam no litoral brasileiro.

²⁴Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Criação do 1º Grupo de Caça. 79p.

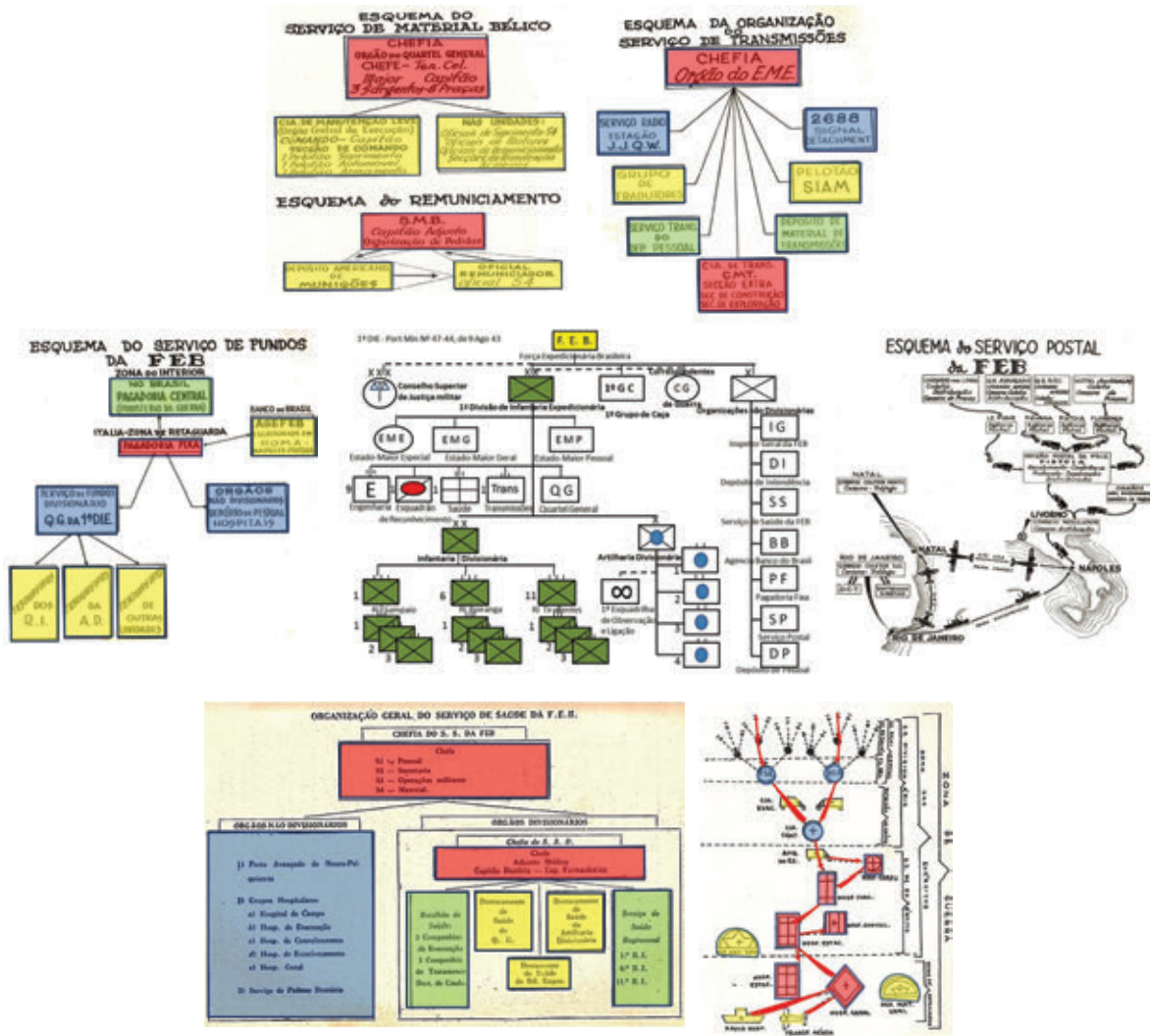
²⁵REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português - 70 Anos da FEB. BIBLIEx. 51p.

²⁶REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português - 70 Anos da FEB. BIBLIEx. Trampolim da Vitória 21p.

²⁷REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 - 1º quadrimestre de 2015 - Edição Especial em português - 70 Anos da FEB. BIBLIEx. Figura Nº 2 da página 10.

²⁸Do livro Com a FEB na Itália - E4 da FEB, Aguinaldo Senna Campos. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970. 24 a 29p.

Figura 16: Organização da FEB



Fonte: o autor

Órgãos Não-divisionários constituídos por uma Inspetoria Geral e Estado-Maior na Zona de Interior, sendo designado para Inspetor Geral o General Olímpio Falconière da Cunha. Esse Órgão Não-divisionário era composto, ainda por um Serviço de Saúde; por uma Agência do Banco do Brasil; por uma Pagadoria Fixa; por Depósito de Intendência; Depósito de Pessoal; Serviço Postal e Seções de Justiça²⁹.

A 1ª DIE foi organizada conforme o modelo norte-americano³⁰: com Estado-Maior Especial, Estado-Maior Pessoal e Estado-Maior Geral. Os oficiais do Estado-Maior da FEB eram antigos e conceituados instrutores da Escola de Estado-Maior: Ch EM - Coronel Floriano de Lima Brayner; E1 - Tenente Coronel Thales Moutinho da Costa (depois, Tenente Coronel João da Costa Braga Jr.); E2 - Tenente Coronel Amaury Kruehl; E3 - Tenente Coronel Humberto de Alencar Castelo Branco (depois, Tenente Coronel Adhemar de Queiroz e Maj Hélio Peres Braga); e E4 - Major Aguinaldo Senna Campos.

A Tropa Especial era constituída basicamente de Elementos de Apoio, destacando-se o enquadramento de um Esquadrão de Reconhecimento. Por constituírem novidades na estrutura organizacional divisionária brasileira, muitos tiveram que ser especialmente criados. O Boletim do Exército Nº 16, de 23 de agosto de 1943, o qual deu a organização da FEB, previa a criação de novas unidades: 1º Esquadrão de Reconhecimento Moto Mecanizado; Companhia de Manutenção; Companhia de Intendência; Companhia de Quartel General da 1ª DIE; Pelotão de Polícia Militar (teve por base elementos da Força Pública de São Paulo); Companhia de Comando; Banda de Música Divisionária; Companhia de Transmissões.

A Tropa Especial era constituída pela Infantaria Divisionária, pelo Batalhão de Engenharia, pelo Batalhão de Saúde e pela Artilharia Divisionária.

A Engenharia da FEB foi composta de um Batalhão de Engenharia (9º Batalhão de Engenharia de Aquidauana/MT), o qual era composto de uma Companhia de Comando e Serviço, um Destacamento de Saúde e três Companhias de Engenharia.

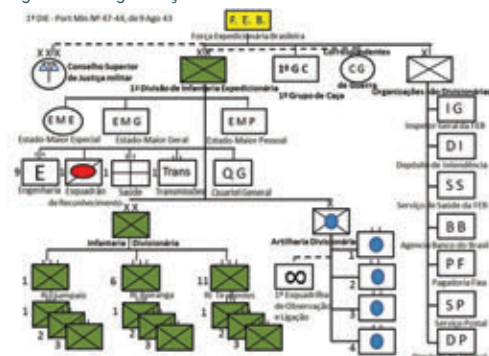
O Batalhão de Saúde foi composto de uma Companhia de Triage e três Companhias de Evacuação.

²⁹Do livro A Epopéia dos Apeninos, José de Oliveira Ramos. - Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947.134 a 156p.

³⁰Do livro O Brasil na II Grande Guerra de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Organização da FEB. P 126 a 134.

A Infantaria Divisionária (ID) da 1ª DIE ficou ao comando do General Euclides Zenóbio da Costa, composta de um efetivo de 9.796 homens e compunha-se de três Regimentos de Infantaria (RI) com 3.250 homens cada, e estes compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Saúde, uma Companhia de Serviço, uma Companhia de Obuses (6 obuses 105 mm), uma Companhia de Canhão Anti-Carro (9 Can AC 57 mm) e 3 Batalhões de Infantaria (871 homens cada) compostos de uma Companhia de Comando, uma Companhia de Petrechos Pesados (Mtr .30, Mtr .50 e Mrt 81 mm) e três Companhia de Fuzileiros (193 homens cada) (Figura 17).

Figura 17: Organização da infantaria da FEB



Fonte: o autor

Os três Regimentos de Infantaria (RI) eram: 1º RI do Rio de Janeiro (Regimento Sampaio); 6º RI de Caçapava (Regimento Ipiranga); e 11º RI de São João Del Rei (Regimento Tiradentes).

A Artilharia Divisionária (AD) ficou ao comando do General Oswaldo Cordeiro de Farias composta de uma Bateria de Comando, um Destacamento de Saúde com valor efetivo de 50 homens, um Grupo de Obuses autorrebotados de 155 mm composto de uma Bateria de Comando, uma Bateria de Serviço e 3 Baterias de Obuses, totalizando uma dotação de 12 obuses 155mm; e três grupos de obuses 105 mm (1), a uma Bateria Comando, uma Bateria de Serviços e 3 Baterias de obuses 105 mm, totalizando 12 obuses 105 mm por grupo, ou seja, 36 obuses de 105 mm, os quais, somados aos das Companhias de Obuses dos RI totalizava 54 obuses de 105 mm na Divisão. Compunha ainda a AD uma Esquadilha de Ligação e Observação (ELO), dotada de 10 aeronaves "Piper Cub L. 4H".

A 1ª DIE dispunha de mobilidade tática assegurada por 1.410 viaturas, o que a possibilitava deslocar 1/3 de seu efetivo para cumprir operações contra elementos terrestres de qualquer natureza e aéreos, em voo baixo, em operações de pequena envergadura; atacar qualquer objetivo terrestre numa frente normal de 3.000 metros por RI; defender num setor de 2.500 a 5.000 metros por RI; e realizar pequenas operações de transposição de cursos de água.

Todos os Comandantes de Unidades eram possuidores do Curso de Estado-Maior e já tinham experiência de comando. Eram comandantes do: 1º RI – Coronel Aguinaldo Caiado de Castro; 6º RI – Coronel João Segadas Viana (depois Coronel Nelson de Melo); 11º RI – Coronel Delmiro Pereira de Andrade; I/1º ROAR – Tenente Coronel Waldemar Levi Cardoso; II/1º ROAR – Coronel Geraldo da Camino (depois Tenente Coronel E. Maurel Filho); I/2º ROAR – Coronel José de Souza Carvalho; I/1º RAPC - Tenente Coronel Hugo Parnasco Alvim; 9º BE – Coronel José Machado Lopes; 1º BS – Tenente Coronel Bonifácio Antonio Borba.

A mobilização dos efetivos esbarrou em problemas de difícil solução, alguns dos quais acabaram tornando-se ensinamentos para futuras reformas no sistema de mobilização, depois da Segunda Guerra Mundial. Em primeiro lugar, a Reserva era desprovida de pessoal especializado para lidar com os novos armamentos, equipamentos de guerra química, de comunicações, de engenharia, viaturas, etc os quais seriam empregados nas operações militares. Em um país de população majoritariamente rural, pobre e de baixa higidez física, a alta percentagem de incapazes para o serviço, especialmente por problemas dentários e psicológicos, levou ao abrandamento dos critérios de seleção, para ampliar o universo de selecionados. Ao mesmo tempo, a seleção intelectual deixou a desejar, com a incorporação de centenas de analfabetos. Tudo isso produziu consequências indesejáveis para a habilitação de pessoal (Figura 18). Os rodízios e as substituições excessivos dos elementos incorporados, causados por interesses pessoais em jogo e por motivos de fundo afetivo e emotivo, sobrecarregaram a administração e retardaram a instrução. A falta de preparação psicológica do país para a guerra, cujo povo não chegou a compreender bem as causas que levaram seus filhos a participarem de uma campanha externa, prejudicou o voluntariado e agravou o quadro acima.

Figura 18: Pessoal incorporado



Fonte: o autor

A mobilização do comando subordinado constituiu um sério problema, principalmente porque o quadro de capitães estava envelhecido. Dessa forma, foram comissionados no posto de capitão 1º tenentes das turmas de 1936 e 1937. Assim, o quadro foi renovado, mas com as desvantagens de se ter capitães jovens, inexperientes e, ainda, sem o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Tal medida obrigou a convocação de tenentes e, até mesmo, aspirantes recém-formados na Escola Militar, para o comando de pelotões, esbarrando-se novamente no problema da inexperiência. Além disso, 3% do efetivo de capitães e 36% do efetivo de oficiais subalternos eram da reserva não remunerada e 13% dos oficiais subalternos eram da reserva remunerada.

Concentração da FEB

Inicialmente a concentração da FEB estava prevista para a cidade de Resende, entretanto acabou se efetuando em diferentes pontos da cidade do Rio de Janeiro, ocupando instalações de quartéis já existentes (sem desalojar as unidades que já as ocupavam)

ou em quartéis construídos emergencialmente. Tal situação gerou importantes óbices: quartéis com acomodações para 2.000 homens receberam 3.500 homens, criando um ambiente interno desagradável; a disciplina ficou prejudicada pelo congestionamento da tropa; ameaça de grupos de pressão e a propaganda desagregadora e difamatória da 5ª coluna; a instrução ficou prejudicada pelas constantes visitas de autoridades brasileiras e norte-americanas; a proximidade da zona de concentração com os subúrbios e o fácil acesso a São Paulo e Minas Gerais levavam às constantes fugas de soldados desejosos de rever suas famílias, após longos períodos de instrução sem dispensas.

Concluída a concentração continuavam os óbices de seleção física e recrutamento dos especialistas e artífices. Para tal foram criados cursos de emergência no Centro de Instrução Especializada³¹.

Instrução da FEB

Figura 19: Estágio nos EUA



Fonte: o autor

A Diretiva Geral Nº 01, de 20 de novembro de 1943, expedia instruções para a comitiva que acompanharia o General Mascarenhas ao Norte da África. O Curso de Estado-Maior de emergência para oficiais brasileiros na Escola de Comando e Estado-Maior de Leavenworth e os cursos correspondentes nas Escolas de Infantaria (Fort Benning), Artilharia (Fort Sill), Engenharia (Greenville), Material Bélico (Aberdeen), Blindados (Fort Knox) e o estágio de Estado-Maior da 100ª Divisão Americana em Fort Jackson, de duração de dez dias, não foram suficientes para desenvolver o espírito típico de Estado-Maior em campanha³² e nem a formação de instrutores multiplicadores da doutrina norte-americana. Serviu para dar noções e orientações da doutrina diferente que a da Missão Militar Francesa (Figura 19).

³¹Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 33p.

³²Do livro *A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália*, Mal Floriano de Lima Brayner. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803. Instrução da tropa. 47 e 54p.

A Diretiva Geral, de 27 de dezembro de 1943, do Comandante da FEB previa que a instrução no Brasil seria desenvolvida da seguinte forma: 1º Período de Instrução da D.I.E.- subsequente à fase de reorganização de alguns corpos - de 10 de janeiro a 1º de junho de 1944. A instrução ocorreu em duas fases: 1ª Fase - depois da revisão da instrução individual, o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego das frações elementares da Arma; na 2ª Fase o objetivo principal consistiu no adestramento e emprego da Subunidade de cada Arma, fazendo-se também, no âmbito da Unidade imediatamente superior.

O Esquadrão de Reconhecimento e a Companhia de Transmissões, nesta fase, não deveriam ultrapassar o emprego de suas frações constitutivas. No fim desse período, os Corpos deveriam ter estabelecido uma situação homogênea de instrução para todos os seus elementos.

A instrução comportaria³³: instrução comum; aperfeiçoamento

e instrução dos graduados; instrução peculiar a cada arma ou serviço; formação de especialistas; instrução da tropa.

O problema crucial para a instrução dos quadros da FEB ficou bem retratado pela observação de Manoel Thomaz Castello Branco em seu livro *O Brasil na Segunda Grande Guerra*: “cada oficial ou graduado trazia suas convicções, sua bagagem cultural, seus hábitos (decorrentes

da doutrina militar francesa adotada pelo EB desde a I GM), de modo que não foi simples desfazer-se desse lastro em proveito do outro (a recém-adotada doutrina militar americana)”³⁴.

De modo a superar a carência quase completa de especialistas na reserva convocada, foram executados cursos de instrução especializada no âmbito da

Figura 20: Estágio de culinária



Fonte: o autor

³³Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Instrução da tropa. 146 a 150p.

³⁴Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Doutrina Militar Francesa. 147p.

FEB, no Centro de Instrução Especializada: de motoristas, mecânicos de automóvel, enfermagem, operadores e mecânicos de rádio, telegrafistas, telefonistas, cozinheiros etc. Mesmo assim as necessidades não foram totalmente cobertas e muitas unidades combateram sem alguns de seus especialistas, substituídos por curiosos ou práticos (Figura 20).

No tocante à instrução da tropa, notas de instrução sobre a Doutrina de Emprego do Grupamento Tático (GT) foram elaboradas e distribuídas, já que o aprendizado e a perfeita compreensão do emprego desse novo aspecto da Doutrina Militar foi uma preocupação constante do comando da FEB. Esta preocupação possibilitou a absorção de diversos ensinamentos a respeito da Divisão de Infantaria que são: a DI é a “Unidade de Combate”; o General Comandante da DI comanda as diferentes armas e serviços; o papel essencial do Comandante da DI é o de combinar a ação das armas; a duração de uma DI no combate se mede pela sua infantaria; a combinação das armas consiste essencialmente na montagem, de uma maneira contínua, de sistemas de fogos sucessivos infantaria-artilharia; a DI só é capaz de uma missão simples de cada vez, missão caracterizada por uma só direção de esforço, no redor da qual gravitam os sistemas de fogos sucessivos.

Também foram incorporados diversos ensinamentos a respeito do Grupamento Tático, como: o GT compreende frações de todas as armas, seja antes da ação, seja em curso da mesma ação; o GT exige íntima cooperação de grupamentos mistos de infantaria-carros, podendo cumprir as missões de destacamento de segurança ou exploração na ofensiva, de contra-ataque na defensiva e de escalão de retraimento ou de retaguarda na retirada.

Com a proximidade do embarque, o comando da FEB expediu ordens no sentido de que fossem realizadas instruções de embarque e desembarque em transportes ferroviários e marítimos, no segundo caso realizadas exaustivamente no Morro do Capistrano, em simulação adequada de costado de navio e rede de abordagem (Figura 21). Um balanço da instrução da FEB no Brasil mostra que ela esbarrou em problemas de diversas ordens, os quais prejudicaram o seu rendimento substancialmente, citando-se: a falta do material norte-americano, que impossibilitou o adestramento da tropa a níveis razoáveis, tanto é que o treinamento de emprego do Grupamento Tático acabou ficando restrito a um único grande exercício no terreno; o pequeno número de instrutores, uma vez que não mais que trinta haviam estagiado nos EUA e alguns poucos eram norte-americanos, que não falavam português; o empirismo

Figura 21: Tiro de Artilharia
Fonte: AHEX



Figura 22: Embarque nos navios
Fonte: o autor

e o autodidatismo, decorrente da profusão de novas publicações a respeito da doutrina norte-americana e das dificuldades do Estado-Maior do Exército em traduzir e divulgar manuais oficiais; a falta de Centros de Instrução adequados (o Campo de Instrução de Gericinó e o Centro de Instrução Especializada tinham que ser divididos com tropas não-expedicionárias do Rio de Janeiro). A instrução limitou-se principalmente à ordem unida, Educação Física (demonstrações de balalaica - ginástica rítmica com armas), marchas e instrução geral. Um dos pontos culminantes da preparação da FEB no Brasil foi um grande desfile realizado no Rio de Janeiro. Tão esperado pela população, mas foi realizado sem que a maioria da tropa pudesse portar o armamento e o equipamento que seria usado no TO da Itália. Foi realizada uma demonstração de tiro da Artilharia Divisória (AD), no Campo de Instrução de Gericinó, assistida pelo Presidente Getúlio Vargas (Figura 22).

Em resumo, as palavras do próprio Marechal Mascarenhas de Moraes, em seu livro *A FEB PELO SEU COMANDANTE*, definiram muito bem a situação de instrução da FEB ao partir do Brasil para sua grandiosa missão: “... Seus três primeiros escalões de embarque, integrantes da 1ª DIE, chegaram à Itália com o treinamento incompleto e inadequado, e os dois últimos partiram do Brasil praticamente sem instrução.”³⁵

Diante da precariedade da instrução no Brasil, partir rumo ao TO, onde havia condições, recursos e facilidades não existentes no país, representou uma oportunidade para desenvolver a instrução da tropa. Desta forma, a FEB embarcou para a Itália em cinco escalões³⁶ sucessivos de aproximadamente cinco mil homens cada, o primeiro em 2 de julho de 1944, comandado pelo General Mascarenhas e o último em 8 de fevereiro de 1945, cuja maioria de seu efetivo era de elementos do Depósito de Pessoal. No primeiro escalão de embarque, que tinha por base o 6º RI, somente o General Mascarenhas conhecia o destino da FEB, constituindo-se uma surpresa geral o desembarque em Nápoles, na Itália.

Ao chegar à Itália, a FEB se deparou com uma situação extremamente desfavorável por parte das Forças Aliadas (FA), as quais perderam enormes efetivos em função das necessidades das operações na França e na Grécia. Desta forma, naquele momento as FA contavam com apenas 20 Divisões enquadradas pelo XV Grupo de Exércitos (General Sir Harold Alexander) contra 26 Divisões alemãs e 2 italianas pertencentes ao Grupo de Exército do Marechal alemão Albert Kesselring. O aparente equilíbrio de forças em termos de efetivos era rompido quando consideradas as vantagens que as forças do Eixo tiravam do terreno acidentado, extremamente favorável às suas operações defensivas. Tal situação iria empenhar a FEB em largas frentes, em missões diversificadas, a despeito das dificuldades de sua preparação e de seu treinamento.

Durante o primeiro mês após o desembarque, o 1º escalão esteve em Bagnoli, pouco se avançou no adestramento militar, novamente pelo atraso na entrega do material bélico. Por isso, visando man-

ter a forma física, a disciplina e a coesão, apenas se fizeram práticas desportivas, marchas, sessões de ordem unida e instrução geral.

Em 4 de agosto de 1944, já em Tarquinia, o 1º escalão foi incorporado ao V Ex NA, articulando-se da seguinte forma: Comando e escalão avançado do QG 1ª DIE - ao encargo do General Mascarenhas de Moraes; Tropa Especial e Grupamento Tático - ao encargo do General Zenóbio da Costa.

Com o recebimento do material bélico a FEB pode finalmente dar início à sua instrução na Itália, efetuando-se a montagem e a instrução de funcionamento dos novos armamentos individuais e coletivos e exercícios de tiro com armamento individual, coletivo etc (Figura 23).

Figura 23: Exercícios de tiro com armamento individual e coletivo



Fonte: AHEx

Especial importância foi dada à formação e ao treinamento de motoristas³⁷, criando-se uma escola de motoristas para esse fim, já que devido à grande dificuldade imposta pelas más condições das estradas, aliada ao despreparo dos motoristas, grande percentagem de baixas na FEB foi ocasionada por acidentes com viaturas (Figura 24).

Figura 24: Motoristas



Fonte: AHEx

No que se refere à instrução de Oficiais e Graduados foram realizados estágios na linha de frente, nas 34ª e 88ª DI norte-americanas e ainda, cursos para Capitães e Tenentes na Escola Americana de Treinamento e Comando de Pelotão (*Leadership and Battle Training School*) - Santa Ágata Dei Gotti - Caserta (Figura 25).

Um fato curioso a apontar é que os uniformes dos brasileiros tinham uma cor muito parecida com a dos uniformes alemães, o que causou alguns sustos e problemas quando os oficiais e graduados se apresentaram para seus estágios na linha de frente, onde todos se saíram muito bem, muitos recebendo elogios pelos seus desempenhos³⁸ (Figura 26).

³⁵Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.

³⁶Do livro *O Brasil na II Grande Guerra* de Manoel Thomaz Castello Branco, Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960. Escalões da FEB. 167 a 169p.

³⁷Do livro *A Epopéia dos Apeninos*, José de Oliveira Ramos.- Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947. 129p.

³⁸Do livro *A FEB pelo seu Comandante*, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 54p.

Figura 25: Escola americana de treinamento



Fonte: AHEx

Figura 26: Uniforme Zé Carioca



Fonte: AHEx

O último exercício de combate antes da entrada da FEB em ação, teve início a 10 de setembro de 1944 em VADA, com uma duração de 36 horas, constando de uma marcha de 36 Km e de um ataque coordenado do 6º RI com apoio de fogo do 1/2º ROAR (com efetivo total aproximado de 4.000 homens). A arbitragem ficou a cargo de 270 oficiais NA³⁹. Uma visão geral das observações feitas pela arbitragem conduz à seguinte síntese: muito boa a conduta e a tomada de decisões pelos diversos escalões de comando; a conduta da tropa deixou a desejar no tocante à disciplina de luzes e ruídos.

Quando da preparação de sua Subunidade para o Exercício em Vada, o então Capitão Ernani Ayrosa da Silva foi severamente criticado pelo Coronel Matheus (assessor norte-americano): “com este exercício o senhor naturalmente irá para Hollywood fazer filmes, mas não irá para a guerra”. Capitão Ayrosa percebeu que todo o desencontro consistia na aplicação dos princípios da instrução militar francesa no ataque que os brasileiros estavam realizando; de acordo com a instrução francesa, identificando o inimigo, fazia-se uma neutralização com tiros de artilharia, metralhadoras e morteiros, e após, partia-se para o ataque frontalmente. Pela filosofia americana, identificava-se o inimigo, realizava-se uma neutralização, em seguida a tropa atacava procurando desbordar, pela direita ou pela esquerda, furtando-se aos efeitos dos tiros inimigos e coroadando o ataque, normalmente, com uma operação no flanco inimigo.

³⁹ Do livro A FEB pelo seu Comandante, J. B. Mascarenhas de Moraes. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 2005. 55 a 58p.

Decidiu o Capitão que, no último ensaio, os morteiros e as metralhadoras que acompanhassem os fuzileiros no movimento de desbordamento teriam seus tiros regulados sobre os alvos e que seriam deixados nas posições, camuflados pela vegetação. Uma sentinela seria destacada para assegurar a manutenção das armas durante a noite. No dia seguinte, foi desencadeado o tiro real com as armas reguladas na jornada anterior, com resultados surpreendentes. Chamado pelo General Mark Clark, admirado pela eficácia do tiro dos brasileiros, este lhe disse que a capacidade dos brasileiros de se adaptarem ao material novo era fantástica e que esperava muito dos brasileiros dali para frente. Capitão Ayrosa comenta em seu livro, Memórias de Um Soldado: “(...) o que poderia parecer agora um engodo não muito ético foi, na ocasião, um valioso elemento de elevação da vontade de luta dos nossos homens”.

Com a chegada do grosso da FEB à Itália o Depósito de Pessoal e Material em Staffoli foi transformado em Centro de Instrução e Recompimento, comandado pelo Coronel Mário Travassos, com instrutores formados em centros de instrução americanos e que se especializaram na instrução de minas, de transmissões, de esquiadores, de cozinheiros, e de outras especialidades (Figura 27).

O desenrolar das operações traria novos ensinamentos e a Diretiva Geral Nº 8 do Comandante da FEB previa para a instrução tática, entre outras medidas: a intensificação do treinamento de patrulhas; a manutenção no tempo e espaço da ligação da infantaria com a artilharia; a conduta da tropa no objetivo conquistado, prevenindo sempre o contra-ataque do inimigo (visando a repetição da técnica germânica de pretender recuperar uma posição, mediante o emprego de contra-ataque por tropas decididas e adestradas); a focalização dos principais ensinamentos extraídos dos malogrados ataques a Monte Castelo (Figura 28).

Figura 27: Tomada de Monte Castelo



Fonte: AHEx

Figura 28: Patrulhas na neve



Fonte: AHEx

Mesmo com o adiantar da instrução o Depósito de Pessoal da FEB, na 2ª semana de dezembro de 1944, somente pode fornecer à 1ª DIE, no prazo de uma quinzena, 750 combatentes e mesmo assim em sofríveis condições.

A FEB cumpriu muito bem com suas missões e recebeu os mais efusivos elogios dos norte-americanos, citando-a como exemplo a ser seguido e recebeu do povo italiano o título de “Libertadores” enaltecidos e cultuados até os dias de hoje. A Cobra fumou na Itália (Figura 29).

Referências

BIOSCA, Fernando Lavaquiel. **A Intendência no TO da Itália**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Volumes 155 e156. 1949.

BONALUME, Ricardo Neto. **A Nossa Segunda Guerra: os brasileiros em combate (1942-1945)**. Rio de Janeiro-RJ. Ed Expressão e Cultura. 1995.

BOUCSEIN, Heinrich . Bombardeiros, Caças e Guerrilheiros; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

BRAYNER, Mal Floriano de Lima. A Verdade sobre a FEB: memórias de um chefe de Estado-Maior na Campanha da Itália, Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira. 1968. Exemplar nº 1803.

CAMPOS, Aguinaldo Senna. **Com a FEB na Itália – E4 da FEB**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, 1970.

CASTELO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército. 1960.

CRITTENBERGER, de Willis D. **Campanha ao Noroeste da Itália – Cmt do IV Corpo de Exército**; Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

MEMÓRIAS do Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes. Prefácio do Gen Meira Mattos, Coleção Documentos Brasileiros, Volume II, Biblioteca do Exército em co-edição com a Livraria José Olympio Editora, 1969.

MORAES, J. B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro - RJ: Biblioteca do Exército. 2005.

PAES, Gen Walter de Menezes . **Lenda Azul – Atuação do 3º Batalhão do Regimento Sampaio na Campanha da Itália** –. Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército.

RAMOS, José de Oliveira. **A Epopéia dos Apeninos** – Rio de Janeiro-RJ: Biblioteca do Exército, Gráfica Laemmert, Ltda. 1947.

REVISTA EXÉRCITO BRASILEIRO. Vol. 151 – 1º quadrimestre de 2015 – Edição Especial em português e italiano- 70 Anos da FEB. BIBLIEx.

Figura 29: Acampamento em San Rossore
Fonte: AHEx





CF (FN) Alexandre Vasconcelos **Tonini**
tonini@marinha.mil.br

CF (FN) **Rogerdson** F. Da Costa P. Silva
rogerdson@marinha.mil.br

O paradigma da cooperação aérea: a aviação e a Força Expedicionária no enredo da guerra moderna



O CF (FN) Alexandre Vasconcelos **Tonini** é atualmente o Comandante do Primeiro Esquadrão de Aviãos de Interceptação e Ataque (Esquadrão VF-1). É oriundo da Escola Naval. Realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval (C-EMOS). Na área da Aviação Naval, realizou o Curso Básico para Aviadores Navais e o Curso de Caça e Ataque, ambos na Armada Argentina (A.R.A.), além do Curso “*Advanced Strike and Carrier Landing*” na US Navy.



O CF (FN) **Rogerdson** F. da C. Pereira da Silva é atualmente o Imediato do Primeiro Esquadrão de Aviãos de Interceptação e Ataque (Esquadrão VF-1). É oriundo da Escola Naval. Realizou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval (C-EMOS), sendo agraciado com a Medalha-Prêmio “Escola de Guerra Naval”. Na área da Aviação Naval, realizou o Curso Básico para Aviadores Navais e o Curso de Caça e Ataque, ambos na Armada Argentina (A.R.A.), além do Curso “*Advanced Strike and Carrier Landing*” na US Navy.

“A guerra do século XXI é cinzenta. E sem trégua. Não se declara, não se inicia com um ato hostil, com um Pearl Harbor, e nem se conclui com um Tratado de Versalhes. Suas vitórias e suas derrotas são ambíguas.” (Rodríguez, 2016)

Introdução

As discussões sobre Operações de Caráter Expedicionário, suas potencialidades e suas particularidades, têm estado em pauta desde que se vislumbrou o uso das Forças Expedicionárias como meio capaz de estender o braço interveniente do estado, quer seja numa ação puramente militar, reativa ou preemptiva, ou projetando interesses políticos além das próprias fronteiras. Mas o descortinar de invulgares conflitos no século XXI por todo o globo, quer seja no entorno estratégico brasileiro ou fora dele, enseja particular atenção ao estudo dessas Operações.

Ao empreender uma análise sobre a atuação dessas Forças Expedicionárias, a abordagem escolhida deve ser levada a cabo com particular atenção à modelagem desses conflitos modernos, contextualizando o trabalho dos implementos militares que desenvolvem esse tipo de ação de maneira abrangente, levando-se em conta todas as interações que as Operações Expedicionárias possam ensejar.

Dentro dessa ótica, o artigo propõe-se a analisar uma dessas interações: o uso da aviação nas operações da Força Expedicionária, com particular ênfase à proposição de um novo paradigma para o uso dos meios aéreos – a Cooperação Aérea.

Ao Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil (CFN), dentro de suas características eminentemente expedicionárias e com o substrato de tropa vanguardista, interessa debruçar-se sobre o tema como forma de ascensão operacional e atualização doutrinária. Mas, é preciso salientar, não há intenção de esgotar o tema, ou mesmo propor linhas de ação para o estabelecimento de normas e procedimentos. O que se espera é trazer à luz alguns conceitos e ideias em voga, em particular dentro da OTAN, o que contribuirá para a abertura de novas diretrizes para pesquisas dentro do CFN, viabilizando, em última instância, o debate.

Num primeiro momento serão trazidas referências ao atual modelo de emprego dos meios aéreos, abordando, de maneira geral, suas possibilidades, limitações e implicações de uso, sem as minu-

dências das ações militares da aviação em suporte a uma Força Expedicionária. Em oposição ao modelo anterior, apresentar-se-á em seguida os aspectos relacionados ao uso dos meios aéreos sob o prisma da Cooperação Aérea, retratando os pressupostos e relações conceituais que permitirão uma compreensão preambular sobre o novo paradigma.

O artigo, por fim, abordará a influência recíproca entre as Operações Expedicionárias e as Cooperações Aéreas, sob o artífice de uma perspectiva calcada em três pilares, complementando o trabalho com algumas conclusões que encampam as principais abordagens do estudo e algumas implicações para o CFN.

Fuzileiros Navais e o Atual Modelo de Apoio Aéreo

Após a Guerra do Golfo em 1990, muitas dúvidas e vicissitudes foram levantadas a respeito da real efetividade do modelo de emprego dos meios aéreos conduzido no contexto das Forças Componentes daquele Comando Conjunto. Apesar das críticas, principalmente por parte dos Fuzileiros Americanos, o fato é que a construção de uma estrutura centralizadora dos meios aéreos no bojo das operações conjuntas vem sendo levada a cabo, cada vez mais desgastada pelos modelos de conflitos surpreendentemente heterogêneos deste século.

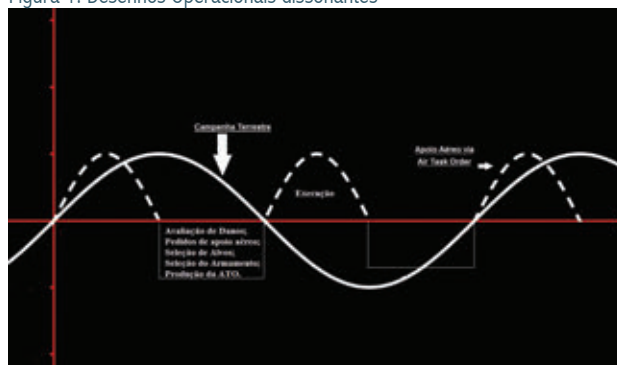
Um olhar um pouco mais atencioso permite compreender um pouco da incompatibilidade suscitada. Desde Giulio Douhet (1869-1930), vem sendo criada, adubada e festejada a capacidade sem precedentes da aviação de pôr um fim definitivo aos desdobramentos da guerra, alvorecendo como solução dos problemas militares de toda sorte. Esta credulidade ceifou a possibilidade de um estudo mais aprofundado sobre o uso da arma aérea aglutinada à tropa terrestre, e erigiu a ideia de um comando uno e indivisível que controlaria todos os meios aéreos e daria aos demandantes o APOIO AÉREO solicitado.

O que passa é que, até mesmo para estruturas militares da envergadura da OTAN, o apoiado está longe de receber o que necessita, ou pior, o pouco que recebe está em dissonância com seu ritmo de batalha. Isto se dá por conta da estrutura de C2, e do modelo de organização desse comando centralizador do Apoio Aéreo, em que os pedidos de apoio se submetem ao Ciclo de 72 horas (Ciclo ATO¹).

Como se pode observar no gráfico acima, o que está explicitada é uma completa dissonância entre o Desenho Operacional da Campanha Terrestre e a disponibilidade dos meios aéreos de contribuir para o Conceito da Operação levada a cabo pelas tropas. As complexas relações conceituais por trás desta problemática não poderiam ser discorridas na singela abordagem apresentada neste artigo e por isso não serão apresentadas, mas a importância do fato em si já é mais que suficiente para trazê-lo à baila e suscitar questionamentos.

¹ATO – *Air Task Order* consiste basicamente num ciclo 72 horas, composto por seis etapas: Recebimento de pedidos de missão e coordenação; planejamento dos alvos a serem atacados; seleção do armamento, de acordo com os danos esperados; produção da ATO; Execução; e avaliação dos danos obtidos. O processo possui três atributos fundamentais: primeiro, a capacidade de fornecer uma visão ampla sobre o emprego dos meios aéreos, compatível com o nível estratégico; segundo, a possibilidade de priorizar os meios aéreos, alocando recursos às missões julgadas mais importantes e, por fim, uma moldura temporal que permita o planejamento para o emprego das aeronaves (KOMETER, 2007).

Figura 1: Desenhos Operacionais dissonantes



Fonte: Elaborado pelos autores

A inquietação trazida no seio do *United States Marine Corps* (USMC) por conta dessa situação acabou por ensejar a abertura de várias frentes de pesquisa, procurando alternativas para melhorar o uso da aviação do USMC, principalmente no contexto das operações conjuntas. No início do século o estrategista norte-americano William S. Lind (1947), conhecido por suas obras sobre a “Guerra de Quarta Geração” (4th Generation Warfare)² foi um dos primeiros a sugerir uma mudança no arquétipo do APOIO AÉREO, trazendo em oposição o conceito de COOPERAÇÃO AÉREA.

O termo Cooperação Aérea foi reforçado em 2013 com um trabalho premiado com o Prêmio “Chase” de melhor artigo pela Marine Corps Association, em que dois oficiais do USMC, o Major Gregory A. Thiele e o Maj Mitchell Rubinstein, criticam a adoção do caça multifuncional FX-35 como solução aérea para o USMC e levantam a necessidade de uma aviação em COOPERAÇÃO com as tropas terrestres (THIELE, 2013).

Mas o que vem a ser Cooperação Aérea?

Cooperação Aérea

Como será visto adiante, os pressupostos, variáveis, relações primárias e secundárias da Cooperação Aérea apresentam uma ruptura com o modelo atual de Apoio Aéreo e suas estruturas. Os aviadores que desempenham seus papéis na Cooperação Aérea não são meros lançadores de bomba, ou transportadores de tropa. Enquanto no Apoio Aéreo a preocupação dos pilotos de aviões e helicópteros resume-se a “onde e quando?”, na Cooperação Aérea é preciso assimilar a ideia de manobra do Comandante do Grupo apoiado. Na Cooperação Aérea os pilotos NÃO são passíveis de serem substituídos por aeronaves remotamente pilotadas, ou coisa que valha.

Para isso, os pilotos necessitam compreender os preceitos basilares da infantaria e da guerra terrestre. É preciso que interpretem medidas de coordenação e controle, traduzam simbologias específicas e extraíam dos calcos de operação mais do que uma simples “Lat/Long/Hora” do alvo. Nesse aspecto, mostra-se acertada a decisão do CFN de exigir que seus Aviadores permaneçam atualizados com os Fundamentos das Operações de Fuzileiros Navais através da realização do Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais Fuzileiros Navais – CAOCFN.

²Para mais esclarecimentos sobre os conceitos da 4GW consulte a Marine Corps Gazette, edição de Dezembro de 1994, Páginas 34-37.

Tudo isso está encampado nos pressupostos da Cooperação Aérea, em que a postura do “Fuzileiro-Piloto”, em lugar do “Piloto-Fuzileiro”, é mandatória. É isso que permite ao representante da aviação se envolver com a unidade apoiada, entender sua ideia de manobra, oferecer saídas para situações adversas, propor um uso mais judicioso da arma aérea, não para si, mas para contribuir com o todo, compreendendo constantemente o princípio das armas combinadas.

No atual sistema de Apoio Aéreo lança-se mão extensamente dos Oficiais de Ligação da Aviação, mas como podem os mesmos contribuir se nada entenderem do que se passa em campo? Vão citar os dados técnicos contidos no manual das aeronaves? Repassar para as unidades aéreas uma lista de alvos com a hora do ataque e as “janelas de voo”? Talvez a complexidade e incerteza que envolvem os conflitos modernos exijam um pouco mais.

Não somente a atitude mental e o preparo dos aviadores navais são suficientes para erigir um novo paradigma de uso dos meios aéreos. A Cooperação Aérea é uma via de mão dupla. Enquanto os aviadores precisam incrementar suas capacidades de entendimento da guerra terrestre, as unidades cooperadoras em terra têm de estar preparadas para enxergar os aviões como bem mais do que simples bombardeios, assim como precisam estudar maneiras outras de lançar mão dos helicópteros além do mero provimento de mobilidade. A variedade de sensores e a ampla gama de armamentos dos meios aéreos, combinados com suas características de alcance, flexibilidade, mobilidade e velocidade necessitam ser compreendidas e exploradas sob os auspícios da Guerra de Manobra, tendo seu uso ensaiado à exaustão, quer na guerra de “prancheta” dos bancos escolares, quer nos treinamentos de campo.

Mais além da diferença entre Apoio Aéreo e Cooperação Aérea, desde o ponto de vista do preparo e emprego dos recursos humanos envolvidos nas operações de Fuzileiros Navais, é necessária também uma visão holística sobre o planejamento dessas operações.

Em oposição ao sistema ATO, no planejamento de uma operação sob a égide da Cooperação Aérea existe o estabelecimento de prioridades de acordo com o esforço principal em terra, enquanto no Apoio Aéreo existe o estabelecimento de alvos prioritários. Na Cooperação a unidade aérea que apoia a unidade terrestre responsável pelo esforço principal torna-se também o implemento aéreo principal (THIELE, 2013), e todos os esforços das outras unidades aéreas disponíveis para o Grupamento de Fuzileiros Navais devem estar voltados para ela (Reabastecimento em Voo – REVO, Escolta, Patrulha Aérea de Combate – PAC, etc).

Outra questão diferenciada sob a ótica da Cooperação Aérea diz respeito à montagem da Defesa Aérea. Os que defendem a atual estrutura de Apoio Aéreo priorizam a Defesa Aérea em detrimento de todas as outras demandas. É o papel deles! Na Cooperação Aérea o componente de combate aéreo pode contribuir com as missões de defesa aérea, mas não é sua prioridade. Num cenário de operações conjuntas, principalmente, existe uma Força Aérea Componente que prioriza mais que tudo este fim, e se ela não puder apoiar a defesa aérea do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, provavelmente não poderia prover quaisquer outros tipos de apoio.

Nessa linha, sob o prisma do Apoio Aéreo, a Guerra Terrestre deve estar “congelada” até que o Controle do Espaço Aéreo esteja equacionado e a Defesa Aérea postada. Mas esse padrão nem

sempre é possível, e por vezes ambas as dimensões, terrestre e aérea, necessitam de deslindar seus problemas simultaneamente. O Controle do Espaço Aéreo é importante, e priorizar a obtenção da superioridade aérea pode ser, eventualmente, necessário. Porém, ao ponderar o uso da Cooperação Aérea nas Operações Expedicionárias, o que se está colocando é que dominar o espaço aéreo sem haver uma tropa em terra para usufruir dessa segurança é ignorar que o valor da superioridade aérea está no uso e não na posse (SILVA, 2014).

Por isso, na Cooperação Aérea o que deve ser aprofundado no contexto das Operações de Fuzileiros Navais é a capacidade da aviação de apoiar o desenvolvimento das ações terrestres, pois é lá que o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais está empreendendo seu esforço máximo.

Por fim, outra diferenciação que é trazida pela adoção dos conceitos da Cooperação Aérea está relacionada à maneira como é construído o Componente de Combate Aéreo. Uma das premissas básicas da Cooperação Aérea é criar uma estrutura com tamanho correspondente ao valor da Força Expedicionária, balanceada com meios aéreos que permitam atender o propósito da operação e consoantes com a sua natureza. Para que a aviação possa cooperar com as tropas terrestres é mandatório levar em consideração as necessidades específicas de todo o espectro de ações empreendidas pela Força Expedicionária, sejam as ações de *peace keeping*, ações humanitárias, ações de guerra ou uma combinação delas (ZIELINSKI, 2013).

Enquanto na Cooperação Aérea as demandas da Tropa é que moldam a composição do Componente de Combate Aéreo, o tradicional método de Apoio Aéreo trabalha com o conceito padronizado, com uma estrutura robusta capaz de atender às demandas de toda sorte, desde tarefas ligadas à defesa aeroespacial, passando pelo transporte de tropa, até o simples emprego ar-solo. Como será apresentado mais à frente, essa organização avultada não está de acordo com algumas características das Forças Expedicionárias, quais sejam: concebidas para ações rápidas, autossustentáveis, com necessidade mínima de apoio logístico, com alto grau de prontidão e flexibilidade.

As ideias apresentadas até aqui sobre os pressupostos da Cooperação Aérea perfazem apenas uma introdução sobre este paradigma de uso dos meios aéreos. No entanto, os construtos supracitados já permitem traçar um modelo mental rudimentar sobre sua complexão e sua compatibilidade com o Corpo de Fuzileiros Navais. Pode-se perceber que a **adoção da Cooperação Aérea é uma questão de filosofia. Algo intimamente ligado à maneira de enxergar a condução da guerra pelos Marines e pelo Corpo de Fuzileiros Navais (CFN), é o método entronizado com a Guerra de Manobra.**

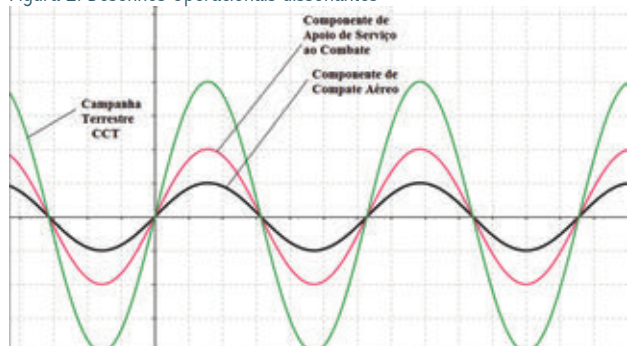
Assim como na Guerra de Manobra, é uma forma de uso dos meios aéreos que busca quebrar a coesão do inimigo através de ações focadas, rápidas e inesperadas. Conceitos como *Auftragstaktik*, Ciclo OODA, *Schwerpunkt*, “Superfícies e Brechas” e Princípio das Armas Combinadas permeiam todo substrato da Cooperação Aérea. Sua modelagem de uso dos meios aéreos em cooperação com os Fuzileiros Navais preza a atribuição das tarefas pelo efeito desejado, a exploração da iniciativa dos aviadores e a flexibilidade na execução da manobra. O que se pretende desse modelo é que pilotos e

tropa possam observar, orientar, decidir e agir com mais velocidade, focando em um objetivo comum.

Apesar da percepção segmentária dos que advogam em favor de um Poder Aéreo finalístico, o grande valor da aviação está em sua capacidade de, em conjunto com a tropa em terra, explorar as brechas e evitar as superfícies, pois o uso das armas combinadas gera uma situação tal que o inimigo ao tentar opor-se a uma arma torna-se vulnerável à outra.

O atual modelo de Apoio Aéreo e sua correspondente estrutura de Comando e Controle – ATO – não são compatíveis com a Guerra de Manobra pois ordenam a guerra no tempo, ao passo que em terra o conflito não obedece às rotinas preestabelecidas, mas subjuga-se ao formato flexível imposto pela “fricção” da guerra. A filosofia atual de Apoio Aéreo deixa de lado a desordem do combate, ao passo que a Cooperação Aérea tenta explorá-la.

Figura 2: Desenhos Operacionais dissonantes



Fonte: Elaborado pelos autores

Enfim, Cooperação Aérea é um modelo que sincroniza, robustece e flexibiliza as Operações de Fuzileiros Navais. Em oposição ao desenho operacional apresentado na Fig. 1, um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, cujo Componente de Combate Aéreo está em Cooperação com o Componente de Combate Terrestre, ou qualquer outro que exerça o esforço principal, retrataria um diagrama mais harmônico, como o que segue:

Mas por que compreender a modelagem da Cooperação Aérea é importante para o Corpo de Fuzileiros Navais enquanto Tropa Expedicionária?

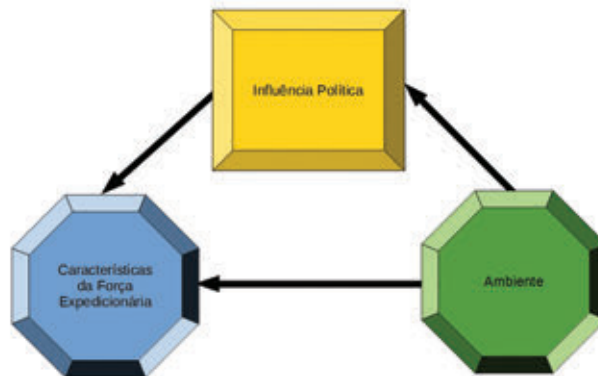
Implicações do Uso do Meio Aéreo no Contexto das Forças Expedicionárias

Antes de apresentar a relação entre Cooperação Aérea e as operações conduzidas em acordo com as definições, características e envolvimento das Forças Expedicionárias, é preciso calcar essa análise sobre um dispositivo que permita aferir se o modelo de Cooperação potencializa, degrada ou é indiferente às nuances das Operações Expedicionárias. Para isso, serão enumeradas algumas características bastante peculiares encontradas durante a condução das operações de caráter expedicionário, contextualizando sempre com os pressupostos apresentados na modelagem teórica recém-introduzida.

Geoffrey Till (1945) enumera uma série de particularidades das Operações Expedicionárias, como sua curta duração, a autossustentabilidade das Forças envolvidas, a influência do componente

político, a necessária prontidão da Força Expedicionária, dentre outras. De uma forma ou de outra, para fins de análise, neste artigo assumir-se-á que os traços das Operações Expedicionárias estão quase todos encampados em três perspectivas: a Influência Política sobre esse tipo de operação, a Tipificação dos Ambientes onde ocorrem as Operações Expedicionárias e as Características Intrínsecas da Força Expedicionária.

Figura 3: Análise perspectiva da Força Expedicionária



Fonte: Elaborado pelos autores

O modelo elaborado permitirá discorrer sobre a melhor forma de emprego dos meios aéreos nas Operações Expedicionárias adotando um encadeamento lógico que trabalha com os aspectos recíprocos entre a Cooperação Aérea e as operações da Força Expedicionária, ressaltando as vantagens desse novo padrão de emprego dos meios aéreos como ferramenta de justaposição, e não de apoio.

A Perspectiva Política

Eu acredito que a baixa de civis está nos fazendo um grande mal no Afeganistão, e é preciso melhorarmos nesse aspecto. É preciso saber que o Talibã se esconde entre as pessoas, e as usa como escudo humano. Quando os atacamos diretamente estamos fazendo o jogo deles. Temos que apresentar uma maneira mais efetiva de usarmos nossas armas, nossa aviação e nossos Marines, pois minha preocupação é que os Afegãos comecem a nos ver como parte do problema, em vez de nos apresentarmos como solução, e aí sim estaremos perdidos. Secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, 2009³ (tradução nossa).

Como citado por Geoffrey Till (2013), as operações de caráter expedicionário sofrem uma influência significativa do componente político. Essa característica está intrinsecamente ligada ao fato de que essas forças atuam mormente em território estrangeiro, sob a égide de ordenamentos que transcendem a influência política do país de origem da Força Expedicionária, com forte pressão de organismos internacionais.

Os países fortes fazem as regras, enquanto que países emergentes as violam e exploram aspectos não previstos [...] os Estados Unidos criam novas regras, quando [velhas] regras

³Audiência no Senado Norte-americano em 27 janeiro de 2009, Disponível em <https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-111shrg53123/html/CHRG-111shrg53123.htm>.

não se adaptam, mas eles têm de observar as suas próprias regras, pois ao contrário, perderão a confiança mundial (LIANG e XIANGSUI, 1999, p.2)

A aderência mandatória às limitações para o uso da força influi diretamente no papel da aviação durante uma operação expedicionária [não somente]. A arma aérea, quando usada de forma convencional, dadas suas características de ação em área, efeito moral, poder de fogo, danos colaterais e uma restritiva dependência de armas inteligentes, pouco contribui para aditar o esforço da Força Expedicionária num ambiente regulado por objetivos políticos.

Ao submeter os pedidos de apoio a um ciclo de 72 horas, não é possível usufruir livremente do componente aéreo nos ambientes de conflitos menos convencionais e cerceados por restrições políticas. Nesses casos, as táticas de decapitação, atrito e coerção (PAPE, 2004) não são aventadas. É o uso judicioso dos meios aéreos, através de um trabalho ombro a ombro entre cooperadores do ar e de terra, que pode oferecer soluções para o xadrez político em que o Comandante da Força Expedicionária se encontra.

Os bombardeios, estratégicos ou táticos, ainda que levados a cabo com armas de precisão, têm proficuidade restrita em ambientes onde danos colaterais são praticamente INACEITÁVEIS. Os impactos políticos advindos da adoção de uma visão ortodoxa do uso da aviação podem comprometer toda uma operação, imputando à Força Expedicionária um pesado fardo. Porém, na Cooperação Aérea, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, com sua própria aviação, reputa toda outra gama de emprego dos meios aéreos disponíveis para Força Expedicionária. Isso é possível pois a Cooperação Aérea é eminentemente tática, trabalhando com o conceito de “consciência situacional por nível de condução da guerra”, como é visto a seguir:

Figura 4: Consciência situacional e níveis de condução da guerra



Fonte: Adaptado de DOCAUER, 2014

Nas Operações Expedicionárias, onde os níveis de condução da guerra tornam-se extraordinariamente comprimidos por conta da influência do componente político (TILL, 2013), não faz sentido trabalhar com a aviação de outra maneira que não a Cooperação. Os resultados obtidos sob a batuta do Apoio Aéreo – ATO já provaram sua debilidade ante o refreamento político em 1999 no Kosovo e em 2001 no Afeganistão. As metodologias adotadas à época potencializaram a incompreensão da influência política na condução do conflito por parte do Comando Centralizador dos meios aéreos, em nada contribuindo para suavizar as “superfícies” (LIND, 1985) geradas pelas regras de engajamento que cerceavam as tropas em terra, degradando a coordenação entre os meios aéreos e terrestres.

Ao lançar mão de um componente de combate aéreo que trabalha sob os auspícios da Cooperação, a tropa de fuzileiros pode explorar outras potencialidades da aviação além daquelas depauperadas pelo ambiente político limitador. A obrigação de evitar danos colaterais indesejados reforça essa necessidade.

A Perspectiva do Meio Ambiente

A pior das escolhas consiste em atacar cidades. Ataque-as somente quando não restarem mais alternativas. (Sun Tzu)

Um outro aspecto que é preciso analisar quando se considera o uso da aviação nas Operações Expedicionárias, é o ambiente típico ao qual estão submetidas esses tipos de ações. Hoje, o fenômeno da urbanização é uma realidade cada vez mais presente. Relatórios da ONU prevêem que a população vivendo em áreas urbanas saltará dos atuais 3,2 bilhões para incríveis 5 bilhões em 2030, ano em que três em cada cinco habitantes do globo viverão em cidades, metrópoles ou megalópoles⁴.

De acordo com Geoffrey Till (2013), cada vez mais as Operações Expedicionárias precisarão ser conduzidas no típico terreno urbanizado, ambiente onde os ortodoxos pensamentos militares preferiram evitar até recentemente.

Isso porque, conduzir uma Operação militar em ambiente urbano apresenta problemas bastante particulares, quando comparados aos desdobramentos da guerra convencional. O terreno, as construções, a disposição das vias de acesso, o espaço para o deslocamento das tropas e, principalmente, a presença de um sem número de civis obrigam a Força Expedicionária a urdir heterodoxas formas de lançar mão de suas armas, inclusive a aviação.

Os avanços tecnológicos que permitiram um incremento sem precedente na precisão dos armamentos empregados pela aviação sugeriram nos anos 90 que a arma aérea poderia dar conta dos intrincados problemas urbanos (FARREL, 2012), uma vez que as PGM (Precision-Guided Munition) trariam os danos colaterais a níveis aceitáveis. Mas, como já foi apresentado, os objetivos políticos, que moldam as ações nesses tipos de ambiente, tendem a degradar a relação custo-benefício deste tipo de artifício, uma vez que, mesmo com um percentual de erro muito perto de zero, o bombardeio de precisão ainda pode desvirtuar totalmente o rumo de uma campanha.

Em 1999, aeronaves da OTAN bombardearam por engano a Embaixada da China em Belgrado. O armamento usado? PGM! Não basta a acurácia do armamento, é preciso que o alvo designado seja o correto. É por isso que se ergue cada vez mais a intolerância da opinião pública em todo mundo quanto ao uso de bombardeios. Esse método está quase sempre associado ao uso desproporcional da Força no contexto do ambiente urbano, além de possuir um enorme potencial para impor um revés no apoio popular às ações da Força Expedicionária. As restrições para se lançar mão desse tipo de ação no ambiente urbano só tendem a crescer.

Mas a contribuição que a aviação pode prestar à Força Expedicionária no ambiente urbano não se resume a uma chuva de bom-

⁴Mark Lewis, “Megacities Of The Future,” Forbes.com, disponível em https://www.forbes.com/2007/06/11/megacitiespopulation-urbanization-bizcx21cities_ml_0611megacities.html

bas. Dentro da Doutrina de Cooperação Aérea as aeronaves apresentam-se não no ambiente urbano para oferecer à tropa Mobilidade, Sensoriamento e Reconhecimento. Isso só é possível pois os meios aéreos que trabalham em cooperação não estão “rodando” o ciclo ATO — a prioridade é o apoio ao esforço empreendido em terra e não a tentativa de atingir os objetivos políticos e estratégicos *per se*.

Um Componente de Combate Aéreo balanceado pode sobrepujar os obstáculos plantados no ambiente urbano fazendo extenso uso de helicópteros em cooperação com seus cursos de ação. A mobilidade através das áreas edificadas pode materializar um ganho considerável na manobra da Força Expedicionária. A flexibilidade do binômio tropa-helicóptero oferece saídas que os meios de transporte terrestres não consideram, e este binômio cobre um vasto espectro de operações, desde o contexto humanitário até as ações de combate clássico.

Outra demanda importante nas Operações Expedicionárias, enquanto desenvolvidas em ambientes urbanos, é a necessidade constante de dados de inteligência operacional. Nesse contexto, os aviões e helicópteros que estiverem à disposição da Força Expedicionária para operarem em Cooperação Aérea muito podem oferecer. Diferente do Ciclo de 72 horas, em que um pedido de inteligência pode sofrer decurso de prazo e perder sua utilidade, na Cooperação Aérea os sensores das aeronaves se tornam os olhos e ouvidos dos comandantes das tropas terrestres.

Os dados de inteligência produzidos pelas aeronaves cooperadoras em voos de reconhecimento próximo ou avançado, bem como os mapeamentos obtidos através de radares com abertura sintética, sensores infravermelhos e equipamentos de guerra eletrônica permitem uma produção de dados de inteligência muito rica, mas, o quanto rápido esses dados serão traduzidos em informações úteis depende muito do grau de COOPERAÇÃO que existe entre os pilotos e a tropa.

Por isso, assimilar esses novos conceitos e posturas da Cooperação Aérea se faz tão importante quando se fala de Operações Expedicionárias e seu ambiente característico. As diferenças para o modelo atual de uso dos meios aéreos é significativa sob determinadas óticas, mas também se apresenta de maneiras muito sutis em outras abordagens. Muitos dirão que atrelar o sistema ATO ao uso único e exclusivo de bombardeios é um sofisma, e que tudo que aqui se propaga já é empreendido pelo Apoio Aéreo em áreas urbanas. Mas o que está em jogo não é o que se faz, mas sim a capacidade de sincronizar tais ações com o ritmo da campanha em terra, conforme foi confrontado nas figuras de desenhos operacionais apresentadas.

O fato é que a Força Expedicionária vai, de uma forma ou de outra, encontrar-se combatendo ou operando num ambiente onde os preceitos da Guerra Convencional esvaíram-se, os objetivos políticos avultaram-se e a guerra de atrito será de pouca valia. Nesse ambiente, onde a progressão é prejudicada, a incerteza por trás de cada quartirão é constante e a necessidade de se enxergar mais longe é premente, parece que a Cooperação Aérea torna-se uma alternativa mais viável do uso da aviação em apoio às Operações Expedicionárias.

As Características da Força Expedicionária

O último aspecto a ser analisado diz respeito à composição e às características da Força Expedicionária, e como a Cooperação

Aérea se encaixa nesse contexto. É importante salientar, como foi visto na figura 3, que as características abordadas guardam uma relação estreita de causa-efeito com muitos dos aspectos representados desde o ponto de vista das duas perspectivas discutidas anteriormente. Os aspectos políticos e do ambiente onde são desenvolvidas as Operações Expedicionárias consubstanciam fatores exógenos que acarretam a necessidade de realizar esses tipos de operações em lugares inesperados, num curto prazo e sujeitas às rápidas evoluções da situação (TILL, 2013) trazendo a necessidade de que a Força Expedicionária possua, dentre outras, duas características principais:

- Capacidade de operar de maneira autossustentada, com mínimo suporte logístico; e
- Alto grau de prontidão.

Primeiramente, para operar de maneira autossustentada ou com mínimo suporte logístico, a Força Expedicionária precisa ter em sua composição meios que perfaçam não mais do que o requerido para uma operação de curta duração, afinal a Operação Expedicionária é por natureza oportunista e rápida (ZIELINSKI, 2013). Assim, caso se decida pelo emprego da aviação, a composição do Componente de Combate Aéreo deve ser balanceada, de maneira a permitir o máximo apoio com as mínimas necessidades logísticas.

Figura 5: Cooperação Aérea



Fonte: <https://br.pinterest.com/explore/close-air-support/>
<https://www.usni.org/magazines/navalhistory/2012-11/close-air-support-pioneering-years>
<https://www.af.mil/publicdomain/?combinedarms>

Outro aspecto que corrobora a escolha da Cooperação Aérea em atinência às características da Força Expedicionária, é que o modelo atual de apoio aéreo gera uma dicotomia do ponto de vista logístico. Os conceitos de “Controle Operacional” e “Comando Operacional”, embora façam sentido num ambiente de Forças Componentes de um Comando de Nível Operacional, dificilmente terão aplicabilidade nos momentos iniciais do desenvolvimento de uma Operação Expedicionária que demande o emprego de meios aéreos. Nesse aspecto, a premência e aleatoriedade, características desse tipo de Operação, indicarão a escolha por uma Força que já tenha previsto e internalizado um componente aéreo próprio.

Sobre o alto grau de prontidão das Forças Expedicionárias, é preciso ponderar que tipos de contribuições e/ou degradações estariam atreladas a cada modelo de emprego dos meios aéreos.

A prontidão fundamenta-se basicamente na organização, no adestramento, na doutrina e nas características do equipamento da força em questão (BRASIL, 2007). Quanto à organização, ao ades-

tramento e à doutrina, Geoffrey Till (2013) ensina que as tropas de Fuzileiros Navais têm uma aptidão nata para desenvolverem operações expedicionárias. Elas tendem a estabelecer doutrinas, organizam-se e treinam com vistas a um emprego global, atendendo uma ampla e variada série de interesses operacionais, mantendo-se em condição de emprego imediato. Dada essa construção organizacional pode-se perceber que a adoção do Apoio Aéreo ou da Cooperação Aérea, enquanto doutrinas, não apresentariam grande diferenciação diante da embasada estrutura das tropas de Fuzileiros Navais.

Por sua vez, do ponto de vista da compatibilidade entre os equipamentos e meios utilizados, os modelos de emprego da aviação influem de forma distinta na prontidão da Força Expedicionária. Não existem meios aéreos e apensos mais compatíveis com a Força Expedicionária do que aqueles da própria tropa que a nucleia. A compatibilidade abarca uma vasta gama de comunalidades necessárias, desde as fraseologias utilizadas durante as ações de apoio de fogo aéreo até o uso de equipamentos de comunicação com recursos criptográficos e link de dados compatíveis. A rapidez na prontificação de meios aéreos capazes de atender às necessidades da Força Expedicionária está diretamente ligada a essa compatibilidade.

A adoção da filosofia de Cooperação Aérea, como foi apontado durante a apresentação de seus pressupostos, subentende uma maior conexão entre os componentes aéreo e terrestre, procurando moldar o emprego dos meios aéreos à condução da guerra terrestre. É um modelo que reúne características técnicas e funcionais focadas no uso intercambiável dos meios, em que é preciso que sistemas diferentes possam ser compartilhados ou acessados sem o comprometimento da missão. Seu núcleo de funcionamento é baseado mormente na integração.

Assim, é simples inferir que um modelo que defende a aglutinação entre a aviação e a tropa apoiada ensejará uma maior compatibilidade quando comparado a um modelo de apoio genérico, ainda que a Operação Expedicionária seja composta por Forças Componentes com um alto grau de interoperabilidade.

Dissonâncias e Contrapontos

Ao apresentar conceitos que rompem com modelos estabelecidos e que trazem a possibilidade de discussão sobre paradigmas estabelecidos, faz-se necessária, para robustecer o trabalho, a apresentação dos contrapontos e hiatos não cobertos, e que são, de antemão, conhecidos pelos autores.

Primeiramente, ao apresentar a Cooperação Aérea como novo paradigma de emprego dos meios aéreos, torna-se fácil a ilação de que a adoção dessa linha de raciocínio traz consigo uma série de considerações quanto à necessidade da Força Expedicionária possuir uma aviação própria. Na Cooperação Aérea não há que se falar em “Controle Operacional”, pois não é possível aglutinar a aviação e a tropa terrestre em cooperação sem que o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais tenha uma aviação para chamar de sua. Para empreender uma Cooperação Aérea, o Componente de Combate Aéreo precisa ser mobiliado com recursos que permitam ir além da Coordenação do Espaço Aéreo, pois o Controle Aerotático é importante, mas o cumprimento da missão não pode cair em prioridade.

Outro ponto que é preciso estabelecer diz respeito ao transporte dos meios aéreos para a área de operações. Embora o Conjugado Anfíbio cubra as necessidades da tropa, sem uma aviação embarcada em navios aeródromos ou navios multipropósito, a possibilidade de manter a unidade dos componentes de uma Força Expedicionária estará comprometida. A Cooperação Aérea nas Operações Expedicionárias é dependente desses meios.

A literatura sugere que as Forças Aéreas, núcleo das Forças Aéreas Componentes nos Comandos Operacionais e baluartes do método ATO, continuam preocupadas com sua própria guerra aérea. Do ponto de vista de suas táticas, priorizam o treinamento de Campanhas de Controle do Espaço Aéreo e a supressão de defesa aérea inimiga (SDAI), que raramente se farão necessários nas modelagens pouco convencionais dos conflitos que habitam o entorno estratégico brasileiro. Por outro lado, as enormes contribuições auferidas com seu apoio, desde o ponto de vista do supra-sistema em que está inserida uma Força Expedicionária, não podem ser ignoradas, já que atividades de transportes estratégicos, realocação de tropas e meios, bem como o suporte logístico são muitas vezes necessários.

Os aspectos ligados às políticas de defesa, de uma forma geral, bem como as nuances e impactos econômicos sobre a escolha de cada modelo também não foram abordados, mas são fatores de grande influência nas escolhas relacionadas aos assuntos militares. Devem, portanto, ser debatidos e contextualizados com os diversos cenários construídos dentro das diversas hipóteses de emprego das Forças afetadas.

Conclusão

De todo o apresentado, depreende-se que o apoio da aviação às Forças Expedicionárias deve adotar uma filosofia que ultrapassa a Guerra de Segunda Geração para consolidar-se de acordo com os eixos estruturantes da doutrina dos Fuzileiros Navais, com aderência à Guerra de Terceira Geração e com potencial para se contrapor aos desafios políticos enfrentados, transitando também, com fluidez, pela modelagem nada convencional da Guerra de Quarta Geração. O uso da aviação não pode ter em seu bojo o objetivo único de apresentar-se como mero “apoio aéreo”, é preciso mais.

Os esforços de guerra das Forças Expedicionárias no contexto dos conflitos modernos, com seus atores *sui generis*, seus teatros desafiadores e sua modelagem pouco ortodoxa ensejam que a aviação seja parte efetiva da Força, potencializando o princípio das armas combinadas, desde o planejamento até a desmobilização de uma Operação Expedicionária. Ainda assim, não se pode, sob nenhuma hipótese, asseverar que no cenário das Operações Expedicionárias a Cooperação Aérea apresenta-se como panaceia dos problemas de toda sorte que envolvem as intrincadas relações entre os meios aéreos e as respectivas tropas apoiadas. O que se pretende é enriquecer o debate com alternativas mais atentas às necessidades dos desdobramentos terrestres, ainda que isso signifique uma quebra de paradigma.

Referências

- BRASIL. Ministério da Defesa. **MD35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 4 ed. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-O-1: Manual de Fundamentos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro: Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, 2013.
- CREVELD, Martin Van. **Air Power and Maneuver Warfare**. Montgomery, Alabama: Air University Press, 1994. 292 p.
- DOCAUER, Alan. **Peeling the onion: Why Centralized Control/Decentralized Execution Works**. Air and Space Journal. Montgomery, Alabama, v.28, n.2, 2014. p.24-44.
- FARREL, Mark J. **Air Operations in the Urban Environment: an Analysis of the Challenges and Opportunities for Contemporary Air Power**. Trabalho apresentado para o Advanced Command and Staff Course – Joint Services Command and Staff College, United Kingdom, 2012.
- KOMETER, Michael W. **Command in Air War: Centralized vs. Decentralized control of Combat Air Power**. Montgomery, Alabama: Air University Press, 2007. 348 p.
- LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **A Guerra além dos Limites**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999. 255 p.
- LIND, William S. **FMFM 3-23: Air Cooperation**. 2012. Disponível em: <<https://www.traditionalright.com/wp-content/uploads/2013/09/FMFM-3-23-Air-Cooperation.pdf>>. Acesso em: 23 mai 2016.
- _____. **Maneuver Warfare Handbook**. Boulder: Westview Press, 1985. 152 p.
- _____. The origins of Maneuver Warfare and its implications for Air Power. **The Royal Norwegian Air Force Academy**, 2000.
- PAPE, Robert A. The true worth of airpower. **Foreign Affairs**. v.83, n.2, 2004.
- RODRIGUEZ, Jaime. La Armada Expedicionaria. **Revista de Marina: Revismar**. Vina del Mar, Chile. v.1, n.1, 2010. p.31 a 35.
- SILVA, Rogerdson F. C. P. **A Centralização do controle dos meios aéreos estadunidenses à luz da Teoria das Restrições de Elyahu Goldratt: O atual debate sob a ótica do método Evaporating Clouds**. 37f. 2014. Monografia para o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.
- THIELE, Gregory A.; RUBINSTEIN, Mitchell. Air Cooperation and the Marine Corps: An alternative vision for the employment of Marine fixed-wing aircraft. **Marine Corps Gazette**. Quantico, VA, USA. Volume 97, Issue 9, setembro de 2013
- TZU, Sun. YANG, Shang. **Sábios Guerreiros: A arte da guerra e o livro dos mestres**. São Paulo, SP: Claridade, 2010. 272p.
- TILL, Geoffrey. **Seapower: A Guide for the Twenty-First Century**. 3rd ed. New York, NY: Routledge, 2013. 412p.
- ZIELINSKI, Tadeusz. Aviation in NATO's Expeditionary Operation in the Context of Alliance's Strategic Concept. **Obrana a strategie (Defence Strategy Journal)**. University of Defence. Kounicova, República Tcheca. v.13, n.2, dezembro de 2013.





CF (FN) Helcio Blacker **Espozel** Junior
espozel@marinha.mil.br

O controle aerotático nos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais: a formação de pessoal para as Agências de Controle Aerotático do Componente de Combate Aéreo



O CF (FN) Helcio Blacker **Espozel** Junior serve atualmente no(a) Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea, como comandante. É oriundo de Escola Naval. Cursou o Curso de Aperfeiçoamento em Aviação para Oficiais, em 1997 e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores, em 2011. Já serviu no 2º esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral, Comando da Força Aeronaval e Escola de Guerra Naval, como oficial de operações e instrutor, respectivamente. É, também, cursado no Joint and Combined Warfighting School, em 2014.

1. Introdução

O Batalhão de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea (BtlCtAetatDAAe) foi ativado em 2003 para nuclear o Componente de Combate Aéreo (CCA). O CCA é o componente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) responsável pela Batalha Profunda¹ e por concentrar todas as atividades relacionadas com a utilização e a defesa do espaço aéreo.

Dentre os ramos de atividade que são de responsabilidade do CCA, destaca-se o controle aerotático que é o ramo responsável pela coordenação e controle do espaço aéreo. O exercício de tal atividade visa evitar interferência entre os usuários do espaço aéreo, dentre eles os meios de apoio de fogo superfície-superfície, os meios de defesa antiaérea e os vetores aéreos amigos e inimigos, tripulados ou não.

Apesar de ser uma das principais atividades que devem ser desempenhadas pelo CCA, a Companhia de Controle Aerotático do BtlCtAetatDAAe não possui nenhum militar capacitado, nem meios adequados ao desempenho da função. Diante desta realidade, este artigo tem como foco o estudo da formação necessária para os militares que guarnecem as agências de controle aerotático do CCA, a fim de alcançar uma proposta viável e que atenda às necessidades dos GprOpFuzNav.

Para isso, em uma primeira seção, serão apresentadas, de forma sucinta, as agências de comando, coordenação e controle ae-

rotático da Força de Desembarque (ForDbq); e, na seção seguinte, serão analisadas as qualificações necessárias para a formação dos militares do CFN que exercerão a função de controlador aerotático nas agências do CCA.

2. Agências de Controle Aerotático do CCA

As agências do CCA são divididas em agências de comando, agências de coordenação e agências de controle, e atuam tanto na defesa aeroespacial², quanto no apoio aéreo³.

O Centro de Comando Aerotático (CCoMat) é a agência de comando do controle aerotático e fica situada justaposta ao comando do CCA, porém a ele subordinado (BRASIL, 2008).

As agências de coordenação são responsáveis por todo o processamento dos pedidos de apoio aéreo até que os mesmos sejam atendidos. No ramo do apoio aéreo, o Centro de Apoio Aéreo Direto (CAAD)⁴ e, no ramo da defesa aeroespacial, o Centro de Operações de Defesa Aeroespacial (CODA)⁵, são as agências de

²Ações destinadas a assegurar o exercício da soberania no espaço aéreo, impedindo seu uso para a prática de atos hostis ou contrários aos objetivos nacionais. Compreende: a defesa aeroespacial ativa, que se subdivide em defesa aérea e antiaérea e a defesa aeroespacial passiva, que são ações para reduzir efeitos de ataques aéreos, sem hostilizar o inimigo.

³Emprego de aeronaves amigas em proveito das manobras a serem realizadas.

⁴O CAAD é a agência responsável por todo o apoio aéreo não relacionado à defesa aeroespacial.

⁵O CODA é responsável pela defesa aeroespacial. Sua tarefa precípua é a obtenção e a manutenção da superioridade aérea. Os meios antiaéreos ficarão sob o controle operacional do CODA durante a operação.

¹Esta batalha permite dominar, isolar e modelar o Espaço de Batalha de forma favorável às futuras operações e propiciar a iniciativa das ações aos GptOpFuzNav. (UNITED STATES OF AMERICA, 2001)

coordenação do mais alto nível dentro de cada ramo de atividade (BRASIL, 2008).

Com relação às agências de controle, estas são exercidas por agências que atuam junto às forças em primeiro escalão e/ou além das linhas inimigas e que serão responsáveis pela orientação final para o ataque aos alvos de superfície. As Equipes de Controladores Aéreos Avançados e os Guias Aéreos Avançados são exemplos de agências de controle (BRASIL, 2008).

O CGCFN-321 prevê a existência de outras agências de controle aerotático, mas essas não serão abordadas por não contribuírem para o escopo do estudo.

3. Formação dos Controladores Aerotáticos para o CCA

Na presente seção, será apresentado como é a formação do controlador de operações aéreas militares na Força Aérea Brasileira (FAB) e os cursos existentes no âmbito da MB, de forma a ser possível analisarmos basicamente como seria a formação dos oficiais e praças do CFN para o exercício da função de controlador aerotático.

Estudando a estrutura dos Esquadrões subordinados ao 1º Grupo de Comunicações e Controle da FAB, pode-se concluir que as qualificações necessárias para o guarnecimento das agências do CCA são a de Chefe Controlador (CC) para os oficiais⁶; Ajudante do Chefe Controlador (AjCC) e Controlador de Operações Aéreas Militares para as Praças. Estas qualificações são usadas pelos Esquadrões da FAB citados acima para prover o controle aerotático em áreas desprovidas de tal serviço, função a qual se pretende que seja desempenhada pelo CCA.

Figura 1: Exercício de coordenação aerotática



Fonte: o autor

O CC gerencia as atividades afetas a uma equipe operacional de um Órgão de Controle de Operações Aéreas Militares (OCOAM) (BRASIL, 2006). O AjCC é uma praça que assessora o CC, no gerenciamento dessas atividades de um OCOAM, podendo substituí-lo na direção do órgão e ainda exercer as atividades inerentes aos Controladores de Operações Aéreas Militares (BRASIL, 2006). Por

⁶Em especial para o Imediato do Bt/CtAetatDAAe e para o Comandante da Cia/CtAetat, que seriam os oficiais mais indicados para guarnecer as agências de controle aerotático, notadamente o CComAt e o CAAD.

fim, o Controlador de Operações Aéreas Militares é a qualificação, exigida das Praças da especialidade de Controle de Tráfego Aéreo e a seus equivalentes nas demais Forças Singulares, apropriada para o exercício da atividade específica de controle de tráfego aéreo às aeronaves militares que voam sob as regras da Circulação Operacional Militar e controle das aeronaves que estejam realizando missões, reais ou de treinamento de interceptação, em proveito da Defesa Aeroespacial (BRASIL, 2006).

No que tange aos cursos da MB e da FAB, tanto no caso de oficiais quanto no de praças, seriam necessárias ações dos setores pertinentes da MB, para viabilizar seja a participação de fuzileiros navais nos cursos, seja para prover a modificação de currículos, a fim de adequar o conteúdo dos cursos às necessidades do CFN.

3.1. A formação na FAB

Para o exercício da função de CC, AjCC e COAM, a FAB exige que o militar da MB, EB ou da própria FAB possua uma Certificação de Habilitação Técnica (CHT), cujos requisitos são: possuir Licença de Operador de Órgão de Controle de Operações Aéreas Militares ou Licença de Controlador de Tráfego Aéreo; Cartão de Saúde válido; e ter concluído com aproveitamento os cursos e estágios que o habilite a desempenhar as funções descritas no certificado. É importante ressaltar que a CHT é suspensa para os militares que ficam mais de 90 dias afastados da atividade-fim (BRASIL, 2006).

A CHT necessária ao exercício da função de Controlador de Operações Aéreas Militares pelos oficiais e praças da FAB e seus equivalentes nas demais forças está descrita no ICA 100-21 Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para Pessoal de OCOAM (2006) e a descrição dos cursos e estágios que são requisitos para obter a CHT estão descritos no ICA 50-1 Plano de Capacitação e Manutenção Operacional para pessoal de OCOAM (2010).

3.2. Oficiais do CFN

Entende-se que a formação de oficiais para o exercício das funções de CC representa o maior desafio a ser enfrentado, posto que os mesmos teriam que atender aos requisitos previstos nos ICA 100-21 (2006) e ICA 50-1 (2010).

Figura 2: Exercício de coordenação aerotática



Fonte: o autor

O ideal seria o envio de oficiais para cursos e intercâmbios no país e no exterior, a fim de que conheçam como operam as outras forças e tragam aperfeiçoamentos para o funcionamento do CCA. Entretanto, neste momento inicial em que se está buscando o co-

nhcimento, apesar de não ser reconhecido pela FAB para fins de emissão do CHT, não se pode omitir a possibilidade da adoção de uma solução caseira. Apesar de não ser a ideal, neste processo de aquisição de conhecimentos os oficiais poderiam ser minimamente capacitados através da inscrição em cursos de controle aerotático e de controlador de interceptação, no Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML). Os cursos ministrados na MB serão detalhados a seguir.

a. Curso Especial de Controlador Aéreo Tático (C-ESP-CAT)

O curso CAT visa preparar oficiais do Corpo da Armada (CA) e Praças do Quadro de Praças da Armada (QPA), preferencialmente na especialidade de Operador Radar (OR), para o exercício das funções de Controlador Aéreo Tático (CAT).

O curso, ministrado pelo CAAML, possui 42 dias úteis de duração e aborda as disciplinas de fundamentos do controle aerotático; emprego de aeronaves em ações de superfície, ações de guerra eletrônica e em operações de esclarecimento; emprego de aeronaves em operações antissubmarino; e operações com aeronaves embarcadas.

O curso em tela é voltado para o controle aerotático em um ambiente naval e necessitaria ser ajustado para atender às mínimas necessidades do CFN⁷.

b. Curso Especial de Controle Aéreo de Interceptação (C-ESP-CAINT)

O curso CAINT visa preparar oficiais do CA e Praças do QPA, na especialidade de OR, para o exercício das funções de Controlador Aéreo de Interceptação. A interceptação deve ser entendida como sendo a ação de conduzir um vetor ao encontro de outro, a fim de identificá-lo e/ou destruí-lo.

Figura 3: Exercício de coordenação aerotática



Fonte: o autor

O curso, ministrado pelo CAAML, possui 30 dias úteis de duração e é dividido em uma fase teórica e uma prática em simuladores. Entende-se que o curso atenderia as necessidades de controle aerotático do GptOpFuzNav, porém seria necessária a alteração do currículo, de forma a permitir a inscrição de militares do CFN.

⁷Para exemplificar a necessidade de ajustes, poderia ser parte do currículo, dentre outras coisas, os procedimentos necessários à execução do controle aerotático de uma vaga de aeronaves que estejam participando de uma operação aeromóvel, ou do movimento Navio para Terra por helicópteros.

3.3. Praças do CFN

Para a capacitação das praças, entende-se que o ideal seria permitir que os militares do CFN especializados em Aviação (AV), sejam subespecializados e posteriormente aperfeiçoados em Controle de Voo (CV). Tais militares necessitariam ainda ter sua formação complementada através do envio para realizar cursos na FAB, conforme descrito no ICA 50-1 (2010). Ressalta-se que a habilitação dos militares ao exercício do Controle de Tráfego Aéreo é um dos requisitos exigidos pela FAB para a emissão do CHT. O curso de subespecialização está desdobrado a seguir.

a. Curso de Subespecialização em Controle de Tráfego Aéreo (C-Subespc-CV)

O curso de subespecialização em CV, ministrado para Cabos, visa preparar Praças da especialidade de AV para a execução das tarefas técnico-profissionais da Subespecialidade de CV. O curso tem duração de 44 semanas, sendo a parte básica ministrada pelo Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval Almirante José Maria do Amaral Oliveira (CIAAN) e o treinamento operacional em diversas unidades subordinadas ao Comando da Força Aeronaval e ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo, da FAB. O curso é composto pelas disciplinas de serviço de informações aeronáuticas; inglês técnico de aviação; meteorologia aeronáutica; fundamentos de radar; aeronaves; navegação aérea e auxílios rádio; serviço de tráfego aéreo; operações em Navio Aeródromo; e serviço de controle de aeródromo, de aproximação e de área. O curso de aperfeiçoamento em CV é voltado para os Sargentos e é a continuação natural da carreira das praças controladoras de voo.

Apesar do longo período necessário para a formação básica dos militares, de cerca de um ano na especialização em AV e mais um ano na subespecialização CV, ainda será necessário o envio de militares CV para cursos complementares na FAB, a fim de capacitá-los plenamente ao exercício da função de controlador aerotático.

3.4. Proposta de Formação de Controladores para as agências do CCA

Figura 4: Exercício de coordenação aerotática



Fonte: o autor

Diante do exposto ao longo desta seção, compreende-se que a formação básica ideal para as praças que exercerão a função de controladores aerotáticos das agências do CCA seria a de AV-CV. Como já há previsão de militares do CFN cursarem a especialidade

AV e as subespecialidades de Aviônica, Estrutura e Metalurgia de Aviação, Manobra e Equipagens de Aviação e Motores de Aviação, seria necessária apenas a alteração do Plano Corrente de Praças para permitir que Praças do Quadro de Praças Fuzileiros Navais (QPFN) sigam a carreira de controlador de voo. No que tange a formação de oficiais, percebe-se ser necessário o envio para cursos e intercâmbios no Brasil e no exterior para que contribuam para obtenção do conhecimento sobre o assunto. Como uma solução paliativa, poderiam ser enviados oficiais para cursar o C-ESP-CAT e o C-ESP-CAINT, de forma a que adquiram um conhecimento básico e superficial que os capacite a coordenar as atividades iniciais de organização das agências de controle aerotático do CCA. A obtenção do conhecimento contribuirá para o amadurecimento sobre o assunto e apontará qual seria a formação ideal para os militares. Cabe ressaltar que a ausência de militares no CCA com CHT, que em última instância, é o reconhecimento por parte da FAB que o militar possui capacidade de efetuar o controle aerotático, poderá inviabilizar a execução do controle aerotático nos GptOpFuzNav.

Além da modificação acima, entende-se que, para dotar e manter o BtlCtAetatDAAe com militares capacitados, seriam necessárias pelo menos as seguintes ações: a proposição de alteração de TL, alterando efetivos e acrescentando Praças do QPA ou do QPFN com a especialização AV-CV na lotação da CiaCtAetat; a previsão de o Comandante da CiaCtAetat e seus Comandantes de Pelotão serem oficiais do CFN, tanto do Quadro de Oficiais FN quanto do Quadro Complementar ou do Corpo Auxiliar de Fuzileiros Navais, devidamente habilitados em controle de tráfego aéreo; e a previsão do envio periódico dos militares qualificados para locais com intensa atividade aérea, preferencialmente militar, tanto da MB quanto da FAB, a fim de permitir a manutenção da qualificação e formação de novos operadores. A alteração de sede do BtlCtAetatDAAe para São Pedro da Aldeia poderia contribuir também com tal objetivo. Seria importante ainda o contato com representantes do Departamento de Controle do Espaço Aéreo, da FAB, a fim de que seja alinhavado um acordo operacional

que permita a formação dos militares do CFN nas instituições de ensino da FAB e a manutenção da qualificação dos mesmos através do acesso aos locais de atividade aérea militar frequente.

4. Conclusão

O propósito deste artigo foi lançar luz sobre um aspecto pouco debatido dos GptOpFuzNav e propor soluções viáveis para a plena capacitação do CCA ao exercício do controle aerotático.

A capacitação da CiaCtAetat do BtlCtAetatDAAe para conduzir o controle aerotático em sua plenitude deve ser buscada no menor prazo possível, pois esta capacidade aumentaria ainda mais, no curto prazo, o leque de emprego dos GptOpFuzNav. Tal capacitação possibilitaria, por exemplo, o emprego de um GptOpFuzNav nucleado no CCA atuando em cooperação com as atividades de Defesa Civil por ocasião de desastres naturais, através do controle das aeronaves que estivessem participando da operação⁸, ou ainda provendo o controle aerotático em algum ponto isolado de um Teatro de Operações, em proveito da ideia de manobra do Comandante Operacional em uma operação ou exercício conjunto.

Para a qualificação dos militares, o CFN deveria investir no envio dos oficiais e praças para intercâmbios e cursos em unidade da MB, FAB e no exterior. Cabe ressaltar ainda a necessidade de viabilizar o acesso de tais militares a localidades de intensa atividade aérea militar, visando a permitir o desenvolvimento de uma confiança mútua entre controladores e tripulações dos esquadrões de aeronaves, a manutenção e ascensão das qualificações dos controladores e ainda a formação de novos operadores.

⁸A ausência de tal tipo de controle foi um dos pontos negativos observados pelo autor durante a sua participação no combate aos incêndios florestais no Parque Nacional das Agulhas Negras; no apoio à Polícia Federal em operações de erradicação do plantio de maconha no interior de Pernambuco; e no apoio às vítimas de enchentes em diversos estados da federação.

Referências

BRASIL. Marinha. Corpo de Fuzileiros Navais. Comando-Geral. **CGCFN-321**: Manual de Apoio Aéreo e Controle Aerotático dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais, Rio de Janeiro. 2008.

BRASIL. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. **ICA 100-21**: Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para pessoal de OCOAM, Brasília. 2006.

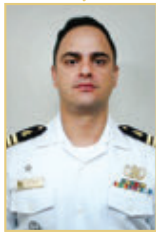
_____. **ICA 50-1**: Plano de Capacitação e Manutenção Operacional para pessoal de OCOAM, Brasília. 2010.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCDP 1-0**: Marine Corps Operations, Washington, 2001.



CC (FN) Carlos Eduardo Gonçalves da Silva **Maia**
g.maia@marinha.mil.br

O Grupo de Negociação no contexto das Operações Interagências



O CF (FN) Carlos Eduardo Gonçalves da Silva **Maia** é atualmente o Encarregado da Divisão de Gestão do Conhecimento do Departamento de Doutrina do CGCFN. É oriundo da Escola Naval. Kursou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) da Escola de Guerra Naval, o *Assault Amphibian Officers Course* nos EUA, o Curso Expedido de Negociação em Conflitos com Tomada de Reféns no ComOpNav e o *Advanced Boarding Officer Course* no CAAML. Já Comandou a Companhia de Polícia, foi Imediato do Batalhão de Viaturas Anfíbias e Encarregado da Escola de Operações de Paz de Caráter Naval do CIASC.

“A primeira coisa a fazer ao lidar com uma pessoa difícil não é controlar a atitude dela, e sim a sua.” (Wiliam L. Ury)

Em 17 de dezembro de 1996, em uma ação que estremeceu a opinião pública mundial, aproximadamente 25 guerrilheiros do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) invadiram a residência do embaixador japonês em Lima, capital do Peru, e tomaram como reféns aproximadamente quinhentas pessoas. Impulsionados por motivações políticas, os perpetradores exigiram, como moeda de troca para libertação dos reféns, a liberação de quatrocentos presos políticos (SILVA, 1999).

Dessa forma, em 22 de abril de 1997, decorridos cerca de quatro meses de negociações, o Exército peruano, em paralelo ao processo em curso, planejou e executou uma operação militar, na qual a residência do embaixador japonês foi tomada de assalto, em uma ação fulminante. Com isso, foram libertados os reféns e eliminados os guerrilheiros que se encontravam nas dependências da embaixada. As perdas totalizaram, então, um militar peruano, um refém e todos os guerrilheiros. Este episódio pôs fim a um prolongado

e desgastante processo de negociação, sendo que um dos fatores determinantes para a obtenção do sucesso daquela operação foi creditado ao tempo disponível para a realização dos diversos ensaios do Grupo Tático antes do seu emprego efetivo.

O caso concreto acima mencionado evidencia a importância do silencioso trabalho do Grupo de Negociação que, na maioria das vezes, longe dos holofotes da imprensa, tem papel primordial para um desfecho positivo em situações de gerenciamento de crises com tomada de reféns.

Nesse contexto, ressaltam-se os preceitos da negociação, quais sejam, ganhar tempo, abrandar as exigências, colher informações e prover suporte tático. Ainda em relação ao caso em tela, o tempo obtido no transcorrer do processo de negociação, além de ter proporcionado melhores condições para o planejamento e execução da ação do Grupo Tático, serviu para desgastar fisicamente os perpetradores, com o consequente monitoramento e identificação de uma rotina estabelecida por eles. Ademais, contribuiu, também, para aumentar a confiança entre o negociador e os perpetradores, levando-os a, na maioria das vezes, concordar com as condições do negociador (GARRET, 2008).

Com isso, conclui-se preliminarmente que ainda que a decisão final emanada pelo Comandante da Força-Tarefa (CFT)¹, para a solução de uma determinada crise, tenda para a alternativa tática com o emprego de tropas especiais, a negociação contribuirá para a consecução de um dos mais importantes objetivos almejados no gerenciamento de crises que é a preservação da vida dos reféns.

Figura 1: Alberto Fujimori, então Presidente peruano, em meio ao Grupo Tático



Fonte: Jornal O Extra

¹O Comandante da Força-Tarefa (CFT) é o oficial designado para tomar as decisões durante o processo de gerenciamento de crises. Importa salientar que esta função não poderá confundir-se com a de negociador, observando-se sempre a máxima: “quem comanda não negocia” (SOUZA, 2010).

Nesse diapasão cabe mencionar o papel fundamental do negociador que serve de elo entre os perpetradores e o CFT. Funciona ele, portanto, como um catalisador no processo dialético que se desenvolve entre as exigências dos causadores do incidente crítico² (tese) e a postura das autoridades (antítese), na busca de uma solução aceitável (síntese).

Na concepção ortodoxa, a figura do negociador era este-reotipada como a de alguém que simplesmente se utilizava de todos os meios dissuasórios ao seu alcance para conseguir a rendição dos elementos causadores da crise. Não sendo atingido tal propósito descartava-se todo o trabalho desse especialista e a solução seria focada no emprego do Grupo Tático. Desta feita, parecia que o Grupo de Negociação e o Grupo Tático detinham missões distintas e excludentes.

A hodierna visão é muito diferente. Na realidade, os dois grupos têm, de fato, a mesma tarefa, isto é, resgatar pessoas tomadas como reféns, e que tal tarefa permanece a mesma ao longo de todo o incidente crítico. Tanto isso é verdade que, doutrinariamente, havendo decisão pela alternativa tática, permanecerão os negociadores em atividade, envidando esforços para apoiar uma ação tática coordenada (GARRET, 2008).

Sendo assim, esta acertada visão de emprego integrado foi amplamente observada e implementada pelo Ministério da Defesa por ocasião do planejamento e execução das Operações Interagências³ que tomaram parte durante os Grandes Eventos sediados na cidade do Rio de Janeiro. Particularmente na Copa do Mundo de 2014 foram alocados, em cada uma das doze cidades sedes, Grupos de Negociação fim integrar a estrutura dos Centros de Coordenação Tático Integrado (CCTI). A referida estrutura mostrou-se extremamente positiva sendo usada para o planejamento da organização dos CCTI dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016.

Diretamente subordinados aos Comandos de Defesa de Área (CDA) os CCTI têm como principais tarefas coordenar o planeja-

Figura 2: Estrutura do CCPCT



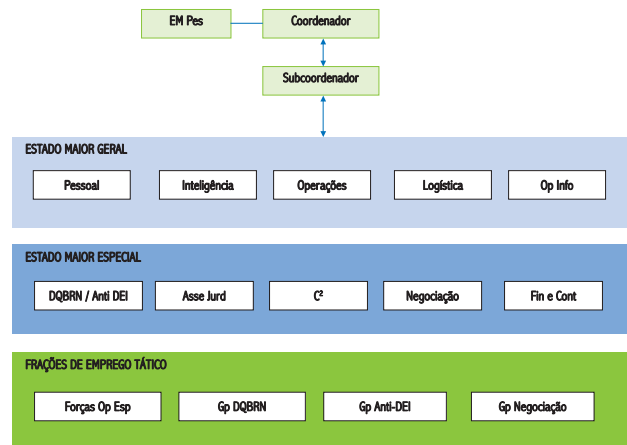
Fonte: Palestra Curso de Altos Estudos na ECEME, 2013

²São os eventos que colocam em risco, de maneira mais contundente, as vidas dos cidadãos, tais como: pessoas feitas reféns, pessoas mantidas por perpetradores por motivos passionais e/ou de vingança, tentativas de auto-extermínio, localização de artefatos explosivos, infratores armados e organizados e grupos terroristas.

³São as Operações que visam à interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2012).

mento, a preparação, a execução e a desmobilização das tropas de Operações Especiais e daquelas voltadas para a Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (NBQR) nas ações de prevenção e combate ao terrorismo, detendo autoridade local para coordenação nos níveis estadual e municipal e, também, em ligação com órgãos privados. Adicionalmente, os CCTI reportavam-se ao Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT) localizado em Brasília, cuja estrutura contemplava um coordenador geral para as atividades de negociação.

Figura 3: Organograma do CCTI



Fonte: Palestra Curso de Altos Estudos na ECEME, 2013

Quando da Copa do Mundo de 2014, os Grupos de Negociação constituíam-se em frações reduzidas e formadas apenas por dois militares, sendo um Oficial da Marinha do Brasil possuidor do Curso Especial de Negociação em Conflitos com Tomada de Reféns (C-Esp-NECONREF) e uma Praça com o papel de auxiliar o Oficial. Com isso, tornava-se imperativa a busca local, com o fito de identificar recursos humanos que possuíssem habilidades específicas para compor uma equipe multidisciplinar e, assim, atender às exigências doutrinárias para o desencadeamento de um processo de negociação se preciso fosse.

Figuras 4 e 5: Exercício de quadros com a Equipe Multidisciplinar no CDA Cuiabá



Fonte: o autor, 2014

Assim, restava, portanto, cooptar profissionais da área de psicologia, intérpretes em diversas línguas e principalmente um negociador secundário. Este último tem um papel fundamental durante o processo de negociação, tendo em vista que possui as tarefas de substituir o negociador principal por motivo de fadiga física e/ou mental, auxiliar o negociador principal apresentando fatos novos e/ou diferentes linhas de ação e de tomar nota de tudo o que foi acordado com os perpetradores, em ordem cronológica, durante todo o processo.

Contudo, em algumas regiões, principalmente nas afastadas dos grandes centros, esta tarefa tornou-se dificultosa, tal qual ocorreu no CDA Cuiabá⁴. Nesse sentido, cresce de importância a ligação com os Órgãos de Segurança Pública e entidades civis envolvidas, para que haja sinergia de esforços para o cumprimento da missão. Por definição essa é a essência das Operações Interagências que possuem características peculiares, tais como: planejar respostas a problemas complexos, harmonizar culturas e doutrinas diversificadas e adequar, temporariamente, estruturas e organizações (BRASIL, 2012).

No caso específico do CDA Cuiabá, conseguiu-se formar todo o efetivo da Equipe Multidisciplinar fortalecendo-se os laços táticos com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) do Mato Grosso, que designou um Oficial Superior para atuar como negociador secundário, com a Polícia Federal, a qual cedeu um delegado especialista em terrorismo para compor o efetivo do CCTI e que auxiliou sobremaneira os trabalhos, além da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que apresentou um agente que produziu valiosos conhecimentos em prol da missão. Ressaltam-se, ainda, os convênios firmados com instituições civis que resultaram no emprego de um profissional da área de psicologia e diversos intérpretes, dentre os quais se destaca o de língua árabe obtido em uma oportuna visita à Mesquita local, haja vista a significativa comunidade muçulmana de origem árabe presente naquela região do país.

Figuras 6 e 7: Exercício final de negociação do Curso de Gerenciamento de Crises do BOPE-MT



Fonte: o autor, 2014

⁴Experiência vivenciada pelo autor.

Figuras 8, 9, 10 e 11: Exercício integrado na Arena Pantanal



Fonte: o autor, 2014

Por fim, conclui-se que as experiências adquiridas na participação dos Grupos de Negociação no contexto das Operações Interagências, durante os Grandes Eventos, consolidaram o importante papel desempenhado por estas frações em ações integradas com as tropas de Operações Especiais em incidentes críticos que demandem a tomada de reféns. Ademais, consolidou, também, o papel da Marinha do Brasil junto ao Ministério da Defesa nos assuntos relacionados à negociação, haja vista ser esta a única Força singular que possui um Curso Especial para capacitação de militares no referido assunto, sendo, portanto, a detentora deste conhecimento no âmbito da Defesa.

Referências

BRASIL. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Operações Interagências em Grandes Eventos**. Curso de Altos Estudos Militares em 14 ago. 2013. Disponível em: <<https://www.eceme.ensino.eb.br/congressocienciasmilitares/docs/Op%20Interagencias%20em%20grandes%20eventos.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-12: Operações Interagências**. Brasília, DF, 2012.

SILVA, Frederico Ayres Pereira Correa da. O GERR e a sua contribuição para a dissuasão. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 41-44, 1999.

GARRET, Waldick Alan de Almeida. **A negociação como alternativa estratégica nas ações de Grupos Táticos nas crises com tomadas de reféns**. 78 f. 2008. Monografia para o Curso de Aperfeiçoamento de oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina – Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

URY, William L. **Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving in**. United Kingdom: Penguin Books, 2011. 224 p.

SOUZA, Wanderley Mascarenhas de. **Negociação de reféns: sistematização e manejo das ações do negociador no contexto da segurança pública**. São Paulo: Ícone, 2010. 147 p.



CMG Marzone Affonso Rêgo **Gavino**
marzonegavino@hotmail.com

Procedimentos de liderança focados na redução dos efeitos negativos do estresse em combate: um estudo para discussão de uma futura doutrina brasileira



O CMG Marzone Affonso Rêgo Gavino serve atualmente na Adidância de Defesa e Naval da Alemanha e Holanda, como Adido, é oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM) e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (C-EMOS), ambos na Escola de Guerra Naval, já tendo servido no Comando da Força de Minagem e Varredura, como Comandante, e no Rebocador de Alto Mar Triunfo, como Comandante, é, também, cursado nos cursos MBA em Relações Internacionais e MBA em Gestão Empresarial, ambos pela COPPEAD-UFRI.

Introdução

Este artigo está baseado na Monografia apresentada por este autor à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas 2015.

Em virtude do grande número de baixas psicológicas, ocorridas na II Guerra Mundial, houve um grande avanço nos estudos do estresse em combate, tendo como foco principal a redução dos seus efeitos sobre o desempenho dos militares em combate. Normalmente, quando se fala em estresse em combate, pensa-se somente no estresse que ocorre durante os conflitos armados. Porém, esse importante fator começa a atuar sobre os militares desde o momento em que há a percepção, por parte deles, de que serão empregados em combate.

O estresse em combate até um determinado nível é positivo, pois influencia, de forma favorável, no desempenho do militar em combate. Porém, a partir de um determinado patamar, ele se torna prejudicial, podendo causar inclusive patologias, que normalmente aparecem após o combate.

Os líderes, por terem uma influência muito grande sobre os seus subordinados, têm um papel fundamental em auxiliá-los no gerenciamento deste estresse negativo. Porém, para que essa influência dos líderes seja positiva e efetiva, ela deve ser cultivada ao longo do tempo, desde o tempo de paz, de forma a desenvolver a confiança e a lealdade em seus subordinados.

Considera-se que a partir da compreensão da forma de atuação das lideranças norte-americanas envolvidas com a mobilização,

preparação, condução e desmobilização de militares em combate, nos níveis político, estratégico, operacional e tático, podem ser organizados procedimentos que poderão servir de subsídios para iniciar as discussões, no sentido de estabelecer uma futura doutrina para as Forças Armadas (FA) brasileiras, sobre ações de liderança focadas na redução dos efeitos negativos do estresse em combate.

A escolha dos EUA como referência para o desenvolvimento do trabalho foi devido àquele país encontrar-se em estágio mais avançado no estudo e no desenvolvimento do assunto e possuir uma vasta experiência em guerras, o que permite testar e aperfeiçoar, continuamente, os seus procedimentos.

Os procedimentos de liderança abordados neste artigo são voltados para o enfrentamento do estresse em operações de combate, e não em operações de paz. No entanto, em virtude de envolver ações mais abrangentes, acredita-se que as lideranças ao se prepararem para a primeira situação, também estarão prontas para atuar na segunda.

Para que os líderes dos diversos níveis tenham uma total compreensão do assunto é fundamental que conheçam profundamente os fatores originadores do estresse em combate, bem como as reações apresentadas pelos militares, antes, durante e depois do combate, quando submetidos a esses fatores estressores. Tanto os fatores estressores quanto as reações apresentadas pelos militares foram detalhadamente abordadas na monografia referenciada. Porém, este artigo focará na importância da atuação das lideranças para a redução dos efeitos negativos do estresse em combate.

Procedimentos de liderança a serem adotados para a redução dos efeitos negativos do estresse em combate

É fundamental que os líderes estejam atentos às transformações que os combates vêm sofrendo, principalmente a partir dos avanços tecnológicos, cada vez mais rápidos e significativos nos armamentos e sensores de defesa, do aperfeiçoamento do apoio logístico e das alterações das características dos conflitos armados, verificados no mundo atual. O ambiente de batalha se torna cada vez mais impessoal e disperso com o uso de armamentos e sensores, cujos alcances permitem realizar ataques fora do campo visual dos inimigos, sem que esses possam ter a noção de que forma serão atacados, sendo esse um fator que aumenta o medo e a ansiedade no combate atual.

Essas transformações vão alterando alguns fatores estressores presentes no combate, bem como as reações apresentadas pelos militares diante desses fatores, exigindo dos líderes e do pessoal envolvido no preparo e no tratamento psicológico dos militares, novas técnicas de preparação, motivação e gerenciamento do estresse em combate.

As fontes bibliográficas encontradas a respeito do papel das lideranças norte-americanas no enfrentamento do estresse em combate abordam somente os procedimentos a serem adotados nos níveis operacional e tático. Porém, as lideranças políticas e estratégicas têm papéis importantes na redução dos efeitos negativos de estresse em combate, ao serem responsáveis por fornecer as condições necessárias para que os líderes nos níveis operacional e tático possam atuar.

As lideranças norte-americanas nos níveis político, estratégico, operacional e tático são geralmente bastante conscientes da importância de suas atuações para o bom desempenho das tropas em combate, em virtude do seu país estar constantemente envolvido em combate.

Nos combates mais recentes, envolvendo os EUA, percebe-se uma preocupação efetiva das lideranças dos diversos níveis com alguns aspectos fundamentais da liderança, dos quais cabe citar:

a) Atribuir legitimidade ao combate – essa legitimidade é fundamental para gerar uma atmosfera positiva no país, em relação à necessidade do combate, atuando na percepção por parte dos militares e de seus familiares, de que os riscos e as consequências envolvidos no conflito valem a pena.

A obtenção e a manutenção dessa legitimidade do combate são extremamente importantes para o desempenho dos militares, pois contribui sobremaneira para reforçar o sentimento patriótico e gerar o orgulho e a motivação nos combatentes.

Essa legitimidade tem sido cada vez mais difícil de ser alcançada nos EUA, em virtude dos traumas intensos causados na sociedade norte-americana, pelas grandes quantidades de mortos nas duas guerras mundiais, sendo difícil o apoio popular aos conflitos militares que acarretam grande quantidade de perdas de vidas humanas.

Foi o que ocorreu na Guerra do Vietnã, quando, a partir de um determinado momento, a mídia e a sociedade norte-americana se voltaram contra a guerra, em virtude das baixas gradativas e da

falta de percepção da importância daquele combate, gerando um sentimento de desamparo em seus militares que foram diretamente afetados em sua vontade de lutar (COHEN, 2004).

Figura 1: Sociedade contraria a Guerra do Vietnã



Fonte: https://c1.staticflickr.com/9/8376/8525983904_2377fabcd0_b.jpg

b) Estabelecer objetivos políticos bem definidos – é fundamental que as lideranças políticas, ao se decidirem pelo uso das FA, estabeleçam objetivos políticos bem definidos, para permitir, aos demais níveis, o estabelecimento dos objetivos estratégicos, operacionais e táticos, bem como as ações militares que serão desenvolvidas para atingir esses objetivos.

Na Guerra do Golfo, fruto dos aprendizados colhidos na Guerra do Vietnã, houve essa preocupação por parte dos governantes, conforme relata Cohen:

Se a mitologia militar norte-americana no Vietnã moldou uma história sinistra e agourenta, a Guerra do Golfo de 1991 foi exatamente o oposto: uma guerra conduzida como manda o figurino, isto é, um conflito no qual os políticos estabeleceram objetivos, traçaram linhas de ação simples para a condução das operações e saíram do caminho [...] (COHEN, 2004, p. 221).

c) Propiciar as condições para que suas FA sejam mantidas bem preparadas, adestradas e equipadas para o combate – esse aspecto é fundamental para que, ao decidir empregar as FA para a solução de um conflito, as lideranças políticas o façam com a convicção de que conseguirão atingir seus objetivos por completo, no menor tempo e com a menor quantidade de baixas possíveis.

Nesse aspecto, a Guerra do Vietnã também trouxe importantes ensinamentos para as lideranças políticas norte-americanas. Ao final daquela guerra, as FA apresentavam deficiências tanto em termos de equipamentos, muitos já obsoletos ou antigos, quanto na parte de formação e treinamento, que se refletiam em frequentes ocorrências de falta de disciplina, abuso de drogas e de racismo (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Nos vinte anos que se sucederam ao final da Guerra do Vietnã, as FA receberam, dos governantes norte-americanos, os suportes necessários e se transformaram em forças bem equipadas, formadas e treinadas. Essa transformação foi fundamental para que as tropas estivessem menos suscetíveis aos fatores estressores de combate e operacional, durante a Guerra do Golfo, contribuindo para que a operação, conhecida como Tempestade do Deserto, fosse bem-sucedida (SCHUBERT; KRAUS, 1998).

d) Mobilizar o país para a guerra – as lideranças devem contribuir, no seu nível, para permitir as melhores condições de mobilização do país, de forma a propiciar as FA a manutenção das melhores condições de material e pessoal, necessárias ao desdobramento em combate.

e) Demonstrar apoio e reconhecimento – as lideranças devem realizar ações que demonstrem, aos militares envolvidos no combate, o apoio e o reconhecimento pelos serviços prestados à nação.

Os governantes norte-americanos costumam realizar visitas às suas tropas desdobradas no exterior, com esse propósito. Exemplos desse tipo de ação governamental foram as visitas, do então Presidente George W. Bush, às tropas norte-americanas no Iraque, realizadas em 2006, 2007 e 2008, no intuito de elevar o moral dos militares que se encontravam em operação naquele país.

Figura 2: Presidente dos EUA participa do Dia de Ação de Graças junto a tropas no Iraque.



Fonte: https://c1.staticflickr.com/9/8376/8525983904_2377fabcd0_b.jpg

Após as guerras, as lideranças de todos os níveis devem enviar todos os esforços para que todos os militares que retornam do campo de batalha sejam recebidos com as honras militares devidas, o apoio da mídia e, conseqüentemente, da opinião pública. Deve haver também uma preocupação de que os militares sejam bem reintegrados às famílias e à sociedade e recebam os melhores tratamentos disponíveis para as conseqüências físicas e psicológicas da guerra.

Figura 3: Militares americanos mortos em combate são preparados para desembarque na Base Aérea de Dover



Fonte: <https://fromthemasstothemass.wordpress.com/2013/03/19/10-anos-de-guerra-en-iraq-en-fotos/>

Deve ser dada uma atenção especial ao reconhecimento aos militares mortos em combate, que devem receber todas as honras previstas, de forma a transmitir às suas famílias a importância dada ao ato de coragem e heroísmo daqueles militares.

f) Propiciar as condições para que seja prestado o apoio necessário às famílias dos militares em combate, com o desenvolvimento de programas e de estruturas de apoio às famílias dos combatentes – esses programas e estruturas têm o propósito de fazer com que as famílias possam seguir as suas vidas, com o menor impacto possível, durante a ausência dos militares, bem como ficar assistidas em caso de falecimentos e ferimentos graves de seus militares.

g) Prover estruturas de pessoal especializadas em estresse em combate – é de fundamental importância que as FA contem com essas estruturas para permitir o assessoramento aos líderes nos níveis operacional e tático, para a realização de uma correta preparação, antes do combate, uma correta aplicação das técnicas de gerenciamento do estresse, durante o combate, e um correto tratamento das desordens decorrentes de estresse apresentadas após o combate, de forma a reduzir os efeitos negativos do estresse em combate sobre os militares.

As FA norte-americanas encontram-se bem estruturadas nesse aspecto, contando com profissionais especializados em estresse em combate, tanto na área de BH (saúde comportamental) quanto na área de UMT (assistência religiosa), distribuídos pelas unidades operativas de acordo com as necessidades de cada força.

h) Estabelecer canais de comunicação confiáveis e abertos entre as lideranças nos diversos níveis – o estabelecimento desses canais de comunicação, que permitam a transmissão de ordens e informações, suficientes e claras, às lideranças subordinadas e, ao mesmo tempo, permitam a essas lideranças tirarem suas dúvidas junto às lideranças superiores, são de extrema importância para estabelecer uma relação de confiança e para manter a tropa bem informada. Deve ser assegurada a manutenção desses canais de comunicação, durante o combate, sendo eles fundamentais para o desenvolvimento dos planos de guerra, para o controle da ação planejada e para a manutenção do moral da tropa, do espírito de coesão e de confiança mútua.

i) Desenvolver líderes nas FA – no mundo atual, no qual predomina um ambiente de grande desordem e instabilidade, é de extrema importância a preparação cada vez melhor dos líderes militares. Dessa forma as lideranças estratégicas devem estar permanentemente voltadas para o desenvolvimento de líderes dentro das Forças, de forma a capacitá-los para enfrentar os desafios do combate moderno.

Além dos procedimentos acima abordados, merecem destaque alguns procedimentos nos níveis operacionais e táticos que serão analisados de forma conjunta, em virtude de estarem intimamente ligados, sendo difícil abordá-los separadamente. Por isso são, normalmente, apresentados dessa forma nos livros e manuais norte-americanos existentes.

As lideranças nesses níveis são as que lidarão diretamente com as situações de estresse em combate e dessa forma precisam estar bem preparadas. Esse preparo envolve a participação dos líderes em cursos e adestramentos realizados por pessoal especializado das áreas de BH e de UMT, que devem fazer parte do programa de cursos e adestramentos das unidades, realizados durante o ano.

Os procedimentos de liderança, nos níveis operacional e tático, que devem ser adotados para se contrapor aos efeitos estressores, além dos já mencionados anteriormente, são:

a) Realizar adestramentos com as equipes de controle de estresse de combate e operacional (COSC) e BH – disponibilizar, periodicamente, horários para que as equipes COSC e BH façam avaliações individuais e da unidade, que serão utilizadas para acompanhar e preparar os militares para o combate. Esse procedimento ajudará no desenvolvimento e na execução do programa de controle de estresse de combate e operacional das unidades (ESTADOS UNIDOS, 2009).

b) Realizar adestramentos periódicos com seus subordinados a respeito de estresse em combate – o programa de adestramento das unidades devem prever treinamentos periódicos a respeito do assunto, a serem ministrados pelos líderes.

O intuito desses adestramentos é desenvolver a coesão das unidades, bem como solidificar os conhecimentos transmitidos pelas equipes COSC e BH, sobre os fatores estressores, as reações apresentadas pelos militares e as técnicas de gerenciamento de estresse.

À medida que esses conhecimentos forem sendo assimilados, deve-se incrementar o uso deles nas atividades diárias de preparação da unidade, de forma que o gerenciamento das reações de estresse passe a ser realizado com a maior naturalidade possível e não somente nos adestramentos específicos destinados ao assunto (ESTADOS UNIDOS, 2009).

Em todas as atividades das unidades, os líderes devem transmitir aos seus subordinados a confiança de que todos estão preparados para enfrentar e vencer as reações de estresse e contam com os melhores apoios de saúde e religioso para o enfrentamento das possíveis reações (ESTADOS UNIDOS, 2009).

c) Planejar as operações de forma cuidadosa e clara e com o detalhamento necessário – é fundamental que as lideranças, no nível operacional, assegurem que o planejamento das operações ocorram com o maior grau de profissionalismo. Esses planejamentos devem ser bastante detalhados e de fácil compreensão para os subordinados que irão executá-los (ESTADOS UNIDOS, 2009).

As missões atribuídas a cada unidade devem ser compatíveis com as suas destinações e seu nível de treinamento e as regras de engajamento e de comportamento devem estar claramente estipuladas e devem ser massificadas nas unidades para permitir que os militares, envolvidos em conflitos armados, tenham a perfeita compreensão de como devem agir em situações de combate (ESTADOS UNIDOS, 2009).

d) Incentivar a comunicação nas unidades – as lideranças operacionais e táticas devem incentivar as comunicações verticais e horizontais dentro das unidades para que os militares subordinados sintam confiança em compartilhar seus problemas e os sintomas de estresse que possam estar sentindo, sem ter medo de serem mal interpretados ou discriminados. Os líderes devem tomar a iniciativa de estabelecer essas comunicações, mantendo os seus subordinados bem informados das ações a serem realizadas e permitindo que os militares retirem as suas dúvidas.

Foi constatado que os líderes norte-americanos que realizaram reuniões mais frequentes com os subordinados e familiares, antes

do desdobramento para a Guerra do Golfo, mantiveram o moral dos militares e familiares mais elevados.

e) Fomentar nas unidades a coesão, o espírito de corpo, a confiança mútua, o orgulho e a identidade – os comandantes tem papéis fundamentais no desenvolvimento desses aspectos dentro das suas unidades, Eles devem ser o exemplo, liderando os seus subordinados ao êxito por suas qualidades profissionais e seus atributos morais e não somente por suas posições hierárquicas.

Outro aspecto de extrema importância é o estabelecimento de uma lealdade mútua entre líderes e subordinados. Essa lealdade deve partir dos líderes, que devem ter presentes em suas ordens e orientações a honestidade de propósito, estando os interesses da coletividade, da instituição e do país, acima dos individuais. Quando os militares das unidades percebem essa lealdade por parte dos líderes, tendem a retribuí-la de forma voluntária.

f) Realizar treinamentos de guerra o mais próximo possível da realidade esperada no campo de batalha – os treinamentos devem ser realizados com o maior realismo possível, de forma a permitir aos militares adquirirem maior familiarização com os equipamentos, armamentos e fardamentos com os quais irão operar; adaptar-se às condições estressantes do campo de batalha e fomentar todos os atributos abordados no item anterior.

g) Realizar atividades de preparação física para combates prolongados e intensos – os líderes devem dar atenção especial ao condicionamento físico de seus militares. Uma boa preparação física, adequada ao ambiente onde as unidades irão operar e a missão a ser desempenhada, traz ótimos resultados no enfrentamento dos fatores estressores.

h) Prever, no planejamento, e prover, no período de desdobramento e de combate, as ações de apoio logístico necessárias – propiciar aos seus militares as melhores situações de combate, de saúde, de conforto, de descanso, de higiene, de alimentação e de hidratação é uma das principais preocupações que os líderes devem ter. Para tal, tanto o planejamento quanto a execução do apoio logístico devem ser realizados com o máximo de cuidado e detalhamento, para que não comprometam esses importantes aspectos de suporte para os militares em combate (ESTADOS UNIDOS, 2009).

i) Prover a integração de novos militares nas unidades – embora não seja o ideal, que haja alterações de pessoal nas unidades, durante o combate, em virtude da possibilidade de afetar a coesão, por vezes, o embarque de novos militares torna-se inevitável.

Os líderes devem ter uma atenção especial com a rápida preparação e integração dos novos militares, para que eles não venham a comprometer o desempenho das unidades. Eles devem assegurar que os novatos sejam bem recebidos e acolhidos e devem atribuir aos militares experientes a responsabilidade pela preparação e rápida integração desses novos militares nas unidades.

j) Preparar os militares para uso de armas de destruição em massa (químicas, biológicas, radiológicas e nucleares) pelos inimigos – a única forma de se contrapor a essas fontes de estresse que são as armas de destruição em massa é uma preparação adequada, na qual os militares conheçam perfeitamente os procedi-

mentos e equipamentos de defesa contra esses tipos de armas. Os treinamentos nessa área devem ser os mais repetitivos e realistas possíveis, de forma que os procedimentos sejam bem assimilados pelos militares (ESTADOS UNIDOS, 2009).

k) Combater o uso de substâncias — embora o uso de substâncias, como drogas e álcool, não se constitua em fator estressor para o utilizador, traz consequências sérias para a unidade em que ele serve, comprometendo o desempenho, a coesão, o espírito de corpo, o orgulho e a identidade da unidade, constituindo-se dessa maneira em fonte de estresse para os demais militares da unidade.

l) Treinar seus subordinados para matar — esse aspecto é o mais sensível de todos os abordados até o momento, pois fala de um fator, que causa resistência e repulsa a todas as pessoas enquadradas dentro de um padrão de normalidade.

Alguns fatores se destacam para que essa influência da liderança seja tão forte no momento da decisão do militar matar o inimigo. Os líderes que estabelecem um relacionamento de lealdade e confiança com os seus subordinados, exercem, numa situação de combate em que estão presentes diante deles, uma grande autoridade. O desejo dos subordinados de atenderem aos graus de exigência dos líderes, possuidores de legitimidade conquistada por seus padrões de conduta, faz com que executem as suas ordens, vencendo a relutância natural em matar o seu semelhante (GROSSMAN, 2007).

Além disso, quando os líderes conseguem desenvolver a coesão, o espírito de corpo, a confiança mútua e a identidade de suas unidades, faz com que se desenvolva um imenso sentimento de responsabilidade dos militares em proteger seus amigos e companheiros.

Todos esses fatores, aliados a um forte condicionamento obtido por treinamentos fortes e realistas, são capazes de vencer a resistência do combatente em matar. Porém, os líderes devem manter o controle efetivo de seus subordinados para evitar que todos esses processos ocasionem excessos de toda ordem (GROSSMAN, 2007). Especialmente num momento em que os combates são mostrados com cada vez mais detalhes pela mídia, esses excessos podem ocasionar a perda de legitimidade da guerra junto à opinião pública.

m) Estar atento para as manifestações de reações de estresse negativas — os líderes devem estar alertas para a identificação de sinais de estresse em si e nos outros, para que possam ser aplicadas as técnicas de gerenciamento e encaminhados os casos que se fizerem necessários, para o atendimento pelas equipes especializadas. Não se deve ignorar esses sintomas, pois há uma tendência de agravamento, caso não sejam tratados corretamente. Eles devem incentivar também que os militares das unidades se ajudem mutuamente com as técnicas conhecidas e treinadas (ESTADOS UNIDOS, 2009).

n) Reconhecer os serviços prestados pelos militares mortos ou gravemente feridos — os líderes devem demonstrar o quanto valorizam a vida dos seus militares. Em caso de ferimentos graves, providenciar os melhores atendimentos aos seus militares e manter os seus companheiros de unidades atualizados quanto ao estado saúde deles. Em caso de mortes, divulgar o nome dos militares falecidos aos companheiros das unidades, reconhecer, perante os subordinados, que o luto ou pesar é uma reação normal nessas situações, realçar os serviços que foram prestados à pátria por aque-

les que morreram, deixando patente o respeito por aqueles militares que foram vítimas do combate, e incentivar a todos a continuarem lutando por suas memórias (ESTADOS UNIDOS, 2009).

As características dos combates modernos, em que as unidades operam cada vez mais isoladas com missões mais específicas, faz com que o papel das lideranças nos níveis operacional e tático tenham uma importância direta ainda mais destacada e necessitem de estruturas de apoio o mais ramificadas possíveis.

Porém, não se pode esquecer que para esses níveis de liderança poderem atuar efetivamente junto aos seus liderados precisam contar com o apoio e as estruturas propiciadas pelos níveis político e estratégico. Dessa forma, para que se obtenha uma tropa bem preparada e menos suscetível aos efeitos negativos do estresse em combate, faz-se necessário que todos os níveis de liderança desempenhem corretamente os seus papéis dentro da estrutura de guerra.

Conclusão

O estudo constata que os procedimentos de liderança são capazes de atuar na redução de todas as categorias de fatores estressores, com resultados bastante significativos. Porém, cabe ressaltar que os fatores estressores mais combatidos pelos procedimentos de liderança nos diversos níveis são os que afetam o moral da tropa. Esses fatores são combatidos por meio de ações que fortalecem a confiança dos militares nos treinamentos de preparação individual e coletiva, nos equipamentos, nos seus líderes e companheiros; incentivam as comunicações entre os líderes e os subordinados; desenvolvem a coesão e o espírito de corpo; permitem a rápida integração dos militares novatos e fomentam o apoio da mídia e da opinião pública ao combate. Essas ações elevam o moral individual e das unidades, fazendo com que os militares sintam menos os efeitos negativos dos demais fatores estressores.

Não há, no âmbito do MD brasileiro, uma doutrina de liderança focada na redução dos efeitos negativos do estresse em combate, embora existam manuais doutrinários de liderança das Forças. No entanto, este assunto é amplamente estudado no âmbito do Departamento de Defesa (DoD) norte-americano, em virtude da sua importância para o sucesso das FA em combate. Naquele Departamento, há publicações específicas, que tratam dos procedimentos de liderança nos níveis operacional e tático, como o manual *Combat and operational stress control: manual for leaders and soldiers* (FM 6-22.5), utilizado como referência deste trabalho.

A principal causa para a enorme diferença existente entre os EUA e o Brasil, no que se refere ao estudo e desenvolvimento de doutrina a respeito dos procedimentos de liderança, bem como de estruturas de apoio focadas no enfrentamento do estresse em combate, deve-se ao fato de os EUA terem se envolvido frequentemente em combates, após a II Guerra Mundial, período de maior desenvolvimento desse aspecto da guerra, e o Brasil não ter participado de nenhum combate desde então.

Porém, o fato de o Brasil não se envolver em conflitos armados, desde a II Guerra Mundial, não deve servir como justificativa para que o assunto não seja debatido com a profundidade necessária.

Apesar de o País apresentar uma política externa focada na resolução de conflitos por meio da diplomacia, não deve negligenciar a preparação das suas FA para a guerra. Essa preparação envolve, entre outras ações, o desenvolvimento de uma doutrina voltada para o enfrentamento do estresse em combate, além do estabelecimento de toda uma estrutura de pessoal especializado, destinado à constante pesquisa e ao fomento de uma mentalidade, a respeito do tema, com a mobilização, preparação, condução e desmobilização para a guerra.

O estabelecimento de uma doutrina de liderança, a preparação de pessoal especializado e principalmente o desenvolvimento de uma mentalidade com esse enfoque, não se consegue em pequeno intervalo de tempo, devido à grande complexidade do assunto. Por isso, não se pode esperar a iminência de um conflito para começar a pensar nas providências a serem adotadas. O DoD norte-americano vem aperfeiçoando a sua doutrina e a sua estrutura de apoio há mais de 70 anos e ainda convive com a necessidade de efetuar ajustes constantes.

Dessa forma, há uma necessidade permanente de investimento em pesquisa e formação de pessoal especializado, nesse setor importante da guerra, para acompanhar todas as transformações que vão ocorrendo no mundo, como alterações nas características das

guerras, novas descobertas em relação à mente humana e alterações comportamentais das novas gerações, entre outras, de forma a manter lideranças bem preparadas e procedimentos bem atualizados, reduzindo ao máximo os efeitos negativos do estresse em combate sobre os combatentes.

Considera-se que há um caminho bastante longo a ser percorrido pelas lideranças brasileiras nos níveis político, estratégico, operacional e tático para que se estabeleça não apenas uma doutrina, focada no enfrentamento do estresse em combate, mas que seja desenvolvida uma mentalidade, que atribua a importância devida a esse aspecto fundamental da guerra. No entanto, espera-se conseguir chamar a atenção para a relevância de trazer esse importante viés do tema liderança para discussão no nível estratégico, que possui um papel capital para que se tomem ações efetivas nesse sentido. Se as lideranças do nível estratégico compreenderem a importância do tema serão capazes de assessorar corretamente as lideranças políticas, para os procedimentos que devem ser adotados em situações de guerra, de executar os procedimentos de liderança previstos para o nível estratégico, bem como de fazer com que se desenvolva uma mentalidade, que se traduzirá em doutrina e estrutura nas três Forças, obedecendo às peculiaridades de cada uma.

Referências

COHEN, A. Eliot. **Comando Supremo**: soldados, estadistas e liderança em tempo de guerra. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004. 292 p. Título original: Supreme Comand.

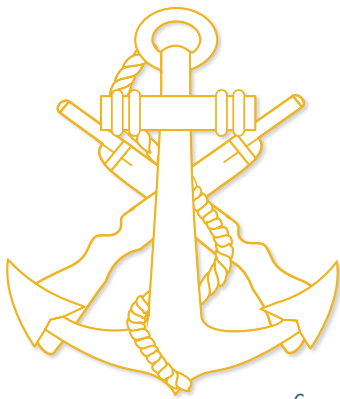
ESTADOS UNIDOS. Joint Chiefs of Staff. **The National Military Strategy of the United States of América**. Washington, DC, 2015.

ESTADOS UNIDOS. Headquarters Department of the Army. **FM 6-22.5**: Combat and operational Stress Control Manual for Leaders and Soldiers. Washington., 2009. Disponível em: <armypubs.army.mil/doctrine/dr_pubs/dr_a/pdf/fm6_22x5.pdf> acesso em: 16 mar. 2015.

GROSSMAN, Dave. **Matar!**: Um estudo sobre o ato de matar. Tradução de Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. 424 p. Título original: On killing: the psychological cost of learning to kill in war end society.

KENNEDY, Carie H.; ZILLMER, Eric A. **Psicologia militar**: aplicações clínicas e operacionais. Tradução de Geraldo Alves Portilho Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. 472 p. Título original: Military psychology: clinical and operational applications.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Theresa L. **Tempestade do Deserto**: operações da Guerra do Golfo. Tradução de Luis Cesar Fonseca. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. 408 p. Título original: The Whirlwind War.



CF (FN) **Fabiano** da Silva Coutinho
fabianoscoutinho@yahoo.com.br

Veículos Aéreos Não-Tripulados



O CF FN Fabiano da Silva Coutinho é atualmente o Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais de Natal. É oriundo de Escola Naval. Concluiu o Curso Especial de Comandos Anfíbios (CEsComAnf) no Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais (BtlOpEspFuzNav) e o Curso de Comando e Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS) na Escola de Guerra Naval. Serviu no Comando do Terceiro Distrito Naval onde exerceu a função de Oficial de Inteligência, no Ministério da Defesa onde exercia a função de Coordenador de Segurança e na MINUSTAH, onde foi o Subchefe de Inteligência do Componente Militar. Possui também, o Curso Avançado de Inteligência para Oficiais da Escola de Inteligência Militar do Exército (EsIMEx) e é especialista em Gestão da Segurança Pública e Privada pela Universidade do Distrito Federal.

Introdução

A Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) foi criada, com a aprovação unânime, pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU), por meio da Resolução nº 1.542, de 30 de abril de 2004. A MINUSTAH, estabelecida em 1º de junho de 2004, possui atualmente como missão a manutenção de um ambiente seguro e estável, a garantia do respeito aos direitos humanos e o apoio ao processo político no Haiti. Entretanto, cabe ressaltar que, durante esses dez anos de operação, a Missão vem alterando as suas prioridades, bem como a postura adotada pela tropa.

Atualmente, em virtude da imposição estabelecida pela Resolução do Conselho de Segurança (RCS) nº 2.180, de 14 de outubro de 2014, que determina a redução do Componente Militar (MC, da sigla em inglês) a partir de 1º de julho de 2015, tal medida será implementada através da aplicação do Conceito de Operações (CONOPS), no formato de dois *Hubs* — um em Porto Príncipe, no Departamento Oeste, e outro em Cap-Haïtien, no Departamento Norte¹ — por meio do emprego do MC a partir do conceito de Força de Reação Rápida (*Quick Reaction Forces* — QRF) sempre que necessário. Desta forma, avultam de importância a precisão, a atualização e o detalhamento das informações, principalmente, sobre a situação, o terreno e as forças antagonicas antes de cada desdobramento da tropa.

Situação Geral da Segurança do Haiti

A situação geral da segurança no Haiti é administrável com os atuais níveis de Força. Entretanto, vale destacar que a situação permanece frágil e volátil, podendo deteriorar-se rapidamente com pouco ou nenhum aviso prévio. Nos últimos meses, pôde-se constatar o aumento da violência contra o pessoal da MINUSTAH, inclusive

¹Employment of drones in MINUSTAH, CDR Norberto Sorrentino (U5 Branch).

contra a tropa desdobrada no terreno. Para contextualizar a atual situação, outros fatores devem ser levados em consideração:

- A situação socioeconômica, política e de infraestrutura está melhorando lentamente; todavia, todos os sistemas continuam extremamente frágeis;
- O Haiti continua a ser um ponto de trânsito de drogas e contrabando através de suas porosas fronteiras. A imigração ilegal aliada a outros problemas possui potencial para causar instabilidade na zona da fronteira; e
- O Governo do Haiti não está preparado para gerir um desastre natural catastrófico por conta própria. Devido às suas grandes áreas costeiras, o país é vulnerável a furacões e está em uma região que é propensa a terremotos. Para se preparar, mitigar e responder a essas emergências, o país continua a necessitar de apoio da MINUSTAH e das agências internacionais de ajuda humanitária estabelecidas em seu território.

A Tendência

Pode-se prever as seguintes tendências:

- As questões socioeconômicas e políticas continuarão a ser motivo para as manifestações;
- O período eleitoral fornecerá razões para diversos grupos políticos da oposição planejarem e executarem manifestações;
- Os atores políticos aproveitarão a oportunidade causada pela incerteza no ambiente político para enfraquecer o ambiente de segurança, aumentando em números e grau de violência as manifestações;
- O aumento das atividades das gangues em virtude desse ambiente político incerto;

- A população em geral estará menos reticente em atacar o pessoal da MINUSTAH, inclusive os militares. A redução e a diminuição da visibilidade da tropa incitará o aumento de tal atitude ;
- A diminuição da quantidade e da qualidade da coleta de dados e da produção de Conhecimentos de Inteligência;
- A menor capacidade de consciência situacional; e
- O crescimento da sensação de insegurança e instabilidade.

Os Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT)

Com a provável diminuição da coleta de dados executada pela tropa no terreno, em virtude do menor efetivo desdobrado, aliada à redução das atividades como CIMIC e outras de caráter humanitário, que, atualmente, proporcionavam ótimas oportunidades para esta coleta, outro meio deverá ser implementado para suprir essa necessidade.

Sendo assim, essa redução da quantidade de dados coletados e Conhecimentos produzidos poderá ser mitigada por intermédio da utilização de VANT².

Figura 1: Um técnico verifica um VANT operado pelas Nações Unidas em Goma, cidade da República Democrática do Congo, dezembro de 2013.



Fonte: Reuters / Kenny Katombe

Os VANT, também denominados *drones*, são cada vez mais considerados como um componente-chave da segurança nacional e da estratégia militar em vários países. Nos últimos anos, os VANT têm ganhado mais popularidade para sua utilização em diferentes campos da atividades humana, bem como para atingir uma grande variedade de propósitos, tornando-se uma alternativa séria para a aviação tripulada em determinados tipos de missões.

Figura 2: Drone utilizado pelo BRABAT em Porto Príncipe, Haiti



Fonte: BRABAT's PIO

²Neste artigo serão denominados exclusivamente de VANT: *Unmanned Aerial Vehicles* ou Veículos Aéreos Não-Tripulados (UAV/VANT), *Unmanned Aerial Systems* ou Sistemas Aéreos Não-Tripulados (UAS) ou, por fim, *Remotely Piloted Aircraft Systems* ou Aeronaves remotamente pilotadas (RPAS/ARP).

A sua aplicação no campo militar e civil tem demonstrado grandes vantagens sobre plataformas tripuladas em algumas áreas de ação, como, por exemplo, em missões em que é necessário que a aeronave permaneça no ar por longos períodos de tempo ou que a vida dos pilotos possa sofrer riscos desnecessários em função da exposição a ambientes hostis devido à contaminação química, bacteriológica ou nuclear. Nesse contexto, o VANT apresenta benefícios significativos por, simplesmente, quase eliminar o fator humano. Atualmente, devido às suas características, na atividade militar, a aplicação mais comum do VANT é apoiar missões de comando e controle, comunicações, inteligência, vigilância e reconhecimento. Entretanto, em diversos países, inclusive no Brasil, eles também estão sendo utilizados como ferramenta por várias instituições estatais, na luta contra as atividades ilegais, como o tráfico de drogas, armas e seres humanos e contrabando, assim como em missões humanitárias.

O VANT, devido às suas características como autonomia, flexibilidade e versatilidade, pode ser utilizados como mais um meio para obter ou confirmar dados e Conhecimentos em tempo real, necessários para que uma Força possa, em melhores condições, reagir rápida e decisivamente em situações que apresentam potencial para causar insegurança e instabilidade, tais como manifestações, guerra de gangues e os diversos tipos de tráfico, em ambientes complexos, como favelas, locais densamente povoados, fronteiras e outras áreas de difícil acesso como montanhas ou florestas.

Independentemente de questões éticas, morais, legais ou de outras que possam ser levantadas e elencadas, é inevitável constatar que, dia após dia, os VANT estão tendo sua utilização ampliada nas aplicações militares ao mesmo passo que demonstram grande potencial de utilização em atividades civis.

O VANT e as Missões de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas

Em 13 de janeiro de 2013, o CSNU³ autorizou o uso de VANT, não armados, na Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (MONUSCO). O objetivo principal do uso do VANT nesta Missão é fornecer vigilância e coletar dados e Conhecimentos para apoiar as Forças de Paz no cumprimento mais eficiente dos seus mandatos e proteger os civis no país.

Para alcançar este objetivo geral, a MONUSCO utiliza os VANT em quatro tarefas básicas⁴:

- Ampliar a consciência situacional dos tomadores de decisão no terreno e, conseqüentemente, a capacidade de proteger os civis e as tropas de manutenção da paz;
- Monitorar grupos armados e o tráfico de armas;
- Avaliar os movimentos de refugiados deslocados, a fim de melhor atender às suas necessidades; e
- Avaliar os desafios ambientais, incluindo os danos causados por desastres naturais.

³Resolution 2180 (NAÇÕES UNIDAS, 2014f).

⁴UN's Use of Unmanned Aerial Vehicles in the Democratic Republic of the Congo: U.S. Support and Potential Foreign Policy Advantages (2013).

Na MONUSCO, as informações fornecidas pelos VANT têm reforçado as operações em curso e tem melhorado a seleção dos alvos, resultando na redução das baixas, economizando tempo e recursos⁵.

○ Caso MINUSTAH

Devido à redução do efetivo da tropa e à mudança da postura, bem como das tarefas que serão atribuídas ao MC, o emprego do VANT poderá complementar as ações de coleta realizadas pelas tropas no terreno e mitigar o *déficit* de dados coletados causados pela diminuição do efetivo e do número de atividades realizadas no país. Da mesma forma, o VANT, em função da sua ampla gama de emprego, poderá ser utilizado para o planejamento e a execução de operações, atividades de Comando e Controle e para a avaliação pós-missão, minimizando os riscos de confrontos, os danos colaterais e as baixas nas tropas.

Figura 3: A visão de um VANT



Fonte: BRABAT G3

Assim, em novembro de 2014, o *Force Commander* determinou a elaboração de um trabalho de Estado-Maior para avaliar o emprego do VANT na MINUSTAH, trabalho este que foi enviado para apreciação do *Department for Peacekeeping Operations* (DPKO) em Nova Iorque.

Como fruto desse trabalho realizado no Comando da Missão, podemos listar algumas possibilidades e limitações para a implementação desses dispositivos no Haiti.

Possibilidades⁶

- Aumentar e melhorar a Consciência Situacional no terreno para todos os componentes da Missão (Componente Civil, Componente Policial e Componente Militar), com o consequente aumento da capacidade de proteção de civis e das tropas de Manutenção da Paz;
- Possibilidade de emprego dual, como em missões humanitárias, resgate e salvamento, mapeamento entre outros;

⁵Statement of SRSRG Martin KOBLER to the SC – 14 March 2014 (NAÇÕES UNIDAS, 2014e).

⁶Employment of drones in MINUSTAH, CDR Fabiano S COUTINHO (U2 Branch).

- Fornecer alerta antecipado, antes e durante as operações, evitando surpresas e aumentando o poder de combate das Forças de Paz. As imagens em tempo real proporcionadas pelos VANT podem ajudar a melhorar o Sistema de alerta antecipado da MINUSTAH, sem a necessidade do emprego do helicóptero, e fornecer dados e Conhecimento oportunos e precisos sobre a situação às Forças de Paz no terreno;
- Aumentar a capacidade das Forças desdobradas no terreno de detectar e monitorar ameaças em suas áreas de responsabilidades;
- Retransmitir as imagens capturadas pelos VANT para uma sala de comando e controle, que, por sua vez, pode armazenar os dados, fornecendo análises em tempo real e identificação das tendências ao longo do tempo;
- Vigiar áreas de alto risco em apoio à proteção das populações civis;
- Vigiar instalações da ONU e áreas potencialmente perigosas, onde o pessoal da ONU é desdobrado com a finalidade de evitar o roubo, sabotagem e outros perigos, proporcionando economia de meios e pessoal; Aumentar o controle e o monitoramento das fronteiras;
- Localizar e monitorar gangues e grupos armados sem quebrar o sigilo;
- Apoiar as atividades CIMIC e de logística, monitorando a distribuição de suplementos, tais como água, tendas ou alimentos;
- Apoiar a atividade de mapeamento, que permitirá o estabelecimento de uma melhor cadeia logística, consciência situacional dos desastres naturais, avaliação de danos, redução do risco de desastres ou atividades de alerta antecipado, como o monitoramento de inundações, etc; e
- Causar efeito dissuasor nas atividades de gangues e grupos armados em virtude da capacidade da MINUSTAH para observar e monitorar seus movimentos.

Figura 4: VANT operado pelas Nações Unidas em Goma, cidade da República Democrática do Congo, dezembro de 2013



Fonte: Reuters / Kenny Katombe

Limitações⁷

- Questões Jurídicas

Uma grande limitação ao uso de VANT em todo mundo é a falta de leis e regulamentos. Muitos países ainda não possuem arcabouço jurídico e legal que normatize o uso desses equipamentos, o que significa que o uso de VANT provavelmente terá de ser negociado com as autoridades locais e nacionais. Além de questões técnicas que precisam ser cuidadosamente coordenadas com o país anfitrião, como a atribuição de frequências de rádio ou de gestão do espaço aéreo, o uso de VANT requer uma gestão política cuidadosa quanto ao seu potencial de intromissão e compartilhamento de informações. O uso de VANT deve ser formalizado no Acordo de Status da Missão / Acordo de Estabelecimento da Força (SOMA / SOFA) ou por meio de outros acordos bilaterais⁸.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração para a utilização de VANT em Missões de Paz, em particular citaremos o caso da MONUSCO, relaciona-se à lei, pois lá os VANT são empregados por uma empresa prestadora de serviço. Logo, a primeira questão jurídica é: É legal que pessoal civil não orgânico da Missão opere um drone em operações de manutenção da paz?

- Privacidade e proteção de dados

O emprego do VANT em apoio às atividades das diversas agências humanitárias e civis da ONU lhe conferem um caráter dual. Entretanto, esse uso dual deve ser baseado em uma política sólida, realista e transparente de privacidade e proteção de dados, bem como em um sólido arcabouço jurídico.

As informações sensíveis devem ser classificadas como confidenciais, para a utilização, armazenamento, distribuição, arquivamento e descarte adequado. As informações sensíveis deverão ser armazenadas em conformidade com os procedimentos operacionais em vigor em bancos de dados protegidos, e a MINUSTAH deve estabelecer procedimentos para definir quem serão os usuários autorizados⁹.

A principal unidade dedicada à análise das informações coletadas em Operações de paz (PKO) é o Centro Conjunto de Análise de Missão (JMAC), que apoia principalmente o Chefe da missão e, secundariamente, outras entidades da Missão e que deve participar ativamente no estabelecimento da política de segurança dos dados e do Conhecimento produzido^{10,11}.

- Outras questões a considerar¹²
 - Treinamento;
 - Manutenção; e

- Outro aspecto relevante e que merece ser destacado é a gestão do espaço aéreo no contexto interno da Missão, pois, como esta tarefa cabe à Seção de Aviação, a coordenação para ambos os meios aéreos (tripulados ou controlados a distância) e algumas questões como altitude de voo, rotas de aproximação para pouso e decolagem, entre outras deverão ser pacificadas e minuciosamente estabelecidas, a fim de evitar sérios problemas, inclusive a perda de vidas¹³.

○ Uso do VANT no BRABAT

O Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT), cumprindo diretiva emanada pelo Comando de Operações Terrestres (COTER), vem empregando um tipo comercial de VANT como parte de um projeto experimental de doutrina do Ministério da Defesa.

Em julho de 2014, o assassinato de um importante líder de quadrilha, cuja base de operações se localizava na região metropolitana de Porto Príncipe, causou certa instabilidade que poderia afetar a manutenção de um ambiente seguro e estável. Por esta razão, foi decidido que o MC realizaria uma operação conjunta na região. Nesta oportunidade, o BRABAT utilizou operacionalmente o seu VANT a fim de, no nível tático, ampliar a consciência operacional do comandante, favorecendo a tomada de decisão e servindo como ferramenta de comando e controle e alerta antecipado. Após isso, outras oportunidades de utilização se apresentaram como nas operações de cadastramento de deslocados em apoio a IOM (*International Organization for Migration*), mostrando assim a grande versatilidade e flexibilidade desse equipamento.

Conclusão

Em um futuro próximo, após a redução do efetivo e a diminuição das tropas nas ruas, a coleta de dados e a produção de Conhecimento pelo Componente Militar serão bastante diminuídas, o que vai dificultar o trabalho de avaliação da situação e a provisão de um alerta antecipado, realizada pelo Sistema de Inteligência da missão. Nesse contexto, a utilização de um dispositivo versátil que fornece respostas rápidas é a chave do sucesso. A resposta rápida é crucial para garantir a eficácia do sistema, e a versatilidade assegura que o sistema possa ser utilizado para a realização de uma grande variedade de tarefas como normalmente ocorre em uma missão de Manutenção da Paz.

Os VANT podem fornecer às Forças de manutenção da paz informações em tempo real sobre a situação, as quais poderão ser usadas para a tomada de decisão do comandante da cena de ação a fim de cumprir as tarefas do mandato, principalmente quando estiver sendo empregado na situação de QRF. O uso desses veículos aéreos Não-Tripulados possibilitará também a liberação de outros meios, como helicópteros, para que sejam usados para respostas rápidas em outros níveis, operacional ou estratégico.

⁷Employment of drones in MINUSTAH, CDR Fabiano S COUTINHO (U2 Branch).

⁸UN Policy on Monitoring and Surveillance Technology (NAÇÕES UNIDAS, 2014c).

⁹UN Policy on Monitoring and Surveillance Technology (NAÇÕES UNIDAS, 2014c).

¹⁰Standards Operating Procedure (SOP) on Monitoring and Surveillance Technology (NAÇÕES UNIDAS, 2014c).

¹¹UN Policy on Monitoring and Surveillance Technology (NAÇÕES UNIDAS, 2014c).

¹²UN Policy on Monitoring and Surveillance Technology (NAÇÕES UNIDAS, 2014c).

¹³Employment of drones in MINUSTAH, CDR Norberto Sorrentino (U5 Branch).

Como se pode verificar, o emprego dessas ferramentas melhorará a capacidade de vigilância e aumentará substancialmente a prevenção e a velocidade da resposta, o que aumentará a visibilidade e diminuirá o tempo de reação das tropas desdobradas no terreno, contribuindo assim para criar as condições para o estabelecimento da paz. Todavia, algumas recomendações são ne-

cessárias: os VANT devem ser operados por elementos orgânicos das Forças de manutenção da paz das Nações Unidas; o seu uso deve ser coordenado e autorizado pelo Governo do Haiti; o seu uso dual deve ser assegurado e estimulado; e seu funcionamento ininterrupto deve ser assegurado por intermédio de uma cadeia logística robusta e flexível.

Referências

APUJLI, Kasaija Phillip. **The Use of Unmanned Aerial Vehicles (Drones) in the UN Peacekeeping: The case of the Democratic Republic of Congo.** 13 jun 2014. Disponível em: <<https://www.asil.org/insights/volume/18/issue/13/use-unmanned-aerial-vehicles-drones-united-nations-peacekeeping-case>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

The UN's Use of Unmanned Aerial Vehicles in the Democratic Republic of Congo: U.S. Support and Potential Foreign Policy Advantages. mai 2013. Disponível em: <<https://betterworldcampaign.org/assets/pdf/bwc-white-paper-the-uns-use-of-uavs-in-th-drc-may-2>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **The Universal Declaration of Human Rights.** 1948. Disponível em: <<https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations. **Civil-Military Coordination in UN Integrated Peacekeeping Missions (UN-CIMIC).** 2014a. Disponível em: <<https://dag.un.org/handle/11176/89511>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

MINUSTAH Rules of Engagements. 12 fev 2015. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/StanyLucas/minustah-rules-of-engagement>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Department of Peacekeeping Operations, Department of Field Support. **Authority, Command and Control in UN Peacekeeping Operations.** 2014b. Disponível em: <<https://dag.un.org/handle/11176/387420>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

STANDARDS Operating Procedure (SOP): Monitoring and Surveillance Technology. 2014c. Disponível em: <<https://dag.un.org/bitstream/handle/11176/89518/2010.35SOPMonitoringSurveillanceTech.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. GOVERNO DO HAITI. **Agreement Between the United Nations and the Government of Haiti Concerning the Status of the United Nations Operation in Haiti.** 09 jul 2004. Disponível em: <<https://www.ijdh.org/2004/07/archive/agreement-between-the-united-nations-and-the-government-of-haiti-concerning-the-status-of-the-united-nations-operation-in-haiti/>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). **OCHA Policy and Studies series – Unmanned Aerial Vehicles in Humanitarian Response.** jun 2014d. Disponível em: <<https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/Unmanned%20Aerial%20Vehicles%20in%20Humanitarian%20Response%20OCHA%20July%202014.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. **The situation concerning the Democratic Republic of the Congo,** Statement of SRS Martin KOBLER to the SC – 14 March 2014, S/ P V.713 7. 14 mar 2014e. Disponível em: <https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.7137>. Acesso em: 04 jul. 2017.

_____. **Resolution 2098 (2013)** (UNSCR 2098) – S/RES/2098. 28 mar 2013. Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098\(2013\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2098(2013))>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Resolution 2180 (2014)** (UNSCR 2180) – S/RES/2180. 14 out 2014f. Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180\(2014\)](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/2180(2014))>. Acesso em: 08 jul. 2017.

_____. **Security Council Report – June 2014 Monthly Forecast.** Jun 2014g. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/2017_07_forecast.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.



CC (FN) Renato Heil França
renatohfranca@yahoo.com

Incursoão Anfíbia x Operação de Evacuação de Não-Combatentes: diferenças e similaridades



O CC (FN) Renato Heil FRANÇA serve atualmente na CiaPolBtlNav, como Comandante, é oriundo da Escola Naval, cursou o Curso de Estado Maior para Oficiais Intermediários (CEMOI) em 2011 e o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) em 2008, já tendo servido no 2º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais como Comandante de Pelotão e de Companhia, no Comando da Tropa de Desembarque como Oficial de Inteligência e de Operações, e no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como instrutor do CAOCFN, e, também, cursado na Expeditionary Warfare School, EUA, em 2009/2010.

Após a Projeção Anfíbia ter sido incluída na Doutrina Básica da Marinha (DBM), em sua última revisão, como a quinta modalidade das Operações Anfíbias (OpAnf), cabe uma reflexão quanto à relação entre a Incursoão Anfíbia (IncAnf) e a Operação de Evacuação de Não-Combatentes (OpENC). O simples fato de ambas preverem a retirada planejada já evidencia uma semelhança importante. Neste artigo, serão analisadas outras similaridades entre estas duas operações, tal como suas diferenças, de forma a se concluir sobre os aspectos legais e doutrinários que envolvem tal discussão.

Conceituação

Inicialmente, há a necessidade de se entender para qual finalidade cada uma das operações em questão é aplicável. Sendo assim, pode-se dizer que o conflito, de uma forma geral, é caracterizado pelo choque de vontades entre partes, devido às diferenças de interesses, na busca de uma solução ou de um compromisso. Ele pode evoluir desde o estado de paz, passando pelo estado de crise, até o limite extremo desse espectro, como ocorre nos estados de conflito armado ou de guerra. No decorrer dessa escalada, as negociações, antes espontâneas, passam a ser forçadas e, em seguida, dão lugar ao emprego efetivo da força. Ao passo que a guerra acontece entre Estados e de forma declarada, os conflitos armados são conduzidos por grupos politicamente organizados, que, por meio da violência armada, tentam solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem.

As expressões guerra e conflito armado diferenciam-se na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a certos requisitos. Entre eles figuram o estabelecimento da neutralidade de países e a necessidade de declaração formal de guerra. Uma vez que as guerras atuais têm ocorrido sem atender a

esses requisitos, a expressão guerra vê-se limitada em seu emprego. (BRASIL, 2014).

Figura 1: Operação Felino



Fonte: ComFFE

Diante desse novo enfoque, a projeção de tropa anfíbia em terra é o que caracteriza a Operação Anfíbia, não importando o grau de hostilidade do ambiente nem o tipo de missão a ser cumprida. Os atuais complexos espaços de batalha marítimos, e mais ainda os do futuro, demandam o emprego do Conjugado Anfíbio para ampliar as possibilidades tradicionais das OpAnf, passando a introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios em apoio a operações de diversos tipos, através da Projeção Anfíbia. Estando enquadradas como atividades de emprego limitado da força, as OpENC também se utilizam desta nova modalidade de OpAnf, tal como algumas operações de guerra naval, de prevenção de conflitos e de resposta a desastres ambientais o fazem. Enquanto isso, a IncAnf continua a compreender uma rápida penetração ou a ocupação temporária de um objetivo em terra, seguida de uma retirada planejada, sendo caracterizada por esta última (MONTEIRO, 2010; BRASIL, 2014).

Diferenças apontadas

A diferença fundamental entre as duas operações em questão reside na situação em curso quando da ativação da mesma, que proporciona “base legal” específica. A OpENC realizada por ocasião de uma crise interna em algum país deverá ser precedida de entendimento com o país hospedeiro ou, em último caso, de uma resolução de algum organismo regional ou da própria Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, a evacuação está enquadrada por uma Projeção Anfíbia, que proporciona o desembarque da Força e sua posterior retirada, além de todo o apoio necessário. Ou seja, pode-se dizer que, nestes casos, a OpENC acontece por intermédio da OpAnf mencionada. Até mesmo quando o ambiente é incerto ou hostil, no qual a tropa terá de forçar sua entrada, ainda se considera que a ENC é apoiada pela Projeção Anfíbia, pelo simples fato de não haver os requisitos para que ela seja enquadrada em uma guerra entre Estados. Nesta outra opção, a OpAnf indicada seria a Incursão, que prevê o uso da força em larga escala, para fazer frente a uma situação muito mais complexa, em que o enfrentamento estará ocorrendo entre Estados, mesmo que de forma não declarada (BRASIL, 2008a).

É possível notar, pela análise dos propósitos de ambas as operações, que a IncAnf engloba vários efeitos, tais como: a destruição ou neutralização de forças inimigas em suas bases ou de objetivos importantes; a obtenção de informações; as ações de desmistamento; a captura, o resgate e, até mesmo, a evacuação de pessoal e material de interesse; e o apoio a operações em terra.

Já a OpENC visa exclusivamente à evacuação de cidadãos brasileiros e de outras nacionalidades indicadas pelo Governo, impossibilitados de prover sua autodefesa em região de risco (BRASIL, 2008b).

A necessidade de realização da evacuação pode decorrer tanto de causas naturais, tais como catástrofes, quanto políticas ou militares. O componente diplomático sempre estará presente, solicitando, amparando e, até mesmo, sendo a autoridade decisória dos rumos da operação. Já em uma situação bélica, a opção diplomática já se esgotou e procura-se impor militarmente uma nova condição favorável à diplomacia. Para tal caso, será necessária a Incursão Anfíbia isolada ou em apoio à operação principal. No primeiro caso, a aplicação de força não deve se constituir no principal meio para se atingir o objetivo, devendo o pessoal estar apto para, caso a situação exija, agir em legítima

defesa própria ou de terceiros e na intensidade apenas necessária. Enquanto isso, a OpAnf convencional em questão levará a cabo suas tarefas, aplicando todo o espectro da força disponível, respeitando, obviamente, o Direito Internacional dos Conflitos Armados (BRASIL, 2008a).

Figura 2: Evacuação de Civis



Fonte: <https://www.meretmarine.com/objets/500/3921.jpg>

Figura 3: Evacuação por aeronave



Fonte: <https://i2.wp.com/gabonreview.com/wp-content/uploads/operation-d- evacuation.jpg?resize=640%2C417>

Além do fator preponderante ser o político, ao invés do militar, como em uma Incursão ou Operação de Resgate, as OpENC não necessariamente são realizadas com curta duração, podendo durar semanas ou meses. Da mesma maneira, elas não envolvem, normalmente, situações em que nacionais estejam sob controle da força adversa, quando aquelas operações são recomendadas (BRASIL, 2014).

Em relação ao tipo da operação, pode-se enunciar outra diferença, que é o fato das IncAnf poderem empregar tropa de natureza de Operações Especiais (OpEsp), de Infantaria ou uma combinação das duas. No caso das ENC, mesmo variando o tipo de ambiente entre permissivo, incerto e hostil, a tropa que nucleia o Componente de Combate Terrestre (CCT) geralmente é a de Infantaria. (JÚNIOR, 2013; BRASIL, 2013).

Principais aspectos em comum

Excluídas as diferenças legais dos propósitos e as filosóficas já mencionadas, pode-se considerar que a OpENC, executada pela Força Naval de maneira singular, emprega doutrina similar às das OpAnf clássicas, com as devidas adaptações. Isso prova a adequação do enquadramento na quinta modalidade, a Projeção Anfíbia. Entre os conceitos “emprestados” estão a organização e a nomenclatura das Forças, a sequência de planejamento e execução da operação e os meios envolvidos, além de várias decisões fundamentais. O quadro a seguir demonstra as principais semelhanças, com as adaptações já consagradas, em maior ou menor grau (BRASIL, 2008a; LEITE, 2009).

Quadro 1 - Incursão Anfíbia x Operação de Evacuação de Não-Combatentes

Conceito / Operação	IncAnf	OpENC (Projeção Anfíbia)
Meios envolvidos	Conjugado Anfíbio + FAB	Conjugado Anfíbio + FAB + meios contratados
GptOpFuzNav	ForInc	ForDbq
Obtenção de dados	GptFuncReconSeg	DstPrec (do GpAvç)
Garantia da segurança	GptFuncCob	GpCob
Cumprimento da tarefa	GptFuncAss	GpEsc (parte da tarefa)
Reação	GptFuncRes	GpRes
Retirada planejada	Incluída no Conceito da Operação	Incluída no Plano de Evacuação

Fonte: BRASIL (2008a), LEITE (2009)

Conclusão

No século XXI, a disputa pelo controle de áreas marítimas, aliada à necessidade de se manter a estabilidade em importantes regiões costeiras, devido às ações de pirataria e ao terrorismo, será uma forte tendência. Entre as atuais prioridades da política externa brasileira, com as quais a Marinha do Brasil e o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) procuram se alinhar, destacam-se o Atlântico Sul e o Caribe,

seus contornos, ilhas e litorais. Tal região, em desenvolvimento, apresenta diversos problemas sociais e de segurança e, ainda, considerando que a participação brasileira nela tem aumentado significativamente, é natural concluir que no futuro próximo haverá a necessidade de intervenções pontuais para salvaguardar nossos interesses.

Assim, é provável a necessidade de projeção de poder sobre território de outro Estado que esteja conturbado, com aquiescência do governo, ou com a finalidade de realizar ajuda humanitária. Para tanto, uma das mais importantes operações será a de Evacuação de Não-Combatentes, assegurada pela característica expedicionária da Força a realizar a Projeção Anfíbia. Já a Incursão Anfíbia, embora tenha uma probabilidade de emprego menor, haja vista as características não intervencionistas de nosso país, também não deve ser desprezada.

Conforme descrito ao longo deste artigo, o uso do Conjugado Anfíbio tanto para as OpENC, nas Projeções Anfíbias, quanto para as IncAnf, apresenta divergências que devem ser respeitadas de modo que cada uma delas seja executada de maneira apropriada. Tais conceitos resguardam as características intrínsecas com que cada operação deve ser planejada e implementada, não devendo ser confundidos.

Ao mesmo tempo, percebe-se que as IncAnf e as OpENC apresentam, em termos táticos, certas similaridades. Tal fato pode e deve ser aproveitado como facilitador do adestramento, da conscientização do pessoal e da preparação dos meios. Dessa forma, otimizando tempo e recursos, o CFN poderá estar sempre pronto para cumprir as missões em todo o espectro de atuação abordado.

Referências

BRASIL. Marinha. Estado Maior da Armada. **EMA 305**: Doutrina Básica da Marinha. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Marinha. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-1-11**: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008a.

BRASIL. Marinha. Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 1-1**: Manual de Operações Anfíbias dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais. Rio de Janeiro, 2008b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD33-M-08**: Manual de Operações de Evacuação de Não-Combatentes. Brasília, 2013.

LEITE, Odimar G. **O Papel do CFN como Força de Flexibilidade Estratégica**: uma proposta para a projeção do Soft Power brasileiro na África Atlântica. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2009.

MONTEIRO, Alvaro Augusto Dias. A próxima singradura. **O Anfíbio**, Rio de Janeiro, 2010. Edição extra.

SILVA JÚNIOR, Leonel M. **Incursão Anfíbia com emprego de unidades de infantaria**: uma opção ainda válida? .Rio de Janeiro, 2013.

VELLOSO, Ludovico A. C. Os desafios da política externa brasileira e a contribuição estratégica da capacidade de projeção anfíbia. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano VII, n. 37, 2008.



CT (FN) Marco Antonio **Nepomuceno** da Costa Filho
mancfl@yahoo.com.br

Reconhecimento Blindado: um ensaio para o CFN do futuro



CT (FN) Marco Antonio **Nepomuceno** da Costa Filho serve atualmente no Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo, como Encarregado da Escola de Blindados. Oriundo de Escola Naval, cursou o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN) e o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários (C-EMOI), já tendo servido no Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais, em diversas funções, e no 9º Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais - Haiti, como Comandante de Pelotão de Infantaria. É também cursado no *Maneuver Captains Career Course (US Army)*.

Introdução

Nos últimos anos, o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) tem intensificado o estudo da utilização de frações voltadas para a realização de atividades atinentes ao reconhecimento empregando blindados. A chegada das Viaturas Blindadas Especiais Sobre Rodas 8x8 PIRANHA IIC ao Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais aguçou uma antiga discussão sobre a possibilidade de se contar com elementos blindados vocacionados para a tarefa de reconhecimento em apoio aos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Desde a participação em alguns exercícios da FFE de um Pelotão de Reconhecimento Blindado (PelReconBld), passando pela utilização dos Destacamentos de Segurança e Reconhecimento (DSR) nos jogos de guerra no CIASC, até a realização de “Momentos Doutrinários” abordando o emprego dos DSR, o tema tem sido foco de interesse para o CFN que se vislumbra para o futuro próximo.

O Reconhecimento Blindado é realizado por forças de outros países desde a primeira metade do século passado. Porém, da mesma forma que alguns países possuem doutrina desenvolvida no tema, há ainda várias incertezas, como, por exemplo, o modelo ideal de viatura blindada para esta atividade. Conforme exposto no artigo “Reconhecimento Blindado: uma visão da doutrina americana” da edição nº44 da revista *Âncoras e Fuzis* (2013), o assunto possui muitas perguntas sem respostas. Contudo, não há dúvidas quanto à utilidade deste tipo de fração como multiplicadora da capacidade de uma força no terreno, que obtém Elementos Essenciais de Inteligência mais rapidamente e impede ou dificulta que o inimigo logre tais informações, permitindo que o ciclo OODA das nossas forças ocorra de maneira mais célere que o das forças adversas, favorecendo a guerra de manobra.

Este artigo tem por objetivo trazer à pauta esse tema pouco explorado, confrontando nossa doutrina com a do Exército Brasileiro e de forças de outros países, de modo a aproveitar alguns conhecimentos já desenvolvidos em prol da atividade fim.

O Pelotão de Reconhecimento Blindado em teste no CFN

Era o ano de 2009. Passados dois anos da chegada das primeiras unidades das VtrBldEspSR 8x8 PIRANHA IIC ao CFN, a experiência inicial do emprego destes novos meios em apoio ao GptOpFuzNav HAITI já havia provado o quanto blindados modernos ampliam a capacidade de nossas forças quando incumbidas de realizar operações em ambiente urbano. A exitosa prova de fogo dos novos veículos nas manifestações de 08 de abril de 2008, em Porto Príncipe, corroborou a certeza de que as suas características, além de contribuir significativamente para a dissuasão, atendiam plenamente os requisitos impostos pelo caso específico ali vivido, o que, em última instância, demonstrava a tão importante flexibilidade que o emprego de Grupamentos Operativos proporciona. Com a chegada das primeiras unidades que permaneceriam sediadas no então Núcleo de Implantação da Companhia de Reconhecimento Blindado (que, posteriormente, tornar-se-ia a Companhia de Viaturas Blindadas Sobre Rodas) do Batalhão de Blindados de Fuzileiros Navais, seria iniciada uma segunda fase, na qual o CFN passaria a testar o emprego das Viaturas PIRANHA nos exercícios do ciclo de adestramento da FFE.

A Operação UANFEX/2009, em Itaoca/ES, foi a primeira da história do CFN em que houve emprego de um Pelotão de Reconhecimento Blindado, composto por duas Viaturas PIRANHA TP. O pelotão foi comandado por um Tenente do BtlBldFuzNav e, além das garnições, possuía tropa orgânica, oriunda do 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais.

Em relação à forma de emprego, o PelReconBld foi enquadrado como peça de manobra diretamente subordinada ao Comandante do Grupamento de Desembarque de Batalhão (GDB). O desembarque ocorreu na segunda vaga de embarcações e, até o término da fase de conquista da cabeça de praia (CP), a peça de manobra recebeu tarefas de reconhecimento de eixos ou áreas específicas, prioritariamente buscando confirmar a presença inimiga, por vezes

com direcionamento do escalão superior para determinados locais ou regiões. Desta forma, durante a fase ofensiva da OpAnf, a técnica majoritariamente utilizada foi a de “ReconPush”¹ com foco no inimigo, uma vez que foi, em boa parte das vezes, direcionado o esforço do reconhecimento para a confirmação das informações disponíveis acerca da força adversa, de modo a serem feitos pequenos ajustes no conceito da operação.

Figura 1: Viaturas Piranha com tropa adjudicada do 3ºBtlInfFuzNav, Operação UANFEX/2009



Fonte: o autor (2009)

Durante a fase de defesa da CP, o PelReconBld recebeu a tarefa de estabelecer Posto Avançado de Combate (PAC), quando foi percebida, na prática, uma das maiores deficiências das Viaturas Blindadas sobre Rodas: a dificuldade em ocupar elevações em terrenos compartimentados. A forma encontrada para mitigar o problema foi posicionar infantaria desembarcada no terço superior da contra encosta das elevações. Contudo, a medida gerou outro óbice: a necessidade de aguardar a infantaria descer a pé das elevações para reembarcar nas Viaturas PIRANHA retardou a saída do pelotão da região, o que, em uma situação real, poderia comprometer decisivamente o retraimento (ou desengajamento) da fração, que dotada apenas da MtrBrowning 12.7mm não teria poder de fogo suficiente para se contrapor a um Pelotão de Carros de Combate (PelCC) na vanguarda do inimigo. Adicionalmente, a canalização das viaturas para estradas e trilhas dificultou a execução de manobras evasivas, o que facilitaria a tarefa de elementos de infantaria inimigos com armamentos anticarro (AC).

Em outro momento, o PelReconBld recebeu em apoio direto uma Seção dos CC SK-105 A2S para estabelecer a defesa da CP em uma das suas estradas penetrantes. A medida demonstrou-se eficaz no sentido de que o Carro de Combate conferiu o poder de fogo que faltava às Viaturas Blindadas. Porém, a defesa realizada foi apenas estática e com pouca profundidade, uma vez que havia dificuldades para posicionar as Viaturas Blindadas nas elevações, que possuíam elevada inclinação. Em parte delas seria possível posicionar os SK-105 e elementos desembarcados, porém haveria problemas semelhantes em relação ao desengajamento das frações, caso fosse

¹“ReconPush” - O Comandante “empurra” seus elementos de reconhecimento para a frente, conforme a necessidade, para aumentar sua visualização em regiões de interesse específicas, para confirmar ou negar os dados em que o Conceito da Operação se baseia. A informação obtida durante o reconhecimento é utilizada para finalizar o plano do Batalhão (FM 3-21.20, Capítulo 3).

necessário. O exercício foi encerrado sem haver o teste de uma defesa móvel empregando os dois blindados em questão.

Figura 2: PelReconBld com Seção de CC em apoio direto, Operação UANFEX/2009



Fonte: o autor (2009)

No mês seguinte, em Formosa-GO, foi realizado um segundo teste de emprego de um Pelotão de Reconhecimento Blindado, composto novamente por duas Viaturas PIRANHA TP. O pelotão novamente possuía tropa orgânica, oriunda mais uma vez do Batalhão Paissandu, que realizou adestramentos no BtlBldFuzNav durante as três semanas anteriores ao exercício. Além disso, observadores avançados de artilharia e aviação ficaram subordinados ao pelotão.

Desta vez, em relação à forma de emprego, o PelReconBld foi considerado como peça de manobra, porém ficou sempre em apoio direto à Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav) que compunha a Vanguarda do GDB. Não havendo o desembarque real na praia, a peça de manobra progrediu com dispersão de cerca de um quilômetro à frente da coluna, reportando a presença inimiga sempre que detectada e, dependendo do caso, conduzindo fogos indiretos ou de aviação e, até mesmo, realizando ataques. Desta forma, durante a operação, a técnica utilizada foi a de “ReconPull”², uma vez que as informações em relação ao inimigo eram poucas e o PelReconBld seguiu à frente do restante das CiaFuzNav, realizando o reconhecimento ao longo de todo o eixo por onde prosseguiria o corpo principal, para detectar forças adversas ou restrições de passagem no terreno, sem áreas específicas para serem o foco do esforço do reconhecimento.

O emprego do PelReconBld mostrou-se novamente útil para ampliar as capacidades de um GptOpFuzNav, uma vez que permitiu a execução do reconhecimento aproximado com maior mobilidade e blindagem do que somente a infantaria a pé ou dotada de veículos militares comuns. A presença dos Observadores Avançados permitiu ao Pelotão, por vezes, reduzir previamente resistências inimigas, facilitando a execução de ataques coordenados pelas CiaFuzNav ou, simplesmente, possibilitando a continuidade do avanço da coluna. Contudo, algumas deficiências ficaram claras:

²“ReconPull” - É realizado quando a situação do inimigo é pouco conhecida ou está rapidamente mudando. O Comandante utiliza seus meios de reconhecimento para confirmar ou negar Elementos Essenciais de Inteligência antes de decidir por uma Linha de Ação ou opção de manobra; posteriormente, “puxa” o Batalhão para os locais decisivos no campo de batalha (FM 3-21.20, Capítulo 3).

os CC SK-105 A2S mantiveram-se prestando apoio aproximado à Companhia que estava na vanguarda, mantendo as Viaturas PIRANHA isoladas à frente, o que inviabilizou a capacidade de contrarreconhecimento do PelReconBld e o obrigou a retrair por diversas vezes para não ser engajado decisivamente, sem realizar o reconhecimento de maneira completa. Quando houve a necessidade de reconhecimento de engenharia, a tropa executava altos nas poucas posições que provinham cobertas de maneira limitada para aguardar que elementos pioneiros cerrassem à frente, o que demandava muito tempo. Tal deficiência pode ser amplamente explorada pelo inimigo em uma situação real; e, por último, foi observado no terreno (tanto em Itaoca quanto em Formosa) que a trafegabilidade para as Viaturas PIRANHA é extremamente prejudicada fora de estradas e trilhas, uma vez que atolam com maior frequência e também sofrem com a maior possibilidade de danos à suspensão ou aos eixos das rodas devido ao entrelaçamento ocasional de galhos e troncos, que são problemas não enfrentados por Viaturas Blindadas Sobre Lagartas, mais apropriadas para operações em terrenos daquela natureza.

As operações realizadas em 2009 deixaram algumas importantes lições aprendidas, entre as quais podemos destacar: a) a atividade de Reconhecimento Blindado, se executada corretamente, poderá ampliar as capacidades de um GptOpFuzNav; b) a exemplo do emprego de Fuzileiros Navais em Grupamentos Operativos, a atividade de Reconhecimento Blindado requer flexibilidade para atuar nas mais diversas variações impostas pelos fatores da decisão; c) há pouca possibilidade de executar plenamente o reconhecimento, sem a capacidade de realizar contrarreconhecimento. Assim, em boa parte dos casos, é necessária a presença de veículos dotados de canhão (ou armamentos AC que permitam alto índice de precisão) nas frações voltadas para a tarefa em lide; d) a natureza sobre rodas da Viatura PIRANHA possui limitações importantes para emprego em operações em campo, porém, no interior de localidades, seu desempenho é melhor do que o das Viaturas sobre Lagartas, o que corrobora o conceito aplicado pelo Exército dos Estados Unidos, que enfatiza o emprego de viaturas blindadas sobre rodas em ambiente urbano e meios sobre lagartas em operações através campo; e) as possibilidades e limitações dos veículos sobre rodas e sobre lagartas são distintas. Assim, o emprego combinado dos mesmos torna mais difícil que as possibilidades de cada um sejam potencializadas; e f) capacidades tais como conduzir fogos, realizar reconhecimento de engenharia, saber identificar meios inimigos e possuir conhecimento mais aprofundado sobre topografia e orientação são altamente recomendáveis para a execução da tarefa de um PelReconBld.

Após os dois exercícios supramencionados, o emprego da Viatura PIRANHA teve sua vocação modificada para o transporte blindado de pessoal, a exemplo das VtrBld M-113. Atualmente, não há uma conclusão definitiva sobre meios e organização ideais para a execução das tarefas que permeiam a temática deste artigo. Não obstante, também ainda não há manuais no âmbito da nossa Força que contemplem o assunto de maneira mais profunda. Contudo, nem mesmo as principais nações que tenham se desenvolvido doutrinariamente nesta área possuem conclusões definitivas sobre viaturas e organizações ideais para o Reconhecimento Blindado.

Força de Cobertura e Destacamento de Segurança e Reconhecimento

Segundo a doutrina vigente no CFN, o BtlInfFuzNav pode ser designado como Força de Cobertura (FCob), sendo responsável por reconhecer toda a faixa do terreno por onde se deslocará o Corpo Principal. A FCob deverá realizar reconhecimentos de eixo e de zona com as peças em primeiro escalão e manter uma reserva forte, de modo a influir em um provável engajamento. Em caso de contato com o inimigo, as ações decorrentes buscarão mantê-lo, de modo a reduzir, deter ou retardar a força adversa e continuar a fornecer informações a respeito do terreno e do inimigo.

O DSR é uma organização de menor vulto e que será formado “quando o escalão superior não prover uma FCob ou quando o CmtBtlInfFuzNav considerar que a segurança por ela proporcionada não é adequada” (CGCFN-3100). Serão utilizados os próprios elementos da infantaria, devidamente reforçados, que farão as mesmas tarefas da FCob, exceto a destruição ou desorganização do inimigo. Está previsto que a distância entre o DSR e a vanguarda não deverá exceder a capacidade de Comando e Controle do Batalhão. Adicionalmente, o manual supramencionado estabelece que o espaçamento mínimo entre a FCob ou DSR e o Corpo Principal será de 5 km, o que não foi seguido nas operações de 2009 e, considerando as dimensões de CP e eventuais necessidades do Corpo Principal apoiar o desengajamento dos elementos de reconhecimento, talvez esta seja uma distância excessiva.

O manual CGCFN-313 (Manual de Blindados de Fuzileiros Navais) prevê o estabelecimento dos DSR inseridos nos Grupamentos Operativos Mecanizados quando for esperada resistência ou contato com inimigo de maior vulto, de modo a inviabilizar o emprego de Equipes de Reconhecimento embarcadas em viaturas leves. O destacamento será nucleado por tropa de infantaria apoiada por CC e VtrBld/CLAnf. As finalidades do emprego dos DSR são: obter conhecimentos sobre o inimigo e o terreno; evitar a surpresa, a observação terrestre e as interferências do inimigo; e selecionar eixos ou conduzir o reconhecimento de estradas pré-selecionadas.

Figura 3: Constituição do DSR do BtlInfFuzNav

Constituição do DSR do BtlInfFuzNav
1 Pelotão de Fuzileiros Navais (PelFuzNav);
1 Seção de Carros de Combate (SeçCC);
1 Seção Anticarro (SeçAC);
1 Seção de Mrt81mm (SeçMrt);
1 Seção de Metralhadoras (SeçMtr);
1 Grupo de Pioneiros (GpPion);
Elementos de Reconhecimento (PelReconVig ou CiaReconTer);
Observadores Avançados (OA) das armas em apoio;
Elementos de Comunicações, como necessário; e
Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP)

Fonte: CGCFN-3100 (2008)

Comparando-se, o USMC prevê, na organização dos *Tank Battalions* (Batalhões de Carros de Combate): emprego de Pelotões “TOW”, com a tarefa principal de destruir blindados inimigos,

principalmente Carros de Combate; e Pelotões “Scout”, com a tarefa principal de realizar reconhecimentos, além de operações defensivas de vulto limitado e apoio de comando e controle. Ambos são dotados de *Humvees* (viaturas militares leves com blindagem limitada) com metralhadoras automáticas e mísseis TOW. Contudo, segundo observações realizadas durante a Operação “IraqiFreedom”, o poder de fogo e a blindagem das frações supramencionadas foram considerados, muitas vezes, insuficientes para o cumprimento eficaz das suas tarefas.

Figura 4: CAAT Platoon em ação na Operação IraqiFreedom



Fonte: Sítio Marines (<https://www.2ndmardiv.marines.mil>)

Teams) podem conduzir missões semelhantes às realizadas pelos pelotões *Scout* citados anteriormente, seguindo na vanguarda e na retaguarda da coluna formada pelo Batalhão ao qual pertencem.

Diante dos resultados observados em combate, muitos Oficiais do USMC acreditam que a organização utilizada pelo Exército dos Estados Unidos, que emprega Carros de Combate e Viaturas Blindadas convencionais, associados aos *Humvees*, para as tarefas inerentes ao Reconhecimento Blindado, possibilitaria maior eficácia na condução das missões atribuídas às frações vocacionadas para a finalidade acima. Tomando esta linha de pensamento como correta, é possível que o ideal para a nossa Força seja a evolução dos conceitos de Força de Cobertura e Destacamento de Segurança e Reconhecimento para uma organização que combine blindados e viaturas leves, que tenha a capacidade de manter-se realizando as tarefas que hoje já são previstas nos nossos manuais, mas que também possua a capacidade de realizar a destruição dos meios de reconhecimento inimigos, ou seja, que execute o contrarreconhecimento de maneira eficaz.

○ Pelotão de Exploradores do Exército Brasileiro e sua Especialização

Conforme exposto anteriormente, o ideal para a atividade de Reconhecimento Blindado é potencializar a organização dotada de poder de fogo, mobilidade e blindagem com a capacidade de executar golpes de sonda onde o terreno não comporta o emprego de blindados ou onde a manutenção do sigilo seja indispensável à condução da operação. Atualmente, o Exército Brasileiro já possui, na organização dos Batalhões de Infantaria Blindados, Regimentos de Carros de Combate e Regimentos de Cavalaria Blindados, um Pelotão de Exploradores, com o propósito de dotar as unidades supramencionadas de um meio ágil e eficiente para aumentar a gama de informações que o comandante necessita para decidir, além de proporcionar economia dos meios.

Segundo a doutrina do Exército Brasileiro, o Pelotão de Exploradores destina-se ao cumprimento de missões limitadas de reconhecimento; operações defensivas de pequena envergadura; e outras complementares, como escolta de comboios, ligações, patrulhas e estabelecimento de postos de observação. Ainda, devido à sua constante dependência de suprimentos e ao pequeno poder de seu armamento, as missões descritas são cumpridas, na maioria dos casos, dentro do apoio cerrado de frações designadas pelo comando da Unidade.

O Pelotão de Exploradores possui seis viaturas 4x4 leves, divididas em um Grupo de Comando e dois Grupos de Exploradores (com duas viaturas, transportando quatro militares cada), totalizando 24 militares por pelotão, sendo um Oficial. Cada viatura dispõe de uma metralhadora 7.62mm, AT-4 e rádio veicular. Cada Grupo ainda possui equipamentos de visão noturna, mira *laser*, luneta de fuzil para tiro noturno e detector de minas portátil.

O Exército Brasileiro ministra, no Centro de Instrução de Blindados (CIBId), em Santa Maria-RS, o Estágio Tático de Pelotão de Exploradores, com uma fase não presencial e, posteriormente, uma parte presencial com duração de quatro semanas, voltado para preparar o pessoal para a execução das tarefas inerentes ao Pelotão de Exploradores. Durante o curso, além dos conceitos básicos, os alunos aprendem a realizar reconhecimento de eixos, de zona e de área; a realizar base de fogos; a conduzir fogos; a ocupar posições de retardamento; a balizar locais de passagens em instalações, bosques, cursos d'água, eixos e outros; a realizar segurança de instalações de pequeno vulto; a conduzir patrulhas de reconhecimento e de combate; a vigiar setores de defesa; a realizar escoltas de comboios de pequenas dimensões (até 25 viaturas); a realizar tarefas inerentes a Garantia da Lei e da Ordem; a realizar Controle de Trânsito; a estabelecer Postos de Observação; e a realizar Ligações com outras frações amigas.

○ Reconhecimento Blindado no CFN: uma visão de médio prazo

Em médio prazo, é possível dotar nossos Grupamentos Operativos com elementos vocacionados para a atividade de Reconhecimento Blindado, utilizando, em parte, meios já existentes na Força de Fuzileiros da Esquadra (caso o CFN entenda não ser necessária a compra de meios específicos para a tarefa). A exemplo do Exército dos Estados Unidos, poderão ser utilizados blindados convencionais, tais como os Carros de Combate sobre Lagarta que estiverem em uso, associados às Viaturas Blindadas M-113 modernizadas, ou Viaturas Piranha associadas aos Carros de Combate Sobre Rodas. Ainda, a exemplo das brigadas americanas, poderão ser integrados Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT) para complementar a capacidade de observação de um Pelotão de Reconhecimento Blindado.

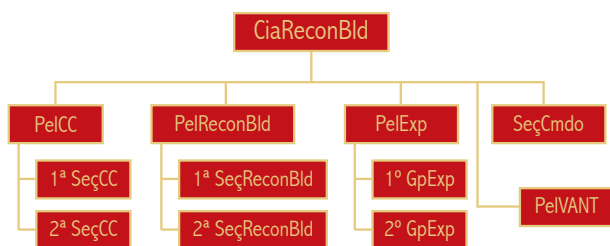
Conforme exposto anteriormente, a criação de um Pelotão de Exploradores de Fuzileiros Navais, dotados de Viaturas 4x4 Leves seria de fundamental importância para potencializar as possibilidades da fração em lide. A organização poderá ser semelhante à existente no Exército Brasileiro. Outra característica extremamente recomendável à Organização será a especialização da tropa vocacionada para a tarefa em questão. As experiências realizadas em

2009 com tropas adjudicadas do Batalhão de Infantaria mostraram que o ideal para este tipo de missão é ter infantaria orgânica, tanto para as viaturas leves quanto para aquela que ficará embarcada nos blindados, com capacidade técnica e adestramento específico para condução de suas missões. Cabe ressaltar que esta mudança na forma de nossa força operar não impedirá que as demais Companhias de Viaturas Blindadas (ou Carros de Combate) sigam atuando como apoio aos Batalhões de Infantaria, caso o CFN entenda que os moldes atuais correspondam ao modelo ideal.

A Companhia de Reconhecimento Blindado poderá ser organizada do seguinte modo: uma Seção de Comando, com uma Viatura Blindada “Comando”; um Pelotão de Exploradores, semelhante ao correspondente no Exército Brasileiro; um Pelotão de Carros de Combate, com duas seções a dois Carros; um Pelotão de Reconhecimento Blindado, com duas seções de quatro viaturas blindadas, dotadas de lançadores de granadas 40mm ou metralhadoras 12.7mm (a primeira é mais apropriada para ações em instalações e construções, e a segunda, mais utilizada para alvos tipo “área”), com tropa orgânica; e um Pelotão VANT, aos moldes do existente no BtlCtAetatDAAe. Em relação ao pessoal, seria desejável que todos os militares da Companhia, incluindo Oficiais, fossem especialistas em Blindados e tivessem concluído um curso ou estágio de Exploradores, pois a tarefa em questão requer tanto conhecimentos relativos ao Reconhecimento Blindado como capacidade técnica para melhor empregar os carros.

Quanto à subordinação, a CiaReconBld pertenceria ao BtlBldFuzNav, que passaria a ser comandado por um Capitão de Mar e Guerra (FN). Naturalmente, seria necessário aumentar a capacidade da Companhia de Comando e Serviços do Batalhão, de modo que esta reúna condições de realizar a manutenção dos meios da nova subunidade. Além disso, seria desejável que a futura 2ª Força de Fuzileiros da Esquadra recebesse esta Companhia em moldes semelhantes aos sugeridos acima.

Figura 5: Organograma da CiaReconBld



Fonte: o autor (2014)

No que tange ao emprego, nas Operações Anfíbias, a CiaReconBld poderá ser uma Peça de Manobra subordinada ao GDBda (Brigada, na fase de Defesa da CP), que poderá empregá-la diretamente ou planejar que a mesma preste apoio à manobra de um ou mais GDB (Batalhões, na fase supracitada). No segundo caso, se houver necessidade de apoiar a manobra de dois GDB, os pelotões teriam de ser fracionados em seções (grupos, no caso do Pelotão de Exploradores), uma vez que possuiriam capacidades e tarefas distintas. No entendimento deste autor, esta seria uma forma possível de emprego (e até desejável ou necessária em determina-

dos cenários), porém, como em outros casos semelhantes envolvendo elementos de apoio ao combate, haveria perda de capacidade de Comando e Controle. Em relação ao apoio de fogo, além do apoio de artilharia e aviação, os GDB poderão colocar frações dotadas de morteiros em apoio direto à CiaReconBld (ou Pelotão, se for o caso) para prestarem apoio cerrado às suas ações.

Em outras modalidades de operações de Fuzileiros Navais, poderiam ser formados Destacamentos de Reconhecimento Blindado, utilizando a configuração que melhor atenda aos requisitos de cada caso. Por exemplo, em missões que o uso de Carros de Combate represente postura demasiadamente agressiva, que não seja desejável para o cumprimento das nossas tarefas ou que não seja permitido pelas normas da missão, poderão atuar somente os demais elementos da CiaReconBld. Tais destacamentos seriam subordinados ao Componente (Grupo) de Combate Terrestre e cumpririam missões em apoio a todo Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais.

A Especialização do Fuzileiro Naval para o Reconhecimento Blindado

Diante do escopo apresentado, pode-se concluir que o Fuzileiro Naval, especialista nas operações expostas neste artigo, deverá conhecer mais do que hoje é ministrado no Estágio Tático de Pelotão de Exploradores do Exército Brasileiro, devendo o mesmo ser considerado como uma importante base para o desenvolvimento de um curso no âmbito da nossa força, o qual deverá em seu currículo contemplar uma doutrina própria do CFN, que adaptará os conhecimentos já existentes à nossa estrutura e à natureza das Operações realizadas pelos Combatentes Anfíbios. Além disso, com a evolução da tendência das Operações Anfíbias para ações em ambiente urbano, seria recomendável que houvesse expressiva carga horária destinada ao ensino de conhecimentos aprofundados sobre Operações Militares em Ambientes Urbanos. Desta forma, além de todo o conteúdo existente no Estágio do Centro de Instrução de Blindados do Exército Brasileiro, o Fuzileiro Naval deverá possuir as seguintes capacidades:

- Capacidade de realizar reconhecimento básico de Engenharia;
- Capacidade de conduzir Fogo Naval;
- Capacidade de orientar aeronaves;
- Capacidade de executar Reconhecimento Blindado em Operações Anfíbias; e
- Capacidade de atuar em Operações de Evacuação de Não-Combatentes.

Conclusão

Este artigo teve por objetivo trazer à discussão a possibilidade do emprego de elementos vocacionados para o Reconhecimento Blindado no CFN, mediante a apresentação de uma sugestão de uma futura companhia especializada. Evidentemente, a criação de uma nova subunidade implicaria em diversas providências relacionadas ao estudo dos meios que seriam adquiridos ou realocados para a tarefa em questão; à estruturação logística do BtlBldFuzNav

e do CTecCFN; ao planejamento das instalações que a abrigariam; a questões relacionadas ao aumento das Tabelas de Lotação das OM acima e movimentação de pessoal; e à criação de um novo curso (ou estágio) destinado a formar especialistas nesta área de atuação. Assim sendo, é óbvio que este não é um processo simples e há a necessidade da participação de vários setores do CFN para a execução de um planejamento cuidadoso, a fim de que as melhores soluções sejam encontradas.

Em longo prazo, dependendo da evolução do Corpo de Fuzileiros Navais, a Companhia de Reconhecimento Blindado poderá ser utilizada como matriz para a criação de um Batalhão de Reconhe-

cimento Blindado, que poderia ter em sua organização companhias dotadas de blindados de diferentes naturezas, de modo a poder atuar com capacidades potencializadas tanto em ambiente urbano como em operações através campo. Contudo, este autor entende que esta deverá ser uma discussão reservada ao CFN do futuro: uma força ainda mais moderna e desenvolvida no âmbito pessoal, logístico e organizacional; com flexibilidade e prontidão operativa para atuar eficazmente em quaisquer das suas hipóteses de emprego; e que tenha uma capacidade ainda maior para apoiar o Brasil na consecução dos seus objetivos políticos e estratégicos.

Referências

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **CI 17-1-1: Pelotão de Exploradores**. Brasília, DF, 2002. 124p.

BRASIL. Marinha. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN-313: Manual de Blindados de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. **CGCFN-3100: Manual do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2008.

COSTA FILHO, M.A.N. **Reconhecimento Blindado: uma visão da doutrina americana**. Âncoras e Fuzis, Rio de Janeiro, n. 44, p. 29-35, 2013.

ESCOBAR, M. **CAATs on the Hunt for Fallujah Terrorists**. Disponível em: <<https://www.2ndmardiv.marines.mil/News/NewsArticleDisplay/tabid/2643/Article/40417/caats-on-the-hunt-for-fallujah-terrorists.aspx>>. Acesso em: 23 de jul. 2014.

GOBIN, S.D. **Reorganizing the Tank Battalion TOW and Scout Platoons**. Quantico, Virginia: Expeditionary Warfare School, 2009. 12p.

HOFFMAN, G.F.; STARRY, D.A. **Camp Colt to Desert Storm: The History of U.S. Armored Forces**. Lexington, Kentucky: University Press of Kentucky, 1999. 656p.

SOKOL, B.J. **The Case for Employing The Mobile Assault Company Concept Through The Spectrum of Warfare**. Fort Leavenworth, Kansas: U.S. Army Command and General Staff College, 2008. 153p.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Army. **FM 1-02: Operational Terms and Graphics**. Washington, D.C., 2004. 484p.

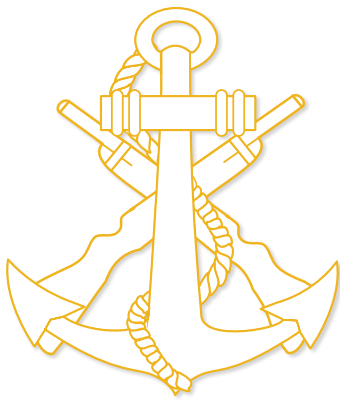
_____. **FM 17-95: Cavalry Operations**. Washington, D.C., 1996. 510p.

_____. **FM 3-20.96: Reconnaissance and Cavalry Squadron**. Washington, D.C., 2010. 204p.

_____. **FM 3-21.20: The Infantry Battalion**. Washington, D.C., 2006. 599p.

ESTADOS UNIDOS. Marine Corps. **MCRP 5-12D: Organization of Marine Corps Forces**. Washington, D.C., 1998. 188p.

ZONZIN FILHO, P.F. O Emprego de Blindados nas Operações Militares em Ambiente Urbano. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 35-40, 2013.



CT (FN) Thiago Ribeiro de Jesus
thi_cfn@yahoo.com.br

Operação Resposta Unificada



O Capitão-Tenente (FN) Thiago Ribeiro de Jesus serve atualmente no Comando de Desenvolvimento Doutrinário do CFN, como Assistente do Comandante. É oriundo da Escola Naval, cursou o Curso de Estado-Maior para Oficiais Intermediários, já tendo servido no 1º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais – Batalhão Riachuelo – como Oficial de Estado-Maior, como Comandante de Companhia e de Pelotão. Integrou o 11º Contingente do Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais-HAITI como Comandante de Pelotão. Serviu, também, no Colégio Naval como Comandante da 2ª Companhia de Alunos e no Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais junto à Marinha da Namíbia.

Introdução

A concepção estratégica marítima reafirma o uso do Poder Marítimo para influenciar as ações e as atividades no mar e em terra. O Poder Naval com sua versatilidade, mobilidade, flexibilidade e capacidade de permanência ganha papel de destaque no cenário mundial. O emprego do Poder Naval da *US Navy* ficou demonstrado em Janeiro de 2010, após o devastador terremoto no Haiti ocorrido no dia 12, quando o Departamento de Defesa Norte-Americano, por meio do United States Southern Command (SOUTHCOM)¹, na madrugada do dia seguinte, iniciou a *Operation Unified Response* (Operação Resposta Unificada) em apoio ao país afetado.



Desdobramento das Ações

Inicialmente, uma consciência situacional foi montada por meio de uma variedade de plataformas de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (ISR – *Intelligence, Surveillance and Reconnaissance*) que faziam o levantamento das questões geográficas e hidrográficas, mostrando as instalações danificadas e os locais de concentração da população deslocada. Essas informações serviam para facilitar as tomadas de decisão do comando da operação que, já no primeiro dia, enviou meios para o local do ocorrido.

O porta-aviões de propulsão nuclear *USS Carl Vinson* foi o primeiro meio naval a ser enviado para a costa do Haiti, servindo como base avançada para os suprimentos de emergência, disponibilidade

¹SOUTHCOM: situado na Flórida, é o Comando Militar do Sul das Forças Armadas dos Estados Unidos da América. É responsável pelo fornecimento de planos de contingência, operações e cooperação de segurança em sua Área de Responsabilidade, a qual abrange América Central, América do Sul e Caribe.

de meios aéreos a serem empregados em abastecimento logístico e estrutura médica a bordo, atuando como Navio de Recebimento e Tratamento de Baixas.

Figura 1: Comando da Força-Tarefa Conjunta Haiti



Fonte: Sítio Southcom (www.southcom.com)

Em 14 de janeiro, foi estabelecido em terra o Comando da Força-Tarefa Conjunta Haiti (*Joint Task Force-Haiti – JTF-H*), a fim de realizar a assistência humanitária em apoio a United States Agency for International Development (USAID)², permanecendo a cargo da MINUSTAH a tarefa de segurança do país. Um exemplo de tarefa executada pela JTF-H era o auxílio na identificação e remoção, para locais seguros, dos campos de deslocados que estavam em perigo de inundações e deslizamentos de terra. Essas ações passaram a ser empregadas em meados de março, quando as possibilidades de chuvas intensas são maiores, devido à temporada de furacões iminentes.

Em 20 de janeiro, o navio-hospital *USNS Comfort* ancorou e juntou-se aos esforços de socorro. Com uma enorme capacidade concedida, por possuir um total de mil leitos, incluindo alas para tratamento intensivo e, ainda, 12 salas de operação, esse navio possibilitou atender pacientes mais necessitados, tendo em vista a falta de estrutura médica no Haiti.

Em 20 de janeiro, o navio-hospital *USNS Comfort* ancorou e juntou-se aos esforços de socorro. Com uma enorme capacidade concedida, por possuir um total de mil leitos, incluindo alas para tratamento intensivo e, ainda, 12 salas de operação, esse navio possibilitou atender pacientes mais necessitados, tendo em vista a falta de estrutura médica no Haiti.

²USAID: órgão do governo dos Estados Unidos da América encarregado de distribuir a maior parte da ajuda externa de caráter civil. É um organismo independente, embora siga as diretrizes estratégicas do Departamento de Estado Americano.

Figura 2: *Marine Expeditionary Unit*



Fonte: Sítio Marines (www.marines.mil)

As Operações Anfíbias são bastante caracterizadas pela dificuldade de prestar um adequado apoio logístico nos momentos iniciais da operação, e nesta não foi diferente, ainda mais por ter sido danificada as estruturas do porto e do aeroporto da cidade, tornando-os inoperantes. Uma resposta rápida, fruto da versatilidade da Força, utilizando embarcações de desembarque, veículos anfíbios e helicópteros para levar os suprimentos dos navios fundeados até a terra e transportar feridos, fez com que diversas vidas fossem salvas no momento inicial da operação. A JTF-H, com seus militares habilitados, pôde reparar os danos causados ao porto, colocando-o em operação novamente, e ao aeroporto, o qual passou a operar 28 horas após o terremoto.

A Força-Tarefa Conjunta contou com elementos do *Amphibious Ready Group*³, tendo papel fundamental a 22ª e 24ª *Marine Expeditionary Unit*,⁴ que conduziu socorro imediato por meio de distribuição de alimentos, água e prestação de cuidados médicos em áreas de difícil acesso, ficando na missão até final de março de 2010.

O estado final da Operação se deu quando, gradativamente, a JTF-H foi reduzindo seu grau de responsabilidade, permanecendo como apoio através de atendimentos médicos e projetos de engenharia desenvolvidos em um plano de reconstrução na forma de exercício, chamado *New Horizons*, enquanto parceiros internacionais assumiam a responsabilidade pela distribuição de alimentos e água.

Após uma resposta imediata por meio da Operação Resposta Unificada, que levou serviços essenciais como alimentos, água e

³*Amphibious Ready Group* - grupo formado por meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, treinado, organizado e equipado para emprego em Operações Anfíbias.

⁴*Marine Expeditionary Unit* - Força Expedicionária de rápida reação, desenvolvida e preparada para uma resposta imediata a qualquer crise.

assistência médica, o país passou a uma fase de necessidade de esforços para recuperação a longo prazo, saneamento, abrigos, remoção de escombros, empregos, necessidades estas que perduram até os dias atuais.

Conclusão

Diante do cenário mundial atual, verifica-se uma crescente na quantidade de desastres naturais, o que leva a um número elevado de pessoas desassistidas. Isto vem implicando diretamente na necessidade de emprego das Forças Armadas em Operações Humanitárias, visando a reduzir os efeitos desses desastres. A *US Navy*, por meio de seu Conjugado Anfíbio, vem demonstrando eficiência em tal emprego em Projeção Anfíbia, uma vez que mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade, acrescentadas à capacidade expedicionária permitem desembarcar meios em áreas de interesse, a fim de cumprir tarefas específicas.

Como em toda Operação Anfíbia, a coordenação na Operação Resposta Unificada foi essencial para seu sucesso, pois diversos órgãos atuavam em uma mesma Área de Operação, sendo necessária uma definição clara das tarefas que cabiam a cada integrante da missão.

Fator de extrema relevância para o cumprimento desta Operação foi a utilização de Navios de Múltiplos Propósitos, em virtude de sua eficiência diante de um ambiente onde versatilidade e flexibilidade tornam-se características importantíssimas da Força empregada, devido às dificuldades encontradas, como, por exemplo, a impossibilidade de desembarcar utilizando o porto ou aeroporto, ambos inoperantes.

A Operação Resposta Unificada teve uma duração de, aproximadamente, cinco meses, tendo sido empregada uma tropa bem adestrada e preparada, com característica expedicionária em permanente prontidão, o que garantiu seu emprego imediato e independente, levando esperança a milhões de pessoas necessitadas.

Referências

CURTIS, Bobbie. **22nd Marine Expeditionary Unit Deploys to Earthquake-devastated Haiti**. 2010. Disponível em: <<https://www.iimef.marines.mil/News/NewsArticle/tabid/472/Article/2802/22nd-marine-expeditionary-unit-deploys-to-earthquake-devastated-haiti.aspx>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

KAUFMAN, Stephen. **Forças americanas colaboram para levar esforços de ajuda além de Porto Príncipe**. Disponível em: <<https://portuguese.brazil.usembassy.gov/pt/forcashaiti.html>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

_____. **USNS Comfort começa tratamento de pacientes vítimas do terremoto no Haiti**. Disponível em: <<https://portuguese.brazil.usembassy.gov/>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

LAGE, Rogério R. Projeção Anfíbia. **Âncoras e Fuzis**, Rio de Janeiro, ano X, n. 42, p. 13-16, 2011.

OPERATION Unified Response: Support to Haiti Earthquake Relief 2010. Disponível em: <<https://www.southcom.mil/newsroom/Pages/Operation-Unified-Response-Support-to-Haiti-Earthquake-Relief-2010.aspx>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

O USS Bataan ARG/22 e a 22ª Unidade Expedicionária da Marinha (MEU) encerram missão de alívio no Haiti. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/pt/articles/rmisa/features/humanitarian_operations/2010/03/26/feature-02>. Acesso em: 8 jun. 2014.



CC (EN) Ali Kamel Issmael Junior
ali.kamel@dgmm.mar.mil.br

A evolução das tecnologias em sensores para uso em defesa: status e reflexão



O CC (EN) Ali Kamel Issmael Junior serve atualmente na Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN), como Ajudante da Gerência de Desenvolvimento do Sistema de Combate dos Submarinos S-BR. Oriundo do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), formou-se em Engenharia Elétrica com ênfase em Sistemas Eletrônicos, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-graduado como Especialista em Análise do Ambiente Eletromagnético pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, também realizou o curso Combat Management System (CMS) Deputy Technical Manager, na empresa DCNS, em Toulon – França, e o Curso Superior (C-SUP), na Escola de Guerra Naval. Serviu, ainda, na Diretoria de Sistemas de Armas da Marinha (DSAM), como Encarregado da Seção de Óptica e Electroóptica e Ajudante da Seção de Radar; no Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha (CMASM), como Encarregado da Oficina de Eletrônica, Encarregado da Oficina de Minas, Bombas e Foguetes e Ajudante da Oficina de Torpedos Leves; e na Corveta Inhaúma, como Ajudante da Seção O2 do Departamento de Operações.

Introdução

A Marinha dos Estados Unidos da América (*US Navy*), a partir de sua tradicional visão prospectiva em relação ao futuro, lançou na internet¹ a publicação *Technology for the United States Navy and Marine Corps, 2000-2035 Becoming a 21st Century Force*. A publicação traz em seu escopo uma série de volumes em que são abordadas diferentes áreas de atuação da Força Naval Americana e as tendências de evolução das tecnologias de Defesa para a obtenção de assimetria positiva. Especificamente em seu volume 2, capítulo 4, intitulado *Tecnologias*, são apresentadas as diversas evoluções que já se encontram em operação, como também em desenvolvimento, para novos equipamentos e sensores para uso do Poder Naval daquele país.

Embora não se deva esquecer que a publicação, por ser ostensiva, pode não apresentar toda a realidade nas informações descritas, ela nos motiva a refletir sobre até que ponto nossas Forças são dependentes das concepções de tecnologia que os outros países nos oferecem. A partir desta premissa, o objetivo deste artigo é motivar os leitores a refletirem sobre a necessidade das Forças Armadas brasileiras acompanharem este desenvolvimento e criarem soluções autóctones.

Sensores, uma breve revisão

Em linhas gerais, sempre que se pensa em um novo equipamento aplicado à defesa, o fator primordial é a sua capacidade de dissuasão do inimigo. Isso pode estar representado, por exemplo, pelo

poder de destruição de um armamento ou a velocidade de resposta na sua operação. Atualmente, porém, outro fator vem se mostrando mais preponderante: a capacidade de detectar o inimigo com a devida antecedência. Para isso entra em cena a tecnologia de sensores. Eles podem efetivamente não somente detectar o inimigo e oferecer uma referência para o guiamento de um míssil ou posicionamento de um canhão, mas também atuarem ativamente na sua destruição, como no caso de armas direcionais eletromagnéticas (*laser* de alta potência) ou acústicas (canhões acústicos LRAD).

Sendo assim, os sensores normalmente se dividem em dois principais tipos: os sensores passivos, que medem e reportam as informações através de seus sinais de resposta, não influenciando o ambiente, como, por exemplo, uma câmera ou um sonar passivo; e os ativos, que estimulam o ambiente onde se deseja extrair a informação, através da geração e emissão de sinais conhecidos, os quais se propagam até os objetos ou alvos de interesse e, após a interação com estes, retornam ao sensor, por meio de energia de reflexão e espalhamento, que os capta de forma passiva, como um sonar ativo, radar ou um telémetro LASER.

Nesse contexto, os principais fenômenos físicos que estão associados aos sensores de interesse militar são:

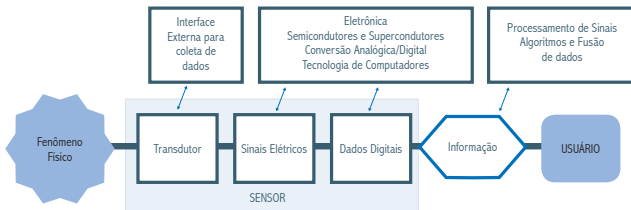
- Campos Elétricos, Campos Magnéticos e Campos Eletromagnéticos;
- Micro-ondas, Ondas Milimétricas, Ondas Ópticas, Raio-X, Raios Gama, Radiação Infravermelha;
- Ondas Acústicas propagadas no ar e na água;
- Aceleração Inercial, Linear e Rotacional;

¹No sítio https://www.nap.edu/catalog.php?record_id=5863.

- Direção e Peso Gravitacional;
- Fluxo de Flúidos;
- Posição e Tempo;
- Tensão e Compressão;
- Química, Biologia, Física Nuclear; e
- Parâmetros Atmosféricos e Oceânicos: temperatura, vento, visibilidade, correntes, salinidade.

Pode-se observar na Figura 1, a seguir, um modelo genérico para um sensor.

Figura 1: Modelo genérico para um sensor



Fonte: National Research Council (1997)

Em relação aos fenômenos associados aos sensores, as principais classes em uso são:

- Sensores Eletromagnéticos, Radar, RF Passivo;
- Sensores Eletroópticos, Sensores Fotônicos, Laser;
- Infravermelho;
- Sensores Acústicos, Sonares;
- Sensores Sísmicos e de Vibração; e
- Fibra-óptica.

A relevância do que os sensores podem fazer pelas Forças Armadas se expressam, por exemplo, na obtenção do exame de situação, na obtenção de informação genérica de Amigo/Inimigo (Friend/Foe), na vigilância, na detecção, no reconhecimento e localização de ameaças específicas, no guiamento ofensivo e defensivo de armamentos e na logística e manutenção dos meios.

Status Tecnológico e Tendências (exemplos da evolução)

As tendências tecnológicas que mais se destacam nas diversas classes de sensores são:

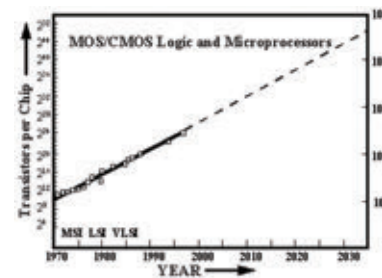
- Tecnologias de Estado Sólido;
- Nanotecnologia e manipulação no nível atômico, miniaturização e produção de Circuitos Integrados;
- Baixa Potência;
- Sistemas Microeletromecânicos;
- Integração de Sistemas;
- Fios e Nós Quânticos (circuitos);
- Conversão Analógico-Digital e Digital-Analógico;
- Síntese Digital Direta;

- Computadores e Processamento de Sinais associados a sensores e micros sensores;
- Sistemas distribuídos para permitir uma melhor tolerância a falhas;
- Redes e Interfaceamento;
- Fusão e Compressão de dados;
- Assinaturas Multidimensionais (infravermelha, acústica, eletromagnética, etc.)
- Engenharia de Materiais (rejeição de clutter, detecção e reconhecimento de alvos);
- Comunicações; e
- Equipamento com aplicações simultâneas em faixas largas do espectro eletromagnético.

Alguns exemplos que se destacam na evolução destas tendências são:

- Integração de Circuitos: o gráfico da Figura 2 mostra como a quantidade de transistor por circuito integrado vem apresentando um crescimento linear com o decorrer tempo e, ainda, a tendência é de que em 2030 o grau de miniaturização consiga atingir a impressionante quantidade de 10^{14} transistores por chip.

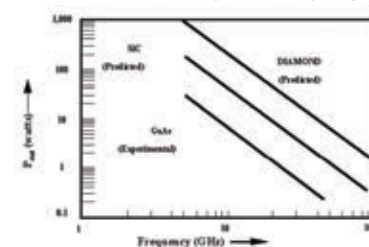
Figura 2: Evolução na Integração de Circuitos



Fonte: National Research Council (1997)
<https://www.akij.com.br/single-post/2016/08/26/%E2%80%9CA-Evolu%C3%A7%C3%A3o-das-Tecnologias-em-Sensores-para-uso-em-Defesa-status-e-reflex%C3%A3o%E2%80%9D>

- Menor potência de trabalho x aumento da faixa de trabalho em frequência (espectro): o gráfico da Figura 3 mostra como o desenvolvimento e aplicação de materiais estão conseguindo diminuir a potência necessária para alimentar os dispositivos, bem como estão aumentando a sua frequência de trabalho para valores próximos a faixa dos 10^{12} Hz (terahertz (THz) - espectro óptico e milimétrico).

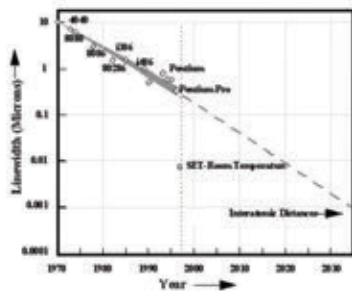
Figura 3: Evolução na diminuição da potência de trabalho e no aumento da frequência de operação



Fonte: National Research Council (1997)

- c) Miniaturização de processadores: o gráfico da Figura 4 mostra como cada vez mais os processadores ocupam um espaço menor, podendo chegar ao nível interatômico em 2030 (computadores quânticos).

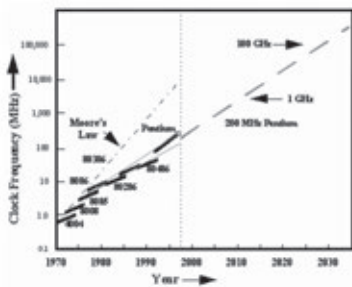
Figura 4: Evolução na miniaturização de processadores



Fonte: National Research Council (1997)

- d) Velocidade de Processamento: o gráfico da Figura 5 mostra como a velocidade de processamento dos processadores está aumentando linearmente, podendo alcançar níveis de 100 GHz em 2030.

Figura 5: Evolução na velocidade de processamento



Fonte: National Research Council (1997)

- e) Tecnologia *Phased Array*: a utilização do princípio de interferência de ondas para a criação de feixes diretivos nos radares tipo *phased-array*, diminui a complexidade mecânica nos projetos de radares, os quais já vem sendo amplamente utilizados em Forças Navais Aéreas e Terrestres, conforme pode ser observado na Figura 6.

Figura 6: Tecnologia *Phased Array*

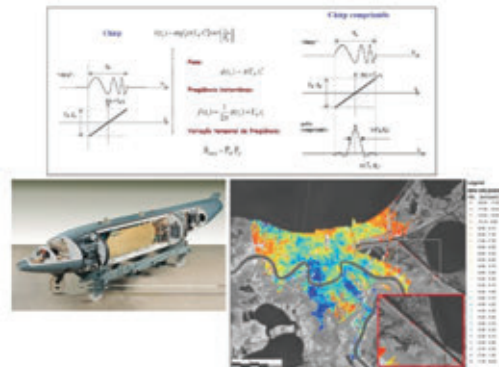


Fonte: Sítios Wikipedia; RF Café; The National Academies Press

- f) Radar SAR: O Radar de Abertura Sintética (*Synthetic Aperture Radar*), ou SAR, usa a técnica de processamen-

to de sinal de compressão de pulsos para o aumento da resolução em azimute e em distância. É muito utilizado em sistemas imageadores em plataforma aerotransportadas, que geram imagens mesmo em más condições de tempo, como pode ser visto na Figura 7.

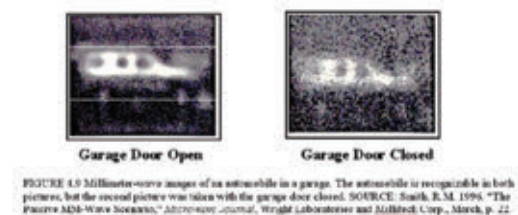
Figura 7: Radar de Abertura Sintética (*Synthetic Aperture Radar*)



Fonte: Sítio *Spy Flight* (<https://www.spyflight.co.uk/iaipod.htm>)

- g) Radar de Ondas Milimétricas: radar na faixa de 10^{11} a 10^{12} Hz (ondas milimétricas) que possuem a capacidade de penetração suficiente para gerar imagens de cenas por trás de paredes espessas e obstáculos como copas de árvores e portas de garagem, como pode ser visto na Figura 8.

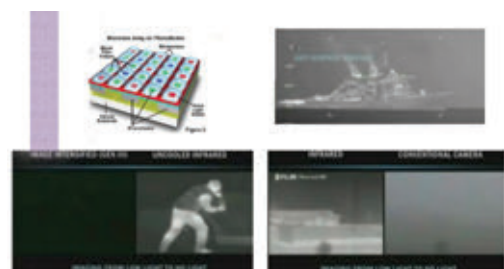
Figura 8: Radar de Ondas Milimétricas



Fonte: National Research Council (1997)

- h) Câmeras Infravermelhas: a partir do desenvolvimento da microeletrônica e de novos materiais associados, sensores infravermelhos para mísseis e novas câmeras infravermelhas vêm sendo produzidos para operar na faixa de 3 a 5 μm , mais propícia para áreas úmidas como o litoral brasileiro, e sem a necessidade de refrigeração externa, como os modelos mais antigos, como pode ser visto na Figura 9.

Figura 9: Câmeras Infravermelhas da FLIR Systems em comparação com imagens geradas por intensificadores de imagem NVG e câmeras na faixa do visível



Fonte: FLIR Systems

- i) **Armas Acústicas Direcionais:** a partir do desenvolvimento de transdutores acústicos de matérias especiais, estão sendo criadas armas acústicas de feixes diretivos para Defesa. Com seu feixe acústico de alta intensidade e com alta diretividade, o equipamento pode ser utilizado para controle de motins, uso no mar em navios-patrolha contra pirataria e até para promover danos a alvos, conforme pode se ver na Figura 10.

Figura 10: LRAD (*Long Range Acoustic Device*) para uso em terra ou no mar, de fabricação da *American Technology Corporation*



Fonte: Sítios Wikipedia; LRAD Corporation

Tecnologias Críticas e Vulnerabilidades

As principais tecnologias críticas para o desenvolvimento dos equipamentos e sensores apresentados anteriormente são a de semicondutores, supercondutores, computação digital e algoritmos para processamento de sinais. As principais vulnerabilidades que devem ser suplantadas para que se aumente a confiabilidade dessas tecnologias, são apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1: Vulnerabilidades

Tecnologia	Vulnerabilidades
Dispositivos de Baixa Tensão	Susceptibilidade à interferência eletromagnética (EMI)
Supercondutores	Dependência de baixíssimas temperaturas Circuitos de baixíssimo nível de tensão (EMI)
Computadores	Confiabilidade Intrínseca, Tolerância a falhas
Software	Confiabilidade Intrínseca; Falhas latentes e exatidão; Imunidade a vírus e programas maléficos
Nanotecnologia	Sobrecarga de tarefas, redes de comunicação, operação segura contra falhas

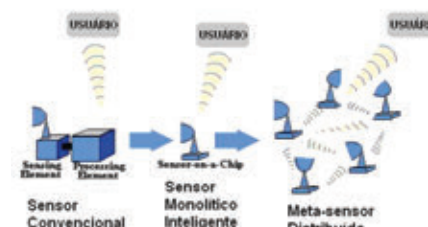
Fonte: *National Research Council* (1997)

Impacto no Futuro

Observando como a evolução das tecnologias vem se apresentando, destacam-se como possíveis impactos no futuro:

- a) Redução do tamanho e do custo de componentes e sistemas;
- b) Conversão Analógica-Digital realizada pelo próprio sensor, permanecendo apenas componentes analógicos imprescindíveis para a medição do fenômeno. Velocidade de processamento dos atuais gigaflops (10^9) para teraflops (10^{12}) e petaflops (10^{15}), em que 1 Gigaflop (*Floating Point Operations per Second*) significa 1 bilhão de operações em ponto flutuante por segundo; e
- c) Desenvolvimento de sensores inteligentes e monolíticos, através da combinação em UM ÚNICO CHIP de transdutores sensíveis, conversão analógico-digital, processamento de sinais, entrada e saída de comunicação e, talvez, até a alimentação, como pode ser visto na Figura 11.

Figura 11: Comparação entre os sensores convencionais e os dois modelos que estão sendo desenvolvidos para o futuro



Fonte: *National Research Council* (1997)

Conclusão

Uma reflexão: as chaves para o sucesso

Em função da importância das tecnologias e sensores aqui descritos, as chaves para que as Forças Armadas do Brasil possam se tornar menos vulneráveis aos fornecedores externos é o investimento do Governo e da Iniciativa Privada em Pesquisa Tecnológica aplicada a Programas de Defesa específicos.

A partir de programas tecnológicos conduzidos pelas Forças Armadas e dirigidos às necessidades operativas, surgem ideias originais e exclusivas do nosso país para a solução de problemas. Este aspecto, mais a busca pela Aplicação Militar e Comercial dos possíveis produtos criados por esses programas, permitirão a geração de demanda de investimentos não só das Forças Armadas, mas também de seguimentos civis da sociedade (Setores Acadêmico e Industrial), o que culminará no desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa.

O domínio dessas tecnologias e do desenvolvimento de soluções se torna fator gerador de assimetria positiva para as nossas Forças Armadas. O conhecimento das características de construção e os fatores de avaliação de desempenho dos projetos pesquisados subsidiarão tecnicamente futuras aquisições de dispositivos e aumentam as chances de se realizar o projeto, o desenvolvimento e a fabricação no país, contribuindo decisivamente para a independência tecnológica em sistemas de Defesa.

Referências

ACTIVE phased arrey radar. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Active_Phased_Array_Radar>. Acesso em: em 29 mai. 2014.

ISSMAEL JUNIOR, Ali Kamel. Radar de Abertura Sintética e Câmara Infravermelha de Visada Direta: aplicações operacionais. **Revista Passadiço**, Rio de Janeiro, ano XXI, 2008.

LONG range acousticdevice. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Long_Range_Acoustic_Device>. Acesso em: 29 mai. 2014.

MOREIRA, Maurício Alves. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. [Viçosa]: UFV, 2005. 320 p.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL (Estados Unidos). **Technology for the United States, Navy and Marine Marine Corps...** Washington, DC: The National Academies Press, 1997. Disponível em: <https://www.nap.edu/catalog.php?record_id=5863>. Acesso em: 29 mai. 2014.



ARTIGOS EM DESTAQUE



Close the Counter-UAS Gap – Medidas contra-SARP, uma lacuna a ser fechada.
Proceedings Magazine JUL/2016 - Captain Justin McCann, U.S. Marine Corps.

Este artigo começa lembrando que os **Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotadas** (SARP ou, em inglês, UAS) estão cada vez menores e transportando mais cargas. E que o tamanho e a assinatura radar relativamente muito pequenos das aeronaves que compõem esse Sistema (ou ARP) tornam suas detecção e interceptação muito difíceis.

Para caracterizar bem a baixa capacidade de detecção, apresenta uma foto do U.S.S Harry S. Truman (CVN-75), tirada por um ARP iraniano, em JAN2016, e “gentilmente” fornecida pelo governo de Teerã, como demonstração da vulnerabilidade do “poderio” estadunidense. O que validou a certeza do quanto esse tipo de veículo aéreo pode chegar perto de uma Força-Tarefa Anfíbia sem ser detectado.

Aborda, então, Medidas Contra os SARP (ou, simplesmente, **C-SARP**, ou, ainda, em inglês, C-UAS). Apresenta C-SARP com soluções que denomina de cinéticas (objetivam atingir diretamente as ARP) e não-cinéticas (objetiva interferir nos links utilizados nos SARP).

Ao final, apresenta algumas propostas para o USMC fazer frente a essa ameaça desenvolvendo e adquirindo soluções C-SARP.



Referência:

MCCANN, Justin. Close the Counter-UAS Gap. *Proceedings Magazine*, Anapolis, v. 147/7/1,361, jul. 2016. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2016-07/close-counter-uas-gap>>, Acesso em: 23 mai. 2017.



Como Preparar Comandantes que Pratiquem o Comando de Missão e Conquistem a Paz.

Military Review, Ed. Brasileira, set-out. 2013. Tenente-Coronel Douglas A. Pryer, Exército dos EUA.

Neste artigo, o autor discorre sobre a filosofia do “Comando de Missão”, base da doutrina de combate do Exército dos EUA, dentro do amplo conceito da guerra de manobra. O Comando de Missão (tradução livre para Mission Command) é definido como o “exercício da autoridade e direção pelo comandante, valendo-se das ordens de missão, de modo a permitir que a iniciativa disciplinada ocorra dentro da intenção do comandante”, ou seja, trata-se de uma filosofia de comando que apoia a criação de um ambiente de confiança mútua, grande liberdade de iniciativa e ação dos subordinados, de forma a proporcionar um rápido ciclo OODA.

O autor comenta as dificuldades de implementação, particularmente o conflito com a cultura organizacional da força. Apresenta, ainda, críticas à própria filosofia de comando de missão, a qual, em sua implementação deixou de considerar os aspectos morais e a dimensão “humana” dos conflitos armados. Além disso, ela falha ao não apresentar as intenções dos comandantes superiores. Finalmente, apresenta suas propostas para mudança na instituição de forma a obter maior adesão da instituição ao comando de missão.

Referência:

PRYER, Douglas A. Como Preparar Comandantes que Pratiquem o Comando de Missão e Conquistem a Paz. *Military Review*, Forte Leavenworth, Ed. Brasileira, set-out. 2013. p. 78-90. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll1/id/1208/rec/6>>, Acesso em: 23 mai. 2017.



Como Prever a Guerra do Futuro

Military Review JUL-AGO 2015. Robert A. Johnson

A história registra longos períodos de paz em que sempre houve dificuldades em identificar mudanças no caráter da guerra. Hoje vemos diversos “profetas do apocalipse” que antevêm uma anarquia hobbesiana com o Estado em declínio, abrindo caminho para o caos emoldurado por um campo de batalha “híbrido”, contestado, congestionado, confuso, conectado e restrito. No passado, tentativas de prever o futuro da guerra foram contraditórias e ineficazes. Nesse marco, Robert A. Johnson escreveu esse artigo, originalmente publicado na revista *Parameters* 44(1) (Spring 2014), argumentando que o valor da história está em estimular a reflexão crítica, com o fim de suscitar perguntas. É difícil chegar a deduções concretas, mas um diálogo bem informado estimula o pensamento crítico.

Conclui, também, que as Forças Adversas utilizarão a furtividade, operarão de modo sistêmico, em redes e explorarão as vulnerabilidades da sociedade. Empregarão a guerra de informação contra e em meio às populações civis. A dispersão, a furtividade, a descentralização, as vulnerabilidades, e outras características ocorrerão nos domínios físico, infraestrutural, conceitual e informacional, especialmente com respeito a cidades e sistemas. Entender as cidades e suas adjacências, suas conexões e vulnerabilidades será uma importante vantagem.

Referência:

JOHNSON, Robert A. Como Prever a Guerra do Futuro. *Military Review*. Fort Leavenworth, KS, jul./ago. 2015. p. 43-50. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll1/id/1236/rec/2>>, Acesso em: 23 mai. 2017.



How to Hold or Take a Big City - Seven Lines of Effort

Small Wars Journal. Geoffrey Demarest.

O artigo aborda considerações interessantes sobre o controle de áreas urbanas de grandes dimensões. O autor levanta sete “linhas de esforço” que são aspectos importantes de serem observados pelo planejador em face ao grande desafio das operações militares modernas — as grandes cidades:

1. Manter e melhorar a vantagem no anonimato: possibilitar que os colaboradores possam manter a sua condição de anônimos;
2. Manter e melhorar a vantagem no controle dos fatores de tempo e distância;
3. Controlar o fluxo de serviços para a população;
4. Controlar os espaços para aglomerações;
5. Reduzir progressivamente o espaço dos santuários inimigos;

6. Perseguir, psicologicamente, os líderes oponentes, objetivando mitigar seus intentos; e
7. Conservar a capacidade de efetivamente punir as atitudes criminosas dos líderes adversários.

Referência:

DEMAREST, Geoffrey. How to Hold or Take a Big City - Seven Lines of Effort. *Small Wars Journal*. Fev. 2016. Disponível em: <<https://smallwarsjournal.com/jrnl/art/how-to-hold-or-take-a-big-city-seven-lines-of-effort-0>>, Acesso em: 23 mai. 2017.



A Platoon Commander - *Tips on day-to-day life.* Um Comandante de Pelotão - Dicas para o dia-a-dia da vida.

Marine Corps Gazette - Jun 2016. 1stLt. John D. Acevedo.

Depois de um período de formação, o tenente se apresenta na sua unidade e passa a encarar uma tarefa assustadora. Todo oficial vive um monólogo interior: “Eu sei o que minha formação me passou, mas o que é, exatamente, ser um comandante de pelotão? O que eu tenho que fazer no dia a dia?” Este artigo apresenta várias dicas do que fazer para ser um comandante de pelotão, levando em conta que a principal tarefa dele é preparar seu pelotão para o combate. Sendo ele responsável por, aproximadamente, de 30 a 40 combatentes, alguns mais velhos e mais experientes e outros nem tanto o tenente deve procurar conhecer seu pelotão e sua companhia. Deve conhecer seus auxiliares mais diretos, os comandantes de grupo e de esquadra; Buscar conhecer os planos de adestramento do Batalhão e da Companhia; verificar os espaços de tempo disponíveis para programar seus próprios adestramentos;

preparar seus adestramentos buscando o máximo de aplicação prática. Em fim, numa leitura rápida e fácil o artigo dá várias dicas para todos que chegam com uma quantidade imensa de informações na cabeça, mas que precisam colocá-las em ordem para produzir o efeito desejado de um Comandante de Pelotão.



Referência:

ACEVEDO, John D. A Platoon Commander – Tips on day-to-day life. **Marine Corps Gazette**. Quantico, VA, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.mca-marines.org/gazette/2016/06>>, Acesso em:23mai 2017.



The Company Executive Officer - Ten Commandments. O Imediato de Companhia - Dez Mandamentos.

Marine Corps Gazette - Jun 2016. 1stLt. John D. Acevedo.

Peça para qualquer um descrever as tarefas de um Imediato de Companhia e descobrirá que cada pessoa lhe dará uma resposta diferente. Com esse questionamento o autor inicia este artigo, afirmando que o trabalho do Imediato é fazer qualquer coisa para ajudar a Companhia a obter sucesso, para isso deve buscar na experiência das praças mais antigas, que normalmente têm muitos anos de Cia, as lições aprendidas de outros comandos da Cia.

O autor propõe, em tom quase religioso, “dez mandamentos” para o Imediato seguir no seu trabalho: 1 – assumirás o papel de segundo no comando da Cia; 2 – evitarás conflitos e coordenarás; 3 – aconselharás os comandantes de pelotão; 4 – serás um guia para o trabalho dos comandantes do pelotão; 5 – treinarás os

treinadores; 6 – facilitarás os treinamentos; 7 – deverás supor que nada será como foi planejado; 8 – gerenciarás o fluxo de informações para cima e para baixo da cadeia de comando; 9 – gerenciarás a distribuição de equipamentos; e 10 – gerenciarás a prontificação e a manutenção de equipamentos.

Finalmente o autor escreve que o Imediato de Cia deve ser a pessoa que encara os pontos de atrito, resolvendo problemas antes que aconteçam, antecipando-se a eles, ou, pelo menos, sugerindo soluções. É o “oficial de ação” da Cia, aquele que faz as coisas acontecerem.

Referência:

ACEVEDO, John D. The Company Executive Officer – Ten Commandments. **Marine Corps Gazette**. Quantico, VA, n. 6, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.mca-marines.org/gazette/2016/06>>, Acesso em:23mai 2017.



A Força Cibernética dos EUA: Prevendo a Próxima Guerra

Military Review, Ed brasileira, JUL-SET 2016. Maj Matt Graham, do Exército dos EUA

Neste artigo o Maj Matt Graham relembra que indivíduos e organizações desenvolvem suas habilidades ao se concentrarem em uma única atividade e que o ciberespaço emergiu como um domínio independente que exige a sua própria perícia militar. Afirma que a competição dentro do ciberespaço já assumiu muitas das características de guerra e vem exigindo o mesmo nível de perícia que é necessário para vencer guerras no mundo físico. Argumenta que os EUA precisam de uma Força Cibernética dos EUA independente, focada nesse complexo ciberespaço. Porém, a atual abordagem do Departamento de Defesa prevê que as Forças forneçam o pessoal experiente ao CYBERCOM, mas este desenho está cheio de ineficiências. O estabelecimento da Força Cibernética permitiria que a comunidade dos guerreiros cibernéticos prosperasse, e aliviaria as Forças Singulares para se dedicarem ao que sabem fazer melhor.

Referência:

GRAHAM, Matt. A Força Cibernética dos EUA: Prevendo a Próxima Guerra. *Military Review*, Forte Leavenworth, Ed. Brasileira, jul.-set. 2016. p. 72-80. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll1/id/1263/rec/2>>, Acesso em: 23 mai. 2017.



O Caminho para o Comando de Missão

Military Review, Brasileira, SET-OUT 2015. Maj Andrew J. Whitford, do Exército dos EUA

O autor lembra que o desenvolvimento de líderes é o pilar fundamental para o Exército dos EUA praticar o Comando de Missão em tudo o que faz, sendo a forma pela qual eles se preparam para combater. Contudo, lograr que o Exército opere segundo os seus princípios não é algo que vai ocorrer naturalmente, especialmente em tempo de paz, a final de contas, a propensão dos comandantes a tentar gerir a incerteza aumentando a centralização contraria a filosofia do Comando de Missão. O desenvolvimento de líderes através do ensino, do adestramento e da experiência em todos os escalões pode estabelecer uma base sólida, apoiada na intenção e no entendimento comum.

Segundo o autor, com essa filosofia de emprego, as unidades serão capazes de cumprir as missões que lhes forem atribuídas a um custo menor do que se fossem obrigadas a operar sob maior controle, mas lembra que apesar de seu potencial, o Comando de Missão não é uma abordagem que o Exército dos EUA possa adotar sem riscos.

O que se quer são comandantes que possam obter a iniciativa e vencer entendendo todos os porquês, comunicando aos seus subordinados essas razões e usufruindo de uma autonomia maior baseada na confiança, no adestramento e no entendimento comum da intenção do comandante.

Referência:

WHITFORD, Andrew J. O Caminho para o Comando de Missão. *Military Review*, Forte Leavenworth, Ed. Brasileira, set.-out. 2015. p. 83-92. Disponível em: <<https://cgsc.contentdm.oclc.org/cdm/singleitem/collection/p124201coll1/id/1247/rec/6>>, Acesso em: 25 mai. 2017.



FOI DESTAQUE NA ÂNCORAS E FUZIS

Âncoras e Fuzis

Ano II / Nº 7 - 1º de novembro de 2000

SIMPÓSIO "CFN 3º MILÊNIO" SUPERA EXPECTATIVAS



O Comandante-Geral, encerrando o Simpósio.

Conforme divulgado na última edição de Âncoras e Fuzis, foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de outubro, no CIASC, o Simpósio "CFN 3º Milênio". Esse evento foi concebido com o propósito de delinear, à luz de cenários prospectivos, o futuro conceito de emprego de Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav). Na abertura, o Comandante-Geral enfatizou a importância dos simpósios anteriores na delimitação da atual estrutura e meios do Corpo de Fuzileiros Navais.

No primeiro dia, palestra sobre o tema "Forças Armadas do Século XXI", proferida pelo Vice-Almirante (Ref) ARMANDO AMORIM FERREIRA VIREGAL, proporcionou uma visão estratégica do futuro papel das



A platéia durante os trabalhos.

Forças Armadas brasileiras, amparada no cenário atual e em documentos de alto nível, como a Política de Defesa Nacional.

Nos dias subsequentes, os dois Grupos de Trabalho, chefiados por Almirantes FN, apresentaram os resultados de mais de três meses dedicados a estudos e pesquisas, utilizando abordagens bastante distintas e propondo criativas sugestões que, a curto prazo, resultarão em aprimoramento das capacidades de nossos Fuzileiros Navais. As propostas apresentadas pelos dois grupos serão publicadas na próxima edição da revista O ANFIBIO.

O Simpósio contou com a presença de 175 Oficiais de OM localizadas na área RIO, que puderam, durante os debates que se seguiram a cada apresentação, esclarecer suas dúvidas e ouvir dos grupos um detalhamento maior das razões para algumas das mudanças propostas.

Dentre as propostas que estão sendo consolidadas e analisadas pelo Comando-Geral do CFN, podemos citar: a criação de um comando permanente de UAnf, subordinado diretamente à FFE; o aumento dos efetivos dos Grupamentos de Belém e Manaus, transformando-os em Batalhões; a criação de um Centro de Formação de Soldados Fuzileiros Navais na área da Amazônia; a criação de um Batalhão Blindado, incorporando a CiaCC e meios do atual BtlVtrAnf; a aquisição de Veículos Aéreos Não-Tripulados (VANT), Lançadores Múltiplos de Foguetes e mísseis superfície-ar de médio alcance; e a transformação da Tropa de Reforço em Comando de CMG (FN). O resultado final, por certo, refletirá na modernização do material, aperfeiçoamento dos subsistemas que planejam e administram os recursos humanos e adequação da estrutura organizacional, em face dos novos desafios.

Ano II / Nº 7
1º novembro de 2000

FUZILEIROS NAVAIS BRASILEIROS E ARGENTINOS REALIZAM OPERAÇÃO CONJUNTA



Em outubro de 2000, Fuzileiros Navais do Brasil e "Infantes de Marina" da Armada Argentina realizaram, pela primeira vez, um exercício de Operação Anfíbia conjunta em território argentino (nas proximidades de Puerto Belgrano). O exercício foi parte da 2ª edição da Operação Fraternal, conduzida pelas Marinhas dos dois países.

A Força de Desembarque, com efetivo de 400 militares (188 brasileiros), foi composta por um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais, nucleado em CiaFuzNav do Batalhão Paissandu, uma Cia do "Batallón de Infanteria 2" e um Destacamento de Operações Especiais, formado por brasileiros e argentinos. No evento foram cumpridas todas as fases de uma OpAnf, sendo o Movimento Navio para Terra (MNT) realizado a partir do NDCC Mattoso Maia, por meio de helicópteros e CLAnf da MB. Destaca-se, também, com ponto positivo a composição do Estado-Maior da Força de Desembarque, onde a presença de Oficiais dos dois países garantiu a perfeita integração e a característica conjunta da Operação, contribuindo para o sucesso alcançado.

A realização dessa OpAnf demonstra a sintonia de Brasil e Argentina com a atual realidade mundial, onde a cooperação e as alianças regionais, assim como a condução de Operações Combinadas e Conjuntas, têm crescido de importância, tornando-se a tônica dos exercícios e operações mais expressivos.

Ano III / Nº 8
1º janeiro de 2001

NOVOS CARROS DE COMBATE DO CFN CHEGAM AO BRASIL



Em 02 de fevereiro de 2001 desembarcaram, no Porto do Rio de Janeiro, 17 Carros de Combate SK 105 A2S e uma Viatura Blindada Socorro com ferramental, sobressalentes e munição, fruto do contrato assinado no ano de 1998, entre a Marinha e a empresa austríaca Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug AG & Co KG, coroando com êxito uma antiga aspiração do CFN.

O Comandante-Geral do CFN, acompanhado do Comandante do Material de FN, na manhã do dia 05 de fevereiro, fez a primeira inspeção nos novos Carros-de-Combate, que se encontram no CREPSupEspCFN. Na parte da tarde, o Comandante da FFE visitou a nova arma que, a partir de agosto, estará compondo seus Grupamentos Operativos, proporcionando-lhes maior poder de fogo, mobilidade e ação de choque.

A próxima fase a ser executada será o desprocessamento de todo o material, a aplicação dos cursos e a realização dos testes de aceitação. Em uma fase seguinte, a partir do mês de agosto, sob responsabilidade do Comando da FFE, será realizada a sua avaliação operacional.

Este é um momento histórico, pois pela primeira vez o CFN passará a dispor de uma Companhia de Carros de Combate sobre lagartas, que possui em seu Sistema Automático de Controle de Tiro (SACT) equipamentos eletrônicos, ópticos e optrônicos no estado da arte, permitindo aos nossos Fuzileiros Navais, profissionais da guerra anfíbia, acompanhar as evoluções tecnológicas, bem como aprimorar as técnicas e táticas para a execução das Operações Anfíbias.



Ano III / Nº 9
1º março de 2001



CONHECENDO QUEM CONHECE



Intercâmbio com a guarda costeira de São Tomé e Príncipe em 2015

CF (FN) Charles Pereira Uduwanage
cpudu06@gmail.com

A Marinha do Brasil, através do Corpo de Fuzileiros, enviou, entre 23 de fevereiro de 2015 e 18 de março de 2016, mais um Grupo de Assessoramento Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) para realizar intercâmbio com a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe, como parte da cooperação entre os dois países. A tarefa principal desse GAT-FN foi ministrar um Curso de Formação de Soldados Fuzileiros Navais, a fim de prover recursos humanos, com conhecimentos técnico-profissionais em nível de Soldado, capazes de realizar Operações Anfíbias e Operações Terrestres de Caráter Naval, bem como, desenvolver o espírito de corpo, a liderança, a camaradagem, a audácia, e, principalmente, a disciplina e a obediência às leis e regulamentos.

Para cumprir com sua tarefa, o grupo contou com 2 Oficiais e 7 Praças do CFN que conduziram instruções teóricas e práticas. Ao término do curso, o GAT-FN 2015 formou mais 38 Fuzileiros Navais que foram incorporados ao efetivo da Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe.

A missão nesse país amigo trouxe enorme visibilidade para a Marinha do Brasil, não só em São Tomé e Príncipe, mas, também, em outros países do continente africano, conforme foi constatado pelo Ministro da Defesa durante o encontro de Ministros da Defesa dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A repercussão positiva do trabalho desenvolvido pelos GAT-FN, junto às Forças Armadas e às autoridades daquele País amigo, vem contribuindo para a consolidação da presença brasileira no atlântico sul, particularmente, na costa ocidental da África, bem como, para o fortalecimento dos laços de amizade e cooperação com mais um país africano localizado no entorno estratégico brasileiro.



Intercâmbio junto à armada boliviana, no Batalhão de Comandos Anfíbios

CT (FN) Luiz Roberto dos Santos Carneiro Junior
lcarneiro@msn.com

No período de março de 2015 a março de 2016, o Destacamento de Intercâmbio (DstInt) de Operações Especiais junto a Armada Boliviana participou de diversas atividades a fim de atender o tratado de cooperação assinado entre os dois países. O DstInt era composto por um CT(FN) e um 1ºSG(FN), Comandos Anfíbios. Tem como propósito o intercâmbio de conhecimentos na área de OpEsp e também estreitar os laços de amizade e camaradagem entre os países. A função principal do DstInt é a de instrutor do Curso de Comando Anfíbios. O curso tem uma duração de 10 meses, divididos em 8 fases, em que participamos em quase todas as matérias. Também participamos de atualizações para os instrutores, representações do Batalhão de Comandos Anfíbios (BCA) como: desfile do dia da independência da Bolívia e competição de natação no Lago Titicaca. Esse intercâmbio é uma oportunidade para troca de experiências, em que podemos aprender as técnicas e procedimentos empregados pelos bolivianos e passar um pouco da nossa experiência.



Intercâmbio Brasil - Paraguai

CC(FN) Alex Silva da Costa

alesilcost@hotmail.com

O Intercâmbio Naval Marinha do Brasil e Armada do Paraguai (InterNav) por meio dos seus oficiais e praças, tem o seu foco na integração e na troca de experiências e conhecimentos, materializados no apoio às instruções, aos adestramentos e às assessorias nos assuntos relacionados à doutrina e aos equipamentos militares, desde a sua criação em 1997. Esse importante trabalho tem fortalecido os laços de amizade entre essas Marinhas amigas e, sobretudo, colaborado para o desenvolvimento das atividades operacionais no rio Paraguai e na fronteira entre os dois países.



Intercâmbio junto ao Marine Corps Combat Development Command (MCCDC)

CMG (FN) Alexandre Henrique Batista Barbosa

ahbbarbosa@yahoo.com.br

Dentro da estrutura do *United States Marine Corps* (USMC), o *Marine Corps Combat Development Command* (MCCDC) é o órgão diretamente responsável pelo desenvolvimento, de maneira integrada, das capacidades operacionais para o combate. Para atingir esse propósito, o MCCDC desenvolve conceitos operacionais futuros e determina como melhor organizar, adestrar, educar e equipar o USMC do futuro.

O representante do CFN junto ao MCCDC desempenha a função de Oficial de Ligação, subordinado diretamente ao Chefe do Estado-Maior do MCCDC, junto com representantes de mais doze países. O trabalho desenvolvido consiste na consulta de publicações doutrinárias (conceitos de emprego e manuais) e artigos publicados em diversas fontes; na realização de visitas; e na participação em palestras, simpósios, jogos de guerra, exercícios e qualquer atividade disponibilizada pelo USMC, a fim de permitir a coleta dos conhecimentos julgados de interesse para a MB e, particularmente, para o CFN. Em virtude das atribuições do MCCDC, podem ser encontrados assuntos de diferentes níveis de aplicação – desde os conceitos de emprego mais amplos do USMC, até procedimentos táticos ou técnicas de ação imediata utilizadas por pequenas frações.



Intercâmbio no United States Marine Corps (USMC)

CF (FN) Sérgio Nishiguchi

Sergio_nishiguchi@hotmail.com

Um Memorando de Entendimento, firmado entre as Marinhas do Brasil e dos Estados Unidos, prevê a participação de um Oficial FN, como Oficial de Intercâmbio com o *United States Marine Corps* (USMC), particularmente com a II *Marine Division* (II MarDiv), em Camp Lejeune, no Estado da Carolina do Norte. No período de 16 de fevereiro de 2015 a 26 de fevereiro de 2016, o intercâmbio foi realizado pelo CF (FN) Sérgio Nishiguchi. O intercâmbio tem como finalidade principal o compartilhamento de conhecimentos e doutrina, de modo a incentivar a confiança mútua, o entendimento e o respeito necessários ao estreitamento das relações entre o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e o USMC. Sendo assim, o Oficial constitui-se em uma valiosa fonte de informações sobre todos os aspectos vivenciados no âmbito do USMC, uma vez que tem a possibilidade de estar presente em Organizações Militares, acompanhando e vivenciando suas atividades administrativas e operativas diárias. Tais Unidades nucleiam os diversos Grupamentos Operativos que participam de ações reais e que compõem as *Marine Expeditionary Unit* (MEU) que são mantidas no Mediterrâneo. O Oficial de Intercâmbio tem ainda a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, com acessos à Intranet do USMC, documentos internos e, principalmente, com o contato diário com oficiais americanos propriamente dito.



Intercâmbio com a Fuerza de Infantería de Marina de Guerra Peruana (MGP)

CF (FN) **Vannei** de Almeida Silva Junior
cf.fn.vannei@globo.com

O intercâmbio com os Infantes de Marina peruanos foi realizado na *Base de Ancón da Infantería de Marina Peruana* (ImaP), a principal base da ImaP, com os propósitos de trocar experiências sobre operações, particularmente Operações Anfíbias e Ribeirinhas; contribuir com a reorganização da *Fuerza de Infantería de Marina*; e estreitar os laços de amizade entre as Marinhas.

A *Fuerza de Infantería de Marina* é subordinada a *Comandancia General de Operaciones del Pacífico*. Tem como Unidades subordinadas a *Base da IMaP*, a *Escuela de Infantería de Marina* (ESIM), a Companhia Fanning (vacionada para representações), e a Brigada Anfíbia, formada por 2 Batalhões de Infantaria (BIM); o Batalhão de Comandos (BACOM); o Batalhão de Veículos Táticos, que inclui Vtr pesadas, leves e mecanizadas e está incorporando os recém adquiridos LAV-II; e Grupamento de Apoio ao Combate, que será desmembrado em Btl de Engenharia e Btl de Artilharia. As Unidades da Brigada Anfíbia participam do combate à narcoguerrilha no Vale dos Rios Apurímac, Ene e Mantaro (VRAEM) e da MINUSTAH com uma Companhia em cada, além de ter observadores militares em outras 7 missões de paz.

As atividades desenvolvidas entre 2015 e 2016, destacam-se as de elaboração do Manual do Batalhão Logístico da IMaP; a assessoria no estudo para aquisição de Veículos Anfíbios; assessoria doutrinária; instrução nos cursos de formação de Guardas-Marinha, na ESIM, Internacional de Observadores Militares da ONU, no CECOPaz, Planejamento em OpAnf, na Escola de Estado-Maior Conjunto; participação no seminário de Emprego do Poder Naval no séc. XXI; além de adestramentos de OpAnf, OpRib, de combate em alta montanha; exercício de tiro de artilharia e operações de paz.

O intercâmbio é de grande importância para o nosso CFN, pois permite expandir sua influência até o pacífico e manter o contato com uma força altamente profissional, que se encontra em expansão de meios e efetivos, em constante estado de prontidão – seja pelo combate aos grupos terroristas na selva peruana, seja em função do litígio marítimo com o Chile.

ACCIÓN Y VALOR

ADSUMUS!



Curso oficial do CERT® Program: overview of creating and managing computer security incident response teams

SO CN **Jean Charles**
jeanfn@yahoo.com.br

Realizado no Centro de Defesa Cibernética (CDCIBER), em parceria como Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (CERT.br)

O curso tem duração de cinco dias e destina-se a habilitar pessoal técnico a integrar os Grupos de Segurança e Resposta a Incidentes (CSIRT). Provê uma visão geral sobre o cenário do trabalho de tratamento de incidentes, incluindo os serviços prestados pelos CSIRT, as ameaças dos invasores e a natureza das atividades de resposta a incidentes.

O curso apresenta um modelo baseado em processos para a estruturação das atividades de gerenciamento de incidentes e também fornece uma visão introdutória sobre CSIRT. Aborda seu propósito e sua estrutura e apresenta uma visão geral das questões e decisões-chave para o seu estabelecimento. Ainda apresenta os serviços providos, bem como políticas, procedimentos, métodos, ferramentas e infraestruturas necessárias para operar um CSIRT de maneira efetiva.

O CERT.br é mantido através do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), órgão interministerial do Governo Federal, e atende a qualquer incidente em rede brasileira conectada à Internet.



Grau de excelência em monografia do CAOCFN

CT (FN) Vinicius **Moura Rodrigues**

mourarodriguesfn@gmail.com

O CT Moura Rodrigues obteve grau de excelência na monografia apresentada em complemento ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Fuzileiros Navais (CAOCFN).

O Trabalho nos traz que as Operações Psicológicas são um dos instrumentos utilizados pelas tropas militares para incrementar o seu poder de combate. Depois da Segunda Guerra Mundial, essas operações ganharam notoriedade no cenário mundial visto que foram largamente empregadas durante o conflito, demonstrando na prática a sua real efetividade. Em paralelo a isso, nos dias atuais, as Operações de Garantia da Lei e da Ordem vêm sendo utilizadas no Brasil regularmente, empregando as Forças Armadas em apoio aos Órgãos de Segurança Pública, tanto em casos de crises, como em casos de grandes eventos. Voltado para essas duas vertentes, o objetivo do trabalho foi apontar a importância das Operações Psicológicas e estudar as formas de emprego das mesmas por um Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais atuando em uma Operação de GLO.

Discute sobre a validade da criação de uma Célula de OpPsc em um GptOpFuzNav, concluindo que o emprego correto das OpPsc é um fator que colabora em muito com o cumprimento de uma missão. Deixa claro que a existência de um grupo seletivo de militares especializados nesse tipo de Operação torna-se essencial para o sucesso em uma Operação militar. Finalmente, constata que o GptOpFuzNav tem a possibilidade de empregar as OpPsc para atuar na população local, nas forças adversas ou até mesmo na sua própria tropa.

O trabalho pode ser acessado diretamente no Portal do Conhecimento, na página do CDDCFN.





Grau de excelência em monografia do CAOCFN

CT (FN) Renan Rodrigues Alves de Campos

renan83.campos@gmail.com, alves.campos@icloud.com

O CT (FN) Alves Campos apresentou ao final do ano de 2016 o seguinte Trabalho de Conclusão de Curso, referente ao CAOCFN 2015: A EVOLUÇÃO DAS AÇÕES REALIZADAS POR TROPAS DE FUZILEIROS NAVAIS CONTRA FORÇAS IRREGULARES: O papel da doutrina e do conceito de guerra irregular na Intentona Comunista, na Guerrilha Rural e no Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais – MARÉ I.

O trabalho versou sobre a evolução das ações adotadas pelos Fuzileiros Navais nos três episódios citados acima. Para que o trabalho pudesse ser desenvolvido, foi necessário uma definição e conceitos que pudessem permear toda a gama de conhecimentos que o assunto impõe.

Uma vez definido o arcabouço teórico, foi possível confrontar as ações tomadas pela tropa em cada um dos episódios. Desta forma pode-se concluir que a exceção da Intentona Comunista, as ações tomadas pela tropa de Infantaria foram eficientes e adequadas no combate à ameaça irregular, de acordo com o conceito considerado em cada um desses episódios.

O referido trabalho indicou a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema, uma vez que este se mostra extremamente atual e inserido na realidade do CFN, garantindo que ações futuras possam ser cada vez mais eficientes contra esse tipo de ameaça.

O trabalho pode ser acessado diretamente no Portal do Conhecimento, na página do CDDCFN.



Âncoras e Fuzis



CC (FN) Daniel Marques Rubin
rubin@marinha.mil.br

Decida nº 48 Defesa de Ponte Possível Solução (proposta pelo autor)

Esta solução refere-se ao Decida nº 48: Defesa de Ponte, publicado na última edição de *Âncoras e Fuzis*.



Duas preocupações surgem de imediato:

- Proteção da tropa contra os demais disparos; e
- Atendimento e evacuação do ferido.

Quanto à proteção da tropa, faz-se necessária a adoção de medidas de proteção como a busca por abrigos, que incluem as construções locais, bem como as viaturas blindadas. Vale salientar que a adoção dessas medidas não deve comprometer a manutenção da ponte, o que inclui o bloqueio do acesso dos reforços inimigos pelo eixo da Rdv Litorânea.

Quanto ao atendimento ao ferido, este receberia os primeiros socorros e, face à gravidade do ferimento, evacuado imediatamente. O escalão superior seria participado quanto ao ocorrido e a evacuação solicitada. Dependendo da disponibilidade de meios e das condições de remoção, poderia ser considerado o uso de ambulância específica ou de viatura M-113 em apoio ao pelotão para retirar o ferido da região. Além disso, deve ser considerada a possibilidade de realizar EVAM a partir de uma região mais segura à retaguarda, conferindo maior agilidade no processo até o atendimento ao ferido na instalação de saúde competente.

Em seguida, medidas para eliminar a ameaça deveriam ser tomadas. Inicialmente, como comandante do pelotão, empregaria atiradores para conduzir uma busca de posições de atiradores inimigos em PIRAMBU. Assim que tais alvos fossem identificados, os atiradores teriam a autorização para realizar fogos de precisão. Além disso, designaria direções principais de tiro (DPT) para a 2ª SeçMtr7,62mm, para a 2ª SeçMtrP, bem como para a .50 das VtrBld para as posições com maior probabilidade de posicionamento desses atiradores inimigos, como campanários de igrejas, prédios mais altos e lajes. Esse armamento poderia ser empregado contra essas posições se necessário.

O emprego de Fogo Naval não se apresenta como uma boa solução a princípio, já que a grande dispersão em alcance desses fogos poderia causar elevado dano colateral na localidade, que se apresenta com poucos alvos verticais.

Quanto à possibilidade de abordagem direta nas posições inimigas, empregando tropa na localidade, tal decisão deve ser analisada quanto aos seus riscos inerentes. Considerando que a tarefa de manter a ponte está sendo atendida, bem como as nossas posições são beneficiadas pela existência do rio JAPARATUBA como obstáculo interposto e que o efetivo do pelotão pode ser insuficiente para investir sobre a localidade, realizar ações à frente da ponte podem não compensar o benefício desejado. Além disso, vale ressaltar que empregar tropa à frente das posições planejadas, neste caso, demandará coordenação adicional com o escalão superior, no que tange a alterar o traçado das medidas de coordenação do apoio de fogo, como a Linha de Coordenação do Apoio de Fogo (LCAF), ou outras medidas para garantir melhores condições de segurança das tropas atuando dentro da cidade.

Entretanto, o escalão superior deve ser informado, uma vez que, mantendo-se a existência de elementos inimigos na localidade, em condições de realizar fogos sobre as nossas tropas, pode haver uma evolução da situação desfavorável. O escalão superior pode, em vista da importância da ponte para operações futuras, decidir empregar uma tropa maior para suprimir a ameaça, ou intervir de outra maneira.



1º Ten (FN) Fernando de Felice Lima

Decida nº 48 Defesa de Ponte

Possível Solução (proposta pelo leitor)

Esta solução refere-se ao Decida nº 48: Defesa de Ponte, publicado na última edição de Âncoras e Fuzis, foi eleita como a melhor solução das que foram recebidas até a publicação da presente edição.

Missão

Manter o Obj 1, barrando o reforço inimigo que incide na Cabeça de Praia (CP) por aquele setor, afim de contribuir para a conquista da CP.

Terreno

A região próxima a ponte apresenta vegetação ciliar, a qual pode prover cobertura das vistas inimiga e abrigo contra determinadas armas. A vegetação ciliar a leste da ponte é cercada por Estrada, a qual pode ser utilizada pelas VtrBld para se deslocar, encontrar posições para tiro ou para abrigar-se de atiradores isolados da localidade de Pirambu.

Inimigo

O inimigo, com efetivo pequeno, encontra-se pela localidade de Pirambu, executando disparos isolados como tiros de inquietação em nossas tropas. Nosso foco não é este inimigo, uma vez que nossa missão é barrar possíveis reforços Inj.

Tempo Disponível

Para esta missão temos tempo indeterminado, devemos nos preocupar em ocupar posições seguras com dominância sobre a ponte o mais breve possível.

Meios Disponíveis

O Pelotão é apoiado por de 1 PelVtrBld, 1 SçMtrP, 1 SçMtr7,62mm e 1 GRUOBTINA.

Linha de Ação

Tendo analisado os fatores da decisão eu, comandante do 2º(Ref)/3ªCiaFuzNAv, decidi dispor um GC a oeste da ponte e outro GC a leste da Ponte, ambos com fogos disponíveis para a região que domina a ponte, ocupando posições abrigadas, aproveitando a cobertura vegetal. Este ultimo GC contará ainda com a 2ª SçMtr7,62mm a sua disposição. A 2ª SçMtrP ficará em apoio ao conjunto e deverá manter a capacidade de abrir fogos sobre instalações na Localidade que tenham sido identificadas com presença

de atiradores inimigos. Por fim, manterei um terceiro GC com cada Esquadra de Tiro em uma VtrBld. O GRUOBTINA permanecerá ECD de solicitar Fogo Naval nas estradas a Norte de PIRAMBU caso seja empregada para reforço inimigo.

Os tiros para abater atiradores isolados devem, preferencialmente, ser executados pelas metralhadoras sobre as VtrBld, de modo que não seja denunciada a posição dos GC em posição defensiva.

Decisão

Este Pelotão permanecerá com o 1º e 2º GC em posições defensivas protegendo o Obj 1 (Ponte da Rdv Litorânea sobre o rio JAPARATUBA), com a 2ªSçMtrP em apoio ao conjunto, o 3º apoiado por VtrBld e o GRUOBTINA ECD solicitar Fogo Naval a meu comando.

Ordem aos Elementos Subordinados

1ºGC

- Dispor-se defensivamente a oeste do Obj 1 .
- Impedir o acesso inimigo pela Ponte da Rdv Litorânea sobre o rio JAPARATUBA.

2ºGC

- Dispor-se defensivamente a leste do Obj 1.
- Acolher a 2ªSçMAG.
- Impedir o acesso inimigo pela Ponte da Rdv Litorânea sobre o rio JAPARATUBA.

2ªSçMtrP

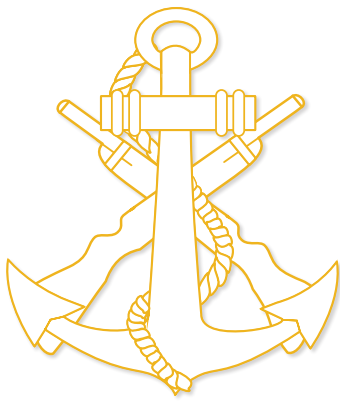
- Apoio ao Conjunto, mantendo a capacidade de abrir fogos sobre instalações na Localidade que tenham sido identificadas com presença de atiradores inimigos.

3ºGC

- Embarcar em VtrBld, com 1 ET em cada.
- Permanecer ECD realizar fogos contra atiradores isolados da Localidade de PIRAMBU.

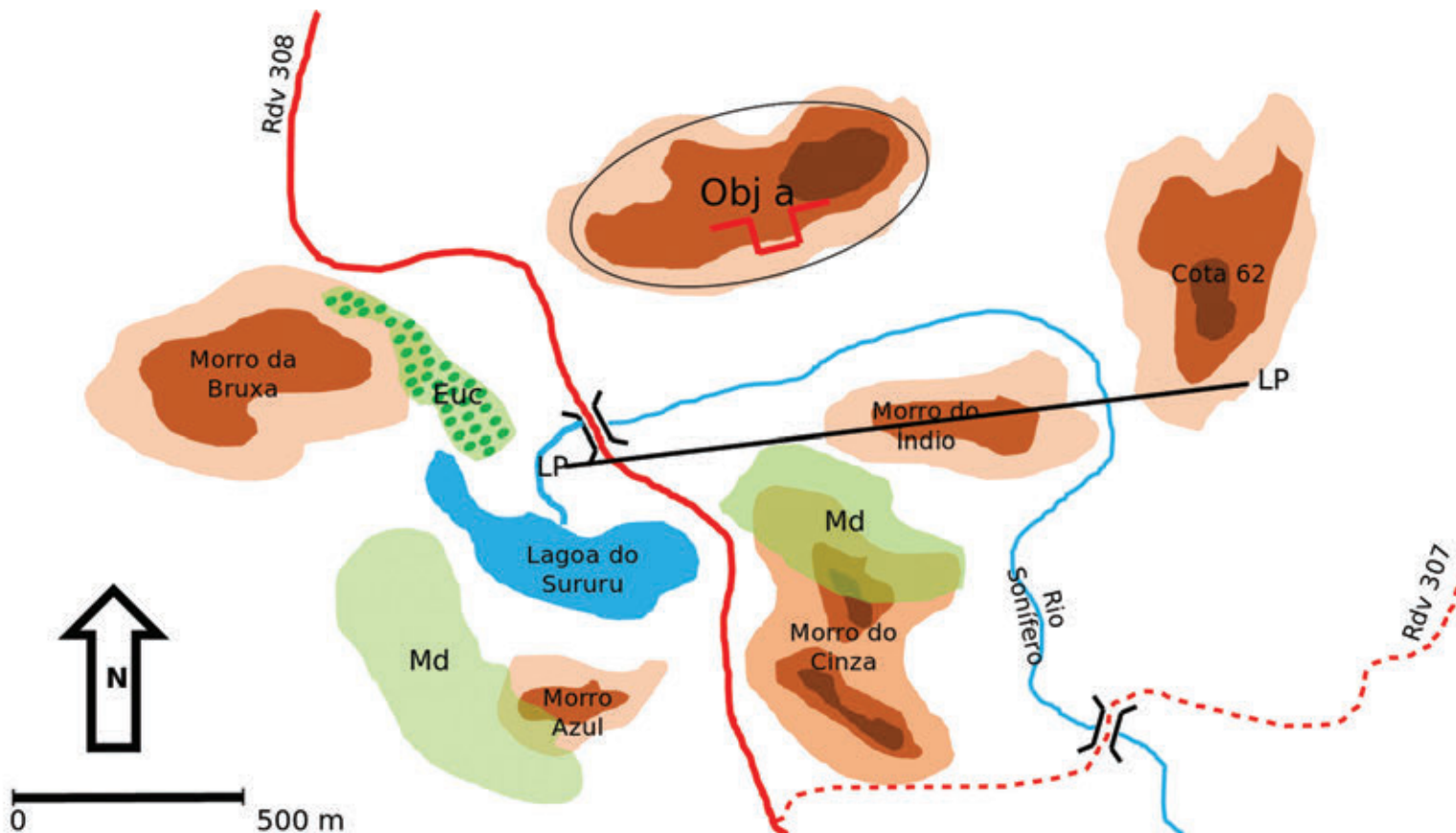
GRUOBTINA

- Ficar ECD solicitar Fogo Naval sobre as estradas ao Norte de Pirambu.



CC (FN) Alexander de Oliveira Pereira
alexander.pereira@marinha.mil.br

Decida nº 49 Ataque de Cia Controle da Ação em Curso



São 0430P do dia D+1 e o Sr. é o comandante da 3ªCiaFuzNav do 3ºBtlInfFuzNav. Sua CiaFuzNav está toda embarcada em um PelCLAnf, sendo ainda apoiada por uma SeçMAC e uma SeçMrt81mm, deslocando-se na direção geral sul-norte. Nesse momento a Cia está ocupando posições ao S do Morro do CINZA. Você recebeu a tarefa de atacar, conquistar e manter o Objetivo a (Altu de CURANJI), que se encontra ocupada por um PelFuz inimigo, apoiado por uma Seção de Mrt 81mm na contra encosta do Obj a. Para isso, o Comando do 3ºBtlInfFuzNav decidiu empregar o 3ºPelCC em apoio as ações de sua CiaFuzNav.

Visando cumprir suas tarefas antes do anoitecer do dia D+1, o Sr optou por atacar o Obj a na direção geral sul-norte, utilizando a via de acesso Morro do ÍNDIO-Altu de CURANJI, com o 1ºPelFuzNav a esquerda e o 2º PelFuzNav a direita, apoiados por CLAnf e pelo PelCC, mantendo o 3º PelFuzNav, apoiado por CLAnf, em reserva. O S-2 do 3ºBtlInfFuzNav, por meio de seu Estudo do Tático do Terreno, levantou que o Rio SONÍFERO é obstáculo restritivo para tropa a pé e Vtr SL e impeditivo para Vtr SR, a partir do ponto a Sudeste do Mo ÍNDIO, para o Sul.

Após cruzar a LP, em 0730P, o Comandante do 1º PelFuzNav relatou ter perdido dois CLANf pela ação de minas. Ele estima haver um campo minado entre a Rdv 308 e o Morro do ÍNDIO, mas não consegue precisar seu tamanho. Além disso, relatou ainda estar com grande dificuldade de manobrar devido aos fogos desencadeados pelo PelFuz e por morteiros inimigos, provavelmente Mrt 81mm, fato que não se alterou mesmo após o emprego maciço de fogos da SeqMrt81mm. Quanto ao 2ºPelFuzNav teve seu ímpeto do ataque reduzido depois que observou a brecha no dispositivo entre o seu pelotão e o 1ºPelFuzNav. Ele estima não haver campo de minas na sua frente. Acrescentou que alguns elementos do seu Pel já conseguiram ultrapassar o Rio SONÍFERO. O PelCC segue apoiando pelo fogo, o ataque da Cia, a partir do Morro do ÍNDIO. O 3º PelFuzNav encontra-se ocupando posições em Mo do CINZA.

Concomitantemente, o escalão superior informou que elementos de reconhecimento reportaram o deslocamento de tropa mecanizada no valor estimado de pelotão, inicialmente posicionada a 80km ao N do Obj a, em direção ao S pela Rdv 308. Estima-se que este inimigo atinja as Altu de CURANII em até 2 horas.

Sendo assim, decida como proceder, emitindo sua Ordem de Ataque com ênfase na execução e um calco contendo as medidas de coordenação e controle julgadas pertinentes.

Outras informações:

1. A região de eucaliptal na porção NE do Mo da BRUXA é considerado obstáculo restritivo para Vtr SL;
2. A Lagoa do SURURU é obstáculo impeditivo para tropa de qualquer natureza, inclusive para CLANf por seu fundo lodoso;
3. As regiões de mata densa são obstáculos restritivos para tropa a pé e impeditivos para Vtr SR/SL;
4. Foi observado que a Ponte da Rdv 308 sobre o Rio SONÍFERO está preparada para destruição; e
5. A Ponte da Rdv 307 sobre o Rio SONÍFERO tem capacidade para suportar qualquer classe de Vtr da ForDbq.



CBC. EMPRESA ESTRATÉGICA DE DEFESA.

Empresa Estratégica de Defesa, a CBC é pautada pelo compromisso de contribuir com as operações e missões das Forças Armadas Brasileiras e para defesa da Soberania Nacional.

Todo o conhecimento da CBC obtido em seus 90 anos de história, é aplicado no desenvolvimento e fabricação de seus produtos, com domínio tecnológico de toda cadeia produtiva, resultando em constante capacidade de mobilização.

O portfólio CBC abrange uma grande variedade de munições, incluindo uma série de produtos inovadores, desenvolvidos com tecnologia própria.



O Grupo CBC é líder mundial na fabricação de munições para armas curtas e um dos maiores fornecedores de munições para os países da OTAN na Europa. A confiabilidade de seus produtos é atestada por mais de 130 países, nos 5 continentes.



www.cbc.com.br



Comando do Desenvolvimento Doutrinário do Corpo de Fuzileiros Navais
Avenida Rafael Levi Miranda, s/nº, Itacuruçá, Ilha da Marambaia
Mangaratiba - RJ - CEP: 23.860-000